



UNIVERSIDADE DE UBERABA  
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO – 8ª TURMA  
LINHA DE PESQUISA II – CULTURA E PROCESSOS EDUCATIVOS

ANDRÉA FABIANE MACHADO DINIZ

**A ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM PATOS DE  
MINAS-MG NO CONTEXTO REPUBLICANO DE 1889 a 1928**

UBERABA, MG  
2012

UNIVERSIDADE DE UBERABA  
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO – 8ª TURMA  
LINHA DE PESQUISA II – CULTURA E PROCESSOS EDUCATIVOS

ANDRÉA FABIANE MACHADO DINIZ

**A ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM PATOS DE MINAS-MG NO  
CONTEXTO REPUBLICANO DE 1889 a 1928**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação, da Universidade de Uberaba – UNIUBE, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa II- Cultura e Processos Educativos.

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho.

UBERABA, MG  
2012

*Essa “obra” é carinhosamente dedicada a todos que se envolvem ou já se envolveram em alguma causa da educação, seja na pesquisa, na militância ou no exercício do trabalho docente.*

## AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa vencida, muitos momentos de convivência, de conhecimento, erros e acertos, sorrisos e lágrimas, enfim, de histórias das quais certamente no futuro serão gostosas as lembranças. Esta conquista dedico às pessoas que sempre estiveram ao meu lado: a meus pais Armando e Maria Augusta, a minha avó Lia e minha tia Neusa, agradeço a confiança, o apoio incondicional e a constante força para prosseguir. A vocês minha gratidão e o gostar eterno.

Rogério, meu querido marido, abriu mão dos momentos de convívio quando o dever e o estudo me chamavam, embora fosse possível perceber em seu olhar a cobrança de minha presença: “Ainda bem que eu encontrei você, eu realmente não sei o que eu fiz para merecer, você...”

Aos cunhados, tios, primos e sobrinhos, agradeço pelo carinho, motivação e amizade em todos os instantes.

Ao professor Dr. Carlos Henrique de Carvalho, que ainda que não saiba foi responsável por seduzir-me para a área da História da Educação. Obrigada pelas aulas entusiásticas e produtivas.

Aos professores do Mestrado em Educação e ao Grupo de Estudo e Pesquisa, por gentilmente compartilhar o conhecimento, aprendemos muito.

À minha orientadora professora Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, pelo reencontro após a graduação, pela presença constante e por ser caminho de luz no processo de construção da pesquisa. Obrigada por compartilhar comigo sua solidez intelectual, por acreditar em minha capacidade e por me incentivar sempre. Faltam-me palavras para expressar, com precisão, sua dedicação e humanidade.

À banca de qualificação composta pelos ilustres doutores José Carlos Souza Araújo e Wenceslau Gonçalves Neto que fizeram as observações e contribuições necessárias para que a pesquisa ficasse “redonda”. Foi um momento de muito aprendizado, obrigada.

À Karine Caetano, secretária do Mestrado, pela presteza e atenção a mim sempre dispensadas. Valeu Karine, obrigada.

À banca de defesa por prontamente aceitar o convite e dispensar valiosas contribuições.

À Superintendência Regional de Ensino, meu local de trabalho, agradeço a superintendente Susie Adriane Silva Pereira, a diretora educacional Mary de Fátima Barcelos

e a todos os coordenadores da Diretoria Educacional, que souberam compreender o meu desejo de crescimento pessoal e profissional e, sobretudo, por confiar em minha capacidade.

À Karina Oliveira, mais que uma “chefe, minha amiga, pessoa humana, que gentilmente atendeu meu pedido para fazer a correção textual dessa dissertação, só me resta dizer que “amigo é coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito dentro do coração”.

Aos amigos agradeço pela torcida e apoio.

Aos funcionários do Arquivo Público Municipal e da Escola Estadual Marcolino de Barros, que gentilmente colaboraram para a efetivação da pesquisa.

À cidade de Patos de Minas, cuja história foi responsável por materializar essa dissertação.

A Deus por permitir-me compartilhar dessa alegria com vocês.

Valeu a pena, esta conquista é nossa!

O estudo da história proporciona uma abertura semelhante àquela obtida nas viagens. Nos dois casos, deparamo-nos com “o outro”, no tempo e no espaço. Embora esse encontro não implique, necessariamente, uma mudança no olhar do estudioso da história ou do viajante, tornando-o menos etnocêntrico, por exemplo, certamente o contato com o “diferente” pode possibilitar, por similitude e diferença, uma maior compreensão de si próprio e de sua cultura. O contato com o “outro” pode nos mostrar o quanto somos universais e, ao mesmo tempo, particulares [...]. No encontro com personagens e paisagens que não são aquelas em que estamos imersos cotidianamente, deparamo-nos com um mundo diferente, original e, ao mesmo tempo, com o familiar, com o universal. Cabe-nos a sensibilidade, a disposição e a disponibilidade para, comparando, analisando, interpretando, descobrir os quês e os porquês de outras épocas, de outros lugares, que, a um só tempo, parecem tão próximos e tão distantes daquilo com que lidamos a cada dia.

## RESUMO

A pesquisa que ora apresentamos ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba - UNIUBE representa um estudo teórico e documental com o objetivo de compreender o processo de organização da instrução pública em Patos de Minas/MG no contexto republicano de 1889 a 1928. O marco temporal estabelecido se deve, em princípio, ao processo de formação da cidade de Patos de Minas ter ocorrido em períodos próximos à consumação da República e sua elevação à categoria de cidade, em 1892, em plena efervescência republicana. O ano de 1889 marcou a transição entre formas de governo e, conseqüentemente, marcou uma nova visão para a educação, sobretudo, para a instrução pública primária. A esse fato sobrepõe a justificativa de implantar reformas educacionais para organizar a instrução pública e ampliar as oportunidades educacionais para a população, fortalecendo, assim, os caminhos da modernização e do progresso na sociedade em configuração. O ano de 1928 representa o marco final, com a publicação dos últimos decretos que deram início à implantação da Reforma Francisco Campos em Minas Gerais. Para a execução dessa pesquisa, foi realizado o estudo historiográfico, ancorado pela Escola de Annales, a revisão da literatura especializada e a pesquisa documental, cuja base de dados é composta por um manancial de fontes como: jornais, legislações educacionais, termos de visita dos inspetores de ensino de época, atas da Câmara Municipal, atos do Executivo e correspondências trocadas entre diretores, inspetores e governo. Os jornais selecionados para análise foram: O Trabalho, O Commercio, Cidade de Patos e Jornal de Patos. Por meio desse estudo, pudemos concluir que a idealização e a materialização da instrução pública primária, ministrada nos grupos escolares, estabelecimentos exclusivamente criados para esse fim, era, na concepção dos republicanos, o instrumento eficiente para formar o cidadão e elevar o país à condição de nação civilizada. Dessa forma, à educação era confiada a nobre missão de formar o homem da República para a República, o homem urbanizado, civilizado e, principalmente, capaz de se adequar às novas regras de uma sociedade que buscava se alicerçar nos pilares do trabalho e da ordem pública. Transitando do contexto macro para o contexto micro, percebemos que Patos de Minas não foge a essa regra. Convencida pelas perspectivas de mudanças que poderiam ser geradas na sociedade por meio da instrução pública, a “elite” e a edilidade de Patos de Minas não mediram esforços para dotar o município com a instalação do Grupo Escolar em 1917, expressão máxima do progresso no campo da educação na cidade e base para outros melhoramentos vindouros.

**Palavras – chave:** Primeira República. Instrução Pública. Grupo Escolar. Patos de Minas.

## ABSTRACT

The research therefore presented, in a process of essay of Master's Program in Education, represents a theoretical and documental study with the objective to understand the organization process of the Public Institution in Patos de Minas between 1889 and 1928. The temporal post established refers, at first, to the formation process of Patos de Minas city, that occurred in periods next to the consummation of the Republic and its elevation to the category of city, in 1892, in full republican effervescence. The year of 1889 bounded the transition between forms of government and, in consequence, bounded a new vision for the education, overcoat for the Primary Public Instruction. This fact justifies the implantation of educational reforms to organize the Public Instruction and amplify the educational opportunities for the population, fortifying the modernization and progress directions in the society in configuration. The year of 1928 represents the final bound, with the implantation of the Francisco Campos Reform in the state of Minas Gerais. For the execution of this research, it was realized a historiographical study, with the leadership of the Annales School, revision of the specialized literature and the documental research of which data base is composed by many sources, like: newspapers, educational legislation, visit terms of the teaching inspectors in that time, reports of the town hall, acts of the Executive, and the mails changed between directors, inspectors and the government. The newspapers selected for the analysis were: O Trabalho, O Comercio, Cidade de Patos and Jornal de Patos. Through this study we could conclude that the idealization and materialization of the Primary Public Instruction, applied in the school groups, establishments created exclusively for this propose, the republicans believed to be the efficient instrument to mould the citizen and raise the country to the condition of civilized nation. This way, to the education it was given the noble mission of mould the man of the Republic for the Republic, the urbanized and civilized man, and most of all, the man able to adapt to the new rules of a society that looked for maintain itself in the pillars of the work and the public order. Changing from the macro to the micro context, we understand that Patos de Minas is not different from this rule. Convinced and glimmered for the change perspectives that could originate in the society through the Public Instruction, the elite of Patos de Minas didn't measure energy to install in the city the Scholar Group in 1917, maxim expression of the progress in the education in the city and the base for another improvements ever since.

**Keywords:** First Republic. Public Instruction. Scholar Group. Patos de Minas.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01- Capa de uma das edições do jornal “O Trabalho”.	24
FIGURA 02- Capa de uma das edições do jornal “O Commercio”.	25
FIGURA 03- Capa de uma das edições do jornal “Cidade de Patos”.	25
FIGURA 04- Capa de uma das edições do jornal “Jornal de Patos”.	26
FIGURA 05- Vista da antiga Matriz de Santo Antônio e do povo na Praça Dom Eduardo em 1916.	96
FIGURA 06- Mapa de Minas Gerais- destaque para a cidade de Patos de Minas.	97
FIGURA 07- Primeiro prédio do Grupo Escolar Marcolino de Barros e alunos (s/d).	108
FIGURA 08- Dr. Marcolino Ferreira de Barros – patrono do primeiro Grupo Escolar de Patos de Minas.	110
FIGURA 09- O mais antigo edifício público de Patos de Minas. Inaugurado em 1912. Patrimônio histórico – Decreto Municipal 1964/97.	113
FIGURA 10- Antiga residência do ex-presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Olegário Maciel. Construída em 1915. Patrimônio histórico – Decreto Municipal 1964/97.	113
FIGURA 11- Grupo Escolar Marcolino de Barros em sua versão definitiva, entregue à população patense em 1933.	115

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01- Índices de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades 54

QUADRO 02- Índice de escolaridade- Censo de 1920 56

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 01- Matrícula e frequência do Grupo Escolar Marcolino de Barros no período de 1917 a 1928.

124

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – O CENÁRIO BRASILEIRO NO CONTEXTO REPUBLICANO: LIMITES E POSSIBILIDADES REPRESENTADOS PELOS ANOS DE 1889 a 1928	32
1.1 Três concepções filosóficas no Brasil republicano	32
1.2 15 de novembro de 1889 o dia da consumação da nova fase no Brasil: a República	35
1.3 Percursos trilhados pela instrução pública no Brasil da Primeira República por meio das reformas educacionais	48
Considerações Parciais	61
CAPÍTULO 2 – ORGANIZAÇÃO E TRAJETÓRIA PERCORRIDA PELA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM TERRAS MINEIRAS DURANTE OS ANOS DE 1889 a 1928	64
2.1 Lei 41 de 1892: precursora para reformas no ensino mineiro nos primeiros anos de República	68
2.2 Reforma João Pinheiro: gênese e instituição dos grupos escolares e a busca pela modernização de ensino	72
2.3 Reforma Francisco Campos, uma análise acerca da tríade: modernidade, educação e configuração urbano-industrial	84
Considerações Parciais	91
CAPÍTULO 3 – O NASCEDOURO DE PATOS DE MINAS E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DE SUA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO CONTEXTO DE 1892 a 1928	93
3.1 Uma viagem histórica: Patos de Minas em sua gênese	93
3.2 A instrução pública por meio do Grupo Escolar: olhar da “elite” local	101
3.3 Edificados os tijolos do progresso: o Grupo Escolar era realidade em Patos de Minas	112
3.4 O diretor do Grupo Escolar	116
3.5 A instrução pública ministrada no Grupo Escolar patense	118
3.6 Funcionamento do Grupo Escolar e frequência dos alunos	123
Considerações Parciais	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	130
FONTES	136

FONTES ANEXAS	139
Documento encaminhado pelo Dr. Laudelino Gomes de Almeida ao Secretário do Interior em 30 de novembro de 1907.	140
<b>Atas da Câmara Municipal – Patos de Minas/MG</b>	142
<b>Anexo A-</b> Ata da sexta (6ª) sessão ordinária de fevereiro de 1907. Patos. Presidencia do Exmo. Senhor Dr. Olegário Maciel.	142
<b>Anexo B-</b> Ata da oitava (8ª) sessão ordinária da Câmara, Patos, 24 de setembro de 1913, Presidente Marcolino de Barros.	143
<b>Anexo C-</b> Ata da oitava (8ª) sessão extraordinária da Câmara. Patos, 16 de agosto de 1915, Presidente Marcolino de Barros.	145
<b>Anexo D-</b> Ata da terceira (3ª) sessão ordinária da Câmara. Patos, 07 de janeiro de 1916, Presidente Dr. Marcolino de Barros.	146
<b>Anexo E-</b> Ata da oitava (8ª) sessão ordinária da Câmara, Patos, 08 de agosto de 1916, Presidente Dr. Marcolino de Barros.	148
<b>Jornais – Patos de Minas/MG</b>	
<b>Anexo A</b> - O TRABALHO. Cidade de Patos. Anno1, nº2, 27 de agosto de 1905, p.1.	149
<b>Anexo B-</b> O TRABALHO. Cidade de Patos. Anno 1, nº4, 20 de setembro de 1905, p.3.	149
<b>Anexo C-</b> O TRABALHO. Cidade de Patos. Anno 2, n ° 4, 9 de dezembro de 1906, p.1.	150
<b>Anexo D-</b> O TRABALHO, Cidade de Patos. Anno 2, nº 11, 27 de janeiro de 1907, p.1.	151
<b>Anexo E</b> - O TRABALHO, Cidade de Patos. Anno 3, nº 62, 20 de agosto de 1908, p.1-2.	152
<b>Anexo F-</b> O COMMERCIO, Cidade de Patos. Anno 1, nº 32, 18 de junho de 1911, p. 1.	153
<b>Anexo G-</b> CIDADE DE PATOS. Anno 3 , nº 119. Patos, 10 de junho de 1917, p.1.	153
<b>Anexo H-</b> JORNAL DE PATOS. Cidade de Patos. Anno IV, nº 160, 8 de fevereiro de 1928, p.2.	154

### **Termo de instalação**

Termo de instalação, Grupo Escolar de Patos, 04 de junho de 1917. Maurício Pottier Monteiro, Inspetor Municipal. 155

### **Termos de visita – Inspetores Escolares**

**Anexo A-** Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Andalecia Gabriella Ferreira Lanas, 10 de junho de 1918. 156

**Anexo B-** Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Inspetor Regional Orlando Ferreira, 30 de outubro de 1918. 157

**Anexo C-** Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 16 de fevereiro de 1921, Inspector Regional da 15ª circunscrição, Honorio Guimaraes. 157

**Anexo D-** Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 6 de novembro de 1921, Inspetor Regional da 15ª, Honorio Guimarães. 161

**Anexo E-** Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 15 de outubro de 1924. Joaquim Gasparino P. de Magalhães. Inspector Regional do Ensino. 166

**Anexo F-** Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 26 de abril de 1926. Salatiel Rodrigues de Melo, Inspetor Técnico. 168

**Anexo G-** Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 27 de agosto de 1927. Antônio Dias Maciel. Inspetor Escolar Municipal. 169

## INTRODUÇÃO

*Implica a consciência de que, como toda pesquisa, a investigação histórica não é desinteressada. Conseqüentemente, o que provoca o impulso investigativo é a necessidade de responder a alguma questão que nos interpela na realidade presente. Obviamente isso não tem a ver com o “presentismo” nem mesmo com o “pragmatismo”. Trata-se, antes, de própria consciência da historicidade humana, isto é, a percepção de que o presente se enraíza no passado e se projeta no futuro. Portanto, eu não posso compreender radicalmente o presente se não compreender as suas raízes, o que implica o estudo de sua gênese.<sup>1</sup>*

Na perspectiva de considerar a educação como fonte de inesgotável investigação e preocupação essencial do Brasil e do mundo, torna-se indispensável o aprofundamento de estudos teórico-práticos para entender os fios e as tramas da tessitura dos saberes construída em cada contexto histórico. Assim, a pesquisa que ora apresentamos, num processo de dissertação ao Programa de Mestrado em Educação, representa um estudo teórico e documental no campo da história da educação com o objetivo geral de compreender como se desenvolveu o processo de organização da instrução pública no município de Patos de Minas (MG)<sup>2</sup> no contexto republicano de 1889 a 1928. Como objetivos específicos, buscamos:

- estabelecer aproximação entre a literatura especializada e a organização da instrução pública nesse município durante a Primeira República, a partir da análise das legislações educacionais, dos termos de visita dos inspetores de ensino, das atas da Câmara Municipal, dos atos do Executivo e da imprensa local;
- descrever as concepções educacionais referentes ao processo de organização da instrução pública externadas pelas elites<sup>3</sup> da sociedade patense;
- enfim, contribuir para a discussão da história da educação regional entre educadores e pesquisadores que têm como campo de pesquisa a região do Alto

---

<sup>1</sup> SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados 2007, p. 4.

<sup>2</sup> Os memorialistas Geraldo Fonseca (1959 e 1974) e Oliveira Mello (1971 e 2008) relatam que o casal Antônio Joaquim da Silva Guerra e Luiza Corrêa de Andrade doou terras em 1826 para Santo Antônio com o objetivo de construir um templo e, sobretudo, acomodar os povos que cortavam essas estradas rumo a Paracatu em busca de minas de ouro. A partir de então, originou-se o Arraial de Santo Antônio da Beira do Paranaíba. Passados os anos, houve a criação da vila, em 1866, e, em 1868, sua instalação. A vila foi elevada à categoria de cidade em 24 de maio de 1892, pelo presidente do Estado de Minas Gerais.

<sup>3</sup> O conceito de elite usado neste estudo refere-se a “[...] grupos funcionais, sobretudo ocupacionais, que possuem status elevado (por uma razão qualquer) em uma sociedade”. BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, p.15). Em Patos de Minas, a elite incluiria não apenas a classe dominante em termos econômicos e políticos, mas também jornalistas, professores e intelectuais em geral etc.

Paranaíba e Triângulo Mineiro, promovendo a interlocução entre o estudo regional e nacional.

Partindo dos objetivos propostos, a compreensão da história da educação nacional, estadual e regional, torna-se importante para se compreender, com maior eficiência, o desenvolver da educação local. A tendência de se realizar estudos mais localizados tem possibilitado

um aprofundamento de certos temas e uma complexificação na compreensão do passado de determinados fenômenos educativos que, anteriormente, eram visualizados apenas panoramicamente. Tem sido comum, por exemplo, no Brasil, que os pesquisadores de diversos estados procurem compreender determinados movimentos educacionais naquela realidade específica. Isso tem provocado uma verdadeira revisão daquilo que antes se tinha como verdade para todo o País e que, muitas vezes, só servia para compreender a realidade de São Paulo ou do antigo Distrito Federal, por exemplo. Muitas vezes, estudos realizados em alguns locais que, contemporaneamente, são mais fortes econômica e politicamente, generaliza (va) m as suas conclusões para a realidade do País em sua totalidade [...]. Generaliza (va)-se para o país o que é (era) específico somente para uma parte dele.<sup>4</sup>

Fundamentados nesse pressuposto, elegemos Patos de Minas como perspectiva de abordagem para a história da educação na dimensão local. Assim, esse estudo se constrói, sem perder de vista o diálogo de natureza maior, a história da educação no âmbito nacional. Segundo Revel, a interlocução entre história local e história nacional é passível de possibilidades, mas também exprime desafios, pois:

[...] não existe, portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrossociais: é versão diferente.<sup>5</sup>

Logo, a ênfase na história local incide sobre as particularidades que se queira determinar em relação aos fios e tramas que compuseram a tessitura da organização da instrução pública patense na República Velha. Nesse viés, cada detalhe ganha características e significados peculiares que não constam na análise de uma macroestrutura.

A escolha pela história da educação como área de pesquisa é resultado da soma de

<sup>4</sup> LOPES, Eliane; GALVÃO, Ana Maria. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A 2001 p.41-42.

<sup>5</sup> REVEL, Jacques. **Microanálise e construção do social**. In: Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 16.

fatores acadêmicos e profissionais. Acadêmicos, devido à afinidade e gosto despertados a partir do estudo de algumas disciplinas voltadas para a discussão da história educacional brasileira, tanto na graduação em Pedagogia quanto no programa de Mestrado em Educação. Profissionais, pelos constantes estudos exigidos para o exercício das atribuições inerentes ao meu cargo de Analista Educacional na Superintendência Regional de Ensino de Patos de Minas e também para o exercício da profissão docente. O envolvimento com pesquisas nessa área, muitas vezes, gera, para o Pedagogo, desconforto, pois

[...] de um lado, os colegas educadores tendem a não considerar o que fazem relevante para a compreensão do fenômeno educativo e, sobretudo para a transformação das práticas educativas; de outro, não são aceitos pela corporação dos historiadores de ofício. Há ainda certo preconceito que segrega os historiadores da educação que, mesmo com habilidade e competência e tratando de temas para os quais são os mais indicados para investigar- principalmente quando se pensa que a educação é objeto da cultura e que a cultura é o cerne da Nova História cultural -, não gozam de prestígio e credibilidade acadêmica junto aos historiadores por formação. Parece haver uma tentativa maior de aproximação da História da Educação em direção à História do que o contrário.<sup>6</sup>

Embora haja essa situação de desconforto, os estudos na área da história da educação têm possibilitado o entendimento de certos fenômenos educativos que há muito nos intrigam, como, por exemplo, o processo de organização da instrução pública em Patos de Minas no período de fermentação republicana em torno da educação. Meu primeiro contato concreto com fontes históricas foi com a criação, em 2002, do Núcleo de Pesquisas em História da Educação no Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM, responsável por iniciar algumas pesquisas nessa área, das quais fazia parte. Uma das ações iniciais empreendidas por esse núcleo foi a realização de um levantamento pormenorizado, no Arquivo Público Municipal, visando recuperar todas as informações relativas à educação que apareciam na imprensa local. Da experiência adquirida com esse trabalho catalográfico e a partir do contato com importantes documentos ligados à educação regional, amadureceu a preocupação dos membros desse núcleo em proceder à análise e interpretação de outros documentos que permitiriam a identificação das correntes de pensamento que sustentaram o processo de organização da educação pública em Patos de Minas viabilizando, dessa forma, a compreensão tanto do processo de crescimento material – fundação, ampliação de escolas - como também das ideias, das representações e dos jogos de poder que se faziam presentes

---

<sup>6</sup> LOPES, Eliane; GALVÃO, Ana Maria. 2001 p.32-33.

nesse processo e que se encontravam dispersos na documentação, em particular nas Atas da Câmara Municipal, principalmente no final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Essa pesquisa, ao mesmo tempo em que constitui parte do projeto “A organização da Instrução Pública nas cidades de Uberabinha e Patos de Minas: educação e civilização (1888-1930)”, desenvolvida por um grupo de pesquisadores na área da História da Educação Brasileira, coordenado pela professora Dra. Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho e financiado pela MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 07/2011, representa também a conclusão de ações iniciadas na graduação. No que se refere ao estudo da história da educação na região do Alto Paranaíba, em especial no município de Patos de Minas, de forma sistematicamente organizada, é uma manifestação recente, data de 1993, com a implantação do projeto de “Levantamento e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias de Interesse para a História da Educação Brasileira e do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba”, ligado a uma proposta nacional estruturada a partir da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas-UNICAMP, sob a coordenação geral do professor Dr. Dermeval Saviani. Trabalho esse realizado até fins de 1996, e, a partir de 1997, iniciaram-se

estudos voltados para temáticas histórico-educacionais singulares, tais como os voltados para a história das instituições escolares, para a notícia educacional veiculada por jornais e revistas e para a história das disciplinas escolares<sup>7</sup>.

Por se tratar de uma pesquisa voltada para a temática histórico-educacional, a delimitação do período de estudos é indispensável. Contudo, não constitui algemas, podendo os estudos retroceder ou avançar alguns anos visando melhor compreensão para a proposta de pesquisa. Desse modo, o marco inicial estabelecido foi o ano de 1889, com a proclamação da República, acontecimento histórico que marcou a transição entre as formas de governos da Monarquia para a República, período esse em que os novos governantes não só se colocaram na condição de inauguradores de uma ordem política superior em oposição ao Império, mas também na situação daqueles que se propõem a reorganizar a própria nação brasileira, instituindo novos valores, símbolos cívicos, heróis, leis, etc. O marco final é o ano de 1928 – ano de publicação dos últimos decretos que criaram a reforma educacional<sup>8</sup> Francisco

---

<sup>7</sup> ARAUJO, José Carlos Souza “Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro – a revista A Escola (1920-1921)”. In ARAUJO, José Carlos Souza. & GATTI, Junior Décio (Orgs). **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. – (Coleção memória da educação) 2002, p.111.

<sup>8</sup> O termo reforma comporta diferentes interpretações. Nessa pesquisa, utiliza-se o sentido de “[...] expressar uma expectativa de mudança deliberada voltada ao aprimoramento de um sistema educativo no todo ou em parte. A reforma pode ser tida como medida acionada pelo poder público, que acaba traduzido na legislação educacional,

Campos durante o governo de Antônio Carlos de Andrada em Minas Gerais. Nesse recorte temporal, a educação se apresentava, na maioria das vezes, como a redenção de uma nação marcada pelo analfabetismo, pelo atraso técnico, pela base econômica e política de origem rural, sendo necessária sua organização de forma rápida, porém eficiente. Para consolidar essa sociedade diferenciada proposta pela República, seria imprescindível a formação de um novo cidadão, responsável pela nova ordem, respeitando as normas e trabalhando para o engrandecimento do país.

A nova forma republicana, ao mesmo tempo em que trazia avanços, gerava também dificuldade para conviver com a alternância de poderes. Essa rotatividade implicava em sucessivas legislações e reformas educacionais na tentativa de melhor organizar a instrução pública, visto que a educação não poderia se desenvolver espontaneamente; era necessário direcionamento e controle sobre a ação dessa instituição redentora. Nessa perspectiva, o século XIX serviu de palco para os debates sobre o papel que assumiria a instrução no processo do desenvolvimento brasileiro, da consolidação da nacionalidade e da criação de condições para a prática da cidadania. Assim,

[...] o regime republicano brasileiro nasce sob a concepção de que caberia à educação um importante papel na configuração da nação brasileira. É com esse viés que o tema do analfabetismo é posto na mesa das discussões; tratava-se de superá-lo, para ver superada uma vergonha nacional.<sup>9</sup>

A instituição da República propiciou ao país a vivência de fases de abertura e movimentos que eram passíveis de mudar o panorama e as bases da sociedade em formação, sempre ancorados pela educação como a chave para a inserção das camadas populares na marcha do progresso e, sobretudo, para a formação de verdadeiros seres humanos. Nessa euforia, por civilizar a sociedade e formar o novo cidadão da e para a República, a via considerada mais eficiente e que promoveria uma instrução quase que em “massa” foi materializada com a instituição dos grupos escolares. Esses estabelecimentos se constituíram em espaços destinados exclusivamente para a instrução, sendo considerados os verdadeiros

---

mediante leis, decretos-leis e outros instrumentos normativos”. VIEIRA, Sofia Lerche. Autora e Organizadora. *Leis de reforma da educação no Brasil: Império e República*. Colaboradores: Eveline Ferreira Feitosa et al. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

<sup>9</sup>ARAÚJO, José Carlos Souza “Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro – a revista *A Escola* (1920-1921)”. In ARAÚJO, José Carlos Souza. & GATTI, Junior Décio (Orgs). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. – (Coleção memória da educação) 2002, p.111.

‘templos do saber’.<sup>10</sup> Além desse importante acontecimento, a liberdade, a laicidade, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino também foram medidas tomadas para a instrução primária. Foi esse clima de calorosos debates e entusiasmo pela tão nobre missão destinada à instrução pública primária que envolveu, logo nos primeiros anos do século XX, a “elite” política patense, na ocasião formada por “coronéis”, “doutores”, “majores”, nas discussões e convicções disseminadas pela República. Essa “elite” desejava para Patos de Minas os louros da urbanidade, da civilidade, da modernidade e do progresso, aspectos reiteradamente devotados pelos discursos republicanos. Em se tratando de instrução no município de Patos de Minas, em 1853, foi baixada pelo governo da Província uma portaria criando uma cadeira de instrução primária na Freguesia de Santo Antônio dos Patos, mas tal atitude não foi suficiente para resolver o problema da instrução, ou melhor, da falta de instrução.<sup>11</sup> Questões dessa natureza serão analisadas, com maior proficuidade, nos capítulos que compõem essa dissertação.

Quanto às discussões decorrentes da centralização ou descentralização do ensino, a falta de orientação nacional com relação aos procedimentos instrucionais e à ausência de determinações específicas para a instrução primária na Constituição Federal de 1891 disseminava insegurança em relação ao conteúdo das propostas estaduais de reforma, o que acarretaria, provavelmente, heterogeneidade de resultados. Arelada à questão da centralização ou descentralização, a municipalidade brasileira será responsabilizada, ao mesmo tempo em que os estados, pela implantação da instrução pública em seus domínios. Essa questão do envolvimento do município nas coisas da instrução aparece como reflexo da transmissão aos estados da responsabilidade pela instrução pública popular. Decorridos três anos pós-proclamação da República, e um ano pós-publicação da Constituição Federal Republicana de 1891, em Minas Gerais surgiu a Lei nº 41 de 03 de agosto de 1892, também conhecida por Reforma Afonso Penna, cuja finalidade era reformar a instrução pública em seus diversos níveis. Nessa Reforma, é possível perceber a preocupação do legislador com a descentralização do ensino, pois “o ‘Conselho Superior’ então criado era um órgão central que, não obstante, não interferia em muitos detalhes da administração escolar que era de

---

<sup>10</sup> Cf. SOUSA, Rosa Fátima 1998. Verbete sobre Grupos Escolares disponível em [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_grupo\\_%20escolar.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_grupo_%20escolar.htm) Onde a autora discorre sobre a temática sobre Grupos Escolares será discutida nos capítulos subsequentes.

<sup>11</sup> FONSECA, Geraldo. 1974 **Domínios de Pecuaríes e Enxadachins**: História de Patos de Minas. Belo Horizonte: Ingrabras, 1974. Coleções Especiais: Autores Patenses.

competência regional ou local”<sup>12</sup>. Desse modo, pode-se inferir que a responsabilidade pelo encaminhamento da instrução pública encontrava-se também destinada às administrações municipais. Em 1907, o deputado Dunshee de Abranches em discurso afirma que

entre as faculdades e serviços que devem ser concedidos e cometidos aos poderes regionais, sobreleva a difusão e desenvolvimento da instrução, que lhes incumbe ministrar conforme a maneira de ver que lhes é própria e segundo as condições especiais de sua vida local. Daí sustentarem liberalmente alguns constitucionalistas nossos que, pela Constituição republicana, o ensino primário pertence às municipalidades.<sup>13</sup>

Nesse sentido,

o município passou a dispor de uma administração e de órgãos específicos para o fomento da instrução pública. As autoridades e as elites locais aproveitaram o ensejo para formarem e politizarem os seus cidadãos. A integração municipal encontrou na instrução pública uma nova oportunidade e um fator de construção de identidade.<sup>14</sup>

No entanto, apesar de existirem as legislações estaduais, os municípios também podem estabelecer o seu *corpus* legislativo, contendo os princípios e as regras de funcionamento do ensino tendo em vista as características peculiares de cada localidade. Logo, na tentativa de se compreender como se desenvolveu o processo de organização da instrução pública em Patos de Minas no contexto de 1889 a 1928, elencamos duas questões norteadoras para não nos perdermos diante de tantos caminhos que se apresentaram aparentemente como possíveis para resolução da problemática pesquisada. Essas questões são:

- O que versam as atas da Câmara Municipal, os atos do Executivo, as legislações educacionais, os termos de visita dos inspetores de ensino e as reportagens da imprensa local de época em relação ao processo de organização da instrução pública em Patos de Minas no contexto da Primeira República?

<sup>12</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. Belo Horizonte. Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962. Capítulo II- A Reforma do Ensino Primário de 1892, p.25.

<sup>13</sup> ABRANCHES apud ANTUNHA, Heladio Cesar Gonçalves. **A instrução na Primeira República**. Primeira parte: A União e o ensino primário na Primeira República. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), 1975, p.28.

<sup>14</sup> GONÇALVES NETO & MAGALHÃES, Justino. **O local na história da educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil**. 2009, p, 16. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4894/1/O%20local%20na%20Hist%C3%B3ria%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 17 set. 2012. Para maior compreensão da relação entre município e educação em Minas Gerais Cf. GONÇALVES NETO, Wenceslau. **O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano**. In CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 4. 2007, Juiz de Fora. Anais. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 07-10 maio 2007, 15 p. 1 CD-ROM.

- Que influências a Primeira República exerceu sobre as concepções educacionais referentes ao processo de organização da instrução pública externadas pela “elite” e edilidade da sociedade patense?

Para responder a esses questionamentos, realizamos um estudo historiográfico, utilizando a revisão da literatura especializada e da pesquisa documental. Na concepção de André Cellard (2008), respaldamos o uso da terminologia pesquisa documental, e, em sua visão, “uma pessoa que deseja empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um corpus satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes”<sup>15</sup>. Em se tratando de “pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”<sup>16</sup>. Nesse sentido, é necessário que os pesquisadores do campo das ciências sociais tenham clareza entre fontes primárias e secundárias. A esse respeito tem-se o entendimento de que

as fontes primárias são dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos a serem analisados, ou seja, é o pesquisador (a) que analisa. Por fontes secundárias, compreende-se a pesquisa de dados de segunda mão, ou seja, informações que foram trabalhadas por outros estudiosos e, por isso, já são de domínio científico, o chamado estado da arte do conhecimento.<sup>17</sup>

Em face dos breves posicionamentos expostos, salientamos que a temática referente à pesquisa documental não se esgota nesses autores, mas a proposta dessa pesquisa converge para os postulados teóricos defendidos por eles. Quanto aos estudos historiográficos referentes à escrita da história, estão fundamentados na corrente de pensamento da Escola de Annales. Essa Escola surgiu do movimento constituído por pesquisadores em torno da revista acadêmica “Revue des Annales”, cujas diretrizes são assim expressas:

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social e tantas outras.<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes 2008, p.298.

<sup>16</sup> OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007, p. 70.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 70

<sup>18</sup> BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 17-18. Tradução Nilo Odalia.1997.

Os presságios dessa nova forma de se fazer História afirmam que “toda fonte histórica exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro”.<sup>19</sup> Nessa perspectiva, o acontecer histórico se faz

[...] a partir dos homens. Daí o documento histórico se produzir com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Nesse caso, ao documento incorporam-se outros de natureza diversa, tais como objetos, signos, paisagens, etc.<sup>20</sup>

Desse modo, em 1929, o “fazer histórico” ganhou uma nova denotação a partir dos pressupostos da Escola dos Annales. Para a narrativa histórica, configurada nessa visão, não interessa somente os grandes feitos dos grandes homens ou heróis, tão valorizados pela historiografia tradicional, mas interessa, sobretudo, os elementos de bastidores que são pouco explorados, como, por exemplo, pais, crianças, professores, etc. É esse o novo cenário historiográfico responsável por propiciar

[...] novas interpretações dos fenômenos históricos, em particular daqueles relacionados com as formas educativas, exigindo que se acompanhassem sua formação, seu desenvolvimento e suas inter-relações/implicações com o Estado, a sociedade e as instâncias municipais. Noutros termos, buscam-se formas distintas de abordagem dos fenômenos educativos: sejam legais (reformas e leis educacionais), pedagógicos (métodos de ensino e práticas educativas), didáticos (manuais, revistas e impressos escolares em geral), instituições (arquitetura e cultura escolar) para se compreender a história da educação segundo uma reflexão que a conceba como domínio científico com referência à história e à educação.<sup>21</sup>

Essa nova maneira de se “fazer história” validada pela renovação historiográfica proposta pelos Annales, há relação, na concepção de Paul Veyne (2008), entre conhecimento histórico e literatura, na medida em que

os recursos que o historiador dispõe não diferem muito daqueles disponíveis ao romancista: ambos se apropriam de personagens e eventos (factuais ou não) e os ordena e significa para envolver o leitor num mundo a que este não acede a não ser pela linguagem empregada por quem narra.<sup>22</sup>

<sup>19</sup> LE GOFF, Jacques. **Documento e monumento**. In História e memória. Trad. Irene Ferreira et al. Campinas, Editora da Unicamp, 1996 p. 10.

<sup>20</sup> VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A pesquisa em história**. 3ª ed. São Paulo: Ática 1995 p.14-15.

<sup>21</sup> CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. **Contribuições à história do Município Pedagógico no Brasil e em Portugal**: estudo comparado dos casos de Uberabinha e Mafra, 2010 p. 3-4. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP- São Paulo.

<sup>22</sup> VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 12.

É nesse rastro, nessa nova forma de historiar a educação, que essa pesquisa buscou a compreensão do processo de organização da instrução pública patense em tempos de Primeira República.

Em se tratando de pesquisa documental, o conceito de documento utilizado alinha-se aos postulados da Escola de Annales e faz referência a toda produção humana que traz as intencionalidades, as ações, sua forma de viver e atuar em um dado contexto histórico. No processo de (re) constituir o passado, os documentos devem ser analisados e entendidos dentro do contexto específico de interação. Desse modo, possibilitam o conhecimento e compreensão dos processos sociais e acontecimentos históricos, ao longo do tempo. A partir desses dados, é possível recuperar as relações, os conflitos de poder, a formação das alianças, a ascensão e queda de grupos políticos, a ideologia dominante, as principais representações, etc.

As fontes utilizadas compõem-se de livros e artigos que versam sobre a Primeira República, e a base de dados utilizada para pesquisa documental, armazenada no Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte, Arquivo Municipal, no Patrimônio Histórico de Patos de Minas e na Escola Estadual Marcolino de Barros, é composta por fotos, jornais, legislações educacionais, termos de visita dos inspetores de ensino, atas da Câmara Municipal e Atos do Executivo. Os jornais analisados foram: *O Trabalho*, *O Commercio*, *Cidade de Patos* e *Jornal de Patos*. Iniciamos a pesquisa nos jornais patenses a partir do ano de 1905, pois em período anterior a essa data, não havia periódicos de produção própria do município<sup>23</sup>. A circulação iniciou-se com o jornal “O Trabalho”, que teve a primeira publicação em 1905. Acerca desses periódicos, temos algumas considerações a fazer referentes aos seus históricos e características.

O Jornal “O Trabalho”, o primeiro jornal de Patos de Minas, surgiu em 15 de agosto de 1905, foi fundado por Dr. Antônio Nogueira de Almeida Coelho, então promotor de justiça da Comarca durante 04 anos, tendo como diretor Fortunato Pinto da Cunha. A esperança de seus criadores era que sua vida fosse longa para que o município "generoso" que os acolheu, fosse conhecido "lá ao longe" como seus "inumeráveis thesouros que elle guarda em seu seio", aí sendo citada a indústria agrícola-pastoril e ainda a indústria metalúrgica. O programa do periódico perpassava pela necessidade que viam de apoiar e reforçar as lutas ou os lutadores empenhados em sustentar e defender "o progresso material e intellectual deste vasto

---

<sup>23</sup> Cf. também MATOS, Márcia Helena Rodrigues de. **Educação e imprensa em palcos republicanos**: análise dos jornais de Patos de Minas/MG (1889-1930). Dissertação de (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, da Universidade de Uberlândia/UFU, Uberlândia, 2009.

e rico município e dos seus circumvisinhos". Manuscrito no “stencil” e depois rodado no processo litográfico, teve, em sua primeira fase, a duração de 04 anos, circulando, portanto, até 1909. A sua segunda fase iniciou-se em 1920.

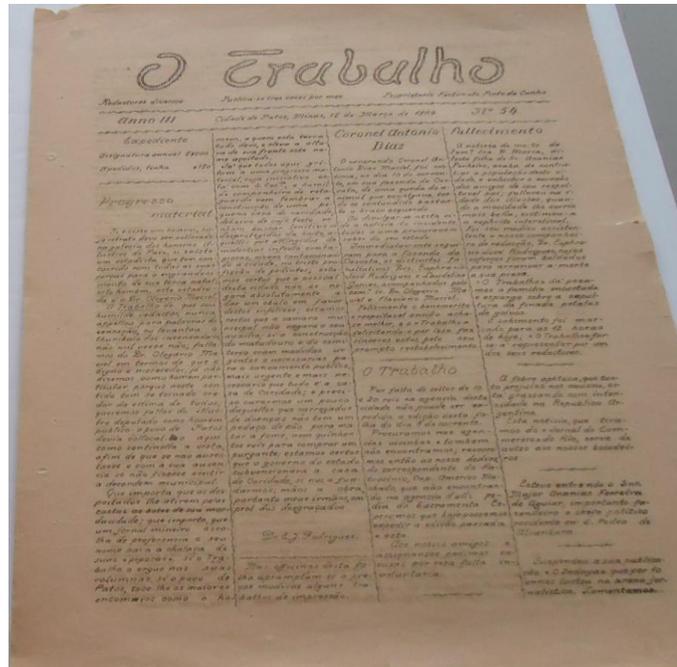


FIGURA 1. Reprodução meramente ilustrativa da capa de uma das edições do jornal *O Trabalho* 1905, escolha aleatória.

Fonte: Diretoria de Memória e Patrimônio de Patos de Minas-DIMEP. Acervo Documental de Imagens. MuP- Museu da Cidade de Patos de Minas.

A circulação desse jornal serviu de estímulos para que outros pudessem compor a imprensa patense e também contribuir para a veiculação de reportagens, notícias e informações quanto aos acontecimentos nacionais, regionais e locais.

O jornal “O Comercio”, com circulação semanal, “apresentando conteúdo informativo noticioso, cultural, social, comercial, literário, do tipo tabloide, periódico de circulação local, surgiu no ano de 1910”. O diretor proprietário e redator foi o jornalista Alfredo Borges.



FIGURA 2. Reprodução meramente ilustrativa da capa de uma das edições do jornal *O Commercio* 1910, escolha aleatória.

Fonte: Diretoria de Memória e Patrimônio de Patos de Minas-DIMEP. Acervo Documental de Imagens. MuP-Museu da Cidade de Patos de Minas.

Posterior a esse periódico, a imprensa de Patos é agraciada com a fundação do jornal “Cidade de Patos” em 1915. Periódico de alcance local, frequência semanal, sempre publicado aos domingos. Circulou entre os anos de 1915 e 1917. Como o próprio jornal se define: “órgão noticioso destinado a assuntos gerais do município”. O jornal foi fundado por Marcolino de Barros, seu proprietário. Foram redatores os médicos, Dr. Adélio Maciel e Dr. Euphrasio Rodrigues, e o juiz municipal, Dr. Maurício Pottier Monteiro.



FIGURA 3. Reprodução meramente ilustrativa da capa de uma das edições do jornal *Cidade de Patos* 1915, escolha aleatória.

Fonte: Diretoria de Memória e Patrimônio de Patos de Minas-DIMEP. Acervo Documental de Imagens. MuP-Museu da Cidade de Patos de Minas.

O último jornal que compõe o manancial de fontes referentes à imprensa utilizadas nessa pesquisa é o periódico “Jornal de Patos”. “Semanário, político, literário e noticioso, órgão do Partido Popular, foi lançado, em Patos de Minas, no ano de 1924, sob a direção e redação de José Olympio Borges e gerência de José Gonçalves de Amorim”. O jornal circulou até o ano de 1928.

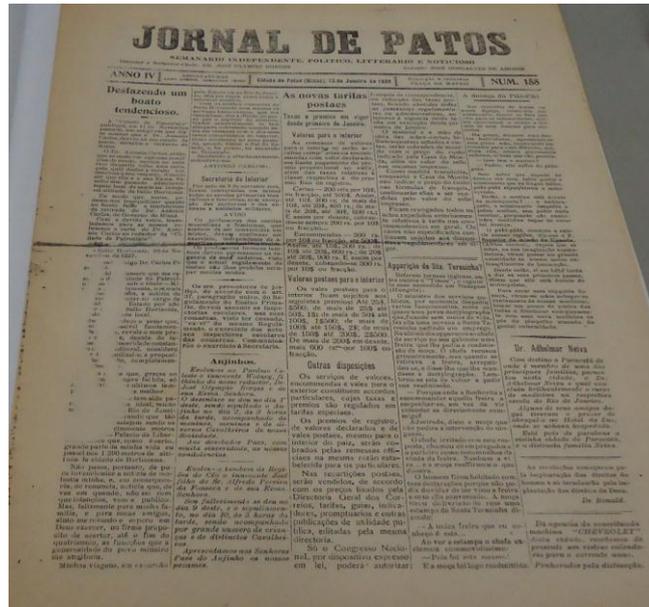


FIGURA4. Reprodução meramente ilustrativa da capa de uma das edições do periódico *Jornal de Patos* 1928, escolha aleatória.

Fonte: Diretoria de Memória e Patrimônio de Patos de Minas-DIMEP. Acervo Documental de Imagens. MuP-Museu da Cidade de Patos de Minas.

Em termos de imprensa jornalística, Patos de Minas se mostra relevante. Havia, no contexto republicano, vários periódicos em circulação e os artigos neles veiculados constituem valiosa fonte para a recuperação da história e dos caminhos trilhados pela educação patense, pois

a imprensa, especializada ou não, em muito contribuiu para se historiar as pistas deixadas pelo pensamento educacional ao longo deste século no Brasil e, em especial, na região do Triângulo Mineiro, pois nos permitiu encontrar um cabedal enorme de informações das mais variadas formas do pensamento pedagógico.<sup>24</sup>

<sup>24</sup> CARVALHO, Carlos Henrique. **República e Imprensa: as influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honório Guimarães**. Uberlândia: Edufu, 2004 p. 57.

Os jornais, apesar de trazerem visão momentânea de um determinado acontecimento, nos permitem acompanhar seu percurso por meio de múltiplas informações compiladas e cronologicamente organizadas, tornando-se uma fonte valiosa na medida em que

condensam toda uma informação, dispersa e esquecida, em milhares e milhares de páginas publicadas ao longo do período que escolhemos. Informação que, em muitos casos, não se encontra em outras fontes a que recorre o historiador. Justifica-se, pois, inteiramente a vantagem em dispor de um instrumento que facilite a pesquisa, tornando as fontes mais acessíveis numa ordem temática e cronológica.<sup>25</sup>

Na abrangência da história da educação, Antônio Nóvoa, considera a imprensa da educação como uma fonte importante, pois traz revelações referentes às múltiplas facetas da dimensão educacional a partir de vários elementos e aspectos. Em sua concepção,

a imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação. São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia.<sup>26</sup>

Embora a pesquisa em fontes documentais tenha apresentado caráter de significância nas pesquisas educacionais por participar do cotidiano da História Educacional e por poder descrevê-la por outras vertentes que não seja a visão ou a interpretação do historiador, sua utilização às vezes se torna precária devido às suas condições de conservação e organização. O estudo da imprensa ainda constitui um campo “inovador, tanto no que diz respeito à temática, quanto às fontes de pesquisas a serem utilizadas”.<sup>27</sup> A imprensa de cunho jornalístico veicula a opinião de vários sujeitos envolvidos no processo, permitindo que um fato seja compreendido por vários vieses. Desse modo, interessa-nos compreender como os assuntos inerentes ao campo da educação e do pensamento pedagógico eram abordados nos discursos dos articulistas dos jornais de Patos de Minas. Nessa análise, não desconsideramos, em momento algum, a probabilidade de a imprensa, ao mesmo tempo em que exercer a função

---

<sup>25</sup> ADÃO, Aurea; MATOS, Sérgio. **A imprensa periódica: memória da educação.** In: TEODORO, Antônio (Org). *Histórias (re) construídas.* São Paulo: Cortez 2004, p.61.

<sup>26</sup> NÓVOA, Antônio. **A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português.** São Paulo: Escrituras, 1997. Apud CARVALHO, Carlos Henrique. 2004 p. 51.

<sup>27</sup> CARVALHO, Carlos Henrique, 2004, p.58.

de representante de uma visão de mundo e testemunhar acontecimentos educacionais, ser também um instrumento para disseminação e legitimação das ideias da política dominante.

Diante do tema e da problemática posta para estudo, optamos por trabalhar com esses conjuntos de fontes históricas, pois estamos convictos de que “trabalhados, isto é, recortados e reagrupados, poderão servir de base à operação propriamente historiográfica, ou seja, à interpretação e à escrita”.<sup>28</sup> Essas fontes constituíram matéria-prima importante para recuperar o percurso da história da instrução pública patense em torno dos ideais salvacionistas da educação propostos pelo discurso republicano para a (re) construção da nação, pois “a educação intelectual [...] que nos dará elementos indispensáveis ao progresso, à civilização e à grandeza das nações”.<sup>29</sup>

A partir do estudo dessas fontes, pudemos entender que cada período histórico, seja em um país, em um estado ou em uma região, deixa como herança para a posteridade algumas categorias com as quais as elites tentam difundir sua ideologia e, às vezes, aquelas com as quais os setores dominados procuram – nem sempre conseguindo – resistir à manipulação. Pudemos entender também alguns aspectos que os setores dominantes montam, convencem/impõem ao restante da população, em torno das quais procuram justificar suas atitudes. Esse manancial de fontes permitiu a articulação entre o contexto social, político, econômico e cultural, local e nacional, vivenciado durante a República Velha.

Para compreender os fios e as tramas do processo de organização da instrução pública patense, o percurso metodológico trilhado, tivemos, como ponto de partida, a definição das categorias de análise em confluência com os objetivos da pesquisa. A respeito da formulação dessas categorias, nos respaldamos na afirmativa de que

não existem normas fixas nem procedimentos padronizados para a criação de categorias, mas acredita-se que um quadro teórico consistente pode auxiliar uma seleção inicial mais segura e relevante. [...] Em primeiro lugar [...] faça o exame do material procurando encontrar os aspectos relevantes. Verifique se certos temas, observações e comentários aparecem e reaparecem em contextos variados, vindos de diferentes fontes e diferentes situações. Esses aspectos que aparecem com certa regularidade são a base para o primeiro agrupamento da informação em categorias. Os dados que não puderem ser agregados devem ser classificados em um grupo à parte para serem posteriormente examinados.<sup>30</sup>

<sup>28</sup> LOPES, Eliane; GALVÃO, Ana Maria. 2001 p. 79.

<sup>29</sup> VERÍSSIMO, José. **A Educação nacional**. 3ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p.145. A *educação nacional* (1890) foi reeditada com ampliações em 1906, no Rio de Janeiro, pela Francisco Alves. Nessa segunda edição, o autor inclui um prefácio no qual apresenta um balanço das primeiras medidas adotadas pelo Ministro Benjamin Constant na recém-criada pasta da Instrução Pública, 1890. A terceira edição é lançada em 1985. As próximas referências a José Veríssimo provêm da edição lançada em 1985.

<sup>30</sup> LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986 p. 43.

Partindo desse pressuposto, foram definidas como categorias de análise para condução desse estudo: modernização, ordem, progresso, civilização, analfabetismo, reformas educacionais, instrução pública primária, grupo escolar e frequência escolar.

Definidas as categorias de análise, passamos à coleta de dados e informações nos artigos de jornais da imprensa local, nos termos de visita dos inspetores, nas atas da Câmara Municipal e nos Atos do Executivo. De posse das informações, selecionamos as que representam, de forma mais completa, a realidade em estudo. Essa fase é de quantificação, de análise e, ao mesmo tempo, de leituras das principais obras que versam sobre a história da educação em âmbito nacional e estadual, para conhecimento do movimento em sua totalidade e não apenas dos aspectos conjunturais contidos nas informações coletadas. Dessa forma, foi possível estabelecer as primeiras aproximações entre os fatos informados pelas diversas fontes trabalhadas com a política educacional nas esferas nacional, estadual, regional e local. Posteriormente, tentamos estabelecer algumas reflexões acerca da realidade política estadual e local, para entender a influência da “elite” e de suas lideranças defronte ao processo de organização da instrução pública em Patos de Minas no contexto da República Velha.

Numa pesquisa documental, devem-se mencionar os fatos, mas torna-se fundamental que o pesquisador interprete os fatos mencionados nos documentos, uma vez que, sem esse tratamento, eles não falam por si só, “os documentos não existem isoladamente, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que seu conteúdo seja entendido”<sup>31</sup>. O passo seguinte foi a análise dos dados de acordo com a problemática da pesquisa e do quadro teórico. Essa análise consistiu no desmembramento do objeto de estudo observando as citações, frases, palavras ou ideias que mais se repetiam de modo a perceber o peso que o autor deu para um determinado assunto. Pressupõe que o texto possui significados ocultos que precisam ser lidos nas entrelinhas e que a “mensagem pode ser apreendida, decompondo-se o conteúdo do documento em fragmentos mais simples, que revelem sutilezas contidas em um texto”.<sup>32</sup> Para apropriar da significância dessas categorias, foi preciso identificá-las ao longo de todo o percurso, descrevendo e comparando suas trajetórias, inclusive, procurando perceber como manifestaram suas linhas de ascensão e/ou declínio. Desse modo,

[...] o conhecimento em geral, e, especificamente, o conhecimento histórico educacional configura o movimento que parte do todo caótico (síncrise) e atinge, por meio da abstratação (análise), o todo concreto (síntese). Assim, o conhecimento de que cabe à historiografia educacional produzir consiste em

---

<sup>31</sup> MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

<sup>32</sup> CHIZZOTTI, **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, Vozes, 2006, p.115.

reconstruir, por meio das ferramentas conceituais (categorias) apropriadas, as relações reais que caracterizam a educação como um fenômeno concreto.<sup>33</sup>

Nesse sentido, o texto foi estruturado em três capítulos. O primeiro intitulado “*O cenário brasileiro no contexto republicano: limites e possibilidades representados pelos anos de 1889 a 1928*” apresenta uma visão panorâmica em relação à instituição da República Brasileira e à necessidade de educação decorrente dessa nova forma de governo. De início, abordamos o panorama geral do Brasil e a eclosão das discussões em torno da educação para alfabetizar a população, consolidar a democracia e concretizar os objetivos traçados pelos republicanos na tentativa de reorganizar a nova nação, de forma rápida e eficiente. Tecemos também um histórico para reflexão acerca das reformas educacionais, visto que a educação era a mola propulsora para organizar o novo modelo de sociedade que começava a ser pensado no contexto republicano. Além das reformas educacionais, buscamos a análise do que era postulado para a instrução primária na Constituição Federal e Estadual de 1891 e também nas legislações educacionais de época, pois são ferramentas imprescindíveis para se conhecer ideias, valores e, principalmente, a situação política responsável pelo seu nascedouro permeando um determinado período histórico, nesse caso, a Primeira República.

No segundo capítulo, “*Organização e trajetória percorrida pela instrução pública em terras mineiras durante os anos de 1889 a 1928*”, tecemos um breve histórico do Estado Mineiro nesse período, abordando as tomadas de posição do Estado em relação à educação e ao novo cenário político do Brasil. Em seguida, passamos à análise da organização educacional mineira a partir das reformas educacionais e suas repercussões no âmbito municipal. Optamos também, já nesse capítulo, por promover, em alguns momentos, a interlocução com a imprensa patense de época com intuito de entender as influências exercidas pelo cenário nacional no contexto da educação local.

No capítulo final, “*O nascedouro de Patos de Minas e o processo de organização de sua Instrução pública no contexto de 189 a 1928*”, faz-se uma descrição do contexto histórico, cuja narrativa se baseia em obras de memorialistas patenses. Em seguida, por meio da interlocução entre literatura especializada e pesquisa documental, descrevemos o percurso trilhado por Patos de Minas para organizar sua instrução pública durante a Primeira República.

---

<sup>33</sup> SAVIANI, 2007, p. 03.

De tal modo, afirmamos a relevância da pesquisa no fato de descortinar o passado e possibilitar a compreensão dos fios e das tramas que compuseram o processo de organização da instrução pública em Patos de Minas, bem como a identidade que esse movimento conferiu para o cenário social e educacional de época, além de corroborar cientificamente para a historiografia da Educação Brasileira. Enfim, um capítulo para preencher lacunas na memória da educação, sobretudo, de Patos de Minas.

## CAPÍTULO I

### O CENÁRIO BRASILEIRO NO CONTEXTO REPUBLICANO: LIMITES E POSSIBILIDADES REPRESENTADOS PELOS ANOS DE 1889 a 1928

*O homem não vive somente de pão; a História não tinha mesmo pão; ela não se alimentava se não de esqueletos agitados, por uma dança macabra de autômatos. Era necessário descobrir na História outra parte. Essa outra coisa, essa outra parte, eram as mentalidades.<sup>34</sup>*

#### 1.1 Concepções filosóficas presentes no Brasil republicano

A data de 15 de novembro de 1889 representa para o cenário cotidiano brasileiro a surpresa da proclamação da República. O golpe do qual resultou essa nova política foi desfechado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que ocorreu durante a madrugada, enquanto o povo dormia, em cuja consumação percebe-se ausência da participação popular. “Entretanto, a não-participação política do povo não se aplica pela sua apatia, mas sim e precisamente pela vertical marginalização a que sempre esteve submetido”<sup>35</sup>.

No dia subsequente à proclamação, foi organizado o Governo Provisório, em cuja composição variada não constava membro da classe popular: era o governo dos latifundiários exportadores, militares e alguns profissionais liberais. Talvez possa ser imputada a essa composição diversificada as discórdias políticas vindouras. Apesar da forma de como foi implantada, a República era “esperada porque era o caminho da necessária ‘evolução social’ do país”<sup>36</sup>. Contudo, para implantar um novo regime político, quer seja de origem elitista, quer seja de origem popular, sua base recai sob uma concepção ideológica e também na forma de como o poder será exercido nesse âmbito, podendo às vezes ser uma concepção ideológica utópica ou visionária.

Apesar de, no seu produto final, a República apresentar sentido unificado, na desenvoltura desse movimento, houve divergências ideológicas, sendo possível identificar, no republicanismo brasileiro, o Liberalismo, o Jacobinismo e o Positivismo. A presença dessas

---

<sup>34</sup> LE GOFF, Jacques. Disponível em <http://historiadialetica.blogspot.com.br/2012/09/democracia-e-cidadania-veja-alguns.html> Acesso em 10 out. 2012.

<sup>35</sup> SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **História do Brasil**. Moderna, 1983, p.199.

<sup>36</sup> CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. **O projeto republicano de educação nacional na versão de José Veríssimo**. Curitiba: Annablume, 2003, p. 100.

três concepções sugere que o ideário republicano foi calcado em modelos políticos importados e adaptados para a realidade brasileira. Contudo, a discussão de quais [...] “ideias adotar, como adotá-las, que adaptações fazer, tudo isso pode ser revelador das forças políticas e dos valores que predominam na sociedade importadora”<sup>37</sup>. Nessa nova fase política que o país começava a vivenciar, constituir o imaginário social da população era necessário, pois

a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro.<sup>38</sup>

Entre as concepções ideológicas presentes no republicanismo brasileiro, o Jacobinismo fazia-se menção ao modelo francês. A ideologia defendida incidia-se sobre uma República popular e democrática. Era deste modo,

[...] a república da intervenção direta do povo no governo, a república dos clubes populares, das grandes manifestações, do Comitê de Salvação Pública. Era a república das grandes ideias mobilizadoras do entusiasmo coletivo, da liberdade, da igualdade, dos direitos universais do cidadão.<sup>39</sup>

Para os defensores do Jacobinismo, a República deveria promover mudanças nas estruturas sociais, propiciando dignidade e melhores condições de vida para os mais carentes e para os negros, que, após a abolição da escravatura, estavam teoricamente livres, porém entregues à própria sorte. Nessa concepção, pode-se concluir que havia um republicanismo de cunho radical, defesa da democracia clássica e do governo por intermédio da participação de todos os cidadãos.

Já a concepção Liberalista seguiu tendências do Liberalismo<sup>40</sup> norte-americano. A visão era contrária ao Jacobinismo. No Liberalismo, o governo não assumiria função de

<sup>37</sup> CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 1990, p. 22.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p.19-20.

<sup>40</sup> No sentido original, o termo refere-se a uma filosofia política que tenta limitar o poder político, defendendo e apoiando os direitos individuais. Tais ideias surgiram com os pensadores iluministas do século XVIII, como John Locke e Montesquieu, que tentaram estabelecer os limites do poder político ao afirmar que existiam direitos naturais e leis fundamentais de governo que nem os reis poderiam ultrapassar sob o risco de se transformarem em tiranos. No Brasil, as ideias liberais chegaram ao início do século XIX, tendo maior influência a partir da Independência de 1822. Durante o período Imperial, teremos a formação de dois grupos políticos distintos no Brasil: liberais e conservadores. Os primeiros defendiam um sistema de educação livre do controle religioso, uma legislação favorável à quebra do monopólio da terra e favoreciam a descentralização das províncias e municípios. Os conservadores opunham-se a essas ideias. Todo o período imperial foi marcado por tensões e

interventor e a sociedade se comporia por indivíduos autônomos e o mercado assumiria, nesse cenário, papel relevante. A República, nessa acepção, carregava as características de ser representativa, eletiva e guiada por uma constituição que primasse pela liberdade individual e pela igualdade de todos frente à lei e à justiça. Nessa ótica liberal, o modelo político era composto por um presidente, eleito por sufrágio universal, que compreendia, no século XIX, apenas o voto de homens adultos. Esse presidente deveria governar em consonância com o Congresso Nacional. Apesar de já se utilizar no século XIX o adjetivo “universal”, pressupõe-se que nada tinha de universalidade devido às exclusões que se faziam, deixando a maioria da população, em geral analfabeta, excluída do processo de escolha dos governantes. Em se tratando da mulher, essa somente obteve o direito ao voto em 1932, no governo de Getúlio Vargas, e os analfabetos somente na década de 1980, apesar de a Primeira República ser dotada do discurso de combate aos males do analfabetismo. Dessa forma, infere-se que a República, que passou a existir no Brasil, não veio acompanhada de um processo eleitoral democrático que atingisse a maioria da população brasileira para poder ser chamado de sufrágio universal.

Em se tratando da concepção Positivista, sua adesão foi ampla entre os militares e seu principal divulgador foi o coronel e professor Benjamin Constant<sup>41</sup>. Assim, têm-se os militares do exército como os principais representantes dessa concepção nos debates republicanos. A República, para os defensores do Positivismo, deveria ser moralizadora, sem máculas de corrupção política, autoritária, mas patriótica. Nesse modelo de República, caberia ao Congresso

[...] cumprir apenas o papel orçamentário e o ditador republicano governaria por toda a vida, escolhendo seu sucessor. A finalidade de tal ditadura era promover a república social, isto é, garantir, de um lado, todas as liberdades espirituais e promover, de outro, a incorporação do proletariado à sociedade, mediante a eliminação dos privilégios da burguesia.<sup>42</sup>

Havia à disposição dos republicanos brasileiros três modelos de República, o Liberalismo à americana, o Jacobinismo à francesa e o Positivismo, cada um, a sua maneira, defendia uma concepção ideológica considerada mais adequada para a organização do poder.

---

conciliações entre os dois grupos. Vários conservadores passaram para o lado liberal e como também vários liberais foram responsáveis por fundar o Partido Republicano no final deste período. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_liberalismo.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_liberalismo.htm) Acesso em: 28 agos. 2012.

<sup>41</sup> Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), militar e professor, teve participação decisiva no movimento que deflagrou a República. Dirigiu o imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro. Foi ministro da Guerra do novo regime e, posteriormente, Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos do Governo Provisório, tendo tido importante papel na proposição da reforma curricular que veio a receber seu nome. <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/> Acesso em: 28 agos. 2012.

<sup>42</sup> CARVALHO, José Murilo. 1990, p 41.

“As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século”<sup>43</sup>. Na República ou em qualquer outro regime político, as disputas travadas entre as concepções filosóficas têm por finalidade assumir as fórmulas de controle para delinear o formato da política no país.

### **1.2 15 de novembro de 1889, o dia da consumação da nova fase do Brasil: a República**

Em 1889, o Brasil passa por uma transição em sua forma de governo. A República se apresentou como o movimento capaz de provocar mudança radical em termos de forma política para se governar após a Independência. Embora resultante da aliança entre facção do exército, cafeicultores e setores da classe média, tratou-se de uma ação articulada e levada a cabo, em 15 de novembro em 1889, pelos militares, enquanto que os republicanos civis só tomaram conhecimento dessa conspiração somente alguns dias antes de se consumir o ato. No entanto, essa não era a questão mais problemática, o foco estava na defesa de seu papel, pois era necessário e importante para a legitimidade do movimento que [...] “não aparecesse como simples ação militar. Era fundamental que a presença dos históricos constasse do próprio evento, a fim de evitar a ironia de uma proclamação alheia ao esforço que desenvolviam havia muitos anos”<sup>44</sup>.

A República implantada em terras brasileiras mantinha, como base, [...] “os modelos de república existentes na Europa e na América, especialmente nos Estados Unidos e na França, os quais serviriam de referência constante aos brasileiros”.<sup>45</sup> Esses modelos foram interpretados e adaptados pela elite política republicana de acordo com as circunstâncias e possibilidades locais. A República brasileira proclamada pelo marechal Deodoro da Fonseca caracterizava-se por um governo autoritário que ditava as regras das classes mais favorecidas, modelo que continuou com o marechal Floriano Peixoto e, somente em 1894, que se teve, no governo, por eleição direta, Prudente de Moraes. Entre as medidas tomadas pelo Governo Provisório chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, destacam-se a dissolução das Assembleias Provinciais, das Câmaras Municipais e da Câmara dos Deputados; a extinção do poder vitalício do Senado; a expulsão da família real; a transformação das províncias em Estados; a criação da bandeira republicana estampando o lema positivista, “Ordem e Progresso” e a separação entre Igreja e Estado. Com a instauração da República, no Brasil,

---

<sup>43</sup> Ibidem, p.9.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>45</sup> Ibidem, p.18.

veio também a instauração do Estado Laico; a Igreja não era mais submissa ao Estado, tinha, agora, autonomia para administrar e conduzir suas ações.

Consumada e proclamada a República, o desafio estava agora em lutar por sua definição histórica, uma vez que foi um movimento discutido e defendido por muitos e, assim sendo, não podia se restringir às mãos de uns poucos militares. Essa conjuntura implicava uma espécie de jogo de poder, pois cada envolvido no movimento julgava ter títulos de propriedade sobre a República ocasionando, além da disputa de poder, distintas concepções sobre a natureza dessa nova forma de governar. Havia a República militar, a República positivista de Benjamin Constant, defensor de projeto de Brasil e a República de cunho liberal representada por Quintino Bocaiúva. Cada qual desses personagens, a sua maneira, defendia suas concepções e ideais tendo em vista o objetivo de imortalizar o movimento. Essas distintas concepções, em relação à natureza da República, pode ser assim analisada:

Se a república dos deodoristas resumia-se à salvação do Exército, a república na vertente de Benjamin Constant buscava a salvação da pátria, pois absorvia do positivismo uma visão integrada da história, uma interpretação do passado e do presente a uma projeção do futuro. Ou seja, a história tinha suas leis, seu movimento predeterminado em fases bem definidas, mas a ação humana poderia apressar a marcha evolutiva da humanidade. Essa marcha, no caso brasileiro passava pelo estabelecimento de uma república que garantisse a ordem material, entendida como incorporação do proletariado à sociedade, e a liberdade espiritual, isto é, a quebra de monopólios da Igreja e do Estado sobre a educação, a religião e a ciência.<sup>46</sup>

Na versão do grupo defensor da República liberalista, “[...] Quintino Bocaiúva aparece como a pessoa que faz Deodoro decidir-se a favor da República [...]”<sup>47</sup>. Para esse grupo, a República deveria ser como a norte-americana, democrática e representativa. Assim conseguiria se opor à República sociocrática defendida por Benjamim Constant, considerada pelos “[...] positivistas, como um regime metafísico, uma ditadura parlamentar, uma burguesocracia [...]”<sup>48</sup>. Nessa concepção de República, considerava-se indispensável a presença dos militares como instrumento dos desígnios dos históricos. Contava-se com o apoio da corporação, porém sem sua interferência no funcionamento do novo regime.

O que se tem claro, desde o início, é o fato de as lutas em torno da Proclamação da República não serem resultantes de um movimento popular, apesar de estarem presente, no

---

<sup>46</sup> Ibidem, p.42.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>48</sup> Ibidem, p.50.

desenvolver desse movimento, para a mudança da forma de governar, a ideia de pátria e nação.

Nesse sentido, caberia à República a “tarefa de conquistar” a simpatia do povo para a sua consolidação, pois “a História é feita com um elemento, o povo; é, pois, o povo e não o governo, quem, em definitivo, pode radicalmente mudar as condições de uma nação, cujos vícios e defeitos são antes seus dos que administram e dirigem”.<sup>49</sup> Essa conquista se apresentava como a recolocação de um problema que há muito se discutia no país, a questão do funcionamento da democracia liberal com base no voto. Para tanto, era necessário que se instituísse a instrução popular, pois o cidadão idealizado pelos mentores intelectuais da República se apresentava distinto do cidadão real, analfabeto, sem cultura e sem sentimento nacionalista. Nessa concepção, “o estado moral do Brasil, ainda o seu estado material, é propriamente desanimador e precário, sobretudo, está muitíssimo aquém das justíssimas aspirações dos patriotas e dos gloriosos destinos que lhe antevemos [...]”<sup>50</sup>. Desse modo, torna-se possível a percepção de que o êxito da República estaria no país apresentar tanto desenvolvimento material quanto desenvolvimento moral, e, para essa função reformadora na estrutura brasileira, a educação se apresentaria como uma via possível e, mais que isso, salvacionista.

Já instalada a República, esforços foram envidados para organizar o aparelho de estado da União e transformar as antigas províncias em estados federativos, permitindo um certo “grau de autonomia”, desde que não ferisse a legislação federal. No que tange à questão da instrução popular, mudaria então a formatação da eleição, pois na Constituição Imperial de 1824, era dado maior valor ao montante de renda como base eleitoral, excluindo, dessa forma, a maioria da população do processo político. O saber ler e escrever não eram condição determinante para votar ou para ser elegível de forma indireta. Com a instituição da Lei Saraiva, a partir de 1882, as eleições tornaram-se diretas. Os critérios para a participação eleitoral determinados por essa Constituição Imperial foram mantidos e acrescentado mais um, a seleção pela instrução, continuando o alijamento da maioria da população. A instrução, isto é, os domínios das técnicas de leitura e escrita se tornaram

[...] um novo e complementar mecanismo de seleção: a instrução era o único capaz de excluir os escravos libertos ou os elementos das classes trabalhadoras que lograssem ultrapassar a barreira da renda. A ampliação, dessa forma, beneficiava apenas os setores médios emergentes que

---

<sup>49</sup> VERISSIMO, José. 1985, p.42.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p.42.

pressionavam por participar do poder e que tinham na instrução um instrumento de ascensão social.<sup>51</sup>

Em termos políticos, Império e República têm algo em comum, pelos menos em período inicial: a exclusão de uma extensa camada da população composta por pobres, mendigos, mulheres, menores de idade, membros de ordens religiosas e analfabetos. Determinava o artigo 70 da Constituição de 1891:

Art. 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.<sup>52</sup>

Pode-se entender, pelo disposto no artigo 70, que a primeira Constituição Republicana não expressava claramente preocupação com o alto índice de analfabetismo<sup>53</sup> da população brasileira. Essa exclusão se tornara

particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconheciam-se este direito.<sup>54</sup>

Apesar de expresso, no preâmbulo da Carta Magna de 1891, o presságio de um regime livre e democrático, a República apresentava-se de ordem liberal, mas, às vezes, com caráter antidemocrático e reticente no sentido da democratização. Em se tratando de direitos civis e políticos, a República pouco tem para contar, apesar de defender uma visão comunitária e integradora entre todos os cidadãos.

<sup>51</sup> PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1973, p.82-83.

<sup>52</sup> Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm) Acesso em 28 ago. 2012.

<sup>53</sup> No decorrer desse capítulo será analisada a questão do analfabetismo e sua relação com a Instrução Pública Primária na Primeira República Brasileira.

<sup>54</sup> CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.45.

Para o povo exercer o direito de votar, fazer escolhas e validar a democracia, deveria ter o mínimo de instrução, saber ler e escrever, pois a Carta Magna Republicana trazia, em seu artigo 70, a proibição do voto para os analfabetos, tolhendo a grande massa do exercício da democracia e da cidadania, fato que nos possibilita perceber a relação entre política e educação. Nesse contexto, efetivou-se o presidencialismo e o federalismo, devendo o presidente ser eleito pelo povo e trabalhar para o povo, como afiança a Constituição de 1891. Assim, os novos governantes se colocaram na condição de reorganizadores da nação brasileira e inauguradores de uma ordem política superior ao Império.

Pretendia-se criar uma realidade diferente dos longos anos do Império, na qual a educação comporia a pauta dos defensores liberais. A ela caberia um sem número de expectativas para organizar e controlar o setor econômico, social, político e cultural brasileiro. As concepções liberais e positivistas presentes na República exaltavam o nacionalismo e a formação de um novo cidadão responsável pela ordem e pelo engrandecimento do país. Dessa forma, seria indispensável pensar em um modelo de sociedade calcado pelos princípios éticos e morais do Estado Republicano, o que possibilitou a educação ocupar posição de centralidade nos calorosos debates entre intelectuais e estudantes com a pretensão de democratizá-la, pois a educação escolar, ou o domínio de seus aspectos básicos, era condição para adaptar-se à urbanização e ao exercício da cidadania. No delinear do novo cenário brasileiro, era fundamental preparar a população para a ordem, para o progresso e para a política, já que de um sistema democrático exige-se,

simultaneamente, que a grande massa de cidadãos tenha noção plena e integral do papel que compete a cada um desempenhar. Em toda parte, é certo, as funções do governo são exercidas por elites preparadas para esse mister. Contudo, devem ser avaliadas periodicamente, tarefa que incumbe à massa dos votantes. Os meios de comunicação contribuem, por seu turno, para destacar as questões efetivamente polarizadoras. Para compreendê-las, requer-se um mínimo de cultura geral, que o ensino fundamental deve ser capaz de universalizar. [...] Os liberais têm o dever, em toda parte, de tentar convencer as lideranças locais de que não conseguiremos erigir uma nação próspera e estável, com base num sistema de ensino que atua de modo perverso, contribuindo, precipuamente para engrossar o contingente de analfabetos, [...] a educação para a cidadania é uma tarefa específica.<sup>55</sup>

Apesar de ter instituído no Brasil um sistema federativo e findado com a centralização política do sistema monárquico, a República não conseguiu atender, em grande parte, os anseios políticos e econômicos do povo, pois o coronelismo foi responsável pela base da estrutura do poder no Brasil. A supremacia do coronelismo era incontestável, marcando o

---

<sup>55</sup> PAIM, Antônio. **O liberalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, p. 122 e 127.

cenário político e eleitoral da República Velha. Os coronéis eram grandes latifundiários, tinham prestígio, poder na sociedade e controlavam as eleições mediante o chamado “voto de cabresto”, cuja característica era a obrigação dos eleitores votarem nos candidatos da preferência dos coronéis, ou então, eram iludidos com falsas promessas em troca de seu voto. Os coronéis faziam parceria com os pretendentes a algum cargo político e, nessa parceria, garantiam uma determinada quantia de votos em troca de favores e prestígio político. Esse caso é sugestivo de que

o modelo liberal e democrático criado com a República e afirmado pela Constituição promulgada em 1891 na prática não dava ao cidadão comum a liberdade de participação no processo histórico brasileiro. Era-lhe negado o democrático direito de escolher os seus representantes, pois as eleições continuaram sendo controladas pelos velhos mandões, que impunham seus candidatos à grande massa, incapaz e impotente – porque subjugada – de participar do processo político<sup>56</sup>.

Mas, no cenário político da República Velha, talvez o fenômeno de maior expressão se refira à instituição oligárquica representada pela política dos governadores. Nessa política, os governadores estabeleciam, com o presidente da República, uma espécie de pacto, em que eles apoiavam o presidente em seus projetos e decisões, e, em contrapartida, o presidente concedia liberdade para os governadores, uma espécie de autonomia ilimitada para intervir na política regional. A adoção desse tipo de política tratava-se de

entregar cada Estado federado, como fazenda particular, à oligarquia regional que o dominasse, de forma a que esta, satisfeita em suas solicitações, ficasse com a tarefa de solucionar os problemas desses Estados, inclusive pela dominação, com a força, de quaisquer manifestações de resistência [...].<sup>57</sup>

Essas situações frustravam qualquer tentativa de mudar a estrutura política e preservava as posições de mando que se conservavam dentro de um grupo limitado. Embora a implantação do novo regime republicano se apresentasse como uma a instauração da era de mudanças, não conseguiu provocar

[...] a destruição dos clãs rurais e o desaparecimento dos grandes latifúndios, bases materiais do sistema político coronelista. Ainda mais instituindo a Federação, o novo regime viu-se obrigado a recorrer às forças representadas pelos coronéis, provocando o desenvolvimento das oligarquias regionais, que se ampliando, se encaminharam para a ‘Política dos Governadores’.

<sup>56</sup> SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis, 1983, p.210.

<sup>57</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p.304.

Assim os ‘homens mais importantes do lugar’, pelo seu poderio econômico, político e social, mantiveram-se mais fortemente ainda como chefes das oligarquias regionais e dessa forma atuaram como as principais forças sociais no âmbito dos governos estaduais e Federal.<sup>58</sup>

Por essa afirmação, pode-se perceber que, de certa forma, havia perpetuação do status quo político, indicando assim imobilidade estrutural que, embora apresentasse algumas oscilações, a sua ruína estava distante, uma vez que o Estado brasileiro, nessa época, estava sob a égide de uma composição restrita e dominadora de poder.

Concomitante ao cenário político, o setor econômico começava a vivenciar a ampliação do capitalismo e da industrialização. Diante desse fato, a sociedade brasileira marcada pelas desigualdades teve que ser reestruturada com base na concepção liberalista de igualdade para todos. O desenvolvimento do modo capitalista de produção e vida gerou o aparecimento de novas camadas sociais, o que exigiu maior especialização de funções. O regime capitalista começava a ditar as necessidades de formar mão de obra qualificada. Nessa perspectiva,

guarda relações com a criação de escolas profissionais junto com a primária, ação impregnada para competir com a mão de obra estrangeira. O ensino técnico profissional ganha mais prestígio deixando o ensino acadêmico, de certa forma, como coadjuvante, é preciso saber com prática. Até mesmo na escola primária procurava introduzir os trabalhos manuais como pano de fundo para o ensino profissional.<sup>59</sup>

A ação de formar o homem brasileiro e transformá-lo em um elemento de produção, necessário à vida econômica do país, não foi suficiente para fomentar o capitalismo e impedir a concorrência com a mão-de-obra estrangeira, o que implicou elaboração de leis para estruturação do ensino técnico profissional. Nessa vertente, [...] “a política educacional nacional definia-se, cada vez mais nitidamente, como instrumento de cimentação da ordem econômico-social vigente”<sup>60</sup>.

No setor social, o processo imigratório teve forte influência para impulsionar e alterar suas bases. Esse processo continuou fortemente durante os últimos anos de Primeira República e foi responsável por provocar alterações no mercado de trabalho e nas relações trabalhistas. Pode-se atribuir à imigração o fenômeno das lutas sociais: “Não só as influências cidadinas se estendem como se diversificam as funções e se alteraram os tipos de organização

---

<sup>58</sup> NAGLE, Jorge. 1974, p. 4.

<sup>59</sup> Ibidem, p.126.

<sup>60</sup> XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). São Paulo: Papirus, 1990, p.119.

- as cidades representavam verdadeiras oficinas de civilização”.<sup>61</sup> As camadas sociais foram se decompondo e deram origem às diversas classes. Esse processo influenciou o desenvolvimento do contexto histórico, social e educacional, principalmente na última década de vigência da Primeira República.

Para o novo modelo de sociedade que começava a ser pensada durante a República, a educação era considerada a chave para formar o cidadão e, sobretudo, para colocá-lo na marcha do progresso. Nessa concepção, os fervorosos debates em torno das ideias pedagógicas, contribuíram para o avanço da educação brasileira no contexto republicano, visto que se começaram a

[...] delinear e firmar ideias pedagógicas que acabaram por orientar a evolução educacional e a busca de soluções para os problemas da educação, em que se pode destacar: movimento contra o analfabetismo; busca da extensão quantitativa e da melhoria qualitativa da escolaridade; movimento pela profissionalização dos educadores e mobilização da sociedade pela difusão do ensino elementar. Entretanto, apesar de ter sido um período fértil, o país apresentava uma situação de escolarização bastante deficitária.<sup>62</sup>

Em termos de legislação, pode-se dizer que a República promulgou, em 1891, uma Constituição que trouxe “sombra” de progresso para o campo educacional. Comparando-a com a Constituição Imperial de 1824, a Constituição Republicana apresentava maior número de dispositivos educacionais, apesar de não ser muito dadivosa. Em seu bojo, pregava a separação entre Estado e Igreja e, em decorrência a laicidade do ensino, ficando claramente expresso em seu artigo 72, § 6º, que “seria leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. A nova Constituição definia, de forma não privativa no Artigo 35, as incumbências do Congresso Nacional. Em relação à educação, era expresso que o Congresso deveria:

§2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais;

§3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;

§4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal.<sup>63</sup>

No entanto, na Constituição, a organização da instrução pública primária e a sua desejada popularização, tida como necessária para reverter o quadro de analfabetos e dar passos largos em direção ao progresso do país, é demonstrada com descaso, mantendo-se o

<sup>61</sup> NAGLE, Jorge. 1974, p. 25.

<sup>62</sup> CARVALHO, Carlos Henrique. 2004, p. 40.

<sup>63</sup> Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm) Acesso em 28 agos. 2012. As demais citações em relação à Constituição de 1891 provêm dessa mesma fonte.

que foi estabelecido em 1834, ou seja, a descentralização. Pela Constituição de 1891, a “União era incumbida de §3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; e §4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal”.<sup>64</sup> Quanto aos municípios, estes dependiam da organização do Estado que deveria “organizar-se de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”<sup>65</sup>. Essa determinação da Constituição Republicana para o ensino primário talvez pudesse mantê-lo em situações precárias, visto que muitas regiões brasileiras ainda não tinham condições de sustentar todas as despesas advindas desse grau de ensino. A falta de orientação nacional com relação aos procedimentos instrucionais disseminava insegurança quanto ao conteúdo das propostas estaduais de reforma, o que implicaria, provavelmente, resultados heterogêneos, descontínuos e reprodução de modelos educacionais implantados em estados mais privilegiados. Acerca do caráter local de mudanças, é possível perceber que:

De fato, nessa primeira fase [da república], os acontecimentos mais salientes, as realizações mais importantes no campo do ensino primário acontecem ao nível regional e local. O Distrito Federal, mercê de sua privilegiada situação, bem como dos recursos de que dispunha o Estado de São Paulo, que passava naquele momento à liderança econômica do país, encontrava-se em melhores condições para conduzir, de maneira mais satisfatória, seus respectivos sistemas de ensino. Assim, essa duas unidades federadas organizam, desde os dias iniciais do regime, sistemas que à falta de padrões oficiais, passariam a inspirar iniciativas e mesmo a servir de modelos para diversos Estados da União.<sup>66</sup>

Na ambiência mineira, essa influência será sentida quando da elaboração do seu projeto de reforma educacional. A Constituição Estadual de 1891 apresenta, em relação à Constituição Republicana de 1891, maior atenção para a questão da educação primária e estabelece no artigo terceiro, em seu sexto parágrafo, que “o ensino primário será gratuito e o particular exercido livremente”.<sup>67</sup> Dentre as competências atribuídas ao Congresso de Minas Gerais, estão a de “promover no Estado o desenvolvimento da educação pública [...] das artes e [...] legislar sobre a instrução primária”.<sup>68</sup> Referindo à municipalidade, nota-se praticamente reprodução das determinações do artigo 68 da Constituição Federal e do artigo 8º da Constituição Estadual ao estabelecer que o “Estado institue o governo autônomo e livre

<sup>64</sup> Ibidem, 1891, seção I, capítulo IV, artigo 35.

<sup>65</sup> Ibidem, 1891, seção III, título III, artigo 68.

<sup>66</sup> ANTUNHA, Heladio Cesar Gonçalves, 1975, p. 81.

<sup>67</sup> Constituição Política do Estado de Minas Gerais de 1891. In O ESTADO DE MINAS – órgão oficial. Ouro Preto, 25 de junho de 1891. Anno II – num. 166. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=81581> Acesso em 18 out. 2012. As citações subsequentes dessa Constituição Mineira provêm da mesma fonte.

<sup>68</sup> Ibidem, Seção I, capítulo II, art. 30, item 27 e art. 31, item 5.

dos municípios em tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse, nos termos prescriptos por esta Constituição”.<sup>69</sup> No que tange à educação, a Constituição Mineira ao mesmo tempo em que oferece às Câmaras Municipais a livre deliberação sobre a instrução primária, responsabiliza-as também pela implantação desse nível de ensino. A ocorrência de direitos reservados para a municipalidade numa realidade marcada pela descentralização de responsabilidades pode soar também como deveres, pois era determinado que:

O orçamento municipal, que será annuo e votado em época prefixada, a policia local, a divisão districtal, a criação de empregos municipaes, a instrucção primaria e profissional, a desapropriação por necessidade ou utilidade do municipio e a alienação de seus bens, nos casos e pela fórma determinada em lei, são objecto de livre deliberação das camaras municipaes, sem dependência de aprovação de qualquer outro poder, guardadas as restricções feitas nesta Constituição<sup>70</sup>.

Essas prescrições constitucionais sucintas, porém esclarecedoras, nortearão o governo na preparação da lei estadual para a Instrução Pública. Como resultado, tem-se a sanção da Lei nº 41, de 03 de agosto de 1892, que dá nova organização para a Instrução Pública mineira<sup>71</sup>.

Para os inauguradores da República, a educação escolarizada era vista como base forte para se chegar ao desenvolvimento e a modernização da nação que se começava a configurar. Com a instituição dos Grupos Escolares,<sup>72</sup> fermentaram as expectativas em relação ao desenvolvimento socioeconômico e educacional do país. Nessa ótica, educar estava além do instruir. Além da simples transmissão do conhecimento, educar era o compromisso de formar o caráter, os valores morais e cívico-patrióticos considerados indispensáveis para o espírito nacionalista. Se por um lado, a educação era a via mais conveniente para se chegar à tão sonhada modernização do país, por outro, se apresentava como o principal problema desse

<sup>69</sup> Ibidem, art.8º.

<sup>70</sup> Ibidem, Título II, art. 75.

<sup>71</sup> Esta Lei será discutida no capítulo II, que aborda a organização e trajetória percorrida pela educação pública mineira no contexto de 1889-1928.

<sup>72</sup> No território brasileiro, os grupos escolares foram criados, inicialmente, no Estado de São Paulo em 1893, enquanto uma proposta de reunião de escolas isoladas agrupadas segundo a proximidade entre elas [...] foram responsáveis por um novo modelo de organização escolar no início da República, a qual reunia as principais características da escola graduada, um modelo utilizado no final do século XIX em diversos países da Europa e nos Estados Unidos para possibilitar a implantação da educação popular. A ideia de implantação dos grupos escolares difundiu-se para o restante do Brasil, fazendo parte da política de diversos presidentes (ou governadores) de Estados. O modelo escolar paulista foi implantado no Rio de Janeiro em 1897, no Pará em 1899, no Paraná em 1903, em Minas Gerais em 1906, no Rio Grande do Norte e no Espírito Santo em 1908, no Mato Grosso em 1910, em Santa Catarina e em Sergipe em 1911, na Paraíba em 1916, no Piauí em 1920, etc. Verbetes sobre Grupos Escolares disponível em [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_grupo\\_%20escolar.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_grupo_%20escolar.htm) Acesso em: 28 agos. 2012.

mesmo país, pois da disseminação da instrução pública primária era esperada a solução para todos os problemas sociais, políticos e econômicos, visto que “para reformar e restaurar um povo, um só meio se conhece, quando não infalível, certo e seguro, é a educação, no mais largo sentido, na mais alevantada acepção desta palavra”<sup>73</sup>. Nesse cenário, surge uma campanha nacionalista para difundir o modelo de escola primária existente, tendo em vista a erradicação do mal do analfabetismo que assolava um grande contingente da população brasileira. A inclusão sistemática de assuntos educacionais nas diferentes organizações dá origem ao “Entusiasmo pela Educação e ao Otimismo Pedagógico”, característico da década de 1920. No Entusiasmo pela Educação, encontra-se a

[...] crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, pela disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo.<sup>74</sup>

Nesse sentido, as ações convergiam para a instituição de um projeto civilizatório e de modernização da sociedade que ora se estruturava de acordo com as possibilidades da República. Assim, a Educação Primária - ensinar a ler, escrever e contar - ganhava força para tornar o grande contingente brasileiro parte ativa do progresso. Vinculada à concepção de que a alfabetização proporcionaria ao cidadão da República a aquisição de direitos políticos, fundamenta-se a característica principal do Entusiasmo pela Educação, a disseminação da Instrução Primária. Mas somente a crença de que aumentando o número de escolas, aumentaria conseqüentemente a possibilidade de inculcar na população o espírito e a vontade de lutar pelo progresso do Brasil, não era suficiente: era preciso remodelar a escola em seu interior. Nesse sentido, têm-se o Otimismo Pedagógico calcado pela concepção “de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização [indicariam] o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro”<sup>75</sup> em época de Primeira República.

A busca pela homogeneização da cultura também enxergava a educação como ferramenta capaz de conseguir um consenso de cunho nacional mediante uma instrução mínima, a instrução primária. Essa posição indicava a necessidade de se construir grupos escolares em todo o território brasileiro e promover também reforma em nível estadual e federal. A responsabilidade de viabilizar o processo civilizatório por meio da preparação do cidadão para a nova sociedade democrática recaía, não raras vezes, aos ombros da educação, fato que possibilitou o desencadeamento de debates acalorados em torno da temática visando

<sup>73</sup> VERÍSSIMO, José. 1985, p. 42-43.

<sup>74</sup> NAGLE, Jorge. 1974, p.99.

<sup>75</sup> Ibidem, p.100.

à organização e estruturação do sistema educacional brasileiro, visto que se defendia a necessidade de direcionamento e controle sobre a ação dessa instituição redentora.

Logo após a promulgação da Constituição Estadual, foi aprovada, em 14 de setembro de 1891, a Lei nº 2 - “lei da organização municipal”, a qual reservava liberdade de ação para as Câmaras Municipais e determinava que a interferência do governo estadual só ocorresse em caso de perturbação da ordem pública, portanto, os municípios eram autônomos para gerir seus negócios de peculiar interesse. O parágrafo segundo do artigo 37 determinava que a municipalidade pudesse deliberar sobre

a instrução primaria e profissional: creando escolas, provendo-as com professores idoneos, para o que instituirá o concurso, como principal meio de prova de capacidade intellectual, processado perante commissões de sua confiança e nomeação; inspeccionando e fiscalizando o ensino, fazendo com que nelle sejam empregados os methodos mais aperfeiçoados e modernos; marcando os vencimentos dos professores; creando e suprimindo officinas para o aprendizado das artes liberaes e fundando outros estabelecimentos de instrução profissional; estabelecendo o fundo escolar e consignando verbas em seus orçamentos para os serviços que crear; regulando-as, emfim, como entender conveniente, devendo os professores municipaes apresentar mensalmente aos encarregados da fiscalisação do ensino, por parte do Estado, mappas de frequencia das respectivas escolas<sup>76</sup>

Pelas determinações expressas por essa Lei, pode-se perceber que o Congresso Mineiro assumiu postura descentralizadora e delegou aos municípios uma série de direitos, dentre eles, a autonomia para organizar a instrução pública em seus territórios, caminho pelo qual a educação cumpriria papel civilizador, contudo

é importante lembrar que essa autonomia municipal não terá vida longa. Na tentativa de consolidar o poder oligárquico, o governo estadual irá gradativamente retirando as prerrogativas municipais, processo que pode ser considerado completo por volta de 1903<sup>77</sup>.

A demanda escolar decorrente do processo de industrialização obrigou os intelectuais que compunham a “elite” a se mobilizarem tanto para expandir a educação vigente, quanto para discutir acerca das reformas necessárias para adequar às novas configurações da

<sup>76</sup> MINAS GERAIS. **Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1891**. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1892. [http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?d=NJMG&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama\\_pesquisa.asp&SECT7=LINKON&p=1&tr=1&l=1&f=G&s1=lei+2+1891.norm](http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?d=NJMG&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama_pesquisa.asp&SECT7=LINKON&p=1&tr=1&l=1&f=G&s1=lei+2+1891.norm). Acesso em 17 out.2012.

<sup>77</sup> GONÇALVES NETO, Wenceslau. **O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano**. *Anais*, IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 7 a 10 de maio de 2007. [Links]. Acesso em 17 out.2012.

sociedade. Esse fervor em torno das preocupações educacionais foi, antes de tudo, consequência da importância que o discurso liberal assumiu em relação aos movimentos populares quanto à oposição pela oligarquia cafeeira que tentava colocar o novo sistema político sempre em benefício próprio. A propagação do discurso liberal teve como consequência:

O surgimento das propostas de adequação do sistema educacional à nova ordem ‘democrática’ que se implantava e às perspectivas inéditas de progresso que parecia criar. O apelo em favor da educação tornou-se mais forte e, com ele, a mobilização em torno da reforma e da difusão do ensino, ambos condenados a sofrer os efeitos dos avanços e dos recuos da crença no caráter progressista do novo regime.<sup>78</sup>

Se, num primeiro momento, as causas da instrução foram relegadas pela oligarquia política a um segundo plano, o processo de industrialização e urbanização trazia uma nova condição republicana calcada pelos princípios da ordem e do progresso que exigia modificações na educação tanto no discurso quanto nas ações do Estado. Com o advento da República, cabia ao Estado disseminar que a educação era fundamental para formar a cidadania, consolidar a democracia e construir uma unidade nacional. Nesse sentido, assumiria sua missão de “salvacionista da grande massa” até então discriminada e excluída. Essa situação exigia um projeto de amplitude nacional que disseminasse a instrução pública para os quatro cantos do país, com vistas a construir uma cultura de civilidade e formação coletiva política. Ao caráter difusor da instrução pública era confiado um elemento de dinamicidade para a evolução da sociedade em todos os seus setores. Então, a educação popular se aproximava do projeto de controle e ordenação social. Nessa perspectiva, “adquire uma finalidade cívica, moral e instrumental [...] é uma escola para a difusão dos valores republicanos e comprometida com a construção e consolidação do novo regime, é a escola da República para a República”<sup>79</sup>.

Em termos de discussão sobre escolarização, aproximadamente no primeiro decênio de República, o conteúdo apresentava cunho mais político do que pedagógico, pois era esperado que a educação popular repercutisse positivamente, para a época, na ambiência política e social. Era, mais uma vez, a ratificação da escola como requisito indispensável para a reforma da sociedade brasileira, fator que poderia estar associado à instabilidade do novo contexto que se instituíra para a política do que para questões ligadas às exigências reais,

---

<sup>78</sup> XAVIER, Maria Elizabete S. P. 1990, p.62.

<sup>79</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998, p.28.

econômicas e sociais do expansionismo escolar. A mobilização em torno da educação nos faz pensar em alguns questionamentos, como, por exemplo, qual foi o percurso trilhado pela educação a partir das reformas educacionais e por que foram implantadas, no seio da República Velha, tantas reformas educacionais? Passamos, neste instante, à análise dessas questões a luz da revisão da literatura.

### **1.3 Percursos trilhados pela instrução pública no Brasil da Primeira República por meio das reformas educacionais**

O histórico que tecemos a seguir representa um ensaio reflexivo sobre o percurso trilhado pela instrução pública por meio das reformas educacionais no Brasil da Primeira República. Consideramos pertinente ressaltá-las porque exprimem questões políticas, ideias e valores do período em que ocorrem seus nascimentos. Em decorrência da crescente urbanização e do processo de modernização brasileiro, cresceu também a necessidade de se ter pessoas com o domínio elementar da leitura, escrita e cálculo, elementos fundamentais para se adaptar e conseguir desempenhar algumas atividades no mundo moderno. Diante dessa posição, tornou-se imperativo buscar, por meio de reformas educacionais, a democratização da educação e o incremento da oferta de oportunidades educacionais. Nessa incursão, as preocupações em relação à educação postas na mesa de discussões da Primeira República foram férteis para a proposição de reformas educacionais em nome da modernização, da ordem, do progresso, da civilização, da instrução pública, da liberdade de ensino, da laicidade, etc. Entre uma reforma e sua sucessora, percebe-se interstício temporal curto, às vezes chegando a ser inferior a uma década.

Nesse histórico, discorreremos sobre os pressupostos básicos dos projetos concebidos no seio republicano, quais sejam: Reforma Benjamin Constant (1890-1891); Reforma Eptácio Pessoa (1901); Reforma Rivadávia Corrêa (1911); Reforma Carlos Maximiliano (1915) e Reforma João Luís Alves (1925).

Apesar de a Reforma proposta por Benjamin Constant em 1890 não compor o conjunto das reformas de referência nacional e ser destinada apenas ao Distrito Federal, consideramos de importância acentuada analisá-la em virtude de ser a primeira Reforma decretada após a proclamação da República e, sobretudo, a primeira a executar diretrizes educacionais que abrangiam todos os níveis de ensino. É importante ressaltar as tentativas empreendidas por essa Reforma para melhorar o ensino público brasileiro no momento em

que o país se encontrava, marcado pelas mudanças advindas do regime governamental republicano.

Mediante essa nova configuração histórica, a Reforma Benjamin Constant aspirava, por meio da educação escolarizada, melhores condições de vida e crescimento do Brasil. Nesse sentido, é válida a consideração de que essa Reforma, de certo modo, ambicionou a formação do cidadão apto para exercer sua cidadania e para contribuir com o desenvolvimento do país naquele momento. Foi colocada em prática por meio do Decreto nº 981, de 08 de novembro de 1890, que aprova o Regulamento para a Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal<sup>80</sup>.

Os objetivos dessa Reforma convergiam para o estabelecimento da liberdade, da laicidade e da gratuidade do ensino primário ministrado em escolas públicas de primeiro e segundo grau, categorias estabelecidas pelo artigo segundo do decreto citado. No parágrafo primeiro desse mesmo artigo, encontra-se discriminada a clientela que poderia frequentar cada uma dessas escolas, sendo admitidos “nas escolas do 1º gráo [...] alumnós de 7 a 13 annos de idade, e as do 2º gráo, de 13 a 15 annos. Umas e outras serão distinctas para cada sexo, porém meninos até 8 annos poderão frequentar as escolas do 1º gráo do sexo feminino”.

Também era intenção da Reforma Benjamin Constant que todos os níveis de ensino tivessem caráter formador e não fossem utilizados apenas para preparar os alunos com vistas ao ensino superior. Assim, instituiu-se o Exame de Madureza<sup>81</sup> com a finalidade de aferir, no final do curso secundário, os conhecimentos intelectuais adquiridos pelos alunos. A instituição desse exame representa

talvez o ponto mais interessante da reforma Benjamim Constant, pois tirava ao ensino secundário o aspecto de mera via de acesso aos cursos superiores, foi o mais combatido, e a execução, protelada. Só há notícias de sua realização em 1899. Daí em diante, são feitas sucessivas prorrogações no prazo de obrigatoriedade, em favor dos exames preparatórios. Retornam em 1909 e em 1910, nivelados, porém, aos preparatórios.<sup>82</sup>

<sup>80</sup> Cf. na íntegra o texto referente ao Decreto nº 981 de 08/11/1890 disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/4\\_1a\\_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm) Acesso em 17 out. 2012. Todas as próximas citações referentes a esse decreto provêm da mesma fonte.

<sup>81</sup> Instituído pelo novo regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal, estabelecido pelo ministro do Governo Provisório Benjamin Constant, em 1890, o exame de madureza foi um dos aspectos mais combatidos da Reforma Constant e de execução muitas vezes protelada. Os alunos aprovados em todos os exames finais deveriam submeter-se a ele, e quem não fosse considerado habilitado, só poderia apresentar-se para um novo exame de madureza decorrido o prazo de um ano. Disponível em: <http://www.cristianismo.org.br/his-br03.htm> Acesso em: 28 agos. 2012.

<sup>82</sup> NUNES, Marcia Thetis. **Ensino secundário e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: MEC, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1962, p.91.

Outra finalidade da Reforma em apreço era promover a transição entre a formação humana calcada pela literatura para a formação humana calcada pela ciência. Essa atitude foi alvo de críticas, dentre elas, o fato de que essa Reforma infringiu o modelo pedagógico proposto por Comte<sup>83</sup> no que se refere ao respeito da idade mínima de catorze anos para a introdução de estudos científicos. Em termos de currículo, nos limitaremos aqui, apenas a uma abordagem superficial, pois não constitui objetivo dessa pesquisa analisar os currículos propostos e implantados pelas Reformas. No entanto, vale destacar que, nessa Reforma, os estudos científicos, em relação aos estudos literários, foram mais prestigiados devido à sofisticação da escola primária e secundária decorrente da instituição da disciplina de Ciências Naturais, pois já era previsto, para a escola de 1º grau, o estudo de matérias como aritmética, geometria prática; e, no 2º grau, iniciado aos treze anos, preservava-se tais matérias e acrescentava-se ainda o estudo da trigonometria e das ciências físicas e naturais. O acréscimo de matérias de cunho científico às matérias tradicionais tornou o ensino enciclopédico. Esse fato não ficou imune às críticas e, de certa forma, comprometia a defesa da formação humana baseada no cientificismo, fortalecendo, porém, a predominância literária.

Pelos relatórios do período, percebe-se que estes problemas de precocidade e acúmulo foram sentidos e encarados como de difícil solução. Já em 1893, há uma modificação visando uma distribuição mais proporcional das matérias do Ginásio Nacional com ampliação da parte literária, anteriormente sacrificada.<sup>84</sup>

Além dos pressupostos para a instrução primária e secundária do Distrito Federal, a Reforma Benjamin Constant também pretendia efetuar algumas modificações no Regulamento da Escola Normal da Capital Federal da República, amparado pelo Decreto nº

---

<sup>83</sup> Augusto Comte (1798-1857). Estudante da Politécnica aos 16 anos. Em 1832, é nomeado explicador de análise e de mecânica nessa mesma escola. A obra de Comte guarda relações com os acontecimentos de sua vida. Dois encontros capitais presidem as duas grandes etapas desta obra. Em 1817, conhece H. de Saint-Simon: *O Organizador, o Sistema Industrial*, e concebe, a partir daí, a criação de uma ciência social e de uma política científica. [...] Em outubro de 1844, situa o segundo encontro capital que vai marcar uma reviravolta na filosofia de Augusto Comte, trata-se de Clotilde de Vaux, esposa abandonada de um cobrador de impostos. Em 1845 declara a esta mulher seu amor fervoroso. "Eu a considero como minha única e verdadeira esposa não apenas futura, mas atual e eterna". Clotilde oferece-lhe sua amizade. É o "ano sem par" que termina com a morte de Clotilde a 6 de abril de 1846. Comte sente então sua razão vacilar, mas entrega-se corajosamente ao trabalho. Entre 1851 e 1854, aparecem os volumes do *Sistema de política positiva* ou *Tratado de sociologia que institui a religião da humanidade*. O último volume sobre o *Futuro humano* prevê uma reformulação total da obra sob o título de *Síntese Subjetiva*. Desde 1847, Comte proclamou-se grande sacerdote da Religião da Humanidade. Instituiu o "Calendário positivista" - cujos santos são os grandes pensadores da história - forja divisas "*Ordem e Progresso*", "*Viver para o próximo*"; "*O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim*". Morre em 1857. Para leitura mais completa: *Os Pensadores*. Augusto Comte. Consultoria José Arthur Gianotti. 2000. São Paulo. BASTIDE, Paul Arrousse. *Auguste Comte*. São Paulo. Edições 70. sd. Verbete disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_b\\_augusto\\_comte.htm#\\_ftn1](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_augusto_comte.htm#_ftn1) Acesso em 17 out. 2012. (Texto adaptado pela autora).

<sup>84</sup> RIBEIRO, Maria Luísa. 2003, p.74.

982 de 1890, cuja finalidade era dar [...] “a educação intellectual, moral e pratica necessária e sufficiente para o bom desempenho dos deveres de professor, regenerando progressivamente a escola publica de instrucção primaria”<sup>85</sup>. Para o Ginásio Nacional, é aprovado o seu Regulamento pelo Decreto nº 1075, de 1890, que estabelece a finalidade desse Ginásio em proporcionar “à mocidade brasileira a instrucção secundária e fundamental, necessária e suficiente assim para a matricula nos cursos superiores da República, como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social”<sup>86</sup>. E, com a aprovação do Decreto nº 1232-G, de 1891, cria-se o Conselho da Instrução Superior na Capital Federal, cuja finalidade é assistir todas as instituições de ensino superior dependentes do Ministério da Instrução Pública<sup>87</sup>. Pode-se atribuir a essa Reforma a marca do “ecletismo, oscilando entre orientações centralizadoras e descentralizadoras, princípios positivistas e liberais”<sup>88</sup>. Essa oscilação de medidas propostas para a educação faz com que o período republicano seja caracterizado por reformas ininterruptas e instáveis, ora defendendo uma predominância, ora defendendo outra. Assim, os “resultados conseguidos, completamente distintos dos ‘idealizados’, comprovam mais uma vez, a ineficácia e os prejuízos de tal atitude intelectual”<sup>89</sup>.

No ano de 1901, a Reforma Epiácio Pessoa<sup>90</sup> vem para estabelecer a escola secundária como uma espécie de curso preparatório para o acesso ao Ensino Superior. Suas determinações podem ser encontradas no Decreto nº 3890 de 1901<sup>91</sup>, responsável por aprovar o Código de Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Também disciplina a organização de escolas, faculdades, regime escolar, bolsas estudantis. Outro decreto importante para essa reforma é o 3914/1901, que aprova o Regulamento do Ginásio Nacional, cujo objetivo é “proporcionar a cultura

<sup>85</sup> DECRETO nº 982 de 8 de novembro de 1890, artigo 1º. Cf. texto na íntegra dos decretos citados nas notas 85-87 em VIEIRA, Sofia Lerche. Autora e Organizadora. **Leis de reforma da educação no Brasil: Império e República**. Colaboradores: Eveline Ferreira Feitosa. et al. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008, p.46.

<sup>86</sup> Ibidem, artigo 1º do Decreto nº 1075 de 22 de novembro de 1890, p.59.

<sup>87</sup> Ibidem, Decreto nº 1232-G, de 2 de janeiro de 1891, p. 79.

<sup>88</sup> FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993. p. 185.

<sup>89</sup> RIBEIRO, Maria Luísa. 2003, p.75.

<sup>90</sup> Epiácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942) foi jurista e político, tendo exercido várias funções públicas e cargos eletivos. No governo de Campos Sales, foi titular do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pasta a que estavam vinculados os assuntos da educação. Posteriormente seria presidente da República (1919-1922). Disponível em: <http://www2.pgr.mpf.gov.br/procurador-geral/galeria/biografia-de-epitacio-da-silva-pessoa> Acesso em 18 out.2012.

<sup>91</sup> DECRETO nº 3890 de 1 de janeiro de 1901. Cf. texto na íntegra dos decretos citados nas notas 91e 92 em VIEIRA, Sofia Lerche, 2008, p.83 e 121, respectivamente.

intelectual necessária para a matrícula nos cursos de ensino superior e para a obtenção do grau de bacharel em ciências e letras”<sup>92</sup>. Esse decreto apresenta traços pedagógicos ao estabelecer princípios para a organização curricular, programas de ensino, corpo docente e administrativo. É importante registrar que a Reforma Epitácio Pessoa não demonstrou nenhum tipo de preocupação com o ensino primário. Essa Reforma era “de caráter notadamente centralizador, [...] permaneceria em vigência por cerca de dez anos, sendo sucedida por iniciativa de orientação contrária”<sup>93</sup>.

A então sucessora, Reforma Rivadávia Correia<sup>94</sup> de 1911, por meio do Decreto nº 8659 de 5 de abril de 1911,<sup>95</sup> aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Ensino Fundamental na República. A aprovação desse Decreto representa mudanças importantes para os institutos que, até o momento, eram subordinados ao Ministério do Interior, passando a ser considerados corporações autônomas, didática e administrativamente. Essa Reforma retoma a direção positivista e estabelece orientação prática de estudo das disciplinas. Entre outros princípios, defendia a liberdade de frequência com extinção da seriação, propunha a substituição do diploma por um certificado de assistência e aproveitamento e também a liberdade do ensino mediante a desoficialização: “Além das marcas da descentralização, a iniciativa introduz a ‘desoficialização’ do ensino, razão pela qual seria em breve substituída por medida de caráter recentralizador”<sup>96</sup>. Os resultados foram desastrosos e as reações em relação aos postulados dessa Reforma apareceram com a instauração da Reforma Carlos Maximiliano,<sup>97</sup> regida pelo Decreto nº 11530 de 1915<sup>98</sup>. Entre suas aspirações, está a reoficialização e reorganização do Ensino Secundário e Superior na República. Essa reforma configura-se como:

Tentativa de retomada da centralização, propondo, revoga medidas liberalizantes da Reforma Rivadávia Correia. A iniciativa apresenta dispositivos sobre o funcionamento do ensino secundário e superior, corpo docente, fiscalização, equiparação, regime escolar e exames.<sup>99</sup>

<sup>92</sup> Ibidem, Decreto nº 3914 de 26 de janeiro de 1901, p. 121.

<sup>93</sup> VIEIRA, Sofia Lerche. 2008, p. 59.

<sup>94</sup> Rivadávia da Cunha Corrêa (1866-1920), advogado, escritor e jornalista, exerceu várias funções públicas no Legislativo e Executivo, tendo sido ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores e da Fazenda. Foi deputado estadual (1891-92, 1894-1902, 1904-1908), prefeito (1914-1916) e senador (1916-1920). Disponível em: <http://www.senado.gov.br> Acesso em 18 out. 2012.

<sup>95</sup> DECRETO nº 8659 de 05 de abril de 1911. Cf. texto na íntegra em VIEIRA, Sofia Lerche. 2008, p.137.

<sup>96</sup> FREIRE, Ana Maria Araújo. 1993, p. 185.

<sup>97</sup> Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (1873-1960) foi professor de ciências e línguas na mocidade e jurista de renome. Exerceu atribuições no Legislativo e no Executivo, tendo sido deputado por mais de uma vez (1911, 1919-1923). Foi ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo de Wenceslau Braz, procurador geral da República e ministro do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.justica.gov.br> Acesso em 18 out. 2012.

<sup>98</sup> DECRETO nº 11530 de 18 de março de 1915. Cf. texto na íntegra em VIEIRA, Sofia Lerche. 2008, p.167.

<sup>99</sup> VIEIRA, Sofia Lerche. 2008 p. 59.

No ano de 1925, acontece a Reforma João Luiz Alves<sup>100</sup>, também conhecida por Lei Rocha Vaz, na qual os Estados passaram a ter responsabilidades sobre o ensino primário, nível de ensino silenciado por vários anos. Essa Reforma foi regida pelo Decreto nº 16782-A, de 1925, e estabelece “o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional de Ensino, reforma o ensino secundário e superior e dá outras providências”<sup>101</sup>.

Como se pode observar, a Primeira República foi muito pródiga na implementação de reformas, oscilando entre avanços e recuos no campo da educação. Finaliza-se o histórico acerca das reformas educacionais com a conclusão de que

enquanto uma reforma, com base em determinado modelo era vista como solução para os problemas apresentados pelo outro modelo, os problemas reais agravavam-se e, no dia-a-dia escolar, profissionais e alunos ‘solucionavam como podiam’, isto é, improvisadamente e, portanto, também de forma ineficiente. Daí sair desacreditada tanto a teoria importada, e por isso desligada da prática, como a prática sem a teoria, ou melhor, uma prática com base numa ‘teoria’ fruto do senso comum, onde não se tem consciência clara das razões desta nossa forma de agir. É assim que o problema do analfabetismo não pode ser solucionado, ficando muito longe disto, já que aumentou em números absolutos e, em 1920, 65% da população de quinze anos e mais era analfabeta.<sup>102</sup>

No campo educacional, na década de 20, em nível estadual aconteceram várias reformas, como por exemplo, a Reforma de Sampaio Dória em São Paulo, a de Anísio Teixeira na Bahia, a de Carneiro Leão em Pernambuco, a de Fernando de Azevedo no Distrito Federal e a de Francisco Campos em Minas Gerais. Essas iniciativas representam um momento novo para a educação na medida em que a expansão das oportunidades de acesso à escola passa a ser alvo de maior perseguição pelas classes médias emergentes no país. Entre as aspirações dessas reformas, estão a modernização da escola, o atendimento aos anseios sociais e combate ao analfabetismo, o qual apresentava alto índice, conforme demonstra o quadro a seguir:

---

<sup>100</sup> João Luiz Alves (1870-1925) foi advogado, magistrado, jurista, político, professor e membro da Academia Brasileira de Letras. Ocupou várias funções públicas. Como ministro da Justiça e Negócios Interiores elaborou duas reformas de grande porte: a reforma judiciária do Distrito Federal e a reforma do Departamento Nacional de Saúde Pública e do Ensino. Disponível em: <http://www.biblio.com.br> Acesso em 18 out. 2012.

<sup>101</sup> DECRETO nº 16782-A de 13 de janeiro de 1925. Cf. texto na íntegra em VIEIRA, Sofia Lerche. 2008, p.195.

<sup>102</sup> RIBEIRO, Maria Luísa. 2003, p. 80-81.

## Quadro 01

### Índices de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades

Especificação	1890	1900	1920
Total	14.333.915	17.388.434	30.635.605
Sabem ler e escrever	2.120.559	4.448.681	7.493.357
Não sabem ler e escrever	12.213.356	12.939.753	23.142.248
% de analfabetos	85	75	75

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Anuário Estatístico do Brasil, ano II, 1936, p. 43 apud RIBEIRO, Maria Luísa. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 18ª ed. Revisada e ampliada. Campinas. SP: Autores Associados, 2003, p.81. (Coleção memória da educação).

Toda a movimentação gerada em torno da organização da instrução pública suscita discussões sobre abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa do ensino. Essa discussão talvez possa ser considerada “um divisor de águas” entre empreender uma escola alfabetizante ou uma escola integral. Essa questão elucida precisamente as mudanças ocorridas nas reformas educacionais de alguns estados, dentre eles, São Paulo, Minas Gerais e, também, o Distrito Federal, visto que a escola primária assumiria etapa fundamental para a formação humana e da sociedade. Essa preocupação em empreender uma escola com caráter desanalfabetizador e de forma aligeirada talvez possa ser justificada pelo alto índice de analfabetos presentes em todos os estados brasileiros e pelo fato de o “nosso sistema de ensino popular mostrar-se, como sempre, profundamente insatisfatório. Nem mesmo os Estados mais a favor da difusão do ensino, tinham condições de debelar o analfabetismo”<sup>103</sup>. Mesmo apresentando incipiente o ensino brasileiro, as escolas existentes eram denominadas e classificadas de acordo com o número de salas de aula de que dispunham. As escolas que tinham apenas uma sala de aula eram as escolas isoladas e se destinavam aos alunos de primeira e segunda série e as escolas que tinham mais de uma sala de aula eram chamadas de escolas agrupadas e se destinavam às turmas de primeira a terceira séries.

O período de 1889 a 1925, fecundo em promover várias reformas educacionais, pode ser considerado uma espécie de panaceia para se curar os males advindos da falta de instrução, além de denotar a preocupação de melhor organizar o ensino nos níveis primário e secundário. Nessa linha, a implantação dos Grupos Escolares teve peso substancial na influência da trajetória do ensino público primário, a começar pela demanda de uma organização administrativa e curricular. Com essas instituições, o ensino adotou a seriação

<sup>103</sup> PAIVA, Vanilda. 1983, p. 90.

e os alunos foram distribuídos de forma homogênea sob a tutela de um único professor. O método de ensino utilizado era o intuitivo<sup>104</sup> e o desenvolver das atividades de ensino nessas instituições indicaram a necessidade de uma estrutura arquitetônica planejada e, principalmente, da criação do cargo de diretor escolar devido às novas relações de poder e hierarquia que se configuravam nesses ambientes. Os Grupos Escolares tinham como características:

- a) agrupamento dos alunos segundo critério nivelador pelo geral é a idade cronológica para obter grupos homogêneos; b) professores designados a cada grau; c) equivalência entre um ano escolar do aluno e um ano de progresso instrutivo; d) determinação prévia dos conteúdos de diferentes matérias para cada grau; e) o aproveitamento do rendimento do aluno é determinado em função do nível estabelecido para o grupo e o nível em que se encontra; f) promoção rígida e inflexível dos alunos grau a grau.<sup>105</sup>

No cenário brasileiro, essas instituições apareceram primeiramente no Estado de São Paulo, por meio do Decreto Estadual nº 248, de 26 de setembro de 1894 e ambicionavam o incremento do projeto de educação nacional desejado pela República, projeto esse que concebia a educação como ferramenta capaz de favorecer o desenvolvimento moral e intelectual do povo brasileiro e de, conseqüentemente, propulsionar o progresso. A inauguração dessas instituições continuou, tanto na capital paulista como no interior, constituindo-se modelos a serem seguidos pelos demais Estados brasileiros, compondo, portanto, parte da pauta política dos governadores. Os grupos escolares foram tipicamente um fenômeno urbano, uma vez que, no meio rural, as escolas isoladas reinaram por um longo período<sup>106</sup>. Ficaram os grupos escolares também sinônimos de escola graduada devido à seriação do ensino e a sua capacidade de reunir, num mesmo espaço, várias turmas. Isso era visto, pelos reformadores da instrução pública, como “melhoramento e como um fator de

---

<sup>104</sup> Método de ensino que surgiu na Alemanha no final do século XVIII. Foi divulgado pelos discípulos de Pestalozzi no decorrer do século XIX na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, fez parte das propostas de reformulação da instrução pública no final do Império, tendo Rui Barbosa como um dos principais defensores. O método intuitivo utilizava os objetos como suporte didático e os sentidos possibilitavam a produção de ideias, iniciando do concreto e ascendendo à abstração. Os sentidos deveriam ser educados para obter o conhecimento, passando da intuição dos sentidos para a intuição intelectual. O método de ensino intuitivo difundiu-se no Brasil no final do século XIX e início do XX, fazendo parte das diversas propostas de reformas de ensino federais e estaduais. Suas diretrizes vigoraram no Brasil até meados da década de 1920. Texto adaptado do verbete da HISTEDBR disponível em:

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_metodo\\_de\\_ensino\\_intuitivo.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_de_ensino_intuitivo.htm) Acesso em: 29 agos. 2012.

<sup>105</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. 1998, p. 32.

<sup>106</sup> Cf. SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

modernização educacional e cultural”.<sup>107</sup> Contudo, os grupos escolares criados foram insuficientes para atender à demanda populacional carente de instrução, o que implicou um ensino primário aligeirado. Transcorridas três décadas de vigência dos ideais republicanos, o panorama educacional brasileiro permanecia ainda estático, conforme valida o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1920, expresso no quadro a seguir:

**Quadro 02<sup>108</sup>**  
**Índice de Escolaridade – Censo de 1920**

ESTADOS	POPULAÇÃO	ANALFABETOS	%
Alagoas	978.748	834.123	85,2
Amazonas	363.166	266.552	73,2
Bahia	3.334.465	2.720.990	83,7
Ceara	537.135	1.073.262	81,3
Distrito Federal	1.157.873	447.621	38,6
Espírito Santo	457.358	349.400	76,4
Goiaz	511.919	433.339	84,6
Maranhão	874.337	735.906	84,1
Mato Grosso	246.612	174.819	70,8
Minas Gerais	5.888.174	4.671.533	79,3
Pará	983.507	695.806	71,9
Paraíba	961.106	834.155	86,7
Paraná	685.711	492.512	71,9
Pernambuco	2.154.835	1.770.302	82,1
Piauí	609.003	536.061	86
Rio de Janeiro	1.559.371	1.173.975	75,2
Rio Grande do Norte	537.135	440.720	82
Rio Grande do Sul	2.182.713	1.334.771	61,1
Santa Catarina	668.743	471.342	70,4
São Paulo	4.592.188	3.222.609	70,1
Sergipe	477.064	397.429	83,2
Território do Acre	92.379	64.881	70,2
Brasil	30.635.605	23.142.248	75,5

Fonte: Carlos Henrique de Carvalho, **República e Imprensa**: as influências do Positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães. Uberlândia: Edufu, 2004 p.40.

<sup>107</sup> Ibidem, p. 39.

<sup>108</sup> Ressaltamos que informações precisas, que consigam fidedignamente retratar a situação em relação à evolução da população alfabetizada é extremamente difícil, pois, no período anterior a 1930, há uma enorme precariedade no levantamento e tratamento estatístico dos dados, o que influencia na comprovação, visto que o Brasil [...] só em 1916 iniciou a publicação do seu Anuário Estatístico, a qual foi dedicada ao período de 1907 a 1912. A iniciativa, porém, não teve continuidade e a estatística brasileira, considerada na sua expressão sintética estava com um atraso de quase um quarto de século. Para maiores informações Cf. Instituto Nacional de Estatística, Anuário do Brasil, prefácio, ano II, 1936 apud RIBEIRO, Maria Luísa 2003, p. 83.

Frente a esse cenário de analfabetismo, a questão da escolarização se insere nos programas políticos republicanos com a crença de que todos os problemas que o país carregava seja no campo social, político, econômico ou cultural seriam resolvidos por meio da educação. Além disso, a escolarização se fazia necessária para validar o regime democrático, pois, para haver democracia, a participação popular é indispensável.

A partir das transformações ocorridas na sociedade brasileira, Jorge Nagle atestava ser imprescindível o Entusiasmo pela Educação e o Otimismo Pedagógico, movimentos que defendiam a desanalfabetização da população e a escola primária como regeneradora do homem brasileiro e, por conseguinte, da sociedade. Nesse viés, percebe-se uma supervalorização da escolarização primária. Esses movimentos, Entusiasmo pela Educação e Otimismo Pedagógico, foram ingredientes responsáveis na fomentação de debates nacionais em torno da educação, os quais tiveram como consequência a criação da Associação Brasileira da Educação – ABE<sup>109</sup> que segundo Nagle, configura-se como um desdobramento do Entusiasmo pela Educação. Acerca do Entusiasmo pela Educação e do Otimismo Pedagógico:

Que tão bem caracterizam a década dos anos vinte começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimento político-sociais e que consistiam em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. É nessa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem àquilo que, na década dos vinte, está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. A passagem de uma para outra dessas situações não foi propriamente gerada no interior desta corrente ou daquele movimento. Ao atribuírem importância ao processo de escolarização, preparam o terreno para que determinados intelectuais e ‘educadores’ - principalmente os ‘educadores profissionais’ que apareceram nos anos vinte- transformassem um programa mais amplo de ação social num restrito programa de informação, no qual a escolarização era concebida como a mais eficaz alavanca da História brasileira.<sup>110</sup>

Dessa forma, implica, por volta de 1920, uma preocupação generalizada com os problemas educacionais na República. Nesse momento, recai aos ombros dos homens públicos, dos jornalistas, dos movimentos sociais, dentre outros, a responsabilidade de disseminar a instrução pública em face ao alto índice de analfabetos. Essa preocupação tem,

<sup>109</sup> A Associação Brasileira de Educação - ABE em 1924 era composta por um grupo de intelectuais que tinha como missão sensibilizar tanto o poder público quanto os educadores para os problemas educacionais que assolavam o país. Essa associação além do seu caráter de luta ideológica apresentou-se elemento reestruturador dos mecanismos de controle da população urbana, reforçando, o "velho" em nome do "novo" segundo os pressupostos de Marta Maria de Carvalho (1998).

<sup>110</sup> NAGLE, Jorge. 1974, p. 101.

nessa década, maior consistência, uma vez que o quadro de analfabetismo no Brasil permanecia quase que inalterado, conforme censo de 1920. Diante desse quadro que expressa a carência educacional brasileira, as reformas foram enfaticamente arquitetadas e executadas, sobretudo, na década dos anos 20, pois somente a educação seria capaz de formar verdadeiros seres humanos e inseri-los na senda do progresso. Vale destacar que, nessa época, ainda não havia, no cenário brasileiro, modelos consumados de como se instituir um sistema educacional. Os pioneiros na esfera educacional criaram, baseados no ideário do escolanovismo,<sup>111</sup> um modelo de educação inovador dentro das possibilidades da Primeira República. Assim, a base de sustentação para o empreendimento das reformas educacionais brasileiras decorre do movimento escolanovista. Embora a Primeira República tenha sido propício para a instauração de reformas, visando superar os problemas educacionais considerados graves e, principalmente, os empecilhos para o desenvolvimento brasileiro, os dados, expostos nos quadros 01 e 02,<sup>112</sup> indicam e validam a concepção de que as ideias pedagógicas e as reformas implantadas para dar evolução à educação falharam por não conseguirem instituir modelos sistemáticos compatíveis com as necessidades de uma sociedade em transformação e em formação. Constata-se, então, que o Brasil, em pleno auge da República, ainda não tinha conseguido se livrar dos resquícios da cultura acadêmica e aristocrática dos longos anos de Período Imperial.

Assim sendo, a Associação Brasileira de Educação - ABE se tornou um forte instrumento para propagação de discursos em prol da civilidade, do progresso, da educação – aspectos reiteradamente defendidos pela República - para suprir as necessidades desse novo contexto e dizimar os males que a sociedade brasileira carregava. Nessa vertente, “o discurso cívico da ABE é discurso profilático, erigindo a questão sanitária em metáfora da situação nacional e obra educacional em obra de saneamento”<sup>113</sup>. Toda essa militância ideológica que originou a criação da ABE também desencadeou dois acontecimentos importantes para o campo da educação nacional, a Reforma Francisco Campos e o Manifesto dos Pioneiros da

---

<sup>111</sup> A corrente escolanovista europeia defendia uma escola na qual, a cada indivíduo, deveria ser dada uma educação “sob medida”, de acordo com sua capacidade e aptidão, as quais eram determinadas biologicamente (Claparède, 1928, p. 8). Já a filosofia norte-americana, tendo como representante o filósofo John Dewey (1859-1952), denominada Escola Nova ou escolanovismo, é considerada um movimento de renovação do ensino e postulava que, para construir uma sociedade democrática, o instrumento eficaz seria a educação; dessa forma, a educação escolar deveria centrar-se no indivíduo integrado à democracia, levando em consideração as diversidades e as individualidades do sujeito apto a refletir sobre essa sociedade. Para maiores informações confira respectivamente, CLAPARÈDE, Édouard. **A escola e a psicologia experimental**. São Paulo: Melhoramentos, 1928 e DEWEY, John. **Como pensamos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959 e obra do mesmo autor, **Democracia e Educação**. Companhia Editora Nacional, 1979.

<sup>112</sup> Vide páginas 49 e 52.

<sup>113</sup> CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica: Higiene Moral e Trabalho no projeto da associação brasileira de educação (1924-1931)**. Bragança Paulista – SP. EDUSF, 1998, p.145.

Educação Nova de 1932<sup>114</sup>. Apesar da efetivação da Reforma Francisco Campos e do Manifesto dos Pioneiros acontecer pós 1930 e ultrapassar a periodização estabelecida para essa pesquisa, consideramos pertinente a sua abordagem tendo em vista que o seu processo de articulação e de construção foi gestado na ABE. O produto final desses acontecimentos resulta de um percurso de discussões e debates, cujo ponto crucial era as reformas educacionais que vinham ocorrendo em várias regiões brasileiras, de maneira isolada e descontínua, sob o impulso dos ideais do escolanovismo.

A Reforma Francisco Campos foi responsável pelo empreendimento, por parte do Estado, de ações mais efetivas de âmbito nacional para a educação, imprimindo a ela uma estrutura orgânica. Ressalta-se que essa Reforma foi um marco para a história da educação brasileira, pela sua abrangência, pois era imposta em todo o território, fazendo com que, pela primeira vez, uma legislação de ensino fosse aplicada em todo o país, permitindo, assim, que o problema educacional fosse discutido e, principalmente, resolvido em sua amplitude e não de forma isolada no interior de cada estado, como vinha acontecendo até o momento. Não obstante, o aparato de prosperidade decorrente da instalação dessa reforma, ela também contribuiu, de certa forma, para validar o dualismo educacional ao criar, em caráter obrigatório, o exame de seleção como condição para ingresso no ensino secundário. Tal atitude foi responsável por promover, às vezes, uma educação de cunho elitista e discriminatório, aumentando a distância já existente entre o ensino primário e o ensino secundário.

Outro acontecimento de importância capital para o campo educacional foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, elaborado por Fernando de Azevedo e endossado por outros educadores brasileiros. Entre os ideais desse movimento, estava a “renovação educacional” e a importância de se estabelecer relação entre educação e desenvolvimento para se construir uma sociedade de fato democrática. O Movimento de ideário renovador e defensor da educação estruturada tem, entre as bandeiras de luta, a educação como direito individual que deve ser garantido a todos. O documento enfatizava os princípios da gratuidade, da laicidade e

---

<sup>114</sup> Documento escrito por 26 educadores, em 1932, com o título *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. Segundo o documento, a causa principal dos problemas na educação está na "na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação". A educação nova, segundo o texto do manifesto, propunha "servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social". A democracia no Brasil era um dos pontos importantes abordado no manifesto de 1932. A educação era vista como instrumento de reconstrução da democracia, permitindo a integração dos diversos grupos sociais. Nesse sentido, o governo federal deveria defender bases e princípios únicos para a educação, mas sem ignorar as características regionais de cada comunidade. <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=279> Acesso em: 29 agos. 2012.

da obrigatoriedade. Em relação à laicidade, postulava que a educação escolar deveria oferecer aos alunos uma formação de caráter imparcial quanto a crenças, disputas e seitas religiosas. No que se refere ao princípio da gratuidade, considerava ser esse um princípio igualitário, propiciando a todos os cidadãos brasileiros o direito de ter acesso à educação escolar independente de sua situação econômica. No que tange à obrigatoriedade, percebe-se que, para o ensino ter caráter obrigatório, ele deve ser, antes de tudo, gratuito e financiado pelo poder público. Nesse sentido, era expresso no documento:

Do direito de cada indivíduo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais.<sup>115</sup>

Obrigatoriedade e gratuidade, na concepção do Manifesto, pareciam ser princípios indissociáveis para o campo da educação. No que concerne às sucessivas reformas educacionais, muitas vezes parciais e arbitrárias, o documento de 1932 atesta que são pensadas de forma isolada, sem uma visão global do problema, o que já faz ruína logo em seu nascedouro. O Manifesto da Educação Nova, de 1932, propõe que seja “procurada a causa principal desse estado antes de inorganização do que de desorganização do aparelho escolar”<sup>116</sup> para, então, promover uma reconstrução educacional que conheça realmente o homem e a sociedade a que se destina, para que seja sólida e coerente na obra de civilização, tomando essa posição:

A educação que, no final de contas, se resume logicamente numa reforma social, não pode, ao menos em grande proporção, realizar-se senão pela ação extensa e intensiva da escola sobre o indivíduo e deste sobre si mesmo nem produzir-se, do ponto de vista das influências exteriores, senão por uma evolução contínua, favorecida e estimulada por todas as forças organizadas de cultura e de educação. [...].<sup>117</sup>

O Manifesto representa, naquele momento, um plano de ação nacional que visava à renovação e à estruturação do sistema educacional brasileiro a partir de mudanças globais e profundas na estrutura do ensino vigente em confluência com as necessidades de cada época.

---

<sup>115</sup> MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932. In Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584, p. 192. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>. As citações subsequentes provêm dessa mesma fonte. Acesso em: 20 out. 2012.

<sup>116</sup>Ibidem, p.188.

<sup>117</sup>Ibidem, p 190.

Foi uma ferramenta para reflexão das incoerências do seu tempo, mas, devido a questões de ordem política, o movimento com ideário renovador entrou em um período de repouso, pelo menos no que se refere ao campo das ideias, porque, no campo efetivo, os educadores continuaram a militância.

Em termos de educação, o que distingue a última década da Primeira República em relação às suas antecessoras é a preocupação em pensar e modificar os padrões de ensino devido às discussões desencadeadas por meio do Entusiasmo pela Educação e do Otimismo Pedagógico, sendo possível, nesse contexto, observar a presença de duas correntes. A primeira vinculada ao Entusiasmo pela Educação, pois acreditava e defendia que multiplicando as instituições escolares, conseqüentemente, maiores camadas da população estariam inseridas na direção do progresso nacional e o Brasil no rol das grandes nações do mundo. A segunda corrente estava vinculada ao Otimismo Pedagógico e a defesa recaía sobre a crença de que determinadas doutrinas escolares indicariam, com maior precisão, o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro. Porém, somente nos anos finais da década de 20, em consequência das necessidades políticas e nacionalistas, é que os assuntos escolares ganharam maior importância.

### **Considerações Parciais:**

A República, forma de governo que se instituiu como uma via para possibilitar a todos os cidadãos, por meio de um mecanismo representativo, a possibilidade de intervir no campo político e educacional, exigiu modificações para se adequar às condições concretas da realidade brasileira. Transitando pelo binômio das frustrações e desilusões, as décadas iniciais republicanas foram ricas em discussões e tentativas, responsáveis por imprimir (re) orientação e mudanças, tanto na forma de pensar quanto na de agir, tendo em vista as condições políticas e sociais da época. Diante desse quadro de inconstância, a República:

Teoricamente construída, de acordo com determinados níveis de aspiração, restou a República possível, realizada sob a orientação e a pressão das forças sociais mais ponderáveis da situação histórico-social do período. Daí o desânimo - mas que o desânimo, as desilusões e as frustrações que dominaram a mentalidade dos homens públicos, dos pensadores, dos intelectuais e dos educadores que viveram durante a Primeira República até cerca de 1920.<sup>118</sup>

---

<sup>118</sup> NAGLE, Jorge. 1974, p. 135.

A exaltação da educação foi marcante nos discursos republicanos: “[...] sanear e educar o Brasil constituía o primeiro dever de uma revolução que se fez para libertar os brasileiros [...]”<sup>119</sup> A defesa da urgente e necessária implantação da instrução popular, na Primeira República, antes de qualquer coisa, representaria a libertação da população das consequências advindas dos males causados pelo analfabetismo e pela ignorância, que impediam a formação da cidadania e a participação política no exercício dessa cidadania. Acabar com esses males, propiciaria a ascensão social e condições para que a população pudesse participar do cenário brasileiro que estava se configurando.

Não se pode negar que, naquele momento, houve muitas tentativas para democratizar a educação, mas essas tentativas conseguiram apenas

[...] uma vitória parcial mutilada, [...] por um lado foi vitoriosa, porque universalizou [...] a ideia de uma rede ensino primário público, gratuito, laico, criando um sistema escolar, apropriado (Escolas Normais, Grupo Escolares), por outro [...] foi insuficiente e insensível ao mundo do trabalho. Por isso, qualificamos esta vitória de mutilada.<sup>120</sup>

É fato que as reformas educacionais pouco fizeram em favor do ensino primário, mas é fato também que essas reformas, de certa forma, procuravam contribuir para fomentar o desenvolvimento do Brasil, pois o país vivia processos de mudanças sociais, econômicas, políticas... que deveriam convergir para a consolidação da cidadania e, valendo-se da educação escolarizada, exercê-la. A taxa de cerca de 30% da população estar alfabetizada denota que os benefícios em torno da escolarização privilegiaram os níveis de ensino subsequentes ao primário.

Esse panorama indicava ser necessário um projeto educacional de caráter abrangente, nacional, obrigatório, custeado pelo Estado, e que servisse realmente como instrumento civilizador, de modo que a materialização da escola gratuita na República passasse pela “[...] difusão de valores republicanos e comprometidos com a construção e a consolidação do novo regime; é a escola da República e para a República”<sup>121</sup>. Assim, foram instituídos os Grupos Escolares, neles estavam a via para romper com o passado, melhorar o presente e projetar o futuro republicano, enfim, eram molas propulsoras para o progresso. Com essas instituições, significaria educação institucionalizada, capaz de denotar para o Brasil a condição de país

<sup>119</sup> AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da Cultura**. São Paulo, Melhoramentos/ Brasília, INL, 1976, p.669.

<sup>120</sup> NOSELLA, Paolo. Qual compromisso político? **Ensaio sobre a educação brasileira pós ditadura**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002, p.46.

<sup>121</sup> SOUZA, Rosa Fatima de. 1998, p. 27.

desenvolvido. Os grupos escolares também foram responsáveis por suscitar várias discussões acerca de outros aspectos no campo educacional, como, por exemplo: formação do professor, métodos de ensino, tempo escolar, espaço físico... Passamos, então, a analisar, no capítulo subsequente, como foi repercutida, na ambiência mineira, a política educacional advinda da Primeira República.

## CAPÍTULO II

### ORGANIZAÇÃO E TRAJETÓRIA PERCORRIDA PELA INSTRUÇÃO PÚBLICA EM TERRAS MINEIRAS DURANTE OS ANOS DE 1889 a 1928

*A escola primária se destina à cultura da massa e a preparar as crianças para uma situação mais suave e mais nobre na vida.*<sup>122</sup>

Após análise das configurações que se delinearam no cenário brasileiro, em especial, no campo da educação pública, decorrentes dos ideais republicanos, passamos, nesse capítulo, a analisar a organização e trajetória percorrida pela instrução pública, em terras mineiras, durante os anos de 1889 a 1928. Tomamos como fio condutor, as reformas educacionais implantadas para (re) organizar e estruturar o ensino no Brasil republicano. Optamos por promover, em alguns momentos, interlocução com a imprensa patense e com os termos de visita dos inspetores de época para conhecer as influências exercidas pelo cenário nacional e regional no contexto da educação local.

As décadas finais do século XIX foram responsáveis por promover, no cenário mineiro, mudanças com vistas à construção da modernidade, tendo por base a aparência dos países europeus. Nessa perspectiva, era discutida a questão da transferência da capital, fato que daria para o Estado um ar mais moderno, pois sua capital, a cidade de Ouro Preto, não atendia a esse requisito e exprimia um ar arcaico. Esforços não foram medidos e forças foram empreendidas para concretizar essa transferência, “era necessário criar uma cidade que fosse mais consoante com os novos tempos que se abriam à nação republicana [...] uma cidade que funcionasse, ela mesma como mais um elemento contribuinte dessa mesma nação”<sup>123</sup>. A nova capital, Belo Horizonte, nascia sob os moldes da modernidade, “moderno igual ao novo [República] em oposição ao antigo [Império]”<sup>124</sup>.

Esse desejo de modernidade ultrapassava as fronteiras da capital e se fazia presente nos municípios do interior, como, por exemplo, em Patos de Minas, que teve sua elevação à categoria de cidade em 1892, logo nos primeiros anos de República. Transcursados os anos, a

---

<sup>122</sup> CARVALHO BRITO, 1909. In FILHO, José Pereira Peixoto. **Diretores dos Grupos Escolares de Minas Gerais no período de 1940 a 1972: indicação política e subserviência ideológica**. Disponível em: [www.faced.ufu.br/nephe/images/arg-ind.../educacao-imprensa.pdf](http://www.faced.ufu.br/nephe/images/arg-ind.../educacao-imprensa.pdf) Acesso em 20 out. 2012.

<sup>123</sup> SILVEIRA, Ancy Jackeline T. **Imagens destoantes: a moderna capital de Minas**. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5 de outubro de 1998, Campinas. Anais... Campinas, 1998, p.1.

<sup>124</sup> Ibidem, 1998, p.1.

promissora cidade foi crescendo e, paralelamente ao processo de urbanização, constatavam-se as necessidades de desenvolvimento de todos os setores da sociedade. As “elites” da sociedade patense, utilizando um discurso progressista, conclamavam a ampliação do transporte, da comunicação, da saúde e da educação, tendendo à construção de uma infraestrutura capaz de sustentar o desenvolvimento e o progresso de uma cidade que foi sendo construída sob fortes influências dos ideais republicanos. O desenvolvimento de Patos de Minas resultou basicamente das atividades de cultura e pastagens. A letra do hino,<sup>125</sup> composto para a cidade pelo professor Zama Maciel,<sup>126</sup> exalta as terras patenses, ao dizer, em versos e melodia:

Terra nutriz poenta avermelhada  
Que se ondula em afagos maternais  
Ao gorjear da alegre passarada  
Fecundadora de amplos milharais  
[...]  
Formosa gleba das Minas Gerais  
A tua gente heroica te bendiz  
Ao sorrisos no louro dos trigais  
Na messe farta que te faz feliz. [...]

As terras patenses possibilitavam à população compensação imediata pelo trabalho empreendido e, com a melhoria dos meios de transporte e abertura de rodovias, foi permitido ao município:

Comunicação com os vários centros do Estado e do país, tornou-se possível, economicamente, o aproveitamento das magníficas terras de cultura ali existentes, no desenvolvimento da atividade agrícola, que passou a constituir um dos principais fatores de riqueza local<sup>127</sup>.

O setor econômico estava ficando mais fortalecido, a população aumentando e a demanda pela instrução pública se tornava, cada vez mais, urgente e necessária. O século XX, para a ambiência mineira, começou sob a tutela das reformas educacionais que aspiravam

---

<sup>125</sup> Cf. na íntegra letra do hino a Patos de Minas disponível em: <http://www.patosdeminas.mg.gov.br> Acesso em: 15 agos. 2012.

<sup>126</sup> Nasceu em Patos de Minas, em 30 de junho de 1904. Formou-se em Agrimensura em 1926. No ano de 1931, é nomeado Inspetor Federal de Ensino, cargo que exerceu até à morte. Foi o primeiro Delegado de Ensino de Patos de Minas. Sua vasta cultura fê-lo mestre de Português, História, Geografia e Matemática. Fez-se político, elegendo-se vereador em 1946, fazendo parte da edilidade até 1959. Jornalista de “A Reforma” e da “Folha de Patos”. Neste jornal, na década de 40, escrevia sob o pseudônimo de “Sérgio de Araújo Goes”. Faleceu em Patos de Minas, na madrugada de 02 de agosto de 1968, aos 64 anos. Existe em Patos de Minas uma escola estadual que leva seu nome. Cf. RESENDE, Júlio César. **Colégio Estadual 30 anos de Glória 1965-1995**. Exemplar 6. Página 11. Disponível na Biblioteca Sebastião Alves do Nascimento, biblioteca da E.E. Professor Zama Maciel, Patos de Minas.

<sup>127</sup> FONSECA, Geraldo. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Vol. XXVI, 1959, p.294-295

uma educação “[...] comprometida com os ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira”<sup>128</sup>. Enfatizar a educação em Patos de Minas, no contexto republicano, implica caracterizar os pressupostos das reformas desenvolvidas em Minas Gerais e suas repercussões na organização da instrução pública primária em nível local. A relação entre educação, civilização e progresso foi assim externada pela imprensa patense:

A civilização é o aperfeiçoamento progressivo dos homens na sociedade. As nações tendem naturalmente a augmentar suas luzes, seu bem estar e todas as vantagens que resultam do trabalho e dos esforços communs de seus membros. O desenvolvimento da moral, da sciencia, da litteratura, das artes, da legislação, do commercio, da industria e da agricultura, indica o gráo de civilização ao qual pode cada povo chegar. A epocha contemporanea nos offerece o spectaculo de um desenvolvimento extraordinario, devido ao progresso das sciencias mathematicas, phisicas ou naturaes; à feliz applicação dessas sciencias a industria, ao commercio e a agricultura; à facilidade dos transportes à extraordinaria e prodigiosa actividade dos negocios e à habilidade dos homens entregues a exploração das riquezas naturaes. O progresso scientifico, causa principal do progresso material e econômico [...]. Si a civilização fez o desenvolvimento da sciencia, das bellas artes e da litteratura, é porque não pode haver civilização sem o conhecimento do justo, do agradavel e do necessario. [...] Jamais poderá ser bom cidadão, jamais poderá amar a sua patria o homem ignorante, razão por que affirmo que sem instrucção não pode haver civilização, não pode haver progresso. [...] Façamos justiça, sejamos civilizados e instruamos a mocidade, esperança do porvir!<sup>129</sup>

Pelo artigo citado, percebe-se que a imprensa de Patos de Minas não se furtava de discutir os problemas que acometiam o setor educacional, os avanços e recuos em nível local, regional e também nacional, utilizando esse veículo para difundir os seus discursos em face da necessidade de se organizar a instrução pública no município.

Das várias transformações que estavam acontecendo no início do século XX em Patos de Minas, chama-nos a atenção as que se refletiam no campo educacional. O quadro de analfabetismo que maculava o país parecia incompatível com essa tendência de ascensão desenvolvimentista, o que fortaleciam, no estado de Minas Gerais e no município de Patos de Minas, os pedidos em favor da instrução pública como alicerce para o progresso, pois:

A instrucção é a base do progresso; sem ella que desenvolve as faculdades pensantes de cada individuo ou cellula social; sem ella que faz o cidadão comprehender os misteres da vida e os deveres para com a sociedade; sem ella, enfim, que reveste o homem dos poderes para lucta quotidiana pelo

<sup>128</sup> NUNES, 1998, p. 118 apud GOUVEIA, Maria Cristina Soares de; ROSA, Walquíria Miranda. **A Escola Normal em Minas Gerais**. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. **Lições de Minas**- 70 anos da Secretaria de Educação. 7 v. Belo Horizonte, 2000.

<sup>129</sup> O TRABALHO. Cidade de Patos, Anno 1, n.4, 20 Set. 1905, p.3.

viver, é impossível avaliar-se o benefício e prosperidade que possa trazer à nossa Pátria.<sup>130</sup>

O investimento na escola pública aparentava ser o caminho mais viável para conseguir a formação do cidadão da República e de uma nova ordem social. Essa crescente proporção que estava sendo tomada em defesa da instrução era tida como:

Via de integração do povo à nação e ao mercado de trabalho assalariado, que viu-se sobremaneira fortalecido com a proclamação da República e com a abolição do trabalho escravo, significou também um momento crucial de produção da necessidade de re-fundar a escola pública, uma vez que aquela que existia era identificada como atrasada e desorganizada. Tal escola, assim representada, não poderia levar avante tarefas tão complexas como aquelas projetadas para a mesma<sup>131</sup>.

Minas Gerais se destaca no setor político. Durante grande parte do regime republicano, era base forte no jeito de governar. A política do café com leite, marca peculiar do Estado de Minas Gerais e São Paulo, tinha caráter dominador e investia na busca de novos aliados para se tornar cada vez mais sólida e fortalecida.

Diante da propagação do ideário republicano, os novos tempos exigiam novas configurações a que o governo mineiro procurava se adequar, usando diferentes estratégias, e uma das estratégias utilizadas, foram as reformas educacionais. Nesse instante, a escola primária passa a ser pensada também como uma das formas para a divulgação desse novo ideário. Então, no período correspondente aos anos de 1892 a 1906, em Minas, merecem destaque três grandes reformas para a escola primária: a de 1892, sob a presidência de Afonso Penna; a de 1899, sob a presidência de Silviano Brandão e a de 1906, sob a presidência de João Pinheiro<sup>132</sup>. Essas reformas certamente seriam responsáveis por influenciar o delineamento da educação em âmbito local. É válido salientar que não constitui nossa pretensão exaurir o conteúdo dessas reformas, apenas refletir sobre alguns pontos que são relevantes para melhor compreensão da temática da pesquisa.

Nos documentos que versam a respeito da organização de tais reformas, é possível constatar o diagnóstico de precariedade da instrução primária. Como mecanismo de superação desse estado, os governantes, no ímpeto de modificar essa situação, faziam uso de diversas

---

<sup>130</sup> O TRABALHO. Cidade de Patos (Minas), anno 1, n.2, 27 ago. 1905, p.1.

<sup>131</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo (RS): UPF, 1996, p.37.

<sup>132</sup> Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892, regulamentada pelo Decreto nº 655, de 17 de outubro de 1893; Lei nº 221 de 14 de setembro de 1889, regulamentada pelo Decreto nº 1348, de 8 de janeiro de 1900 e Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, regulamentada pelos Decretos nº 1947 e nº 1969.

iniciativas. Com a rotatividade de governo, percebe-se ruptura ou modificação de algumas iniciativas anteriormente empregadas pela expedição de novas leis e novos decretos que seriam implantados para fazer frente à realidade precária constatada.

## **2.1 Lei 41, de 1892: precursora para reformas no ensino mineiro nos primeiros anos de República**

Na ambiência do ensino primário, a Reforma contemplou uma série de medidas significativas em face do mau estado que se encontrava esse nível de ensino, tendo em vista dada importância para a formação das novas gerações. Na bagagem de preocupações do presidente Afonso Penna,<sup>133</sup> destaca-se a preocupação com a formação do professorado e com a expansão do programa de ensino, a organização dos tempos e espaços, a materialização da escola e o acesso ao ensino.

Com caráter de profissionalização, o ensino normal passou por reformas, tendo em vista a necessidade de formar o professorado para atuar no ensino primário, conforme rege o artigo 158 da Lei 41:

A escola normal, sob a forma de externato mixto, é um estabelecimento de ensino profissional, destinado a dar aos candidatos à carreira do magistério primário a educação intelectual, moral e pratica necessaria e sufficiente para o bom empenho dos deveres de professor, regenerando progressivamente a escola publica de instrucção primaria<sup>134</sup>.

Era depositada grande expectativa na reforma do Ensino Normal pelo fato de a formação do professor ser fundamental e influir diretamente no remodelamento do ensino primário. Na ótica do governo, era estreita a relação entre ampliação do programa de ensino e habilitação do professor, pois quanto mais se promovesse a ampliação do programa nas escolas primárias, maior seria a exigência da habilitação do professorado para exercer a profissão com eficiência, conforme aludiu seu ponto de vista:

---

<sup>133</sup> Afonso Augusto Moreira Penna (1847-1909). Em 1870, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo; exerceu a profissão de advogado por alguns anos, mas logo deu início a sua carreira política. Em 1874, tornou-se deputado pelo estado de Minas Gerais. Membro do Partido Liberal, conseguiu ser eleito quatro vezes como deputado geral entre os anos de 1878 a 1889. Durante o governo liberal, que teve início em 1878, assumiu os cargos de ministro da Guerra, da Agricultura e da Justiça. Em 1902, chegou ao cargo de vice-presidente da República, uma vez que o vice-eleito, inicialmente Francisco Silvano de Almeida Brandão, havia sido eleito, mas não empossado no cargo, pois veio a falecer anteriormente. Assim, Afonso Penna desenvolveu a função entre 1902 e 1906. (Adaptação da autora). Cf. [http://www.e-biografias.net/biografias/afonso\\_penna.php](http://www.e-biografias.net/biografias/afonso_penna.php) Acesso em 20 out. 2012.

<sup>134</sup> MINAS GERAIS. Lei 41 – 03 ago. 1892. Da nova organização à instrução publica do Estado de Minas. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1893.

É minha opinião que a principal medida para levantar o nível do ensino primário entre nós é o emprego de maior escrúpulo na escolha do pessoal docente, banindo-se de vez o hábito antigo de patronato, que tantos males têm causado aos créditos da administração<sup>135</sup>.

A Reforma, por sua vez, apresentou um arcabouço de estratégias para que o poder público pudesse implantar um modelo escolar que valorizasse os atores, a materialidade, o acesso e a obrigatoriedade da escolarização.

No período de 1895 a 1898, o Estado Mineiro estava sob a presidência de Chrispim Jacques Bias Fortes<sup>136</sup>, cuja avaliação e diagnóstico sobre a instrução primária não foram auspiciosos. No começo de seu governo, três anos posteriores à projeção da Lei 41, de 1892, no que tange à construção de casas escolares e suprimento das escolas, com material apropriado, o presidente afirmou, em seu pronunciamento, que

as escolas primárias do Estado ressentiam-se da falta de material apropriado ao ensino, funcionavam em geral em prédios que nenhum conforto ou condição higiênica ofereciam, e que era preciso verba para a construção gradual de edifícios adequados nas diversas localidades, onde pudesse as escolas instalar-se convenientemente<sup>137</sup>.

Em relação ao corpo docente em exercício, o Presidente alegou que, pela Reforma de 1892, as heranças do professor provisório e do amplo conjunto de matérias a serem lecionadas não dificultavam o bom desempenho profissional e, por conseguinte, o desenvolvimento prático da instrução primária como se desejava. O professor provisório, naquele momento, era uma alternativa para suprir, de imediato, a vacância de cadeiras, mas se tornou permanente,

<sup>135</sup> MINAS GERAIS. Mensagem do Presidente Afonso Penna ao Congresso Mineiro. Imprensa Oficial, 1893. PENNA, Afonso Augusto Moreira. In: CONGRESSO Mineiro. Mensagem dirigida ao presidente do Estado de Minas Gerais em sua terceira sessão ordinária da 1ª legislatura. Ouro Preto: Imprensa do Estado de Minas Gerais, 1893. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/489/index.html> Acesso em 20 out. 2012.

<sup>136</sup> Chrispim Jacques Bias Fortes (1847- 1917). Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Exerceu os cargos de promotor de Justiça e de juiz municipal, em Barbacena. Exonerou-se da Magistratura, em 1879, para atuar na política. Filiado ao Partido Liberal, em 1881, elegeu-se deputado provincial. Em 1889, candidatou-se a deputado provincial, mas, não chegou a ser diplomado. Instaurado o regime republicano, a convite de João Pinheiro da Silva, elaborou o Anteprojeto da Constituição Mineira e, por nomeações sucessivas do marechal Deodoro da Fonseca, exerceu o Governo do Estado Provisório do Estado em quatro períodos de 1890 a 1891. Em junho de 1894, renunciou à cadeira de senador para ser o segundo presidente de Minas Gerais, escolhido por voto popular. Durante o seu quadriênio (7/9/1894 - 7/9/1898), a Capital do Estado foi transferida de Ouro Preto para Belo Horizonte. Cumprindo o período presidencial, retornou ao Senado, na vaga de Caetano de Sousa e Silva, e ali permaneceu o restante da 3ª Legislatura nas seguintes até a 7ª, quando faleceu no exercício de seu mandato. (Adaptação da autora). Cf. <http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/galeria-de-governadores/10187-crispim-jacques-bias-fortes/5794/5241> Acesso em 20 out. 2012.

<sup>137</sup> MINAS GERAIS. Mensagem do Presidente Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro. Imprensa Oficial, 1895. Disponível em: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u2407/index.html>. Acesso em 20 out. 2012.

talvez pela inexistência de número suficiente de professores habilitados. Provavelmente, a nomeação de professores provisórios seria menos dispendioso para o governo. Além do problema do provimento de cadeiras por professores provisórios, havia também o problema da competência para o cumprimento do programa de ensino. Parecia que o modelo de cultura escolar republicana, que se tentou produzir através da Reforma de 1892 e suas modificações subsequentes, não caminhava na progressão desejada e esperada.

Em 1899, na presidência de Francisco Silviano de Almeida Brandão,<sup>138</sup> novamente repetia a prática da avaliação e do diagnóstico em relação ao quadro da instrução primária. Foram citados pelo Presidente alguns fatores que estavam contribuindo para sua possível degradação:

Em geral ministrado por métodos defeituosos e primitivos, pouco prático, insuficiente, pouco proveitoso, não compensando absolutamente os grandes sacrifícios que com ele é feito pelo tesouro público. O ensino primário acha-se em completa decadência no Estado esta é a verdade que tanto nos contrista. Verifica-se que as escolas primárias em geral funcionam em prédios que não são próprios, acanhados, sem as necessárias condições higiênicas, desprovidas quase de mobília e material escolar convenientes. Os professores, sem tempo suficiente e mesmo muitos sem o conveniente preparo para lecionarem todas as matérias. As escolas não são inspecionadas e às vezes nem mesmo são visitadas pelas autoridades literárias. Uma das tristes consequências que decorria desse estado de coisas era a falta de frequência que notava nas escolas<sup>139</sup>.

Na concepção presidencialista, o problema da frequência poderia estar ancorado na falta de habilitação do professor e na inadimplência dos pais em enviar seus filhos para a escola.

Frente a esse caso, impetuosamente foi defendido pelo presidente a obrigatoriedade escolar. No diagnóstico supracitado, foram apontados pontos cruciais que colaboravam para o caos do Ensino Primário. Entre esses pontos, salienta-se a ausência do trabalho de inspeção, considerado importante para garantir o bom funcionamento do ensino. Essa ausência endossa

---

<sup>138</sup> Francisco Silviano de Almeida Brandão (1848 -1902). Em 1875, formou-se em medicina pela Faculdade da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro e passou a exercer sua profissão em Ouro fino. Em Pouso Alegre, construiu sua base de atuação política. Fundou o Clube Republicano e se elegeu deputado provincial pelo Partido Liberal, para a legislatura de 1880 - 1881. Elegeu-se senador estadual e pouco depois presidente do Estado de Minas Gerais. Em seu governo, dedicou-se à agricultura, que era a grande geradora da riqueza de Minas. Candidatou-se à Vice-Presidência da República, dentro da chamada "República Café com Leite", junto à candidatura do paulista Rodrigues Alves para presidente. Ambos foram eleitos para o mandato de 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906, mas Silviano Brandão morreu antes de tomar posse, sendo substituído por Afonso Pena. (Adaptação da autora). Cf. <http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/...silviano...brandao/.../5241> Acesso em 20 out. 2012.

<sup>139</sup> MINAS GERAIS. Mensagem do Presidente Silviano Brandão ao Congresso Mineiro. Imprensa Oficial, 1899. Disponível em <http://www.wcrj-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u2410/000018.html> Acesso em 20 out. 2012. A citação subsequente provém desta mesma referência.

o encaminhamento para a Lei 281/1899, que dispõe sobre a criação do cargo de inspetor extraordinário como forma de efetivar o princípio da obrigatoriedade do ensino. Esse cargo deveria ser confiado a cidadãos idôneos e competentes para produzir os resultados esperados.

Seguindo a trajetória de seus antecessores, Silviano Brandão, a partir de seu diagnóstico e da instituição do serviço de inspeção, propôs a Reforma pautada pelos seguintes aspectos:

Simplificação e uniformização do ensino primário, tornando-o prático e exequível; supressão das cadeiras rurais; extinção da classe dos professores provisórios; delimitação orçamentária do número de cadeiras, que devem ser providas e custeadas; proibição taxativa aos professores de ocuparem a sua atividade com misteres estranhos à sua profissão e incompatíveis com as funções pedagógicas<sup>140</sup>.

Ainda que realizada a Reforma e transcurso alguns anos, o Ensino Primário foi novamente avaliado, agora por Francisco Salles,<sup>141</sup> em 1903, constando que:

Não se podem considerar boas as condições do ensino primário, em nosso Estado; e sinto tanto mais constrangimento em confessar-vos esta verdade, geralmente reconhecida, quanto é lastimável o sacrifício enorme que faz o Estado, quase em pura perda, com esse importante ramo do serviço público<sup>142</sup>.

Essa avaliação do Presidente traz traços reveladores não só da decadência da instrução pública, como também de outros problemas que o Estado, naquele momento, estava vivenciando. Vimos, nas narrativas presidenciais, alguns fatores que procuraram convergir para a elaboração de projetos de educação escolarizada, merecendo ressaltar, a formação de um bom corpo docente, a real fiscalização da escola pelo serviço de inspeção, fornecimento de prédios dotados de condições higiênicas, mobiliário escolar e método de ensino

---

<sup>140</sup> Ibidem, BRANDÃO 1899.

<sup>141</sup> Francisco Antônio de Salles, em 1899, foi nomeado o quarto prefeito da história de Belo Horizonte. Enquanto estudante de Ciências Jurídicas e Sociais, participou da fundação do Clube Republicano Mineiro em São Paulo, do qual foi vice-presidente. Após formar-se bacharel, abriu banca de advogados em Lavras e dedicou-se à propaganda republicana. Logo após a proclamação da República foi nomeado Juiz Municipal de Lima Duarte, Minas Gerais. Em seguida, foi indicado para o Congresso Constituinte Mineiro. Na primeira Legislatura (1891-1895), foi eleito deputado estadual constituinte. Quando o congresso dividiu-se entre a Câmara e o Senado, elegeu-se presidente da Câmara dos Deputados. Francisco Sales foi também secretário de Finanças do Governo estadual de Crispim Jaques Bias Fortes, entre 1894 e 1898. Na década de 1910, abandonou a carreira política para se dedicar a atividades empresariais nos ramos da agricultura e indústria. Faleceu em janeiro de 1933. Disponível em [www.mg.gov.br/governomg/portal/m/...francisco...salles/.../5241](http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/...francisco...salles/.../5241) Acesso em 20 out. 2012.

<sup>142</sup> MINAS GERAIS. Mensagem do Presidente Francisco Salles ao Congresso Mineiro. Imprensa Oficial, 1903. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2412/000028.html> Acesso em 20 out. 2012.

convenientes e, principalmente, a obrigatoriedade do ensino. Pelas narrativas, os projetos foram a cada governo, a cada reforma, tentando se encorparem.

Consideramos o ano de 1906 como um marco para o campo educacional de Minas Gerais, pois, por meio da Reforma João Pinheiro,<sup>143</sup> regulamentada pela Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906 e pelo Decreto nº 1960, de 16 de dezembro de 1906, criam-se os grupos escolares. Com a instituição dos grupos escolares, parecia que a modernidade tinha chegado para a instrução primária. Esses Grupos carregavam as características de escola graduada, modelo criado sob influências dos países europeus e Estados Unidos, nos anos finais do século XX.

## **2.2 Reforma João Pinheiro: gênese e instituição dos grupos escolares e a busca pela modernização do ensino**

A reforma implantada, em 1906, por João Pinheiro tem papel proeminente na efetivação e, principalmente, na busca pela modernização do ensino público primário. Em sua concepção, para que a modernização aconteça, três fatores são vitais para um projeto implantado em qualquer instância da sociedade: a colaboração e o apoio da elite dirigente de um estado; a agricultura que promove o sustento da estrutura e do desenvolvimento econômico e, finalmente, a relação entre racionalização, qualificação para o trabalho e o desenvolvimento econômico. Nota-se que o projeto político de João Pinheiro era considerado inovador e fundamentava-se nos princípios defendidos pelo liberalismo, baseado na capacitação do indivíduo para o exercício do trabalho especializado e escolha da profissão, bem como, para o exercício dos deveres de cidadão, resguardando o respeito aos direitos individuais, ao direito de livre expressão, ao direito do exercício da propriedade particular, sem, contudo, deixar de exercer o dever de colaborador para o equilíbrio da sociedade. Nesse viés, seria necessária

a defesa da educação básica e gratuita, orientada segundo padrões liberais de desenvolvimento dos indivíduos para uma sociedade formada segundo regras de divisão social do trabalho, este conjunto de princípios compunha a agenda do presidente de Minas Gerais do início do século.<sup>144</sup>

---

<sup>143</sup> João Pinheiro Silva, empresário na cidade de Caeté, foi presidente de Minas em dois períodos: de 11 de fevereiro a 23 de julho de 1890, e de 07 de setembro a 25 de outubro de 1908, data de sua morte, fato ocorrido antes de terminar seu segundo mandato.

<sup>144</sup> BOMENY, Helena. **Guardiães da razão**: modernistas mineiros. Rio de Janeiro. Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994, p.165.

Logo após sua posse, iniciam-se os trabalhos referentes a sua proposta de reforma, de caráter amplo, envolvendo o Ensino Primário e o Ensino Normal. Tão logo tomou conhecimento da proposição dessa Reforma, a imprensa de Patos noticiou:

A reforma do ensino primario, em boa hora confiada ao governo do Estado, vai sendo acolhida com justas sympathias e bem fundadas esperanças, por todos aquellos que se interessam pela educação e instrucção populares. Nota-se mesmo um certo entusiasmo, um novo sopro de vida, de fé, em nosso povo, que parece despertar de sua apathia culpavel, de sua indiferença criminosa.<sup>145</sup>

A reforma era precedida dos pressupostos de se adaptar o ensino à realidade e à necessidade mineira, bem como, às concepções de política e sociedade defendidas pelo Estado. Caminhava-se em direção à promoção da escolarização, na qual “a escola ganhou notável centralidade, sendo conformada, já nos ordenamentos legais, como o lugar específico para uma educação específica – o desenvolvimento da educação popular sob o tríplice aspecto físico, intelectual e moral,”<sup>146</sup> Nesse sentido, era indispensável um programa de ensino para guiar o seu fazer e suas ações.

A Reforma propunha um programa curricular para todas as escolas de Minas Gerais, no qual estavam previstos os estudos de Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia, História, Instrução Moral e Cívica, Geometria e Desenho, História Natural, Física e Higiene, Trabalhos Manuais e Exercícios Físicos. Com a instalação dessa Reforma, o Ensino Primário passou a experimentar

um processo de racionalização que atingiu tanto a definição, a divisão e o controle dos espaços e dos tempos escolares quanto os processos e os métodos de ensino, impondo, com isso, normas disciplinares sobre os professores e, notadamente, sobre os (as) alunos (as). Essa racionalização não pretendia diminuir a abrangência da educação, mas ao contrário visava dar conta de suas tarefas cada vez mais amplas e complexas.<sup>147</sup>

Com a consolidação e a expansão dos grupos escolares, deparou-se com uma situação inédita, até o momento, em se tratando de educação: a necessidade de dividir o trabalho pedagógico com vistas a uma melhor organização e eficiência. O ensino a ser ministrado deveria seguir um programa legalmente determinado e a fiscalização desse ensino seria

<sup>145</sup> O TRABALHO. Cidade de Patos (Minas), anno 2, n.4, 9 dez. 1906, p.1

<sup>146</sup> FARIA FILHO e VAGO. Tarcísio Mauro. **A Reforma João Pinheiro e a modernidade pedagógica**. In: Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação. Belo Horizonte: Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais, 2000 p.38.

<sup>147</sup> Ibidem, p. 43.

permanentemente exercida pelos inspetores. Tão logo se instalou o Grupo Escolar de Patos em 1917, a fiscalização do cumprimento do programa era priorizada pela Inspetora, que findada a visita, redigiu em seu termo:

Examinei os cadernos mensais dos alumnos, notei que todos tem bôa caligrafia e escrevem com correccão. As argüições dos professores feitas aos alumnos foram respondidas com prontidão. Todas as classes mostram geral desenvolvimento em todas as materias primarias do programma [...] <sup>148</sup>

A fiscalização da execução do programa e das condições de ensino parecia ser rotina durante a visita dos inspetores. “Assisti ao funcionamento das aulas de todas as classes recebendo optima impressão pelo adiantamento, disciplina e asseio dos alumnos, aos quaes fiz argüições sobre as matérias do programma de ensino que é fielmente executado neste Grupo”.<sup>149</sup> Por esse registro, percebe-se que a Inspetora, ao visitar o Grupo Escolar, preocupava-se em prestar orientações pedagógicas quanto ao programa de ensino e ao método a ser utilizado, tendo em vista a necessidade de se obter os melhores resultados da instrução que estava sendo ministrada nesse estabelecimento. Aos Inspetores, era inerente o papel de fiscalizar e averiguar se os grupos escolares estavam cumprindo rigorosamente as recomendações e orientações recebidas, pois as eles era “confiado conhecer as causas que influem sobre a instrucção do povo, mediante a observação atenta das escolas, da sociedade e do território do Estado e a favorecer o seu progresso, agindo sobre o professor, no meio social e as autoridades” <sup>150</sup>.

Essa preocupação com o desempenho do ensino oferecido e com caminho de modernização que ele deveria trilhar a partir da Reforma João Pinheiro não significou, porém, o banimento das condições precárias que outrora caracterizavam o contexto mineiro. As condições de ensino ainda eram restritas e subordinadas à conduta do professor. Nesse sentido:

Ler, escrever e contar era as preocupações centrais do ensino nessas escolas. Dos (as) professores (as) que nelas ensinavam eram exigidas, como elementos fundamentais de sua competência, a capacidade de ensinar e a idoneidade moral. Nesse contexto, o conhecimento escolarizado era o conhecimento do (a) professor (a), que em muito confundia-se com a própria cultura da população, da qual ele (a) era oriundo(a) e participante. <sup>151</sup>

<sup>148</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Andalecia Gabriella Ferreira Lanas, 10 de junho de 1918.

<sup>149</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Inspeor Regional Orlando Ferreira, 30 de outubro de 1918.

<sup>150</sup> MINAS GERAIS, Decreto n. 1947, 1906, p.182.

<sup>151</sup> FARIA FILHO e VAGO, 2000 p. 34.

A partir desses pressupostos, as antigas condições de ensino eram consideradas prejudiciais para o projeto de escolarização implantado em terras mineiras no decorrer da República Velha, pois não dispunham de uma diretriz, tampouco de abrangência para as escolas existentes. Dessa forma,

tais escolas passam a ser duramente criticadas pelos intelectuais e políticos republicanos pela sua inoperância e precariedade, pela ignorância dos (as) professores (as) e, ainda, pela falta de controle do Estado sobre elas, registra o autor. São paulatinamente representadas como um estorvo a ser removido.<sup>152</sup>

Apesar de tais considerações em relação ao antigo modelo, as escolas isoladas<sup>153</sup> não foram extintas; continuavam a ser construídas, pois existia um grande contingente da população fora da escola, permanecendo, portanto, no seu status inicial, analfabetos. A massa popular ainda não tinha consciência de que a escolarização seria uma via para integração e ascensão social.

No exercício do ensino, encontravam-se inúmeras dificuldades que impossibilitavam a plenitude da educação popular. Essas dificuldades sinteticamente eram:

Os professores, em um exaustivo trabalho, ensinavam em aulas heterogêneas, onde se reuniam crianças das quatro classes, com óbvios inconvenientes para a aprendizagem e para esses próprios mestres que teriam que redobrar esforços para manter em atividade todos os alunos, sem poderem dispensar, ao mesmo tempo, a sua atenção para com todas essas divisões.<sup>154</sup>

A institucionalização, em 1906, dos grupos escolares não foi medida suficiente para superar totalmente a precariedade do ensino. Paralela à defesa da modernização, havia também a preocupação em vincular a escola aos interesses do Estado no sentido de oferecer uma formação básica, porém eficiente para a população, além de proporcionar às crianças uma profissionalização. Essa atitude implica, portanto, execução peculiar do modelo liberal, na preparação de mão de obra capacitada e pronta para assumir o mundo do trabalho. Nessa

---

<sup>152</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>153</sup> Escola isolada, escola de um só professor, a que se entregam 40, 50 e às vezes mais crianças. Funciona quase sempre em prédio improvisado. É de pequeno rendimento, em geral, pelas dificuldades decorrentes da matrícula de alunos de todos os graus de adiantamento, falta de direta orientação do professor, falta de fiscalização, falta de material, falta de estímulo ao docente. É a escola típica dos núcleos de pequena densidade de população, a escola da roça, a escola capitulada de 'rural'. Para maiores informações Cf. LOURENÇO FILHO, **Alguns aspectos da educação primária**. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, out.-dez. 1940 n. 4, p.649-664.

<sup>154</sup> MOURÃO, Paulo K. Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)**. Belo Horizonte. Edição do Centro Regional de Pesquisas de Minas Gerais, 1962, p.93.

linha, é notório que se visava “[...] um pessoal operário suficientemente preparado para exercitar os seus misteres com inteligência e aptidão [...] [apto a dar] garantias de economia e incremento à indústria que se organizava em Minas”.<sup>155</sup> A escolarização seria uma espécie de modelagem para livrar as crianças dos velhos costumes e hábitos que carregavam e torná-las “civilizadas” e aptas para a sociedade da modernidade que então se configurava. As ações empreendidas por essa Reforma cuidavam em desenvolver a educação sempre em confluência com o desenvolvimento do Estado. Essas condições exigiam direcionamento, controle e fiscalização por pessoas de confiança do governo.

Pode-se inferir que o sistema de inspeção escolar e a divisão do Estado de Minas Gerais em circunscrições facilitaria a ação reguladora do governo, pois aos inspetores era atribuída a incumbência de registrar suas observações e manifestações em relatórios, dos quais, posteriormente, seriam remetidas cópias para conhecimento do governo estadual. Dessa forma, garantia-se o comando do processo educativo, bem como, as possibilidades de intervenção contínua para adequar, quando necessário, as atividades desenvolvidas pelos professores e pelos próprios inspetores, tendo em vista o modelo escolar que se instituiu na ambiência mineira. Nesse processo de modernização e afirmação da educação como ferramenta para a civilidade, quatro pilares seriam fundamentais para a manutenção dos intentos reformistas propostos por João Pinheiro.

O primeiro pilar refere-se à abertura do ensino à iniciativa privada. Essa atitude compatibilizava com os poucos recursos econômicos que o Estado detinha no momento. Ademais, essa atitude também era vista pelos reformadores como estímulo para combate aos males da ignorância e do analfabetismo, males esses considerados, no relatório do Secretário do Presidente do Estado, “como uma condição de inferioridade vergonhosíssima em face de outros países. O Estado estava diante de uma obra magna de patriotismo”<sup>156</sup>.

O segundo pilar incide sobre a construção de grupos escolares segundo modelos paulistas de 1892<sup>157</sup>. Tais construções não significavam, porém, o abandono das Escolas Isoladas ou Agrupadas. O grupo escolar, nesse modelo, é tido como “instituição que condensa a modernidade pedagógica pretendida; e o método intuitivo, a peça central na institucionalização do sistema de educação pública modelar.”<sup>158</sup>. No relatório do Secretário

---

<sup>155</sup> FARIA FILHO e VAGO, 2000 p. 15.

<sup>156</sup> MINAS GERAIS, Secretaria do Interior. Relatório do Secretário do Presidente do Estado, 1909. p. 20.

<sup>157</sup> Cf. SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

<sup>158</sup> CARVALHO, Marta Maria Chagas. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

da Secretaria do Interior de Minas Gerais<sup>159</sup>, Manuel Tomaz de Carvalho Britto, enviado ao Presidente de Estado, é claro seu posicionamento quanto aos objetivos destinados aos grupos escolares no sentido de serem “expandidos, generalizados e consolidados em Minas Gerais, a começar por sua capital, como lugares próprios e específicos para instruir e educar as crianças, de modo que a Escola Isolada tornava-se uma exceção condenada a desaparecer”<sup>160</sup>. Esse pilar nos permite pensar, dentre outras questões, sobre inovação quanto ao espaço físico, seriação do ensino, metodologia e execução uniforme do programa de ensino.

Na preocupação constante dos reformadores com a afirmação social da escola, a questão da formação do professor compunha a ordem de prioridades. Com a instituição da Lei 439 de 28/09/1906, responsável pela reorganização da instrução pública, cria-se a Escola Normal da Capital, destinada exclusivamente ao sexo feminino<sup>161</sup>. Essa preferência pela mulher pode ser justificada como forma de favorecer sua inserção no mercado de trabalho e, certamente, como meio de onerar menos os cofres públicos, já que a mulher aceitaria com mais passividade os vencimentos que o Estado pudesse oferecer como pagamento para os serviços prestados e, também, pela docilidade e caráter maternal que possibilitaria às crianças uma educação mais afetiva. Assim, os fatores afetivos, a inserção no mercado de trabalho e a submissão aos parcimoniosos salários pagos pelo Estado foram fatores responsáveis pela feminização do magistério mineiro, estando aqui o terceiro pilar de sustentação do ensino reformador de 1906. No universo pedagógico dos reformadores,

---

<sup>159</sup> Foi criada pela lei nº 6, de 16 de outubro de 1891. Tinha como principais atribuições os negócios referentes à justiça, segurança, estatística, saúde pública, magistratura, instrução pública, eleições e leis. Além disso, cuidava das relações do Estado de Minas Gerais com os governos dos outros estados e com o Governo Federal. Entre 1901 e 1910, com a extinção da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a Repartição de Terras, Colonização e Imigração foi transferida para a Secretaria do Interior e recebeu a denominação de Inspeção de Terras e Colonização. Em 1926, pela lei nº 919, de 4 de setembro, os serviços concernentes à administração da polícia, segurança pública, assistência e saúde pública foram transferidos para a recém-criada Secretaria de Segurança e Assistência Pública. A nova secretaria durou apenas quatro anos. Após sua extinção em 1930, os serviços relacionados à segurança, saúde e assistência pública retornaram para a Secretaria do Interior. Com a criação da Secretaria da Educação, em 1930, a Secretaria do Interior deixou de responder pelos serviços relacionados à instrução pública. Em 1963, com a reestruturação ocorrida no Estado, a Secretaria do Interior teve a sua denominação alterada para Secretaria do Interior e Justiça. Disponível em:

[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos\\_colecoes/brtacervo.php?cid=35](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=35) Acesso em 21 Out. 2012.

<sup>160</sup> MINAS GERAIS, Secretaria da Educação de. FARIA FILHO, Luciano Mendes de & VAGO, Tarcísio Mauro. **A Reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. 7 vol., Belo Horizonte, 2000, p. 39. Citação do relatório da Secretaria do Interior ao Presidente do Estado, 1907, p. 33.

<sup>161</sup> Essa instituição foi criada para ser “o modelo, o tipo, a norma, o paradigma” [MINAS GERAIS, Rel. Secretário do Interior, 1906, p. 167]. De acordo com o Regulamento da Instrução Primária e Normal, o objetivo das Escolas Normais era “dar a educação intelectual, moral e prática; necessária e suficiente para o bom desempenho dos deveres de professor primário, regenerando progressivamente esse ensino público”; e as aulas práticas de tais estabelecimentos consideradas “único objetivo do ensino normal” seriam realizadas “nos grupos escolares e escolas isoladas”. MINAS GERAIS, Regulamento Instrução Primária e Normal, 1906, p. 30 e 32.

a mulher melhor compreende e cultiva o caráter infantil, e a professora competente é mais apta para a educação sem os desvios do espírito, sem corrupções no coração e sem degradações do caráter. Acresce que a professora com mais facilidade sujeita-se aos vencimentos com que o Estado pode remunerar o seu professorado.<sup>162</sup>

Essa concepção pedagógica reformista revela as primeiras aproximações do exercício feminino do magistério, o trabalho de abnegação, de doação e amor em sobreposição ao retorno pecuniário. Em relação ao ser professor e aos poucos salários pagos, a imprensa patense, por meio do jornal “O Trabalho”, assim se posicionava:

[...] Hoje o professor engoda os meninos e com uma colleção de santinhos, não ha idoneidade, pois que a maior parte dos individuos sem profissão, vão ser professores primarios, unicamente porque seus compadres são influencias politicas; quanto a remuneração, esta é tão exigua, que conheci em uma cidade mineira um professor cujos ordenados por longo tempo lhe faltaram e chegou a ponto de não poder pagar a mulher que lhe lavava as camisas [...]<sup>163</sup>.

O quarto pilar do pensamento dos reformadores incide sobre a questão da produtividade condicionada à economia. No capítulo VII, do Regulamento de 1906, são expressas minuciosamente questões sobre matrícula, frequência, suspensão e restabelecimento do ensino. Conforme esse regulamento, havia a seguinte determinação quantitativa para as escolas serem instaladas, as que tiverem até o período de 21 de janeiro “40 alunos nos distritos e 45 nas cidades ou vilas. Caso não atingisse a matrícula esses limites, o governo poderia transformar a escola, que fosse de um só sexo em escola mista”<sup>164</sup>. Para fins de funcionamento das escolas, era admitida uma frequência inferior ao número de matrículas, “seria de 30 alunos nas cidades ou vilas, de 25 nos distritos e de 20 nas colônias”.<sup>165</sup> O cômputo da frequência obedecia a seguinte normatização:

Teria frequência mensal o aluno que comparecesse, no mínimo, a 7 lições em janeiro, 9 em novembro e 19 em cada um dos outros meses do ano letivo; teria frequência semestral o aluno que comparecesse no mínimo a 102 aulas durante o primeiro semestre e a 85 no segundo, no mínimo, no segundo. O primeiro semestre começaria em 21 de janeiro e terminaria a 30 de junho, o segundo semestre começaria a 1º de julho e terminaria a 14 de novembro. Não havia, pois, férias no meio do ano letivo. Seria eliminado o menino que

<sup>162</sup> MINAS GERAIS. Órgão Oficial do Estado, 16 de dezembro de 1906, p. 1, cl. 3.

<sup>163</sup> O TRABALHO. Cidade de Patos, Minas, anno 2, n.11, 27 jan. 1907, p.1.

<sup>164</sup> Para maiores esclarecimentos sobre o assunto Cf. MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa, 1962, p.145-146.

<sup>165</sup> Ibidem, p.145.

não comparecesse, sem causa justificada, durante três meses seguidos, conforme determinação do artigo 85 do Regulamento de 1906<sup>166</sup>.

Tal atitude foi alvo de muitas críticas. Em “O Trabalho”, periódico de Patos, há algumas manifestações em relação a essa ação dos reformadores, bem como, à passividade do professorado mineiro. Apregoa o artigo que:

Deante desta reforma chlorotica, anemica, e morrendo de inanição não podíamos ficar silenciosos; mesmo que ella corra risco de cahir exangae, se uma therapeutica regular não vier em seu auxilio. Quando na Bahia foi elaborada, ha annos transactos, a reforma do ensino publico pelo Dr. Manoel Victorino, de saudosa memoria, levantou-se em massa o Professorado de então, e lavrou protesto energico; a reforma não se fez, e foi assumpto para mais de uma comedia; hoje o professorado mineiro em lugar de levantar-se com instantaneidade tragica, soffre pacatamente, subjeitos a uma remuneração pingue, dirigem-se as pressas as casas das comadres, pedindo-lhes por amor de Deus a esmola de um alumno. Reabriram-se as escolas, exige a reforma uma matricula de 40 alumnos, e não sei quantos frequentes, fazendo o professor trabalhar nos dias sanctificados e quasi que até nos domingos; quando os legisladores elaboraram a reforma, não viram, ou estavam cegos, por que só esta cláusula é o [...] perigoso ferimento de toda Bahia. Como pode o professor castigar o alumno com receio do que possam pensar os paes e estes retirarem o alumno da escola; expliquem-me como pode o professor manter a frequencia na escola do menino vadião? A frequencia na escola nem sempre demonstra idoneidade de professorado, se se tratasse do ensino superior nada diria, no ensino primario porem, quanto mais exigente e rispido o mestre mais refractario se torna o alumno, conheço paes que por uma simples reprehensão tiram o alumno da escola, principalmente nos nossos sertões, em que existem muitos analphabetos que não comprehendem a sublimidade da missão do mestre [...].<sup>167</sup>

As reformulações do ensino público mineiro propostas por João Pinheiro parecem não ter sido um processo de todo harmônico e consensual. A afirmação da modernidade da escola e do seu papel social de “civilizadora” da população, imposto em meio à tensões com outros sujeitos sociais, pretendia expandir o ensino, sem contudo, determinar radicalmente sua obrigatoriedade. No mesmo artigo do jornal “O Trabalho”, de 1907, o articulista clama pela instituição da obrigatoriedade do ensino e por melhores condições para o desenvolvimento da educação:

[...] Institua-se a obrigatoriedade do ensino primario; sejam multados os paes que sem motivo, deixarem de ensinar os filhos enviando-os as escolas, obrigue-se o professor a manifestar as suas aptidões por meio de concurso, augmentem-se os seus vencimentos, seja dada ao magisterio preferencia no

<sup>166</sup> Ibidem, p.146.

<sup>167</sup> O TRABALHO. Cidade de Patos, Minas, anno 2, n.11, 27 jan. 1907, p.1.

recebimento, construam-se casas escolares por plantas elaboradas pelos chefes da Higiene Publica e se formos assim preparados, para o futuro teremos homens pensadores [...].<sup>168</sup>

Transcursos três anos de implantação da Reforma João Pinheiro, outro secretário, Estevão Leite de Magalhães Pinto,<sup>169</sup> fez um balanço do saldo conseguido até o momento. Podia-se sentir “uma nova vida transpirar das escolas, ontem tristes e sem alento, mostrando-se ufanista ao comentar o que esperava do novo programa escolar, que deveria instruir sem fatigar e deleitando, provocando, assim o amor da criança pela escola”.<sup>170</sup> Pretendo finalizar, porém, excluindo a ideia de conclusão. A Reforma de 1906 ansiava o expansionismo do ensino para se chegar a todas as camadas da população sem, contudo, determinar radicalmente sua obrigatoriedade.

Excetuando as questões referentes aos grupos escolares, em meados dos anos vinte, vários fatores marcaram uma nova configuração para o cenário brasileiro e mineiro. Havia uma ebulição ideológica em torno da regulamentação educacional em Minas Gerais, mas sua efetivação talvez fosse inibida pelos conflitos entre os grupos dominantes do poderio oligárquico. Nesse diapasão, a redefinição de alianças políticas, principalmente com as oligarquias de São Paulo e do interior mineiro, se tornavam uma ação cada vez mais necessária, tendo em vista que o panorama conjuntural do Brasil estava em transformação: era gestado um novo modelo econômico baseado na industrialização, mesmo que ainda embrionária. Nesse intento, a sociedade tentava se tornar mais urbana, as relações sociais estavam deixando de ser de natureza agrária exportadora e passando a assumir paulatinamente a forma urbana industrial em virtude das relações capitalistas de produção. Dessa maneira, novos instrumentos de convivência social se faziam indispensáveis frente à modernidade que se aproximava: era a vivência do período pós-guerra.

A educação, uma vez eleita como instrumento preparatório da população, caracteriza, sem dúvidas, a reforma educacional como uma realidade premente. No ano de 1924, no governo de Fernando Mello Viana,<sup>171</sup> têm-se início as ações de reforma para a instrução pública, começando com a publicação do Regulamento do Ensino Primário, o qual entrou em

---

<sup>168</sup> Ibidem, p.1.

<sup>169</sup> Indicado para a Secretaria do Interior quando Wenceslau Braz Pereira, vice de João Pinheiro e eleito em 1909 assumiu a presidência do Estado de Minas Gerais.

<sup>170</sup> FARIA FILHO e VAGO, 2000, p.39.

<sup>171</sup> Mello Viana havia sido Secretário do Interior, no governo de Raul Soares de Moura, eleito para governar de 1922 a 1926, mas faleceu em 1924, quando Olegário Maciel, então vice-presidente, assumiu o cargo e convocou uma nova eleição, da qual saíra vencedor Fernando Mello Viana que convidou Sandoval Soares Azevedo para a Secretaria do Interior.

vigência em janeiro do ano subsequente. O elenco dessa Reforma era composto por Decretos cujas preocupações se voltam para o Ensino Primário e seu programa de ensino - Ensino Normal e seu programa de ensino e também preocupação em recriar a Revista do Ensino<sup>172</sup>. Os Decretos são respectivamente: nº. 6.555, de 19 de agosto de 1924 - regulamentava o Ensino Primário; nº. 6.758, de 1º de janeiro de 1925 - dispunha sobre o Programa do Ensino Primário; nº. 6.831, de 20 de março de 1925 - regulamentava o ensino nas Escolas Normais e nº. 6.832, de 20 de março de 1925 - prescrevia um novo Programa para as Escolas Normais<sup>173</sup>.

Esse elenco seguia a linha dos decretos implantados por governos anteriores. No que tange ao Regulamento do Ensino Primário, basicamente era a execução da Lei 800, de 1920. Quanto à recriação da Revista do Ensino, seus objetivos e organização já estavam determinados conforme afiança o artigo 479: “A Directoria da Instrução publicará, mensalmente, a Revista do Ensino, destinada a orientar, estimular e informar os funcionarios do ensino e os particulares interessados em assumptos com este relacionados”<sup>174</sup>. Com o fim do governo Mello Viana em 1926, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada<sup>175</sup> assume as rédeas do Estado e escolhe para assumir o cargo de Secretário do Interior Francisco Luís da Silva Campos<sup>176</sup>. Tão logo assumiu a governança de Minas Gerais, a imprensa patense, em 1928, publicou um artigo enaltecendo a pessoa do governador e depositando grandes esperanças em seu trabalho para a prosperidade do Estado. Apregoa o artigo:

[...] não podemos esquecer a personalidade, por todos os títulos illustre, do grande Andrada, que, do Palacio da Liberdade, há pouco mais de um anno, vem projectando sobre o nosso Estado as luzes fecundantes de sua

<sup>172</sup> Essa revista foi criada no final do século XIX, no governo de Afonso Pena, ao realizar a primeira Reforma do ensino mineiro no período republicano, através da Lei nº 41, de 03/08/1892, em cujo parágrafo 18, do artigo 27, cria a Revista do Ensino que, nessa primeira etapa, só teve três números publicados. A recriação se deu através do Regulamento do Ensino Primário de 1924, Título X, que dispunha sobre a questão. Nessa nova fase, seu primeiro número, sob o encargo da Diretoria da Instrução, foi publicado no dia 08 de março de 1925.

<sup>173</sup> Para maiores informações sobre esses Decretos. Cf. MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa, 1962, p. 339.

<sup>174</sup> MINAS GERAIS, Regulamento do Ensino Primário 1924, p. 333-334.

<sup>175</sup> Nasceu em Barbacena (MG), em 1870. Advogado estudou na Faculdade de Direito de São Paulo. Iniciou sua carreira política, ainda no final do século passado, como vereador em Juiz de Fora, pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Em 1902, foi nomeado secretário de Finanças de Minas Gerais [...]. Em 1906, assumiu a prefeitura de Belo Horizonte por um breve período. Ainda em 1906, tornou-se presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Em 1911, elegeu-se deputado federal [...]. Em 1925, elegeu-se senador da República. Em setembro do ano seguinte, tomou posse no governo de Minas Gerais. Sua gestão foi marcada por inovações, como a instituição do voto secreto nas eleições estaduais e municipais, a reforma do ensino primário e normal [...] criação da Universidade de Minas Gerais. Suas preocupações reformistas foram sintetizadas na frase "Façamos a revolução antes que o povo a faça".

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_b\\_antonio\\_carlos\\_ribeiro\\_de\\_andrada.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_antonio_carlos_ribeiro_de_andrada.htm)

Acesso em: 28 agos. 2012.

<sup>176</sup> Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968), jurista e político, foi o principal responsável pela reforma do Ensino Primário e Normal (1926-1930) em Minas Gerais. Durante o governo provisório pós-30 teve papel decisivo à frente das iniciativas de reorganização da estrutura de ensino vigente.

polyedrica intelligencia, os ensinamentos grandiosos de seu christalino character, as licções impressivas de seu grande patriotismo. Antonio Carlos, [...]. Depois de servir à Nação em diversos postos de destaque, em todos imprimindo a marca inconfundível de sua honestidade e de seu acendrado patriotismo, ascendeu à Presidencia de Minas, rodeado de applausos de todo povo mineiro que não se enganou nos prognosticos optimistas que formulou sobre a conducta do Grande Liberal, que é uma radiosa e singular excepção no scenario político do Brazil, realizador do milagre de acordar para a vida da Patria muitos homens de valor que as desillusões e as injustiças recolheram ao ostracismo, distilando em muitos enojados dos processos pequeninos com que se deleitavam os satrapas estaduaes e com que garantiam cefetes incolores, verdadeiros reguletes municipaes, um sangue novo e ardente, interessando-os no movimento governativo de nossa terá por meio de uma acção clara e efficiente, pautada pelos altos dictames de Justiça, aclarada pelos raios vivificadores da Verdade [...]. Grande cidadão, experimentado estadista, honesto admnistrador, patriota convicto, político disciplinado, Antonio Carlos é hoje, incontestavelmente, o homem publico favorito das sympathias nacionais [...]. Minas, entregue ao idealismo dynamico e consciente daquelle Andrada illustre, que não se adapta a existência georgica dos contemplativos, e que se cercou de secretários portadores, todos elles, das mais garantidoras credenciaes, Minas senhores pode estar certa de sua grandeza, pela sua prosperidade em todos os ramos da actividade humana. Iniciamos com Antonio Carlos, uma nova vida arejada de liberalismo e de independência, iniciamos uma vida mais consentânea com os verdadeiros princípios democraticos, vamos, portanto acabar com a tyrannia, com a prepotência e com a fraude cautando a palingenesia dos sagrados ideaes de Justiça e Liberdade. Assim, meus senhores, bebamos pela prosperidade do governo e pela felicidade pessoal do Dr. Antonio Carlos, que é o vexillario insigne da Democracia o proedro illustre dos grandes princípios liberaes, o palinuro intemerato do Direito, o paladino inamolgável da Justiça<sup>177</sup>.

Com esse governo, iniciou-se provavelmente a reforma de maior importância para o ensino público no decênio dos 20. O presidente Antônio Carlos tinha como meta preparar Minas Gerais para a modernidade, extinguindo de vez com o ranço da escola tradicional. Para ele e Francisco Campos, a educação seria ferramenta transformadora do indivíduo e, em consequência, transformadora do mundo, principalmente do cenário político, uma vez que a escolaridade é que garantia direito ao voto. Na visão do presidente:

Nunca devemos esquecer de que um regime de liberdade só pode estabelecer-se dentro de um regime de igualdade e fraternidade, e que, para que os cidadãos sejam irmãos e iguais, preciso é que o Estado ofereça a todos eles, sem exceção nem privilégios, igualmente, as oportunidades para seu desenvolvimento.<sup>178</sup>

<sup>177</sup> JORNAL DE PATOS. Cidade de Patos (Minas), anno IV- nº 160, 8 de fev. de 1928, p.2.

<sup>178</sup> ANDRADA Antonio Carlos Ribeiro de. Mensagem Presidencial. In: Civilização Mineira, p. 208. Apud. PEIXOTO, Anamaria Casassanta. **A reforma educacional Francisco Campos - Minas Gerais, governo Presidente Antônio Carlos**. Vol. 1. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1981, p. 91.

Considerando a escola como via potencial para a reconstrução social, o presidente em um dos seus discursos oficiais, afirma que:

Da educação nacional, portanto, depende a formação da consciência nacional. Não é somente aos indivíduos que a escola imprime o selo de seu caráter. Por eles e através deles a sua influência se estende e se irradia sobre a sociedade e sobre as instituições do tempo, forjando os moldes em que se há de situar e mover o espírito público da época, ao qual a educação confere os seus pontos de apoio e as suas diretivas e, por conseguinte, o valor e a autoridade que venha exercer no governo e na direção do país. Cada nação terá o espírito público correspondente ao seu sistema escolar.<sup>179</sup>

Na empreitada para reformar o cenário educacional em Minas Gerais, o presidente Antônio Carlos teve como grande parceiro e colaborador, Francisco Campos, nomeado então Secretário do Interior, a quem estava subordinada a Diretoria de Instrução. Na reforma a ser implantada, estavam presentes os ideais que o movimento escolanovista exercia sobre o sistema de ensino, contribuindo para disseminar o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, e, de forma mais veemente, os princípios da Escola Nova, que já se encontravam em vigor em alguns países mais desenvolvidos, como por exemplo, nos Estados Unidos. A Reforma de Francisco Campos se traduz em uma

tentativa de completa modificação no interior das escolas, à luz, dos padrões estabelecidos pela Psicologia Educacional, reflexo do movimento escolanovista. Através do Regulamento é estabelecida uma série de medidas de natureza administrativa e pedagógica, consideradas fundamentais a implantação do novo modelo. Neste sentido, através dos textos legais se procura cercar todos os fatores que, de maneira direta ou indireta, possam influenciar na dinâmica dos trabalhos escolares.<sup>180</sup>

É nessa cena histórica de preocupação com a qualidade do ensino e de remodelamento da educação que se empreende no Estado Mineiro a Reforma Francisco Campos (1927/1928), da qual resultou, como produção documental orientadora da educação, o Regulamento do Ensino Primário (Decreto-lei nº 7970<sup>a</sup>, de 15/10/1927), o Regulamento do Ensino Normal (Decreto-lei nº 5162, de 30/01/1928), o Programa do Ensino Primário (Decreto-lei nº 8094, de 20/01/1928), o Programa do Ensino Normal (Decreto-lei nº 8225, de 11/02/1928) e o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento (Decreto-lei nº 8987, de 22/02/1929).

---

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 93.

<sup>180</sup> PEIXOTO, Anamaria Casassanta. **Educação no Brasil anos vinte**. São Paulo: Loyola, 1983, p. 129.

### **2.3 Reforma Francisco Campos, uma análise acerca da tríade: modernidade, educação e configuração urbano-industrial**

Das ações empreendidas por Antônio Carlos com intento de modernizar Minas Gerais, merece destaque especial a Reforma do Ensino Primário e Normal, a Reforma Administrativa, a instituição do voto secreto, a criação da Universidade de Minas e a reintrodução do ensino religioso nas escolas. Essa atitude, por um lado, provocou reação de desconfiança e descontentamento das oligarquias rurais, mas, em contrapartida, restaurou as relações entre governo e Igreja Católica.

Em termos educacionais, Francisco Campos compactuava com os mesmos ideais defendidos por Antônio Carlos. Ele via na escola um ponto crucial para promover a reforma social em face das transformações sociais decorrentes do processo de industrialização que o país vivenciava. A escola deveria adaptar-se aos novos tempos. Acreditava-se que, por meio da educação escolarizada, seria possível consolidar a democracia e permitir ao indivíduo exercer plenamente sua cidadania. Nessa perspectiva, a educação

ocupa lugar de destaque no programa de governo de Antônio Carlos. Isso se explica, de um lado, pelas próprias condições sócio-econômicas do País naquele momento. Neste novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, os problemas relacionados às necessidades de formação de mão-de-obra, à divisão social e técnica do trabalho e à aceleração do processo de urbanização tornam necessários a criação de um sistema de educação comum, capaz de atender às novas exigências no que diz respeito à formação de mão-de-obra e capaz de incorporar os novos grupos aos projetos das classes dominantes. Em outras palavras, é preciso redirecionar o processo educativo, pois já não se mostram eficientes as instituições mantidas com estes objetivos em outras formações da sociedade civil<sup>181</sup>.

Ao destinar em seu governo lugar de destaque para a educação, Antônio Carlos o faz de forma estratégica, pois se vê pressionado e obrigado a buscar conciliação entre dois segmentos: o do regime federalista, sustentado pelas oligarquias, inclusive responsável pelo seu governo, e o do apoio conseguido por lideranças políticas jovens favoráveis por transformações em nível de macroestrutura. O sentido estratégico utilizado para a educação visava,

---

<sup>181</sup> Ibidem, p.71-72.

em primeiro lugar, sob a aparência de garantir, via transferência da educação para o Estado, a extensão dos direitos de escolaridade aos grupos até então marginalizados da política do país. Antônio Carlos coloca sob a direção dos grupos no poder um importante instrumento de controle e persuasão social. Em segundo lugar, ao atender a uma importante reivindicação dos grupos emergentes, ele capta a adesão dos setores médios e dos grupos modernizantes do País para seu programa de governo.<sup>182</sup>

Dessa forma, na concepção dos reformadores de 1927, todos, indistintamente, precisavam ser dotados do mínimo de conhecimento escolarizado. Entretanto, os artigos 195 e 249 do Regulamento do Ensino Primário enfatizam a escola primária na vertente do instruir e também do educar. Dispõe o Art. 195 que

a escola primária, sendo destinada não sómente á instrucção, como também á educação, deve procurar desenvolver nos alumnos o instituto social, offerecendo-lhes oportunidades de exercer os sentimentos de sociabilidade, responsabilidade e cooperação.<sup>183</sup>

O art. 249 afirmava também que

o ensino primário tem por fim, não somente a instrucção, mas, antes e sobretudo, a educação, compreendendo-se como tal toda obra destinada a auxiliar o desenvolvimento physico, mental e moral das creanças, para o que deverá ser considerada a infância não do ponto de vista do adulto, mas do ponto de vista dos motivos e interesses próprios dela.<sup>184</sup>

A instrução como domínio de conhecimentos poderia ser, em alguns momentos, até arriscada para as classes sociais desfavorecidas, podendo, talvez, gerar desordem e revolta. Já a educação, abarcando ou não a instrução, caracterizava-se pela formação de hábitos e valores humanos pautados pela cortesia, pela civilidade e, de certa forma, cooperaria para impedir comportamentos revoltosos que ameaçassem a ordem social estabelecida.

A obrigatoriedade e a responsabilidade do Estado para com a educação primária também foram contempladas pelo Regulamento do Ensino Primário mineiro, regido pelo decreto 7970, de 15/10/1927, o qual estabelecia:

Art. 1º. O ensino primário ministrado pelo Estado de Minas Gerais será de duas categorias: o fundamental e o complementar, sendo que o último terá caráter tecnico-profissional e regulamento à parte. Art. 2º. O ensino

---

<sup>182</sup> Ibidem, p.72-73.

<sup>183</sup> MINAS GERAIS, Secretaria do Interior. Regulamento do Ensino Primário, de Minas Gerais- decreto 7970 de 15 de outubro de 1927, p. 1200.

<sup>184</sup> Ibidem, p.1215.

fundamental é obrigatório e leigo, e dividi-se em dois graus, correspondendo o primeiro grau às escolas infantis, e o segundo às escolas primárias, cujo curso será de três e quatro anos, respectivamente [...]. Art. 21º. É obrigatória a frequência das escolas de ensino primário para as crianças de ambos os sexos, dos 7 aos 11 anos de idade. Essa obrigação estende-se até os 16 anos, em relação aos indivíduos que, aos 14, não estiverem habilitados nas matérias do curso primário.<sup>185</sup>

A educação das pessoas portadoras de deficiência física também integrou os pensamentos reformistas. Foi destinada, no mesmo Regulamento para o Ensino Primário, uma parte para tratar dessa questão, parte 11 - das escolas especiais para débeis orgânicos e para retardos pedagógicos. Os artigos 366-83 rezam que “as escolas com classes especiais para débeis teriam edifícios próprios e aplicação de testes psicológicos, exames médicos e terapêuticos, além de atividades como escrita, cálculo, desenho, jogos e trabalhos manuais”<sup>186</sup>. Também seriam nomeados professores aptos para esse tipo de ensino.

Em dezembro de 1927, foi baixado o Decreto 8094, que aprovou os programas do Ensino Primário, confluyente com o Decreto 7970 - reformador desse nível de ensino. Pode-se dizer que a novidade consistia em utilizar o método Decroly<sup>187</sup> para o preparo das lições. Nesse sentido, destinou-se a orientação aos grupos escolares:

Parece-nos útil introduzir nos programas dos grupos escolares, ainda que a título de ensaio, a aplicação do methodo Decroly ao ensino primário. Até então, tem constituído uma seria dificuldade, ainda não satisfactoriamente removida, a organização de um programma de ‘noções de coisas’ e o ensino destas noções de maneira a não constituírem uma congerie de factos sem ligações reciprocas e, particularmente, sem relação com a personalidade e os interesses da criança.<sup>188</sup>

A utilização desse método tinha como finalidade fazer do professor um excitador das faculdades psíquicas infantis. O professor era uma espécie de guia da inteligência da criança para não ela dispersar com coisas sem proveito. Para que a aprendizagem ocorresse, deveria

<sup>185</sup> Ibidem, p.25; 31.

<sup>186</sup> Ibidem, parte 11 artigos 366-83.

<sup>187</sup> Método educacional desenvolvido pelo educador belga Ovide Declory (1871-1932), que partia da ideia da globalização do ensino para romper com a rigidez dos programas escolares. Decroly elaborou os “centros de interesse” que seriam uma espécie de ideias força em torno das quais convergem as necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais do aluno. Para Decroly, existiriam 6 centros de interesse que poderiam substituir os planos de estudo construídos com base em disciplinas: a) a criança e a família; b) a criança e a escola; c) a criança e o mundo animal; d) a criança e o mundo vegetal; e) a criança e o mundo geográfico; f) a criança e o universo. Foram as pesquisas em psicologia infantil de Decroly que levaram o educador à criação de um novo sistema de ensino primário, cuja finalidade seria preparar a criança para a vida. Dessa forma, concebeu a escola ideal, que deveria se situar num ambiente que tornasse possível à criança observar, diariamente, os fenômenos da natureza e as manifestações de todos os seres vivos.

<sup>188</sup> Exposição de motivos do Decreto 7970-A. MOURÃO, Paulo Krugüer Corrêa. 1962, 386-387.

seguir as operações de observação, associação de ideias e expressão. Mesmo não sendo possível executar literalmente o método em questão, esse deveria ser adaptado em cada meio.

Com o advento da República, a laicidade sempre acompanhou às discussões em torno da escolarização e foi contemplada no artigo 580:

Nos edifícios das escolas públicas e particulares subvencionadas, poderá ser ministrado, fora das horas dos trabalhos escolares, pelo ministro do culto que a isto se propuser, o ensino da religião catholica. Parágrafo único. Esse ensino será facultativo, sem cunho oficial e não será ministrado aos alumnos cujos os paes e responsáveis a ele se opuserem.<sup>189</sup>

Mas não demorou muito. Logo em 1928, ano subsequente à publicação do decreto 7970, a questão da religião, em âmbito escolar, passa por interferências. O presidente Antônio Carlos cede às pressões do catolicismo, instituindo, por conseguinte, a instrução do Ensino Religioso no quadro de horários das escolas mantidas pelo Estado. Fato respaldado pela Lei nº 1092, de 12 de outubro de 1928, que “permitiu a instrução religiosa, dentro do horário escolar, nos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado”<sup>190</sup>. Essa atitude foi responsável, então, pela reconciliação entre presidente e defensores do catolicismo.

A efetivação da Reforma Francisco Campos, do ponto de vista prático, foi criteriosamente planejada e sua implantação exigiu a vinda de professores estrangeiros, a imensa utilização da Revista do Ensino como divulgadora dos princípios dessa Reforma, a criação do curso de aperfeiçoamento de professores, pois acreditava-se que a expansão do Ensino Primário deveria ser acompanhada de qualidade para existir utilidade. Nesse aparato, pôde inserir o Congresso de Instrução Pública de Minas Gerais, realizado antes mesmo da instituição da Reforma. Esse Congresso foi uma brilhante estratégia, pois, além de promover um encontro para se discutir os problemas educacionais que assolavam o Estado, funcionou também como um instrumento de provocação, no sentido de fazer com que os professores se envolvessem cada vez mais com os assuntos educacionais e conseguissem realizar tudo o que constituiria objeto da Reforma Francisco Campos. Essa estratégia primava pela conscientização e pela conquista de mais adeptos para torná-los verdadeiros soldados defensores dos ideais reformistas. Nesse viés, pode-se perceber que a Reforma não era dependente do voluntariado, nem tampouco do binômio ensaio/erro, ao contrário, tinha um

---

<sup>189</sup> MINAS GERAIS, Secretaria do Interior. Regulamento do Ensino Primário, de Minas Gerais- decreto 7970 de 15 de outubro de 1927, p.213.

<sup>190</sup> MOURÃO, Paulo Krüger. 1962, p.414.

projeto educacional claro para Minas Gerais, o qual “conferia à escola a tarefa de [...] instrumento consciente do aperfeiçoamento social inteligente das novas gerações.”<sup>191</sup>.

Francisco Campos, defensor da escola como base para os cidadãos e, principalmente, como instrumento de promoção e reconstrução social, afirma em seu discurso que

saber ler e escrever não são, porém, títulos suficientes à cidadania digna deste nome. Não basta, pois, difundir o ensino primário para dilatar os limites da cidade. Se este ensino não forma homens, não orienta a inteligência e não destila o senso comum, que é o eixo em torno do qual se organiza a personalidade humana, poderá fazer eleitores, não terá feito cidadãos.<sup>192</sup>

A função do sistema educativo também foi dicotômica na Reforma em estudo, a partir dos interesses e funções das classes sociais. Vejamos, por exemplo, a distinção que Francisco Campos fez entre educação para pensar e educação para produzir. Em sua concepção, a diferença incide na

divisão social e técnica do trabalho necessária à sobrevivência do modo de produção capitalista e visa atender às exigências de diversificação de mão-de-obra exigida naquele momento no País, em consequência da emergência do processo de industrialização [...] chega ao extremo de admitir a possibilidade de desenvolvimento de todo um aparelhamento técnico sem o correlato desenvolvimento intelectual, estabelecendo assim claramente o abismo que coloca entre as atividades de pensar e de agir, entre as classes dominadas.<sup>193</sup>

Essa dicotomia não pode ser fato suficiente para questionar a importância da Reforma Francisco Campos, nem tampouco, capaz de reduzir os ideais renovadores, seus compromissos e seriedade com a educação. Com seu mentor, a educação sai da via de cogitação política e se insere na via dos estudos específicos, visto que, em sua concepção, a Reforma reunia boas condições para uma prática de educação de sucesso. E, com base nesse modelo, o aluno é considerado o centro da prática educativa, cujo objetivo é uma organização centrada no respeito e necessidades da criança. Fica evidente que a Reforma implantada é decorrente da insatisfação em que se encontrava o sistema de instrução primária de Minas Gerais. Francisco Campos defendia que, para se ter sucesso num projeto de reforma do ensino, as ações empreendidas devem primeiramente convergir para a elevação do nível intelectual e técnico do professorado, uma vez que

<sup>191</sup> PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. 1983, p.83.

<sup>192</sup> CAMPOS, Francisco. Discurso de instalação do I Congresso de Instrução Pública de Minas Gerais, maio de 1927. In: Civilização Mineira, p.109. Apud. PEIXOTO, Anamaria Casassanta, 1983, p.97.

<sup>193</sup> PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. 1983, p 71.

os defeitos do ensino primário não estão nos seus programas, nem na organização do seu currículo; estão no professor. Deste é o método de ensino, dele essa técnica indefinível de captar o interesse infantil, dele esse tecido intelectual plástico, sensível e irradiante, em que as noções talham o seu corpo visível e de cuja substância as ideias improvisam essa espécie de mãos ou de prolongamentos preênsis, que lhes possibilitam apropriar-se da realidade e da vida, incorporando-se às cousas, tornando-se concretas, intuitivas e palpáveis.<sup>194</sup>

Sem a formação qualificada dos professores não seria possível reformar o ensino primário. Diante desse pressuposto, várias medidas foram tomadas, tanto para os professores que ainda estavam em processo de formação, quanto para os que já estavam na ativa. Para a primeira situação, as estratégias adotadas recaíram sobre a mudança do currículo do Curso Normal inserindo ideias inovadoras para o Ensino Primário, bem como, criando escolas de nível superior, enquanto que, para os professores que já exerciam o magistério, as ações tomadas dentro das possibilidades do momento incidiam no convite para participarem do Congresso de Instrução Pública de Minas Gerais e na elaboração de um programa com formato de manual. A adoção dessas estratégias demonstra que as mudanças defendidas pela Reforma faziam-se efetivamente presentes na formação do professor, pois “a formação do professorado é o problema a cuja solução se acha condicionada a solução do problema da instrução primária. Esta Reforma, portanto, somente se completará com a reforma do Ensino Normal [...]”<sup>195</sup>. Esse fato exigiu o empenho de muitos esforços no sentido de preparação dos professores, pois tornava-se impossível conceber um processo de (re) organização do ensino público sem, contudo, pensar primeiramente no processo de formação do professor que vai atuar ou que já estava atuando no ensino público. Como ações resultantes do processo de formação do professorado, Francisco Campos realizou reformas nas Escolas Normais e criou, em 14 de junho de 1928, o Curso de Aperfeiçoamento na Escola Normal Modelo como uma ferramenta para preparação dos professores que já se encontravam em exercício. Dando continuidade às suas ações, inaugurou, no ano subsequente, a Escola de Aperfeiçoamento.

A reativação da Revista do Ensino foi uma iniciativa contundente para dar ciência aos professores dos rumos que o ensino estava tomando no Estado e divulgar os princípios defendidos pela Reforma Francisco Campos. Essa Revista constituiu-se em um importante

---

<sup>194</sup> PRATES, Maria Helena Oliveira. **A introdução do movimento da escola nova no ensino público de Minas Gerais: a Escola de Aperfeiçoamento**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1989. (Dissertação, Mestrado em Educação) 1989 p.71-72.

<sup>195</sup> MINAS GERAIS, Secretaria do Interior. Exposição de Motivos que acompanha o Regulamento do Ensino Primário. 1927, p. 1133.

veículo de comunicação oficial entre as publicações oriundas do governo estadual até a mais distante escola interiorana. A Revista do Ensino era assim descrita no Regulamento do ensino primário:

Art. 508. A Inspectoria Geral da Instrução Publica editará, mensalmente, a Revista do Ensino, destinada a publicações relativas à educação e instrução primaria no Estado, no paiz e no estrangeiro, contribuindo para a illustração do professorado e para a orientação do ensino no Estado.

Art. 509. A Revista do Ensino deverá constar:

1° de uma parte doutrinaria destinada a:

- a) pôr os professores em dia com o estado da evolução do ensino primario, a sua organização e os seus methodos;
- b) publicar trabalhos originaes dos professores, na integra ou em resumo;

2° de uma parte noticiosa destinada a publicar:

- c) factos e occorrencias locaes, nacionaes ou estrangeiras, que possam orientar os funcionarios do ensino;
- d) dados estatísticos relativos á instrucção;
- e) actos officiaes relativos á organização e administração do ensino<sup>196</sup>.

Era responsabilizada a essa Revista postura incisiva na divulgação das mudanças a serem efetuadas no ensino, tendo em vista a necessidade de fomentar a adesão dos professores para as principais ações propostas pela Reforma, além de permitir aos professores contato e atualização no que tange a evolução, organização e emprego de métodos para o Ensino Primário mineiro.

Pelos feitos expostos em relação à Reforma Francisco Campos pode-se constatar a primazia pela modernização e eficiência do Ensino Primário. Na organização e trajetória percorrida pela educação pública mineira, foi o movimento pedagógico mais considerável de sua história, ultrapassando as fronteiras estaduais e repercutindo no progresso educacional de todo o território brasileiro. As mudanças radicais dos processos de ensino demoraram um pouco para se efetivarem, às vezes se misturando em meios a tropeços e dificuldades. Não se pode negar que a Reforma Francisco Campos envolveu grupos empenhados em colocar a educação e a escola a serviço das forças emergentes da sociedade, cuja economia de base agroexportadora caminhava para uma nova configuração urbana industrial. Enfim, defendia o princípio escola como direito de todos.

---

<sup>196</sup> MINAS GERAIS, Secretaria do Interior. Regulamento do Ensino Primário 1927, p. 1279, parte XIII, art. 508-509.

## Considerações parciais

Em linhas gerais, arremata-se, a partir do que versa a literatura, que, à época da Proclamação da República, Minas Gerais encontrava-se imersa numa crise econômica, a qual exercia reflexos no campo da educação. O governo de Silviano Brandão tem sido citado, à caráter de exemplificação, no que diz respeito aos cortes de despesas para com a instrução pública e diminuição de escolas. Tal conjuntura obrigava a esses cortes em todos os setores, inclusive no educacional, para compatibilizar despesas e receita, no entanto, não se pode negar o carinho dispensado por esse governo às causas da instrução, mesmo com as finanças em estado míngua<sup>197</sup>. Essas condições sinalizavam a necessidade de se tomar várias medidas para melhorar a incipiente instrução pública com o intuito de colocá-la nos trilhos do progresso e evitar que o mal do analfabetismo continuasse se alastrando no estado mineiro. Estava aqui presente a concepção de escolarização em massa.

Entre medidas e reformas educacionais, surgem os grupos escolares como sendo espaços próprios para educação institucionalizada. Junto ao nascer dos grupos escolares, nascia-se o “símbolo da modernização e do progresso de Minas Gerais”, que “substituíram a escola isolada- símbolo do atraso”<sup>198</sup>. Em Patos de Minas, após muitas discussões e ações empreendidas para instalar o Grupo Escolar<sup>199</sup>, a sua materialização acontece somente em 04 de junho de 1917. O envolvimento da instrução pública com os pressupostos e causas defendidas pela República supunha a escola primária como um veículo que propagou “[...] mensagens de caráter moralizante e cívico [...], por meio de formas diversas, como presença de símbolos patrióticos no dia-a-dia e nas situações festivas”<sup>200</sup>.

Visando zelar pelo cumprimento das atribuições inerentes à escola pública, foi criada a figura do inspetor escolar, a ligação direta entre escola e governo. Mais adiante, o serviço de inspeção foi dividido em inspeção administrativa e técnica. Esse profissional além de ser elo entre governo e escola ou escola e governo, também mantinha contato direto com os professores, averiguava a frequência, escrituração escolar entre outras funções. Deduz-se que

---

<sup>197</sup> Para maiores informações Cf. MOURÃO, Paulo Krugüer Corrêa, 1962, p.65.

<sup>198</sup> FARIA FILHO, 2000, p.32.

<sup>199</sup> Cf. Rosicléia Aparecida Lopes de FARIA. Da educação moderna à formação do cidadão republicano: implantação da escola pública em Patos de Minas, MG (Grupo Escolar Marcolino de Barros, 1913-1928). Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

<sup>200</sup> SCHUELLER, A.F.M. de; MAGALDI, A.F.B de M. **Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa**, 2008, p.45. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf> Acesso em: 28 agos. 2012.

o inspetor era a representatividade do governo, maior autoridade na instituição de ensino, pois além de seu papel fiscalizador, estabelecia normas e condutas. Entende-se que as reformas educacionais e a Legislação Educacional mineira, cada qual a seu modo, possibilitaram a institucionalização e a organização da instrução pública primária. Dessa forma, investia-se no processo de amalgamar o cidadão das Minas Gerais, inculcando-lhe desde criança os ideais e valores republicanos, tentando fazer deles “guardiães” da República. Quanto ao professor, a sua formação ficou a cargo das Escolas Normais, que também se constituíram e organizaram nos meandros do processo de organização da instrução pública. O modelo de professor esperado e resultante dessas instituições era aquele responsável por seguir as determinações legais. Esse agente era importante para adaptar os alunos às mudanças que estavam ocorrendo, sempre com vistas a atender as prescrições da sociedade republicana, mas, sem descartar os auspícios de um órgão fiscalizador.

## CAPÍTULO III

### O NASCEDOURO DE PATOS DE MINAS E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DE SUA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO CONTEXTO DE 1892 a 1928<sup>201</sup>

*Ontem, era a lagoa. Hoje, são praças.  
Ontem, a inculta paisagem, os ranchos, a estrada.  
Hoje, são jardins, edifícios e ruas:  
paisagem formada pela mão do peão.  
Ontem, os peões, a lida no vaquejo,  
a construção do dia de amanhã.  
Hoje, pessoas de mil lidas e cuidados,  
tecendo o futuro com o fio do agora.  
Ontem, os patos da beira do Paranaíba.  
Hoje, Patos de Minas, rio novo  
De pássaros e passos de esperança.  
Ontem, os Patos das tropas e boiadas.  
Hoje, Patos de Minas. E é quanto basta,  
ao amor de seu povo e à sua gente.<sup>202</sup>*

#### 3.1 Uma viagem histórica: Patos de Minas em sua gênese

Nesse capítulo, optamos, num primeiro momento, por fazer uma viagem com vistas a apresentar e analisar a essência da gênese do contexto histórico de Patos de Minas, cujos fatos referentes ao seu processo de formação se configuraram durante os anos que compõem a periodização em estudo, os anos de 1892 a 1928. Num segundo momento, por meio da pesquisa documental e da interlocução com as fontes secundárias, buscamos a compreensão, a análise e a descrição do processo trilhado por Patos de Minas no processo de organização de sua instrução pública durante a Primeira República.

Dando partida a essa viagem histórica, salientamos que o processo de formação de uma cidade é muito complexo. Sem a intenção de resumir essa complexidade, em algumas páginas abordamos apenas os fatos relevantes desse processo para a proposta da pesquisa. A

---

<sup>201</sup> O ano de 1892 representa a elevação de Patos à categoria de cidade e 1928 o ano final da periodização proposta nessa pesquisa.

<sup>202</sup> Agenor Gonzaga dos Santos nasceu em Martinho Campos, no Oeste de Minas, a 18 de junho de 1943. Na escola “Professor Zama Maciel” de 1º e 2º Grau, escrevia constantemente no periódico “O Espelho” (órgão oficial do Grêmio Estudantil “Paulo Setúbal”) do qual era um dos fundadores e diretores. Sempre colaborou em jornais, principalmente de Minas Gerais, sendo um dos fundadores da Revista “Alpha”, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas. Desde 1979, é professor do UNIPAM, tendo lecionado ainda na Universidade do Sudoeste da Bahia - UESB - de 1985 a 1990 e nas Faculdades SESP, de 2001 a 2009. Disponível em: <http://www.paragonbrasil.com.br/conteudo.php?item=349> Acesso em 10 set. 2012.

narrativa que utilizamos está fundamentada no diálogo com os memorialistas Geraldo Fonseca<sup>203</sup> (1959 e 1974) e Oliveira Mello<sup>204</sup> (1971 e 2008), sendo a edição de 2008, renovada e ampliada através da Prefeitura Municipal de Patos de Minas e Secretaria Municipal de Educação.

Segundo relatos desses memorialistas, até por volta de 1760, o território de Patos de Minas era habitado apenas por índios e negros fugitivos das minas de Paracatu e Goiás. O início do processo de edificação da região hoje ocupada pela cidade de Patos de Minas, provavelmente, data de meados do século XVIII, período posterior à descoberta do ouro nas regiões mineiras, sobretudo, nas terras de Paracatu e, para se chegarem até essas minas, eram construídos caminhos denominados de picadas. A primeira picada de que se tem registro é a “Picada de Goiás”, também conhecida por “Picada dos Aragões”. A futura cidade de Patos de Minas localizava-se nesses entremeios de caminhos de riqueza aparentemente fácil. A efetiva ocupação do território pelo branco deu-se possivelmente em 1768, quando por força do direito, o peticionário

Afonso Manuel Pereira de Araújo, ‘viandante do caminho do Rio de Janeiro’ encaminha seu pedido ao governo, observando que ‘as terras no sertão das margens do rio Paranaíba são devolutas e servem de asilo aos negros fugidos dos moradores do Paracatu e Goiás’.<sup>205</sup>

O pedido foi atendido e o título lhe foi dado em 29 de maio de 1770 e, a partir de então, começou a edificação de Patos de Minas, que até o momento estava habitada por pequeno povoado de negros fugidos de seus senhores, escravos rebeldes, contudo conhecedores dos meios rudimentares de agricultura. “Não se sabe quantos anos durou aquele

<sup>203</sup> Tipógrafo, jornalista com destacada atuação nos periódicos “Tribuna de Minas”, “Correio de Minas”, Revista “3 Tempos”, “Diário de Minas”, “O Debate”, e colaborações em dezenas de jornais, diários e semanários de Minas, Rio e São Paulo, coordenou ainda as I, II e III Conferências de Jornalistas Mineiros. Professor de artes gráficas, publicitário, crítico e cinematográfico, é considerado o maior conhecedor do acervo do Arquivo Público Mineiro, onde, durante 28 anos, dedicou tempo de férias e folgas fortuitas ao levantamento do passado histórico de Patos de Minas. (FONSECA, Geraldo. **Domínios de Pecuarírios e Enxadachins. História de Patos de Minas**. Belo Horizonte: Ingrabrás, 1974).

<sup>204</sup> Antônio de Oliveira Mello nasceu em Paracatu (MG), a 22 de abril de 1937. Em 1959, ingressa na vida do magistério e, ativamente, na imprensa interiorana, em Patos de Minas e publica, em 1961, a sua primeira obra “Afonso Arinos e o Sertão”, pequeno ensaio biográfico a respeito do grande contista do regionalismo mineiro. Foi seminarista, abandonou os estudos eclesiais para dedicar-se ao magistério e ao jornalismo, em fins de 1962. Foi professor de Português, Literatura, Filosofia e Francês nos colégios (alguns já extintos) e escolas de Patos de Minas. Professor de Latim e de Estudo de Problemas Brasileiros, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas. É titular das cadeiras de Estudo de Problemas Brasileiros, de Iniciação Filosófica e de Filosofia, aprovado pelo Conselho Federal de Educação. Foi Oficial-de-Gabinete do Governador Israel Pinheiro e Chefe do Serviço Cultural do Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Patos de Minas. Em suas atuações jornalísticas, foi fundador e diretor-responsável do quinzenário “Folha de Paracatu” e Diretor-de-Redação durante quase duas décadas do semanário “Folha Diocesana”, de Patos de Minas. Cf. em <http://www.paragonbrasil.com.br/conteudo.php?item=1707> Acesso em 21 out. 2012.

<sup>205</sup> FONSECA, Geraldo. 1974, p. 23.

homizios dos pretos na beira do Paranaíba. Mas o certo é que, com a chegada de Afonso Manoel Pereira, teve início o destroçamento do refúgio, em refregas constantes, com mortes e prisões”<sup>206</sup>. O auto da demarcação do território da Vila do Paracatu faz menção do povoado “Os Patos” em 1800, e, em 19 de julho de 1826, ocorre por parte do casal Antônio Joaquim da Silva Guerra e Luiza Corrêa de Andrade a doação de partes de sua fazenda para Santo Antônio. A intenção era construir uma capela para acomodação dos povos que por ali passavam, fato que demonstra a influência da igreja na interiorização brasileira. No termo de doação feito por Silva Guerra, consta que se não for cumprido o propósito para o qual foi doado, construir um templo e abrigar os povos, não terá validade alguma tal doação. Reza a escritura de doação que

[...] poderá o mesmo santo [Santo Antônio] gozar desta dádiva como sua, que fica sendo de hoje para sempre, em que cedemos e transpassamos toda posse, fins e domínio que na parte de terras temos com seus predicados, e nos obrigamos a fazer esta dádiva boa pelos bens que possuímos e nem os nossos herdeiros poderão desfazer esta nossa vontade [...] <sup>207</sup>.

Nessa época, estimava-se uma população de cerca de 700 habitantes. Com a realização do censo após decursos oito anos da doação do patrimônio, foram registrados os seguintes números: “brancos 411; pardos livres, 260; pardos escravos, 29; pretos livres, 6; pretos escravos, 100 [...] isto, vem comprovar que, em 1826 o número de habitantes do lugar era quase o mesmo oficialmente encontrado em 1834”<sup>208</sup>.

No ano de 1832, por meio de um ato da Câmara Municipal de Paracatu, baixou-se edital para criação do distrito. Com esse ato, a povoação denominada de “Os Patos”, passou a denominar-se Santo Antônio da Beira do Paranaíba. Pareciam satisfeitos os habitantes do lugarejo, pois já estava criado o Distrito e contratado o padre José de Brito Freire para acompanhar a construção da capela, eis a obra:

---

<sup>206</sup> Ibidem, p.23

<sup>207</sup> Fragmento da Escritura de Doação feita por Silva Guerra, esse documento integrante da obra de Geraldo Fonseca, afirma o autor que foi transcrito do “Jornal dos Municípios” (que afirma ter copiado o documento na íntegra, inclusive a ortografia). FONSECA, Geraldo. 1974, p.40.

<sup>208</sup> Ibidem, p.34.



FIGURA 5. Vista da antiga matriz de Santo Antônio e do povo na Praça Dom Eduardo em 1916. De acordo com Geraldo Fonseca e Oliveira Mello, a construção teve início em 1826, ano que ocorre a doação do terreno. Em 1838, foi construída a capela-mor. O corpo da capela foi construído posteriormente e o frontispício com a torre é acrescentado em 1897. Em 1º de janeiro de 1914, inaugura-se o relógio da matriz com a bênção do padre Getúlio e discurso de Eufrásio J. Rodrigues. Cf. MELLO, Oliveira. **A igreja de Patos de Minas**. Edição da Escola Estadual Cônego Getúlio. Patos de Minas, 1983.

Fonte: Diretoria de Memória e Patrimônio de Patos de Minas-DIMEP. Acervo Documental de Imagens. MuP- Museu da Cidade de Patos de Minas.

Em 1842, o Distrito de Santo Antônio dos Patos da Beira do Rio Paranaíba passou a pertencer ao

município de Patrocínio. Em 1850, foi criada a Paróquia de Santo Antônio dos Patos. Era um ato do governo provincial, pois a Igreja era unida ao Estado. Sinal de que o povoado estava muito desenvolvido e já podia até contar com um representante na Câmara dos Vereadores de Patrocínio, pois passava a contar com uma mesa paroquial (equivalente às sessões eleitorais de hoje).<sup>209</sup>

Esse pertencimento ao município de Patrocínio começou a incomodar os habitantes do Distrito de Santo Antônio dos Patos da Beira do Rio Paranaíba, que organizaram, em novembro de 1856, um abaixo assinado endereçado ao Governador pedindo a emancipação política do distrito. No abaixo assinado, nos motivos para elevação de Santo Antônio dos Patos à condição de vila, constava

[...] o arraial de Santo Antônio dos Patos, banhado por um grande rego de excelente água, mais de cento e noventa casas habitadas, cuja Freguesia tem perto de 4.000 almas, é situada em alta e aprazível planície, entre a Mata da

<sup>209</sup> Idem, p. 91.

Corda e o Rio Paranaíba, na estrada que se dirige para o Sertão dos Alegres, Santo Antônio do Garimpo, Paredão, Arraial da Catinga, Ouro-Cuia, e para a cidade do Paracatu, cujos lugares são abastecidos pelos víveres e tabaco, que superabunda a agricultura de que trata o crescido número de fazendeiros desta Freguesia, e que, além dos precitados atributos, também a importação aproximada é de 120:000\$000 rs... e a exportação de 200:000\$000 rs...anualmente. [...] Os representantes esperam das mãos benéficas da Digníssima Assembléia a deliberação pretensa, como epítima eficaz dos males que sofrem não só acerca do expendido, como até da falta de polícia, que será reparada logo que haja uma casa de custódia, ao passo que prospera a educação pública. [...] Deus vos guarde. Freguesia de Santo Antônio dos Patos, 25 de dezembro de 1856.<sup>210</sup>

Uma década depois, o pedido foi atendido, quando “o Vice-Governador de Minas, Cônego Joaquim José de Santana, no exercício de Governador, assina a Lei Provincial nº 1291, criando o município de Santo Antônio dos Patos. Finalmente, em 20 de abril de 1866, foi aprovada a versão final do texto da lei que criava o Município e, em 30 de outubro do corrente ano, é publicada a carta emancipatória, no entanto sua instalação aconteceu somente em 29 de fevereiro em 1868. Seu crescimento ocorre de forma lenta, passando de arraial para distrito, depois para vila e, finalmente, em 24 de maio de 1892, a vila é elevada à categoria de cidade. Nesse processo de evolução do arraial à cidade, a história registra o batismo de vários nomes até o definitivo “Patos de Minas” em 1945. Situada na região intermediária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, estava concebida a cidade de Patos de Minas, que timidamente começava a encorpar-se, dando vestígios de sua emancipação. Abaixo está o mapa do Estado de Minas Gerais, com destaque para Patos de Minas, cidade lócus do estudo.



Figura 6. Mapa de Minas Gerais – destaque para a cidade de Patos de Minas

Fonte: <http://www.patosdeminas.mg.gov.br/acidade/turismo.php>  
Acesso em: 30 agos. 2012.

<sup>210</sup> FONSECA, Geraldo. 1974, p, 77 e 78 [pedido para a elevação de Santo Antônio de Patos a vila].

O ato de emancipação emanado do poder central indicava que a autonomia das regiões estava vinculada às elites dirigentes do país, que determinavam os caminhos a serem percorridos. O rumo político que Patos de Minas devia seguir estava condicionado às indicações dos “homens bons” que, em nome do desejoso progresso para a cidade, conduziram o povo para a urbanização, e, sob “rédeas” dos mais providos economicamente e com maior força política, configurou-se junto ao crescimento da cidade a hierarquia do poder.

No que se refere ao campo da educação, a oficialização do ensino data de 7 de maio de 1853, quando o governo, em atendimento ao pedido da Câmara de Vereadores do Patrocínio, baixou uma portaria criando uma cadeira de instrução primária na Freguesia de Santo Antônio dos Patos da Beira do Rio Paranaíba. O primeiro professor foi Francisco de Paula e Souza Bretas, nomeado em 13 de maio desse mesmo ano, e sua permanência no cargo data até os anos de 1857. Apesar das dificuldades em encontrar professores habilitados e disponíveis para lecionar em lugares longínquos, vários professores passaram pela Freguesia e por seus distritos. O provimento da cadeira de instrução primária feminina também compunha o conjunto de problemas para o governo. Mesmo depois de criado o Município, ainda era comum entre os chefes de família o descaso com o ensino feminino, devido à “mentalidade quase generalizada, de que a mulher era traste de casa, escondida a sete chaves, até o namoro [...] para a mulher do tempo antigo eram exigidos os três ‘cês’: costura, cueiro e comida”<sup>211</sup>.

Após 15 anos de oficialização do ensino em Patos de Minas, a cadeira de ensino feminino foi provida com a nomeação, em 1868, da primeira mestra, Maria Madalena de Negreiros Maciel. Todavia, por razões próprias e desconhecidas, pediu sua exoneração, a qual foi concedida em 16 de janeiro de 1869, e sua substituta foi Maria José dos Santos. Entre nomeações e exonerações, várias professoras preencheram cadeira de ensino feminino.

Em 1875, a edilidade patense achou ser o momento adequado para dar uma cadeira de latim e francês para a Vila. Endossado o pedido pelas opiniões da “elite”, a acolhida não foi como se esperava: “anos depois, a 9 de novembro de 1889, pelo art. VI, da Lei 2478 foi criada em Patos uma cadeira de francês e matemática. Não temos notícia do seu funcionamento”<sup>212</sup>. Com o passar dos anos, registram-se, na história educacional da cidade, acontecimentos importantes. Findado o século XIX e logo nos primeiros anos do século XX, em 1907, há a instalação

[...] da escola do sexo masculino desta cidade regida pelo Professor Normalista Modesto de Mello Ribeiro, na qual matricularam-se 69 alumnos, comparecendo 58 destes. Esse acto, que foi presidido pelo Inspector Escolar

---

<sup>211</sup> Ibidem, p.134.

<sup>212</sup> Ibidem, p.140.

Capm. Aurelio Theodoro de Mendonça revestiu-se de grande solenidade, concorrendo para isso a presença de diversos cavalheiros de nossa melhor sociedade, da filarmônica ‘S. Cecília’ e do representante desta folha gentilmente convidado para esse fim [...]. Orou em seguida o venerando Vigário desta parochia, Ver. Pe. Getulio Alves de Mello que igualmente se dirigiu às creanças falando-lhes sobre o respeito devido aos paes, aos mestres e as pessoas mais velhas [...] concluiu congratulando-se com os presentes pela instalação da escola sendo muito aplaudido. O professor da cadeira convidou os alumnos a comparecerem no dia seguinte para se começar os trabalhos do presente anno lectivo e terminou-se aquela festa escolar que nos deixou as mais gratas impressões<sup>213</sup>.

Os momentos festivos e dedicados à inauguração de grandes ações também serviam de oportunidades para que os convidados ilustres disseminassem as simbologias que envolviam a República, como pode ser perceptível no discurso proferido por Marcolino Ferreira de Barros<sup>214</sup>, na ocasião de inauguração de uma escola de ensino primário na cidade:

[...] usou da palavra com a eloquência que lhe é peculiar, o ilustrado advogado Dr. Marcolino Ferreira de Barros o qual começou agradecendo em nome do Professor a todos que ali se achavam para assistir a instalação da escola e, dirigindo-se depois aos alumnos, aconselhou-lhes a maior assiduidade e dedicação aos trabalhos escolares; evidenciou a necessidade da instrução, afirmou ser esta a verdadeira base da felicidade humana. ‘O livro – disse elle- é o nosso melhor amigo; não há pezar que não se mitigue com a leitura de um bom livro’. Ao terminar sua brilhante oração foi muito felicitado, executando então a banda de musica que se achava postada ao fundo do salão, o hynno nacional que foi ouvido de pé.<sup>215</sup>

Parecia ser procedimento comum a divulgação nos periódicos de época do quantitativo de matrículas que se efetuavam nas escolas que ora se inauguravam. Essa prática nos faculta a acompanhar a demanda pela instrução pública em Patos de Minas. Confira o registro:

[...] ao todo matricularam-se nesta cidade 187 creanças, cujo numero poderia ser ainda maior se não fosse a condemnavel incúria de alguns paes que preferem ver seus filhos crescerem envoltos nas trevas da ignorância, atirados ao lodaçal da vagabundagem, a fazel-os frequentarem as escolas, fonte do saber que é a luz preciosa que guia o homem na sociedade.<sup>216</sup>

<sup>213</sup> O TRABALHO, Cidade de Patos. Anno 2, nº 11, 27 de janeiro de 1907, p.1

<sup>214</sup> Baiano, natural de Jaguari, a noroeste de Salvador. Chegou a Patos de Minas em 1895; bacharel em Direito pela Faculdade de Recife e veio para Patos com a nomeação de juiz municipal da Comarca de Patos. Ocupou a vice-presidência do Partido Republicano, foi presidente da Câmara Municipal e eleito prefeito por três ocasiões e ainda deputado federal pelo Estado da Bahia de 1923 a 1927. Faleceu em 24/05/1932. Sua esposa, Julieta Maciel, era filha do coronel Antônio Dias Maciel. DIMEP-Diretoria de Memória e Patrimônio de Patos de Minas. MuP- Museu da cidade de Patos de Minas

<sup>215</sup> O TRABALHO, Cidade de Patos. Anno 2, nº 11, 27 de janeiro de 1907, p.1.

<sup>216</sup> Ibidem, 1907, p.1.

Pode-se constatar que o número real de matrículas provavelmente era inferior à demanda da cidade, visto que se tem clara a postura do articulista em enfatizar a negligência dos pais na tarefa de educar seus filhos. Assim, pareciam nascer as escolas fadadas ao fracasso da frequência em sua atribuição de promover uma instrução primária elementar para suprir às necessidades de uma sociedade em formação. Diante do passar dos anos, do processo de estruturação da cidade e do aumento da população, a necessidade de escolarização era cada vez mais proeminente para alavancar o progresso, concepção responsável por mover muitas ações nos municípios interioranos. Em Patos de Minas, desde sua elevação à categoria de cidade em 1892, esforços foram engendrados para intensificar a vida política local, promover melhorias na cidade e na rudimentar instrução pública, visando sua inserção nos trilhos da modernidade e do progresso, pensamento imperativo e bastante devotado em época de Primeira República.

No início do século XX, a economia da cidade ainda se resumia na atividade agropecuária, embora começassem a ser gestadas algumas indústrias caseiras, oficinas e prestação de serviços. No entanto, a alavanca para o processo de industrialização era barrada, sobretudo, pela inexistência de água encanada e eletricidade, sendo essas benfeitorias inauguradas em 1915:

Aos dezesseis (16) dias do mez de agosto do anno de mil novecentos e quinze (1915), ao meio dia, na sala das Sessões da Camara Municipal d'esta Cidade de Patos [...] o Senhor Presidente declarou que o motivo porque havia convocado a presente sessão extraordinaria era declarar o oficialmente inaugurado os serviços de abastecimento d'agua potavel d'esta Cidade, depois convidou os Vereadores presentes a acompanhá-lo até a caixa d'agua, para assistirem a benção lançada á mesma, pelo Exmº e Revmº Señor d. Eduardo Duarte da Silva, D. D. e virtuoso Bispo d'esta Diocese. E a uma e meia hora da tarde levantou a sessão [...] <sup>217</sup>.

Paralelamente ao processo de urbanização, contrastavam-se as necessidades de desenvolvimento de todos os setores da sociedade, o que exigia do segmento político, basicamente conduzido pela família Maciel, Major Jerônimo Dias Maciel, Coronel Antônio Dias Maciel e Olegário Maciel, família da “elite” patense, investir na fomentação do progresso local.

Chegando à estação final de nossa viagem histórica e no alvo de compreender a evolução do processo de organização e modernização da instrução pública por meio da instalação do grupo escolar, passamos, nesse instante, a estabelecer uma interlocução entre a

---

<sup>217</sup> ATA DA OITAVA (8ª) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA. Patos, 16 de agosto de 1915, Presidente Marcolino de Barros.

pesquisa documental e a literatura especializada e suas influências e repercussões para a educação pública.

### 3.2 A instrução pública por meio do grupo escolar: olhar da “elite” local

A organização da instrução pública primária traduzida na ampliação do saber harmonizada com os princípios da ordem e do progresso constituiu premissa relevante no projeto de modernização que a República almejava materializar na sociedade brasileira e, entre reflexões e ações empreendidas em prol da educação, progredir supunha relação direta com a escolarização da população. Essa também era a concepção que movia as ações dos intelectuais e da edilidade patense para a cidade dispor de um local próprio e com identidade para o estabelecimento do ensino, no caso um grupo escolar, sendo sua instalação a expressão da consolidação do ideário republicano e da inserção da cidade na roda do desenvolvimento. Quando proposta a criação dos grupos escolares por João Pinheiro como sendo os novos rumos para a educação, a proposta foi logo acolhida pela “elite” local:

De todos os recantos da patria mineira irrompem expontaneos, os mais francos encomios ao governo pela energia e particular attenção com que se dedica a este importantissimo ramo da administração publica. Diversas camaras municipaes procuram secundar a acção do governo offerecendo-lhe predios destinados á installação de grupos escolares, concorrendo assim para a diffusão do ensino.<sup>218</sup>

Uma possibilidade de melhoramento já era avistada, pois João Pinheiro teria tomado medida concreta em relação ao assunto. Desse modo, era nítido “um certo entusiasmo, um novo sopro de vida, de fé, em nosso povo, que parece despertar de sua apathia culpável, de sua indiferença criminosa”.<sup>219</sup> Apesar de a matéria afirmar que várias edilidades municipais já estavam interessadas na criação dos grupos escolares, no interior essas ações foram mais tardias e esses estabelecimentos chegaram alguns anos depois, como é o caso de Patos de Minas, que teve seu primeiro Grupo Escolar instalado em 1917.

Se num primeiro momento a matéria do Jornal “O Trabalho”, em clima de euforia e esperanças, enaltecia o empenho do governo mineiro em defesa da instrução pública, num segundo momento atestava que os homens públicos que compunham a edilidade de época,

---

<sup>218</sup> O TRABALHO, ano 2, n.4, 9 dez. 1906, p.1

<sup>219</sup> Ibidem, p.1.

não mediriam esforços para instalar essa instituição como condição importante de melhoramento para a educação em Patos de Minas. Discorre a matéria do citado jornal:

Folgamos de consignar aqui e também a nossa edilidade emprega todos os esforços para dotar esta cidade com este importante melhoramento. Acreditamos que a criação desses grupos vem operar uma verdadeira transformação no ensino, tornando-o uma realidade. Não nos devemos deter portanto ante sacrifício algum para a consecução desse desideratum [...].<sup>220</sup>

Além das considerações demonstrando apoio e congratulações ao governo de Minas Gerais, a matéria afirmava que “sem instrução não pode haver felicidade: é ella a mais segura garantia de um futuro melhor e nella repousam as nossas mais gratas esperanças, além de expressar que ‘sacrifício algum’ será empecilho para que se alcance tal objetivo”.<sup>221</sup>

Perante a esse fato, algumas providências se fizeram necessárias para que ocorresse a instalação do tão sonhado grupo escolar, a título de exemplificação citamos: a realização do levantamento das crianças em idade escolar e, a principal tarefa, conseguir um local para se construir o prédio. Nessa incursão e considerando tais critérios, coube ao médico e examinador de escolas, Dr. Laudelino Gomes de Almeida, encaminhar solicitação, em 1907,<sup>222</sup> a Manuel Tomaz de Carvalho Brito, então Secretário do Interior, requisitando para Patos de Minas um grupo escolar. Nessa solicitação, há congratulações em relação aos rumos que estavam sendo dados para o ensino mineiro, e, em seguida, demonstração da consciência dos percursos educacionais que o país estava trilhando:

Conhecedor de perto do processo adotado em São Paulo e no Rio de Janeiro, do modo por que se faz a educação da criança, vim de molde lembra a V. Excia. Alvitre que não deve ser desprezado em benefício da infância, que, mal cuidada perderá o precioso tempo, consumindo em simulacros de instrução, crescendo verdadeiros analfabetos. Todo o rigor, o maior zelo, encendrado amor ao cumprimento do dever garantem o resultado a que procura chegar V. Excia [...] levo ao seu conhecimento o resultado de minhas impressões, depois de ter penetrado na qualidade de examinador, convidado pelo ilustre inspetor escolar municipal, cidadão Capitão Aurélio Theodoro de Mendonça, nas três escolas aqui existentes, sendo duas do sexo masculino e uma do sexo feminino. [...] Na primeira cadeira, a cargo do professor Modesto de Mello Ribeiro, encontrei muita ordem e adiantamento por parte dos alunos, ensinados de acordo com o programa [...] a 2ª cadeira do sexo masculino e a 3ª do sexo feminino, pois, nada tenho a dizer de modo a abonar o que foi dado observar, com o exame de cada aluno: o método é

<sup>220</sup> Ibidem, p.1.

<sup>221</sup> Ibidem, p.1.

<sup>222</sup> Cf. na íntegra o documento encaminhado pelo Dr. Laudelino Gomes de Almeida ao Secretário do Interior em 30 de novembro de 1907, disponibilizado nos anexos.

primitivo e o aproveitamento nulo, aí o programa foi posto inteiramente à margem [...].<sup>223</sup>

Em relação às consequências advindas da diversidade e do excesso de material didático presente nas escolas examinadas, Dr. Laudelino afirma, em seu documento, que “[...] isso teve a sua irregularidade para o professor principalmente, e não uniformiza o ensino, que, como bem sabe V. Excia exige métodos que estabeleçam um liame entre o todo [...]”.<sup>224</sup> Essa ausência de uniformidade constituía entrave para oferecer um ensino simultâneo dada a

possibilidade que os grupos escolares ofereciam para a divisão dos alunos em turmas, classes ou aulas, de tal forma que a professora pudesse ensinar a grupos de crianças que estivessem em um ou mesmo anos do curso, criando as condições para o estabelecimento do ensino simultâneo.<sup>225</sup>

Essas afirmações contidas no documento do Dr. Laudelino abordavam a ineficiência do ensino ministrado em Patos de Minas, a partir de três pontos cruciais: ausência de uniformidade do material didático, método primitivo e professores mal preparados. Nesse sentido, era esperado que o grupo escolar trouxesse mudanças substanciais para a escolarização. Portanto, tais considerações serviram como contextualização e fundamentação para afirmar que “o nosso meio comporta um grupo escolar. Autoriza-me a assim pensar um número avultado de crianças, número superior a 200 crianças de ambos os sexos [...] esta é uma cidade que se vai desenvolvendo a olhos vistos.”<sup>226</sup>

Pelo documento do Dr. Laudelino, é perceptível que ele considerava que a cidade estava em processo de crescimento e desenvolvimento, sendo necessário alargar os passos rumo ao progresso. A autorização para a instalação do grupo escolar certamente contribuiria para esse desenvolvimento e para a civilidade, ideal republicano fortalecido nas mentes da “elite” patense. O pedido para a construção do grupo foi efetivado em 1907, mas sua criação ocorreu somente em 1913, por meio do Decreto 4065, de 23 de dezembro, e a instalação foi concretizada somente em 04 de junho de 1917, quatro anos posterior a sua criação. Nos anos pós-pedido de criação desse grupo escolar, a imprensa de Patos de Minas não se furtou de registrar a importância para a instrução pública e dos esforços engendrados para sua

<sup>223</sup> Documento encaminhado pelo Dr. Laudelino ao Secretário do Interior. In FONSECA, Geraldo. 1974, p 160-161.

<sup>224</sup> Ibidem, p.160.

<sup>225</sup> FARIA FILHO, Luciano. 2000, p. 145.

<sup>226</sup> Documento encaminhado pelo Dr. Laudelino ao Secretário do Interior. In FONSECA, Geraldo. 1974, p.160.

efetivação. Pode ser lido no Jornal “O Trabalho”, no que concerne às ações empreendidas pelo Dr. Laudelino, que:

[...] auxiliado pelo Cel. Farnese Dias Maciel e pelo provector professor Modesto de Mello Ribeiro shaiu a campo colhendo assignaturas para a construcção do Grupo Escolar na nossa cidade, encontrando o melhor acolhimento por parte de todos a que se têm dirigido em busca do auxílio que será a base para que o magestoso se erga na nossa cidade e o edificio que registrará o marco do nosso devotamento a causa da instrucção do povo em todas as suas classes, base essencial, para o nosso progresso material e intellectual, freio irresistível à corrupção dos costumes que a Deus dará, se vão pervertendo do berço a velhice.<sup>227</sup>

Além dessas ações, Dr. Laudelino fez doações em dinheiro para colaborar com a construção do prédio destinado ao grupo escolar, conforme consta registrado pela Câmara Municipal:

[...] Cornélio França d’Oliveira por parte da Comissão de Legislação apresentou parecer sobre o officio do Senhor Dr. Laudelino Gomes de Almeida; aceitando a doação da quantia de tresentos mil réis (300\$000) que o mesmo senhor faz a Câmara Municipal, como condição de ser a referida importância applicada como auxilio a construcção de uma casa para o grupo escolar desta Cidade.<sup>228</sup>

A cidade de Patos de Minas procurava integrar-se ao movimento de modernização propagado pela República. Além da busca pela instrução por meio do grupo escolar, há também a busca por outros fatores indicativos de progresso e urbanização, como a construção de jardins públicos, pontes e linha telefônica, canalização de água potável e iluminação pública:

[...] Camara conseda auxilios a quem se propuser a construir a linha que partindo d’esta Cidade vão aos districtos de Aréado e Santa Rita, adaptando-se para isto o seguinte projecto de lei, que recebeu o numero tres (3); - a Camara Municipal de Patos decreta: Art. 1º. É o presidente da Camara auctorizado a auxiliar a construcção de linhas telephonicas d’esta Cidade ás sedes dos districtos de Santa Rita e Aréado, podendo dispender até a importancia de seis contos de reis (6: 000#000) pelas verbas dos mesmos districtos uma vez que as referidas linhas fiquem pertencendo a Camara. Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.<sup>229</sup>

<sup>227</sup> O TRABALHO, anno 3, n. 62, 20 de agosto de 1908, p.1-2.

<sup>228</sup> ATA DA SEXTA (6ª) SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE FEVEREIRO DE 1909. Patos. Presidencia do Exmo. Senhor Dr. Olegário Maciel.

<sup>229</sup> ATA DA TERCEIRA (3ª) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA. Patos, 07 de janeiro de 1916, Presidente Dr. Marcolino de Barros.

Esses assuntos compunham a pauta de trabalho da edilidade municipal na investidura do progresso. Retomamos a questão do progresso pelas vias da instalação do grupo escolar. A presença do edifício que abrigaria a instituição específica para o ensino em Patos de Minas, ao mesmo tempo em que representaria o desejoso progresso, era a materialização das ações em prol da instrução pública. É característica dos anos que compõem as décadas finais do século XIX a defesa de lugares apropriados e destinados à educação das crianças, passando os políticos e profissionais “a advogar a necessidade de espaços edificados expressamente pelo serviço escolar”<sup>230</sup>. A esses espaços caberia arcar com a finalidade social e moral da instrução pública primária; era a casa que “[...] o povo se vae habilitar para as suas grandes empresas na vida se afastar do cahos onde a ignorancia e o crime se anivelam”.<sup>231</sup> A “elite” patense, por iniciativa própria, procurava banir a ignorância e insistentemente defendia que

o problema da instrução publica, é, no primeiro plano das plataformas dos governos intelligentes a principal ideia que a deve empolgar, e a razão ahi está frizante na observação dos factos – tanto maior é o desenvolvimento do povo quanto maior é o número de suas escolas.<sup>232</sup>

Patos de Minas estava continuamente na defesa de uma boa instrução, pois a falta dela seria considerado, pelo contexto local, o único mecanismo capaz de dar explicações para o atraso da sociedade brasileira. Fato que pode ser claramente observado neste discurso:

Instrua-se o povo, prepare-o convenientemente e veremos a situação geral do Paiz marchar a contento dos maiores heréticos contra nossa felicidade de povo magnânimo, vivendo actualmente na miséria e repousando sobre os maiores thesouros com que a sabia natureza nos aprouve aquinhoar [...].<sup>233</sup>

A “elite” e a edilidade local a partir da necessidade de organização escolar ligada ao processo civilizatório, tendo como maior representante o grupo escolar, não mediram esforços no sentido de dotar a cidade com essa instituição e oferecer maiores oportunidades de acesso à atividade escolarizada. A educação era vista como instrumento capaz de amalgamar os ideais morais tão necessários para a (re) construção da nação brasileira. Essa concepção foi veiculada pela imprensa de Patos de Minas, que defendia a instrução como

alicerce da paz, da concórdia e do progresso. Sem ella, digamos com franqueza, assemelhamo-nos aos brutos, estamos prontos a commetter toda

<sup>230</sup> SOUZA, Rosa Fátima. 1998, p.122.

<sup>231</sup> O TRABALHO, anno 3, n. 62, 20 de agosto de 1908, p.1-2.

<sup>232</sup> Ibidem, p.1-2.

<sup>233</sup> Ibidem, p.1-2.

sorte de arbitrariedades, toda sorte de crimes, mesmo os mais bárbaros, os crimes mais repugnantes. Devemos, portanto instruímo-nos; devemos educar os nossos filhos, para que, mais tarde, eles não nos dêem desgostos, tornando-se criminosos. Devemos mandal-os à escola, porque, ‘a escola é a miniatura da sociedade’, como disse alguém. Nella entrando, a criança penetra o recinto em que receberá as primeiras noções dos deveres recíprocos, que constituem o trato social. Esses deveres, embora tantos e de tão varias espécies, são quase todos esboçados e exemplificados na escola. ‘A escola é o pequeno cenário, onde se ensaiam as exibições da vida’. Devemos procurar para nossos filhos um professor ilustrado [...] devemos, sim, é um de nossos mais sagrados deveres o tratamos da educação de nossos filhos. O seu futuro depende da instrução que lhes dermos; si ella for bôa, eles serão bons; si for má forçosamente serão maus.<sup>234</sup>

A escola seria passagem obrigatória para formação dos bons costumes e do caráter, não caminhar por essa passagem representaria a degeneração do espírito. Pode-se aquilatar essa afirmação aos pressupostos da República Velha, isto é, o fortalecimento da educação na concepção humanitária e a crença de incapacidade que pesava aos ombros do indivíduo desprovido de instrução. Os anos iniciais da Proclamação da República tornaram-se uma “cruzada” para organização da instrução pública elementar, já que parecia incompatível coexistir “grande povo” sem um processo sério de educação, pois

o Brazil agora, como sempre, é composto principalmente de duas espécies de criaturas – de um lado, a maioria oitenta por cento do povo, analphabeta, ignorante e incapaz de trazer o mínimo de desenvolvimento, a mínima vantagem ao progresso nacional, de outra, uma gente mais ou menos instruída e culta, candidata perpetua ao funcionalismo e a burocracia. Classes productoras, industrias, que trabalhem a riqueza da pátria, que engrandecem o nosso território, quase não temos.<sup>235</sup>

Com base nessas convicções, pode-se concluir que educar significa “formar, desenvolver e dirigir aptidões individuais, melhorando-as, dando-lhes possibilidades novas, adaptando-as às necessidades da época, às exigências do momento e do meio”.<sup>236</sup> Esses pressupostos podem ser identificados em matéria do Jornal “Cidade de Patos”:

Nos parece ser o problema mais palpitante, de maior relevo e que deve maior carinho merecer dos poderes públicos. Em um paiz como o nosso, em que o analphabetismo domina mais de dois terços da população, é um erro procurar-se proteger as industrias, a lavoura, o commercio, as artes, etc. sem primeiro cuidar-se da instrução primaria da individualidade. Já não nos

<sup>234</sup> O COMMERCIO, Cidade de Patos, anno 1, nº 32, 18 de junho de 1911, p. 1.

<sup>235</sup> CARNEIRO LEÃO. 1917, p. 22.

<sup>236</sup> Ibidem, p. 24.

referimos a instrução secundaria, mas a primaria. O que vale distribuir-se arados e outras machinas a pessoas analphabetas? O que acontece é, que ellas materialmente pegam destes instrumentos e não sabendo ler as instrucções para usal-as, o resultado primeiro é negativo e ellas abandonam e voltam a rotina que lhes é habitual de d'ahi, não se lhes arranca mais. O que vale facilitar-se a introdução de animaes de raça quando os creadores na sua maioria não sabe fazer uma seleção de cruzamento, etc? O povo não conhece tarifas, não conhece leis nem os seus direitos, quer políticos, quer cívicos. Os expertos explora a vontade. Podem fazer as melhores leis, que ellas serão burladas, porque a maioria da população não entende e não as conhece, por não saber ler, siquer.<sup>237</sup>

Estava manifesta a opinião de alguns intelectuais da “elite” patense em relação ao processo educacional. A insatisfação fazia alusão talvez às poucas ações concretas empreendidas para a instrução pública primária. A esse respeito, o Jornal “Cidade de Patos” declarou que

não se pode negar que a instrução primaria, em Minas, tem melhorado, mas sem receio de contestações, só nos centros mais educados, (que se diga a verdade onde precisa menos, pois ahi os colégios particulares, os estabelecimentos de cursos secundários e o próprio meio se encarregam de sanar as faltas da instrução primaria), porque nos municípios centraes, onde não há estradas de ferro, é uma verdadeira desgraça. N'estes lugares o professorado está entregue, em grande parte, a ignorantes analphabetos.<sup>238</sup>

A imprensa de Patos de Minas muito argumentava para mobilização educacional, mas também não se furtava de relatar a frustração pela falta de um grupo escolar na cidade para que, de fato, a instrução primária pudesse ser consolidada, visto que, em 1915, o Grupo era apenas um decreto. Em termos de ações concretas, existia um projeto que autorizava ao Executivo o dispêndio de numerários financeiros para colaborar com a construção do prédio, isso em 1913, conforme lavrado em Ata da Câmara:

O senhor Agenor Maciel, por parte da Comissão de Redacção apresentou o parecer que recebeu o numero onze, offerecendo a redacção final do projecto numero três, do senhor Noé Ferreira da Silva, auctorizando o Agente Executivo a dispender ate vinte contos de réis (20:000\$000), para auxiliar a construção de um prédio destinado a um grupo escolar n'esta cidade, ficando-lhe aberto o necessário credito, podendo empregar as rendas acumuladas por leis anteriores, destinadas as obras publicas, revogadas as disposições em contrario. O mesmo senhor pediu a palavra e requereu urgência para que fosse immediatamente approvada a redacção final d'este projeto, sendo pela camara concedida a urgência requerida, o senhor Presidente pôs em discussão, não havendo que sobre a mesma pedisse a

<sup>237</sup> CIDADE DE PATOS, nº. 61, Patos, 19 de março de 1916, p.1.

<sup>238</sup> Ibidem, p.1.

palavra, pôs a votos, sendo unanimemente aprovada. Lavre-se o autographo.<sup>239</sup>

Todas as discussões e ações convergiram somente para a instalação do estabelecimento escolar que fora previamente denominado de “Grupo Escolar de Patos”. Decorridos os anos, a inauguração do Grupo Escolar, em 04 de junho de 1917, representava a materialidade dos ideais de civilidade, modernidade e progresso. Eis o Grupo Escolar:

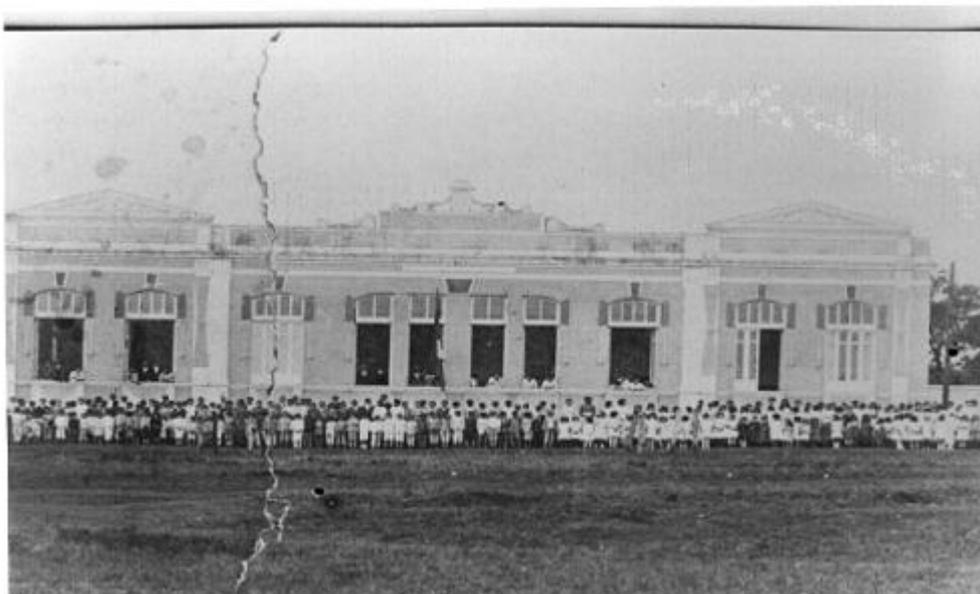


Figura 7- Primeiro prédio do Grupo Escolar Marcolino de Barros e alunos (s/d). O Decreto de criação: 27/02/1913; construção: a partir de 1914; instalação: 04/06/1917 e, em 1918, houve a mudança de nome para Marcolino de Barros. O edifício, hoje demolido, onde posteriormente funcionariam o Ginásio Benedicto Valadres e a Escola Normal Nossa Senhora das Graças.

Fonte: Acervo da Escola Estadual Marcolino de Barros – Patos de Minas/MG.

Dedicou-se muito trabalho para que o Grupo Escolar se efetivasse em Patos de Minas, por exemplo, a escolha do local<sup>240</sup>, a busca por professores habilitados<sup>241</sup> e a matrícula de crianças, que inicialmente somou 321, mas, no primeiro mês, não consta frequência total. Essa data foi marcada por comemorações. Para as famílias, representou um dia festivo, já para

<sup>239</sup> ATA DA OITAVA (8ª) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA, Patos, 24 de setembro de 1913, Presidente Marcolino de Barros.

<sup>240</sup> De acordo com os registros de Fonseca (1974, 144), “o edifício foi erguido em terreno da municipalidade e, uma vez terminado, por imperativo legal, foi doado governo do Estado por escritura pública de doação livro 9 – página 21 – 3º ofício de notas – Belo Horizonte lavrada a 27 de abril de 1916, assinando o Dr. Jacques Dias Maciel, pela Comissão Central da Promotora da Construção, por procuração passada pelo delegado da Comissão, Dr. Marcolino Ferreira de Barros. Pelo público instrumento, o Estado recebeu o prédio construído no valor de 55 contos de réis, situado no largo da Matriz. O prédio definitivo do Grupo foi concluído apenas em 1933”.

<sup>241</sup> O grupo foi dividido em sete cadeiras, dos quais apenas 4 foram providas definitivamente, em vista da falta de professor habilitado. Os primeiros professores foram: Manoel da Mota Bastos, Labieno Antenor de Araújo, Josephina Cândida Viveiros e Feliciano Santiago de Mendonça, ficando em aberto duas vagas. (FONSECA, 1974, p.144).

as autoridades locais responsáveis por presidir a cerimônia de instalação, os discursos tinham tom de felicitações, vejamos:

Tomando a palavra o inspector municipal, expoz aos presentes o fim daquela sessão, a qual era a instalação do grupo escolar, e detendo-se em outras considerações relativas ao acto se se ia realizar, conclui-o por felicitar, em nome do governo, à população de Patos, pela aquisição que acabava de ser effectivada, para beneficio da instrucção neste municipio. Concedida a palavra aos oradores incriptos [...] os quaes em termos cheios de elevação e em que se traduzia o jubilo e o reconhecimento do povo pelo melhoramento que lhe era concedido, muito concorreram para o brilhantismo do acto, no qual se acha representada a população da cidade, com o comparecimento de numerosas famílias. Para maior realce da solenidade, compareceram as duas corporações musicaes que executaram alternadamente, marchas festivas.<sup>242</sup>

O inspetor municipal, Maurício Pottier Monteiro, na solenidade de inauguração, sugeriu a mudança de nome da instituição para “Marcolino de Barros”<sup>243</sup>. Fazendo o uso da palavra, o inspetor declarou:

Por solicitação e traduzindo o pensamento de vários amigos, salientou o ardor com que se havia empenhado o Dr. Marcolino de Barros para a realização desse desejo, há muito alimentado pelo povo e acabava de se concretisar, e lançou a ideia de ser dirigida ao governo do Estado, uma representação em que se solicite seja dada a denominação – Marcolino de Barros- a este grupo escolar, tendo como testemunho de reconhecimento e para que fique ligada a esta instituição a benemerência de seu nome.<sup>244</sup>

O grupo escolar, na maioria das vezes, recebia o nome daquele que trabalhava em prol da instrução Pública, como aconteceu com o Dr. Marcolino Ferreira de Barros. “Instituíam-se a figura do ‘patrono’, personalidade a ser enaltecida e cultuada por professores, alunos e sociedade especialmente em datas de comemoração do aniversário da escola”.<sup>245</sup> Pode-se afirmar que

a escola primária, dever do Estado e direito do cidadão, transforma-se em uma dádiva; não é apresentada à população como decorrência de uma política social, mas como resultado do concurso de um ‘honorável cidadão’.

<sup>242</sup> TERMO DE INSTALAÇÃO, Grupo Escolar de Patos, 04 de junho de 1917. Maurício Pottier Monteiro, inspetor municipal.

<sup>243</sup> Segundo consta em Fonseca (1974, p.217), a trajetória de militância política de Marcolino Ferreira de Barros refere-se ao governo do município entre 1914/1918 e 1926/1930, períodos marcados por um surto progressista, materializado na construção do grupo escolar, na instalação do serviço de água, na construção de estradas e pontes, em melhorias no centro urbano, entre outros melhoramentos. Faleceu em 1932, sem conhecer o prédio definitivo do grupo escolar entregue em 1933.

<sup>244</sup> TERMO DE INSTALAÇÃO, Grupo Escolar de Patos, 04 de junho de 1917. Maurício Pottier Monteiro, inspetor municipal.

<sup>245</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. 1998, p.134.

Como tais homens pertenciam à oligarquia econômica e política, ficava reafirmada a legitimidade a figura do patrono e da República.<sup>246</sup>



Figura 8- Dr. Marcolino Ferreira de Barros – patrono do primeiro Grupo Escolar de Patos de Minas.

Fonte: Diretoria de Memória e Patrimônio de Patos de Minas-DIMEP. Acervo Documental de Imagens. MuP- Museu da Cidade de Patos de Minas.

Tendo em vista tão grandes feitos para a cidade patense, parecia justo que o Grupo Escolar recebesse o nome do Dr. Marcolino de Barros. Decorridos dois anos, foi deferido o pedido e, em 1919, o estabelecimento de instrução pública passou a denominar “Grupo Escolar Marcolino de Barros”. Em relação à homenagem prestada ao Dr. Marcolino como sendo o patrono para Grupo Escolar, o jornal “Cidade de Patos” registrou a seguinte nota:

[...] testemunho de reconhecimento, e do alto valor em que são tidos os seus esforços pelo progresso do município. É uma homenagem esta, em que se faz abstracção do seu valor político, e real e merecido destaque, para nelle se encarar com maior saliência o incansável benemérito desta terra, que tanto deve hoje. É, pois, uma homenagem filha de sentimentos nobres e legítimos, e à qual todos os habitantes de Patos vão prestar o seu concurso, sincero expontaneo e justiceiro!<sup>247</sup>

<sup>246</sup> Ibidem, p.134.

<sup>247</sup> CIDADE DE PATOS. Anno 3 , nº 119. Patos, 10 de junho de 1917, p.1.

Era comum homenagem à Marcolino de Barros em virtude da condução política que ele dava ao município. A moção, apresentada em sessão ordinária da Câmara por Euphrasio Rodrigues, assinada pelo presidente e por todos os homens públicos que compunham a edilidade municipal, reconhecia os serviços por ele prestados:

A Câmara Municipal de Patos, desvanecida pelo raro brilhantismo com que o Ex. Sr. Dr. Marcolino de Barros se houve na gestão dos negócios municipais, já concorrendo para dotar esta cidade de grandes melhoramentos, taes como, canalização d'água potável, lus elétrica. Paço Municipal e Grupo Escolar, já impulsionando as industrias, lavoura e comercio do município, congratula-se como insigne lutador pelo advento do [...] o progresso n'esta terra.<sup>248</sup>

A inscrição “Grupo Escolar”, estampada em lugar de destaque na fachada da edificação, no caso específico de Patos de Minas, representava, por um lado, a identidade dada ao devotamento da “elite” e edilidade patense à instituição responsável por ministrar a instrução pública da cidade e, por outro lado, testemunhava e atestava o empenho de quem havia despendido esforços para materialização do ato; seria uma forma de reconhecimento e agradecimento. Vale a pena conferir, no artigo que se segue, os comentários do articulista em relação à inauguração do Grupo Escolar como afirmação de um novo padrão de comportamento, embasado na disciplina e na boa moral:

O acontecimento mais palpitante da hebdomada que vem de decorrer foi para Patos a installação do seu Grupo Escolar. E realmente, deve ser assignalado entre os factos da chronica da nascente cidade, como um dos mais promissores passos para o seu desenvolvimento intellectual e material, e como um dos melhores benefícios para a sua população[...].Um Grupo Escolar, rigorosamente constituído, preenchendo cabalmente os seus fins, não é uma aquisição secundaria e vulgar. Tem alguma cousa de mais significativamente elevado, do que os marcos de adeantamento que apenas satisfazem o goso e a commodidade. É um núcleo de trabalho, de aperfeiçoamento, em que as intelligencias se dilatam, a vontade e o caracter se educam, as faculdades se manifestam e aperfeiçoam, abrindo à infância um futuro até então desconhecido, e campos mais vastos e accessíveis para a applicação da actividade. A evolução dos caracteres e das intelligencias, é que succedem então os artefactos do progresso ela eclosão das necessidades e das aspirações, que vão surgindo progressivamente. Ao lado de cada escola de letras, deveria existir um aprendizado do trabalho. Mas este, surge por si mesmo, quando o menino sentindo-se capaz de aspirações, tem a ideia do dever, e comprehende que necessita do trabalho, para poder vencer na vida.

---

<sup>248</sup> ATA DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA, Patos, 08 de agosto de 1916. Presidente Dr. Marcolino de Barros.

A população de Patos deve pois, rejubilar-se com o acontecimento que se concretizou na instalação do Grupo Escolar, iniciado sob tão bons auspícios, e cercado das melhores garantias para fecundos e proveitosos resultados.<sup>249</sup>

Realiza-se com o Grupo Escolar o projeto político local de promover a modernização dos serviços públicos, de forma especial, a instrução pública na cidade.

### **3.3 Edificados os tijolos do progresso: o Grupo Escolar era realidade em Patos de Minas**

Durante todo o trabalho de tessitura dos fios para compor a trama organizacional da instrução pública em terras patenses, temos argumentado repetidas vezes que, nos anos iniciais da República Velha, a instrução aparece como um gênero de primeira necessidade, portanto era indispensável a construção de espaços específicos para fomentar o processo de formação humana e civilização da sociedade que, até então, estava carente de um cidadão bom, obediente e instruído, “não há país civilizado, não há nação livre, não há cultura, não há grandeza nacional, não há democracia, não há república – senão quando há um povo que tem a consciência de sua força, dos seus deveres e dos seus direitos [...]”.<sup>250</sup> A escola contribuiria para construir o país com todos esses adjetivos e, em face desse pressuposto, é responsabilidade da municipalidade, ao mesmo tempo que dos estados, a implantação da instrução pública em seus domínios. No espaço destinado exclusivamente às causas da Instrução Pública, tendo os grupos escolares a sua mais precisa representação, buscava-se a interlocução entre a configuração física do espaço, as concepções pedagógicas e a grande responsabilidade atribuída à instrução, e ainda redimir todos os males e construir uma nova sociedade. Nessa vertente, os espaços do Grupo Escolar construído em Patos de Minas pareciam atender bem do ponto de vista administrativo- pedagógico as necessidades advindas do ensino graduado. O Grupo era fisicamente composto por um salão central, seis salas de aula, um cômodo destinado ao toalete dos professores, seis sanitários, sendo três para cada sexo, dois pátios amplos para recreio e exercícios físicos e uma sala para a biblioteca; as grandes janelas que ocupavam a fachada do estabelecimento e os alpendres eram responsáveis por arejar o ambiente. A imponência do prédio afirmava sua identidade e finalidade de servir à instrução pública. A arquitetura do Grupo Escolar apresentava similaridade com outras edificações da paisagem urbana, hoje patrimônio histórico da cidade.

---

<sup>249</sup> CIDADE DE PATOS. Anno 3 , nº 119. Patos, 10 de junho de 1917, p.1.

<sup>250</sup> VERÍSSIMO, José. 1985, p.204-205.



Figura 9- O mais antigo edifício público de Patos de Minas. Inaugurado em 1912 para abrigar a Câmara Municipal, o Fórum e, no Rés-do-chão, a cadeia pública. Tombado em 14/04/1997 pelo Decreto Municipal nº 1964/97.

Fonte: Acervo do Arquivo Municipal de Patos de Minas – Divisão de Patrimônio Histórico



Figura 10- Antiga residência do ex-presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. Olegário Maciel. Construída em 1915 e tombada em 14/04/1997 pelo Decreto Municipal nº 1964/97.

Fonte: Acervo do Arquivo Municipal de Patos de Minas – Divisão de Patrimônio Histórico.

Apesar de não termos a exatidão do projeto arquitetônico do primeiro prédio do Grupo Escolar, decorridos apenas 04 anos de sua inauguração, o prédio já dava sinal de serem

necessários alguns reparos em sua estrutura, registrados por Honório Guimarães, na ocasião inspetor regional de ensino. O termo de visita atestava:

Prédio escolar: precisa de reparos urgentes, que foram orçados e cuja execução, devidamente autorizada vai ter lugar para estes dias. Pateos de recreio: o Diretor pedirá autorização para mandar proceder a capina do terreno escolar, informando à secretaria a importância a dispender. Depósitos de agua: as caixas que acumulam as reservas d'agua são insuficientes para as descargas necessárias ao bom funcionamento das instalações sanitárias.<sup>251</sup>

Esses reparos estruturais no Grupo Escolar foram solucionados, pois decorridos três anos, consta, no termo de visita do inspetor regional Joaquim Gasparino P. de Magalhães, que:

Ao revistar as condições do prédio, acomodações, instalações sanitárias e todo o mobiliário escolar, constatei que tudo se acha em bom estado de conservação, verificando também que o prédio e todas as suas dependências oferecem a segurança de hygiene e conforto exigida pelo regulamento de instrução publica do Estado.<sup>252</sup>

Parecia ser rotina da edificação que abrigava o Grupo Escolar a necessidade de constantes reparos. No período de 05 a 26 de abril de 1926, o Grupo recebeu visita de inspeção técnica realizada por Salatiel Rodrigues de Melo e, de acordo com o termo de visita lavrado, percebe-se que as condições físicas do prédio estavam novamente sinalizando a necessidade de reformas:

Não está bem conservado. Paredes exteriores denegridas pela acção do tempo e as interiores necessitadas de limpeza, assim como o soalho tem alguns defeitos. Os alpendres também precisam de reparos [...]. Há dois pateos amplos para exercicios phisicos e recreio dos alummos, sendo lastimável o estado dos muros, que estão ainda em alvenaria de tijolos, sem rebouco e caiação.<sup>253</sup>

No ano subsequente, tem-se o apelo do inspetor municipal, Antônio Dias Maciel, que, após vistoria no prédio, pronunciou: “Deixo exarado neste termo de visita um apelo aos

<sup>251</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 16 de fevereiro de 1921. Inspetor regional da 15ª circunscrição, Honorio Guimaraes.

<sup>252</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 15 de outubro de 1924. Joaquim Gasparino P. de Magalhães. Inspetor Regional do Ensino.

<sup>253</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 26 de abril de 1926. Salatiel Rodrigues de Melo, Inspetor técnico.

poderes competentes para que sejam sanadas as faltas que se me deparam: o prédio em que funciona o grupo necessita de uma limpeza geral e concertos inadiáveis”<sup>254</sup>.

Apesar dos registros e solicitações em relação aos reparos que se faziam necessários no edifício do Grupo Escolar, não constatamos, nos documentos analisados, as providências que foram tomadas. Talvez essa lacuna de providência se deve ao fato de ser um prédio provisório, pois a “elite” local estava envidando esforços para se construir um grupo escolar que fosse realmente condizente com a importância de suas atribuições. O novo e definitivo prédio do Grupo Escolar Marcolino de Barros foi entregue à população em 1933. A “concretização da construção definitiva do prédio se deve a esforços de Olegário Maciel que a época da construção era Presidente do Estado”<sup>255</sup>. Eis o prédio definitivo do Grupo Escolar e sua imponência:



Figura 11- Grupo Escolar Marcolino de Barros em sua versão definitiva, entregue à população patense em 1933.

Fonte: Acervo da Escola Estadual Marcolino de Barros, (s/d).

Esse imponente e majestoso estabelecimento de ensino foi construído na região central da cidade e ocupava uma extensa área. Sua nova estrutura construída em concreto e em forma de “U” ocupava dois pavimentos cujo acesso se dava por escadarias. Agora, considerado pela

---

<sup>254</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 27 de agosto de 1927. Antônio Dias Maciel. Inspetor Escolar Municipal.

<sup>255</sup> MELLO, Oliveira. 1971, p.193.

“elite” e edilidade como sendo um estabelecimento condizente com os ideários republicanos no sentido de prosseguir com projeto de formação do cidadão da República para a República.

### 3.4 O Diretor do Grupo Escolar

No contexto republicano, a função de diretor escolar estava regulamentada na legislação da instrução pública mineira pelo Decreto 1947, de 30 de setembro de 1906. Os artigos 24 e 26 do referido Decreto traziam a essência de suas competências funcionais. Art. 24: cada grupo escolar teria “[...] um diretor incumbido de sua superintendência administrativa e técnica, que será especificada em regimento especial”, e o artigo 26 imputava ao diretor “[...] fiscalizar e disciplinar os alunos, os professores e todos os funcionários que servirem sob sua direção, solicitando do inspector escolar as providências necessárias, que esse por sua vez pedirá ao governo quando fora da sua alçada”.<sup>256</sup> Pelas atribuições legalmente conferidas, ficava sob a responsabilidade do diretor o controle de todo o funcionamento do grupo escolar e o zelo para que as atividades inerentes à educação nesse estabelecimento fossem bem desempenhadas. Ser diretor era, sobretudo, ter prestígio social, pois, “[...] os diretores tinham clareza do poder que o cargo lhes conferia e sobre essa autoridade exerciam suas atividades de coordenação e de fiscalização do ensino”.<sup>257</sup> As atribuições funcionais iniciais conferidas ao diretor foram mais tarde ampliadas pelo Decreto n.3.191 de 1911, a título de exemplificação, citamos algumas atribuições componentes dessa ampliação:

Art. 73 – [...] atribuições dos diretores dos grupos [...] 2 fazer anualmente a matrícula e classificação dos alunos, e designar a cada professor uma classe e a sala em que deva funcionar durante o anno; 3. Abrir e encerrar o livro de ponto, à entrada; 4. Percorrer durante todo o dia todas as classes, fiscalizando o ensino e a disciplina e dando providências que se fizerem necessárias; 5. Observar, em particular, aos professores, as irregularidades de ensino e disciplina, verificadas nas suas classes ou fora dellas; [...] 7. Ter em dia e em boa guarda a escripturação e correspondência escolares, remetendo à Secretaria do Interior, até o dia 5 de cada mez, o boletim mensal e, até 10 dias depois de findo cada semestre, o mappa semestral dos trabalhos escolares e mais papeis exigidos pelo regulamento [...].<sup>258</sup>

<sup>256</sup> MINAS GERAIS, Decreto n.1947, 1906, artigos 24 e 26 p.159.

<sup>257</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. 1998, p.80.

<sup>258</sup> MINAS GERAIS, Decreto nº 3191 de 09 de junho de 1911, p.187-189.

Tanto nesse, quanto no Decreto n. 1947, de 1906, era exaltada a autoridade do diretor na hierarquização da escola. Exercia poder centralizador, uma vez que praticamente todas as atividades desenvolvidas estavam subordinadas à sua orientação e fiscalização. Atribui-se ao diretor ser o elo entre o governo e o seu projeto de construir o novo cidadão mediante a escolarização. Nessa incursão, “o diretor [...] manda em virtude de uma lei que lhe dá esse direito e, também, porque mandar é uma das competências inerentes ao seu cargo”.<sup>259</sup> Na propositura de tornar a educação no grupo escolar cada vez mais eficiente, no projeto de construção do cidadão republicano, as atribuições do diretor eram sempre remodeladas e novas funções eram acrescentadas, como aconteceu com a publicação do Decreto n. 6655, de 1924. Exemplificamos algumas das funções acrescentadas:

23. Manter a disciplina escolar, com auxílio de um ou mais professores por elle designados, e do porteiro; 24. Visar as portarias de licença e communicar à Directoria da Instrucção as datas em que tenha aquella começado e terminado; si o funcionario se utilizou de todo o tempo concedido, e, bem assim, quaesquer outras ocorrências, relativas ao caso, que reclamem medidas extraordinárias [...] 28. Conceder licença sem vencimentos e justificar as faltas dos números dos funcionarios de ensino; 29. Communicar à auctoridade sanitária os casos de moléstia infecciosa, verificados em alumnos matriculados; 30. Ordenar que se façam, trimestralmente, em cada classe, as provas escriptas das materias básicas, afim de verificar o aproveitamento dos alumnos [...]<sup>260</sup>

Para diretor do Grupo Escolar de Patos de Minas, buscou-se, em Patrocínio, o normalista Professor Modesto de Mello Ribeiro<sup>261</sup>, que lá dirigia o grupo recém-instalado. Em Patos, seu trabalho foi digno de vários elogios por parte dos inspetores de ensino; era uma pessoa batalhadora para que a instrução pública primária se tornasse cada vez mais consistente na cidade. Pelos relatos dos inspetores, conclui-se que o diretor Modesto de Mello Ribeiro não media esforços para proporcionar condições técnicas, administrativas e pedagógicas para o bom funcionamento do estabelecimento que ora lhe era confiado à direção. Nos termos de visitas analisados, não encontramos críticas que desabonassem o trabalho desenvolvido pelo diretor Modesto de Mello Ribeiro. No ano de 1927, o Grupo Escolar estava sob a direção de Sebastião Cyrne que, segundo o inspetor Antônio Dias

<sup>259</sup> RIBEIRO, José Querino. 1986, p. 137.

<sup>260</sup> MINAS GERAIS, Decreto n° 6655, 19 de agosto de 1924, p.235-236.

<sup>261</sup> Natural de Patrocínio/MG, Modesto de Mello Ribeiro foi diplomado pela Escola Normal de Uberaba em 1890, atuando, desde então, na área educacional. Em 1914, assumiu a direção do recém-instalado Grupo Escolar da cidade de Patrocínio. Em 1916, é designado para a direção do Grupo Escolar de Patos, ocupando este cargo por 10 anos seguidos, quando então, se aposenta, em 1927. Morreu um ano depois. Foi um músico entusiasta, mantendo até mesmo um grupo musical. FONSECA, Geraldo. 1974, p.132.

Maciel, demonstrava ser esforçado para condução do Grupo: “boa impressão, que me causou esta visita, pois, não me é dado ocultar a satisfação de que me acho possuído ao ver que o corpo docente do Grupo procura cumprir rigorosamente o seu dever”.<sup>262</sup> Sua passagem pela direção do Grupo Escolar Marcolino de Barros foi muito curta, permanecendo no cargo somente no período de “4 de maio a 29 de dezembro de 1927, quando foi removido para Januária”<sup>263</sup>, tendo como sucessor Vicente de Almeida Barbosa.

### 3.5 A instrução pública ministrada no Grupo Escolar patense

Com a instituição da escola graduada no Brasil, começou-se uma maior preocupação com as práticas educacionais, visto que os grupos escolares denotavam uma nova organização, tanto administrativa quanto pedagógica, para o funcionamento da escola primária. Nessa perspectiva, foi agregada maior valorização ao método intuitivo, posto que se apresentava com condições para renovar o ensino nos anos iniciais da República. Esse método:

Enquanto expressão de tendências mais modernas no campo educacional, o método pressupunha uma versão científica da pedagogia, possibilitava a modernização da escola independente das questões financeiras e políticas pressupostas na adoção, por exemplo, da escola graduada [...].<sup>264</sup>

No caso específico de Patos de Minas, o inspetor Honorio Guimarães pedia pela utilização do método intuitivo, pois possibilitaria, por meio das atividades desenvolvidas, a construção da regra em lugar da decoração das regras advindas dos volumosos compêndios. O inspetor assim argumentava:

Abolidos os compêndios que são de leitura para os estudantes, temos de substituir aquelle systema de decoração pelo emprego do methodo intuitivo e empírico, pondo as questões muito claras para os alumnos, que aprenderão a soluçiona-las livremente, com os elementos de saber adquiridos progressivamente, cada um exprimindo por suas próprias palavras. Este systema deve ser plantado nas classes de primeiro anno adeantado, vindo a ser arvore frondosa nas do 3º e 4º anno; porque parece ter sido esse o objetivo pedagógico do reformador. Não serão dadas regras logo de começo

<sup>262</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 27 de agosto de 1927. Antônio Dias Maciel, Inspetor Escolar Municipal.

<sup>263</sup> FONSECA, Geraldo. 1974, p.145.

<sup>264</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. 1998, p.169.

e até não deverão ser dadas, mas o próprio aluno formulará a sua regra, a lei segundo a qual ele praticará o saber adquirido.<sup>265</sup>

Como se tratava de uma nova forma de ensinar, a tarefa de “como ensinar o professor a utilizar”, com maior eficiência o método intuitivo, recaía, às vezes, aos ombros dos inspetores escolares, que, quando em visita orientavam os professores, e, em alguns momentos, assumiam também o papel de professor, conforme consta no termo de visita do inspetor Honorio Guimarães, em fevereiro de 1921:

Expuz aos professores o meu ponto de vista na pratica do ensino das diversas disciplinas do Programma, conforme a orientação pedagógica que conheci na Escola Normal modelo principalmente no ensino de Língua Pátria [...]. Para fazer-me compreendido melhor, lecionei durante a quinzena nos dois turnos, de tarde o 3º anno e de manhã o 4º anno, tendo prestado assistência também as classes de 1º e 2º anno. Expliquei como se poderá harmonisar o horário do dia e o seu registro no Diario de Classe, com o preceito do art. 304 do Regulamento; justifiquei o êxito da associação das licções, si precedidas do preparo antecipado dellas pelo professor. Os exercícios práticos deverão ser dados diariamente, como subsidio para o preparo da licção pelo alumno. Si o ensino é resultado do trabalho do mestre e do alumno, não se comprehende que aquelle trabalhe e este não. A reprodução, pelo alumno, da matéria ensinada, proporciona-lhe a contingencia de preparar, elle próprio os compêndios manuscriptos em que estuda e consulta.<sup>266</sup>

Diante das orientações do inspetor e decorridos alguns meses de aplicabilidade do método intuitivo, os resultados começaram a aparecer, “[...] a impressão geral que tive do trabalho foi a melhor possível, porque notei o esforço do diretor e das professoras, no cumprimento das minhas instrucções aqui deixadas na minha última visita [...]”.<sup>267</sup>

Tendo em vista os resultados positivos que estavam sendo colhidos, o inspetor prosseguia com as orientações de forma bastante minuciosa.

No correr da minha inspecção julguei de utilidade fazer as seguintes recomendações: insistir com os alumnos a fim de emitirem as palavras com voz alta e clara; corrigir-lhes os defeitos de prosódia que vêm das rr gutturaes e das ss apagadas que não confirmam os pluraes das palavras pronunciadas; alternar, com frequência a posição dos minuendos nas operações de subtracção, pois a creança, habituada a tomar sempre como minuando o numero que está por cima não se dá ao trabalho de indagar qual o numero maior, corrigir com exigência a maneira de pegar a pena e não consentir que deitem a cabeça sobre o braço ou sobre o papel; exigir que a creança faça, em voz alta e clara, as suas operações no quadro negro. Estas

<sup>265</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 16 de fevereiro de 1921. O inspetor regional da 15ª circunscrição, Honorio Guimaraes.

<sup>266</sup> Ibidem, 16 de fevereiro de 1921. O inspetor regional da 15ª circunscrição, Honorio Guimaraes.

<sup>267</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, fevereiro e 1921.

observações são extensivas a todas as classes do Grupo. Nas classes de Arithmetica redigir os problemas de modo a provocar o raciocínio em grau quanto possível, os exercícios de redação, deixando a creança escrever livremente o trecho original de sua invenção para depois corrigir-lhe os erros; cobrar com insistência as pausas e colocação dos signaes orthographicos. Faço estas recomendações que aqui ficam registradas, esperando que sejam seguidas com o máximo escrúpulo, tornando assim o mais efficaz possível o nosso esforço na luta contra o analfabetismo. <sup>268</sup>

Quanto ao método a ser utilizado, estava claro, no entanto, que para se empregar um método é preciso saber o que deve ser ensinando, suscitando, dessa forma, a questão do programa de ensino, questão que ganha relevância, já que o programa “era o instrumento pelo qual a escola primária realizaria as finalidades atribuídas a ela”.<sup>269</sup> Não é nosso intuito nesse trabalho analisar proficuamente o programa de ensino, nos limitamos, apenas de passagem, a explicitar que as matérias Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Geometria e Desenho, História Natural, Física, Higiene, Exercícios Físicos, Trabalhos Manuais, Música e Canto, conjugavam a abrangência de natureza científica e moral, sem laços com a doutrina cristã. O programa “prestigiava matérias cujo princípio era o da formação global do indivíduo, abrangendo todo o conhecimento humano”<sup>270</sup>. Entendemos que a finalidade de se estabelecer um programa comum para todos os grupos escolares era oferecer formação cultural comum para todo o cidadão de uma mesma pátria. Em Patos de Minas, as orientações referentes ao programa de ensino foram, em 1917, repassadas para o diretor e os professores do Grupo Escolar Marcolino de Barros pelo inspetor regional, Orlando Ferreira. As instruções, de acordo com o inspetor, “facilitariam a uniformidade de orientação do ensino”. Tal atitude visava à consistência de uma cultura escolarizada, que tornou marca característica dos grupos escolares e da instrução primária nos decênios iniciais da República. Patos de Minas seguiu à regra.

Outro aspecto que compunha o rol de preocupações dos inspetores escolares se refere à ordem e à disciplina como elementos indispensáveis para uma cultura escolarizada que ainda estava em formação. Acerca dessa questão, encontramos as seguintes pontuações do inspetor Honorio Guimarães, em 1921:

A disciplina, soffrendo uma modificação profunda, melhorou sensivelmente: a ordem é boa e o ambiente escolar, no seu conjuncto tornou-se mais agradável [...] no anno que vem, uma acção ainda mais enérgica – a partir do primeiro dia – será desenvolvida em favor da disciplina e especialmente do

<sup>268</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 15 de outubro de 1924. Joaquim Gasparino P. de Magalhães. Inspector Regional do Ensino.

<sup>269</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. 1998, p.171.

<sup>270</sup> Ibidem, p.172.

silencio em forma e na sala. O silencio é a alma da ordem. Violada esta regra disciplinar, tudo está perdido. Como tenho praticado em varias escolas e em grupo especialmente, suggeri ao Director a conveniência de se adoptar nesta casa a instrucção militar, com o que elle concordou. A disciplina militar, como meio de cooperar na disciplina gera, desenvolvendo nas creanças o espírito de associação produz resultados magníficos em classe e fora della.<sup>271</sup>

Havia preocupação em corrigir os comportamentos considerados inadequados dentro e fora da sala de aula para inculcar aos alunos os bons costumes e não prejudicar a ordem escolar. Tais comportamentos disciplinares adequados e tidos como propulsores da ordem e da moral deveriam ser instituídos nos grupos escolares sem fazer o uso de castigos físicos, por meio do conselho, da persuasão, numa relação de afeição entre professor e aluno. A tarefa de instruir quanto à disciplina e à ordem no Grupo Escolar de Patos de Minas ficou a cargo do inspetor Honório Guimarães que, em 1921, orientou o diretor na elaboração do regimento interno, o qual deveria contemplar as regras disciplinares enumeradas pelo inspetor:

1. Antes do recreio e depois do recreio, nenhum alumno do 2º ao 4º anno, salvo motivo especial, pode sahir da classe mais de uma vez.
2. Desde que entram o portão, nenhum alumno pode sahir, mesmo antes do começo das aulas, sem ordem do Director, si elle ainda não estiver na casa, sem ordem da professora da classe; em ultimo caso, sem ordem da servente.
3. Em classe, nenhum alumno abandonar a sua carteira sem permissão da mestra. Para falar a ella, o alumno erguerá o signal com o braço direito, mão aberta ara a direcção do tecto. Dois ou mais alumnos não poderão falar ao mesmo tempo.
4. Durante o horário, nenhum alumno sairá da classe sem licença da professora e do grupo sem a do Director.
5. Durante o recreio nenhum alumno penetrará na sala que serve de Directoria, sem permissão da servente ou de seu professor ou do Director, do mesmo modo não penetrará nas salas de aula.
6. Nas classes haverá o silencio indispensável, que as professoras exigirão, afim de que a ordem collabore no êxito do ensino que ministram.
7. Ouvindo o signal [ilegível] cada alumno deve fazer silencio imediatamente e ganhar o seu lugar na forma ou sahir para o recreio e ao voltar d'elle.
8. É prohibida expressamente a conversa na forma. [...]
11. O alumno que traçar em quaisquer paredes do prédio escolar, palavras reputadas, obscenas, será punido severamente.
12. A servente é auxiliar da disciplina, devendo portanto, ter força moral sobre os alumnos; reclamando do Director e professores auctoridade para o conseguir [...]
16. Director e professores não perderão ensejo de censurar, corrigir e aconselhar os alumnos, todos os dias, sobre a conducta d'elles na escola, na rua e em casa, tendo em vista que o dever do mestre não é somente instruir, mas principalmente educar.
17. Ao debandar, os alumnos são obrigados a deixar a frente do prédio com a indispensável compostura.<sup>272</sup>

<sup>271</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 6 de novembro de 1921. O Regional da 15ª, Honório Guimarães.

<sup>272</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 16 de fevereiro de 1921. O inspetor regional da 15ª circunscrição, Honório Guimaraes.

Em visita realizada, em 1924, pelo inspetor Joaquim Gasparino P. de Magalhães, a ordem e a disciplina no estabelecimento foram elogiadas. Registrou o inspetor:

Quanto à ordem, disciplina e hygiene que encontrei postas em pratica neste estabelecimento são mais que satisfatórias, e deveis continuar na cultura desses preceitos, encarando-os como base essencial de uma casa de ensino<sup>273</sup>.

Nota-se, pelos registros dos inspetores escolares, a transformação que a escola vinha sendo submetida nos decênios iniciais do século XX, tanto no sentido de possibilitar o atendimento de um número maior de alunos quanto de ser um mecanismo de transformação cultural dessa população. O Grupo Escolar de Patos de Minas procurava cumprir as orientações dos inspetores escolares. Elogios e atestado de seriedade do trabalho desenvolvido nesse estabelecimento permeavam alguns termos de visita. Logo no primeiro ano subsequente à instalação do Grupo, foi declarado que:

Todas as classes mostram geral desenvolvimento em todas as matérias primárias do programma, existe no grupo muito boa ordem e disciplina [...] meus insignes colegas são esforçados no desempenho do espinhoso cargo de formar o character dos cidadãos e das futuras mães de famílias, em que lhes foi confiada em tão boa hora em prol da mocidade [...] Deixo apenas consignado nessas singelas linhas, os meus sinceros parabens aos meus insignes colegas pelo geral desenvolvimento de seus alumnos.<sup>274</sup>

Em 1921, o inspetor Honorio Guimarães registrou:

O Director, paciente, honesto, competente e laborioso dignamente auxiliados por professoras habilitadas e cheias da melhor vontade de bem servirem nas suas cadeiras, tem conseguido elevar o nível moral e profissional deste instituto”.<sup>275</sup>

Em 1927, foi registrado:

É digno de nota o conjuncto de esforços que expendem os dirigentes deste Grupo para mantel-o na autura do seu objectivo. Visitei todas as suas dependências notando o maior asseio, rígida disciplina que muito habilitam o seu Director e auxiliares – e para justiça dos que tem pela educação do Brasil de amanhã devem todos se congregarem em torno dessa plêiade a esforçados para amplial-a na conclusão de sua obra. Agradavelmente impressionado retiro-me deixando nestas linhas as minhas felicitações como chefe de

<sup>273</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 15 de outubro de 1924. Inspector Regional do Ensino, Joaquim Gasparino P. de Magalhães.

<sup>274</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 10 de junho de 1918. Inspectora Andalecia Gabriella Ferreira Lanas.

<sup>275</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 6 de novembro de 1921. O inspetor regional da 15ª circunscrição, Honorio Guimaraes.

familia e sobre tudo como brasileiro que se orgulha de ter nascido sob o [ilegível] sagrado da nossa bandeira.<sup>276</sup>

Pelas afirmações dos inspetores, é notório que o Grupo Escolar patense trabalhava de maneira árdua no cumprimento do programa de ensino, na tarefa de instituir a disciplina e a ordem, valores tão relevantes e determinantes para o cidadão tornar-se membro da pátria republicana almejada pelos legisladores e reformadores educacionais.

### **3.6 Funcionamento do grupo escolar e frequência dos alunos**

Dentre as atribuições inerentes ao diretor do grupo escolar, estava a responsabilidade de efetuar a matrícula dos alunos interessados em ingressar nesse estabelecimento. Encontra-se, no Regulamento da Reforma João Pinheiro, de setembro de 1906, especificamente no capítulo VII, a responsabilidade do diretor relativa aos assuntos inerentes à matrícula, frequência, suspensão e restabelecimento do ensino. O artigo 85 desse Regulamento estabelecia que a ausência do aluno, sem causa justificada por um período de três meses seguidos, acarretaria a eliminação de sua matrícula, pois “admitia-se, para legal funcionamento da escola, uma frequência bem inferior à matrícula”<sup>277</sup>. Elaboramos o consolidado de frequência escolar dos anos de 1917 a 1928 do Grupo Escolar Marcolino de Barros, tomando como mês base para apuração de dados o mês de novembro de cada ano. A opção por esse mês justifica-se pelo fato de ser próximo ao encerramento das atividades escolares anuais.

---

<sup>276</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 8 de junho de 1927. [Assinatura do inspetor em rubrica sendo impossível a identificação].

<sup>277</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. 1962, p.145.

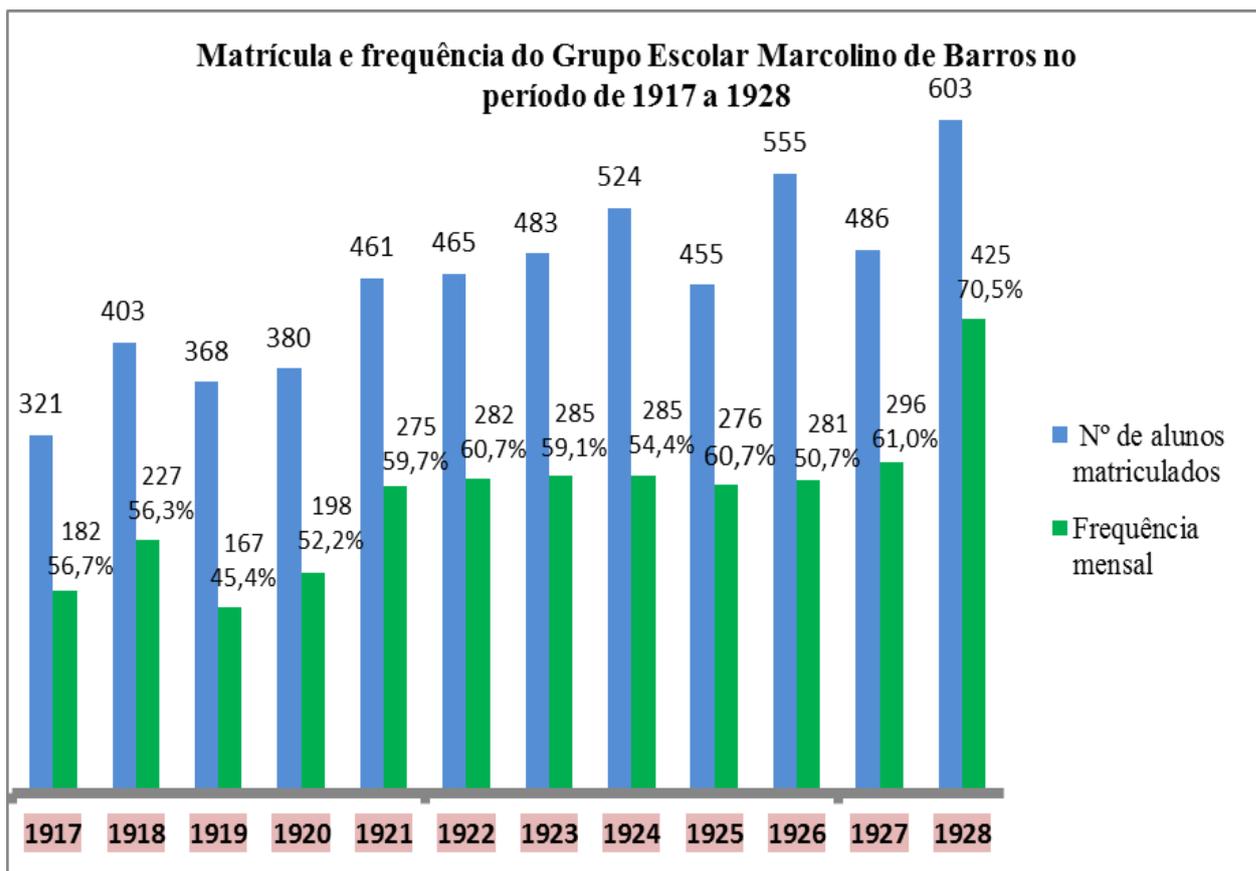


Gráfico1- Matrícula e frequência do Grupo Escolar Marcolino de Barros no período de 1917 a 1928.  
 Fonte: diários de classe do Grupo Escolar Marcolino de Barros de 1917 a 1928.

Pelos dados constantes no gráfico, constata-se que, no ano subsequente à instalação do Grupo Escolar, houve crescimento tanto de matrículas quanto da frequência mensal. Mesmo demonstrando crescimento, esse foi considerado pelo inspetor ainda insuficiente, o qual pesava aos pais a responsabilidade pela infrequência:

Terminei hoje a inspeção com a presença de 227 alunos dos 403 matriculados. A frequência devia ser maior dada a importância da cidade de Patos, incontestavelmente uma boa cidade, e o grande numero de alumnos matriculados; a culpa, porém, não é do professor deste Grupo, os quaes só merecem louvores pelo zelo e carinho com que exercem a sua espinhosa missão, e sim dos paes dos alumnos.<sup>278</sup>

Essa observação foi realizada pelo inspetor no mês de outubro de 1918, portanto um mês antes do consolidado apresentado no gráfico 1, permanecendo inalterado o quadro até o fim das atividades desse ano. No ano de 1919, o caso estava mais caótico: houve uma diminuição no número de matrículas e a frequência foi inferior a 50%. Diante da frequência

<sup>278</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 30 de outubro de 1918. O inspetor regional, Orlando Ferreira.

considerada insatisfatória e, por orientação do inspetor Honorio Guimarães, o diretor do Grupo “cumprindo o seu dever fez matricular no estabelecimento as crianças em idade escolar. Para isso realizar, percorreu o perímetro urbano, notificando os pais e responsáveis pelos alunos, da obrigação em que se achavam, segundo os dispositivos da lei 800”.<sup>279</sup> Essa medida foi positiva, pois:

O grupo está abarrotado de crianças, notando-se no povo uma atitude de respeito à lei, receosos da aplicação de penalidades aos seus infratores. A acção do diretor de Patos – digno por isso de todos os encômios- é um elemento probatório da exequibilidade das disposições que crearam a obrigatoriedade do ensino.<sup>280</sup>

Em 1921, houve um aumento considerável das matrículas, bem como da frequência escolar, fato que obrigou o Grupo Escolar a funcionar em dois turnos, uma vez que dispunha somente de 06 salas de aulas para atender uma demanda de 08 classes. Nos anos subsequentes, o percentual de frequência ficou na casa dos 60%. O fato de a frequência não ser tão satisfatória talvez seja decorrente do fato de nessa época não haver ainda por parte da população valorização da educação escolarizada. A insistência por monitorar e fazer manter a frequência dos alunos se deve, nos discursos dos inspetores, ao fato de recair sobre a instrução ministrada no Grupo Escolar a tarefa de contribuir para a diminuição do analfabetismo, responsável por gerar muitos males a um país, por isso a insistência em conclamar as famílias para cooperarem: “é preciso que obriguemos delicada e geitosamente os pais a acompanharem com interesse a vida escolar no que se relaciona com a aprendizagem do filho”<sup>281</sup>. Esse pedido indicava duas circunstâncias, a primeira, que as famílias interessassem pela vida escolar dos filhos, a segunda, que interessassem também pelas atividades desenvolvidas no Grupo Escolar, para que pudesse dessa aliança ir vencendo paulatinamente a “resistência” em relação à educação escolarizada. O trabalho do diretor no sentido de combater a infrequência estava sendo positivo, pois, no período compreendido entre 1921 a 1927, a frequência permaneceu praticamente estabilizada.

A frequência era um assunto que sempre compunha a pauta de trabalho dos inspetores, os quais orientavam o diretor para manter contato com os pais a fim de melhorar, a cada dia, a situação do ensino, pois “sem a participação directa dos pais no conhecimento da vida

---

<sup>279</sup> TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 16 de fevereiro de 1921. O inspetor regional da 15ª circunscrição, Honorio Guimaraes.

<sup>280</sup> Ibidem, 1921.

<sup>281</sup> Ibidem, 1921.

escolar, os professores ficam desajudados e a sua acção resultará pouco eficiente”.<sup>282</sup> Era preciso trazer o povo para dentro da escola e mostrar-lhe as grandes contribuições da instrução pública primária para a formação individual e coletiva da sociedade, e, desse modo, melhorar significativamente a frequência e o aproveitamento dos alunos matriculados no estabelecimento oficial de ensino. Nessa incursão, pode-se afirmar que o Grupo Escolar Marcolino de Barros, em parceria com os inspetores de ensino, estava cada vez mais ocupando espaço na institucionalização da educação escolarizada em Patos de Minas, chegando a conseguir 603 matrículas em 1928.

### **Considerações parciais**

Em Minas Gerais, 1906 é um ano incisivo na defesa pela instalação dos grupos escolares por políticos e legisladores mineiros. Essa defesa era vinculada à ideia de progresso e superação do atraso técnico, social, político, cultural e educacional propagados pela governança da República. A disseminação desses ideais se fizeram presentes na “elite” patense, que também via, no Grupo Escolar da cidade, a possibilidade de ascender os degraus do progresso e da modernização. A instalação do Grupo Escolar em Patos de Minas representou uma conquista pedagógica, pelo fato de ser abrangente a oferta de instrução para a comunidade, mas, sobretudo, por constituir uma conquista ideológica na medida em que permitia ao interior reformar sua sociedade seguindo os moldes da República.

Em face do exposto, podemos afirmar que a instalação do Grupo Escolar Marcolino de Barros em Patos de Minas representou a organização e a materialização da instrução pública primária e, a partir das diversas dimensões do seu fazer pedagógico, possibilitava novas formas de organização da instrução, e, gradativamente, estava fortalecendo a educação escolar calcada pelos princípios da ordem, da moral, da civilidade e da nacionalidade. O Grupo Escolar primava por cumprir, em terras patenses, seu papel social e cultural.

---

<sup>282</sup> Ibidem, 1921.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Levo esse sorriso... hoje me sinto mais forte... mais feliz quem sabe...”<sup>283</sup>. Esses versos são capazes de traduzir, com precisão, a emoção de um trabalho concluído. “Sinto-me mais feliz e mais forte” por ter resistido aos momentos de cansativas viagens, de preocupação, de desânimo, de dúvidas e dificuldades que os estudos me impunham, momentos esses que insistentemente tentavam me acompanhar em todo o curso do mestrado, mas foram vencidos. Este trabalho é produto de árduas e longas batalhas.

A partir das leituras, das releituras, da coleta de documentos, da análise do conteúdo desses documentos, era inevitável a escrita dos rascunhos, o descarte desses, a escrita de novos rascunhos. Todo esse processo de (re) organização estava se constituindo primeiramente pela escrita manual. Deu bastante trabalho, mas uma coisa é certa, proporcionou muito aprendizado, tanto para a educação intelectual, quanto para o início na arte de se realizar pesquisas em história da educação, um campo, por sinal, muito fascinante.

Diante dos inúmeros caminhos de possibilidades que a revisão da literatura e a pesquisa documental apresentavam, foi necessário delimitar, com precisão, o objeto de estudo e elencar o rol de referências para não perder de vista o objetivo geral que conduziu todo esse estudo: compreender a organização da instrução pública em Patos de Minas no contexto da Primeira República. Tivemos como fio condutor a aproximação entre as fontes primárias e secundárias. As primárias representadas pelas atas da Câmara Municipal, pelos atos do Executivo, pelas legislações educacionais e termos de visita dos inspetores escolares de época, fotografias e a imprensa patense. As secundárias representadas pela literatura especializada que foi delimitada na escolha das referências.

O pano de fundo que compôs a tessitura desse cenário foi os anos de vigência da Primeira República. Esse movimento, para se efetivar, exigiu do país um processo de intensas transformações em todos os seus setores, tendo em vista a necessidade de solidificar os ideais de ordem, progresso, modernização, democratização, combate à “epidemia do analfabetismo”, reiteradamente propagados pela República. A ferramenta escolhida para ser a mola propulsora e, sobretudo, redentora, foi a educação que se encontrava envolta pelas reformas educacionais na busca pela construção de um projeto de educação popular. Nesse sentido, era possível degenerar a inércia e a incapacidade de praticar o exercício da cidadania pela massa brasileira.

---

<sup>283</sup> Letra da música “Tocando em frente”, composição de Almir Sater e Renato Teixeira. Disponível em <http://letras.mus.br/almir-sater/44082/>. Acesso em: 27 agos. 2012.

“A educação, portanto, mais do que qualquer outra instituição de origem humana, constitui-se no grande nivelador das condições dos homens – o volante da máquina social [...]”.<sup>284</sup> Desse modo, a idealização e a materialização da instrução pública primária, ministrada nos grupos escolares, estabelecimentos exclusivamente criados para esse fim, tornou-se, na concepção dos republicanos, o instrumento eficiente para formar o cidadão e elevar o País à condição de nação civilizada. À educação era confiada uma nobre missão, formar o homem da República para a República, o homem urbanizado, civilizado e, principalmente, o homem capaz de se adequar às novas regras de uma sociedade que buscava se alicerçar nos pilares do trabalho e da ordem pública.

Ao longo desse estudo, foi feita uma análise do por que e de como ocorreu o processo de implantação da instrução pública nos moldes republicanos, dando ênfase especial para as influências exercidas sobre a “elite” que dirigia a cidade de Patos de Minas nessa época. Contudo, como já argumentado nos capítulos anteriores, para concretizar a instrução pública foi necessário adotar modelos educacionais desenvolvidos em países da Europa e América do Norte, pois ainda não havia modelos consumados de educação. Nesse cenário, os Grupos Escolares instalados na Primeira República se apresentaram como espaços ideais para materializar o projeto de civilização e educação nacional padronizada. E mais, esses grupos representavam ainda a ruptura com o modelo de escolas isoladas e com o atraso educacional, herança imperial. Possibilitavam a reunião de várias salas de aula e professores num mesmo espaço, a utilização de programas de ensino, a otimização do tempo e do espaço escolar e, principalmente, o atendimento simultâneo a um número maior de crianças em idade escolar. Estava instituída a modernização e as políticas para controle e eficiência da educação.

Transitando da dimensão nacional para a dimensão local, nos anos iniciais do século XX, as discussões em torno da organização da instrução pública patense calcavam nos pressupostos visionários da Reforma João Pinheiro, bem como no ideário progressista e persuasivo da República. Convencidas e vislumbradas pelas perspectivas de mudanças que poderiam ser geradas na sociedade por meio da instrução pública, a “elite” e a edilidade de Patos de Minas não economizaram esforços para dotar o município com esse melhoramento, tido como base para tantos outros. A ideia de instalação do grupo escolar na cidade transitou entre os extremos da visão frágil e incipiente que as escolas existentes apresentavam e a visão de modernidade que esses novos estabelecimentos traziam para o contexto local. Os articulistas da imprensa patense se encarregaram de disseminar esses ideais.

---

<sup>284</sup> MANN, Horace. **A educação dos homens livres**. Coleção Clássicos da democracia. São Paulo: IBRASA, 1964, p.107.

Após várias empreitadas da “elite” local, como já argumentado no terceiro capítulo, foi inaugurado, em 1917 o Grupo Escolar de Patos de Minas, que constitui um marco histórico e um divisor de águas para os rumos que a educação no município tomaria. Esse fato foi muito comemorado com festividades e alegrias divididas com a população, que, até então, não tinha plena consciência da importância dessa instituição. Mediante análise dos documentos do Grupo Escolar, pôde ser constatado que, em suas atividades, era presente a execução dos ideais republicanos, como noções de ordem, disciplina, civismo, sempre com foco no seu maior objetivo, alfabetizar as crianças e não deixá-las sofrer dos males causados pelo analfabetismo.

Foi possível perceber também que as atividades desenvolvidas não escondiam as finalidades políticas de um projeto macro de educação, voltado para a instrução, moralização e civilização. Pode-se concluir que o encaminhamento da instrução pública encontrava-se, muitas vezes, destinado às administrações municipais, que tentavam estabelecer uma identidade própria ao ensino de acordo com as necessidades e características de cada localidade, assim ocorreu em Patos de Minas. Desse modo, se a tentativa de se compreender a História da Educação brasileira, por meio da legislação e das discussões educacionais (entre outros aspectos) realizadas nos estados, por exemplo, é pertinente, não se pode esquecer de que boa parte do perfil educacional dos estados não se encontra apenas nessas determinações legais, mas também na própria forma de encaminhar a educação adotada em cada município.

Compreender os fios e tramas do processo de organização da instrução pública em Patos de Minas no contexto da Primeira República foi um momento ímpar de conhecimento, além de ser um estímulo positivo para se empreender novos estudos e pesquisas por essa longa estrada denominada educação.

## REFERÊNCIAS

ADÃO, Áurea; MATOS, Sérgio Campos. **A imprensa periódica: memória da educação**. In: TEODORO, Antônio (Org). *Histórias (re) construídas*. São Paulo: Cortez, 2004.

ANDRADA Antonio Carlos Ribeiro de. Mensagem Presidencial. In: *Civilização Mineira*, p. 208. Apud. PEIXOTO, Anamaria Casassanta. **A reforma educacional Francisco Campos - Minas Gerais, governo Presidente Antônio Carlos**. Vol. 1. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1981, p. 91.

ANTUNHA, Heladio Cesar Gonçalves. **A instrução na Primeira República**. Primeira parte: A União e o ensino primário na Primeira República. São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), 1975, p.28.

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **As escolas normais no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

\_\_\_\_\_, José Carlos Souza & GATTI, Junior Décio(Orgs). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. – (Coleção memória da educação)

AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da Cultura**. São Paulo, Melhoramentos/ Brasília, INL, 1976.

BOMENY, Helena. **Guardiães da razão: modernistas mineiros**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. Tradução Nilo Odalia.

CARNEIRO LEÃO, A. **O Brasil e a educação popular**. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Comércio, 1917.

CARVALHO BRITO, 1909. In *Diretores dos Grupos Escolares de Minas Gerais no período de 1940 a 1972: indicação política e subserviência ideológica*. FILHO, José Pereira Peixoto, p. 1. Disponível em: [www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind.../educacao-imprensa.pdf](http://www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind.../educacao-imprensa.pdf) Acesso em 20 out. 2012.

CARVALHO, Carlos Henrique. **República e Imprensa: as influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honório Guimarães**. Uberlândia: Edufu, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. **Contribuições à história do Município Pedagógico no Brasil e em Portugal**: estudo comparado dos casos de Uberabinha e Mafra, 2010. P. 3-4. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP- São Paulo.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica**: Higiene Moral e Trabalho no projeto da associação brasileira de educação (1924-1931). Bragança Paulista – SP. EDUSF, 1998.

\_\_\_\_\_, Marta Maria Chagas. **Reformas da Instrução Pública**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. **O projeto republicano de educação nacional na versão de José Veríssimo**. Curitiba: Annablume, 2003, p. 100.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, Vozes, 2006.

CLAPARÈDE, Édouard. **A escola e a psicologia experimental**. São Paulo: Melhoramentos, 1928.

DEWEY, John. **Como pensamos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo (RS): UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de e VAGO, Tarcísio Mauro. **A Reforma João Pinheiro e a modernidade pedagógica**. In: Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação. Belo Horizonte: Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de e VIDAL, Diana Gonçalves. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, n.14, mai/jun/jul/ago, 2000 p.19-33.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FONSECA, Geraldo. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Vol. XXVI, 1959.

\_\_\_\_\_. **Domínios de Pecuários e Enxadachins**: História de Patos de Minas. Belo Horizonte: Ingrabras, 1974. Coleções Especiais: Autores Patenses.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil**: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu),

Filipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **O município e a educação em Minas Gerais**: a implementação da instrução pública no início do período republicano. *Anais*, IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 7 a 10 de maio de 2007. [ [Links](#) ]. Acesso em 17 out.2012.

GONÇALVES NETO, Wenceslau ; MAGALHÃES, Justino. **O local na história da educação**: o município pedagógico em Portugal e Brasil. 2009, p, 16. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4894/1/O%20local%20na%20Hist%C3%B3ria%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 17 set. 2012

LE GOFF, Jacques. **Documento e monumento**. In História e memória. Trad. Irene Ferreira et al. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

LOPES, Eliane Marta Teixeira & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). Documento. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584 disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 20 out. 2012.

MANN, Horace. **A educação dos homens livres**. Coleção Clássicos da democracia. São Paulo: IBRASA, 1964.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MELLO, Oliveira. **A igreja de Patos de Minas**. Edição da Escola Estadual Cônego Getúlio. Patos de Minas, 1983.

\_\_\_\_\_. **Patos de Minas, meu bem querer**. 3ed revista, ampliada e revisada. Prefeitura Municipal de Patos de Minas, SEMED, 2008.

MINAS GERAIS. **Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1891**. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1892. [http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?d=NJMG&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama\\_pesquisa.asp&SECT7=LINKON&p=1&r=1&l=1&f=G&s1=lei+2+1891.norm](http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?d=NJMG&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama_pesquisa.asp&SECT7=LINKON&p=1&r=1&l=1&f=G&s1=lei+2+1891.norm). Acesso em 17 out.2012.

MINAS GERAIS. Mensagem do Presidente Affonso Penna ao Congresso Mineiro. Imprensa Oficial, 1893. PENNA, Afonso Augusto Moreira. In: CONGRESSO Mineiro. Mensagem dirigida ao presidente do Estado de Minas Gerais em sua terceira sessão ordinária da 1ª legislatura. Ouro Preto: Imprensa do Estado de Minas Gerais, 1893. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/489/index.html> Acesso em 20 out. 2012.

MINAS GERAIS. Mensagem do Presidente Crispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro. Imprensa Oficial, 1895. Disponível em: <http://wwwcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u2407/index.html>. Acesso em 20 out. 2012.

MINAS GERAIS. Mensagem do Presidente Silviano Brandão ao Congresso Mineiro. Imprensa Oficial, 1899. Disponível em <http://wwwcrl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u2410/000018.html> Acesso em 20 out. 2012.

MINAS GERAIS. Mensagem do Presidente Francisco Salles ao Congresso Mineiro. Imprensa Oficial, 1903. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2412/000028.html> Acesso em 20 out. 2012.

MINAS GERAIS, Regulamento Instrução Primária e Normal, 1906.

MINAS GERAIS. Órgão Oficial do Estado, 16 de dezembro de 1906.

MINAS GERAIS, Secretaria da Educação de. FARIA FILHO, Luciano Mendes de & VAGO, Tarcísio Mauro. **A Reforma João Pinheiro e a Modernidade Pedagógica. Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação.** 7 vol., Belo Horizonte, 2000, p. 39. Citação do relatório da Secretaria do Interior ao Presidente do Estado, 1907.

MINAS GERAIS, Secretaria do Interior. Relatório do Secretário do Presidente do Estado, 1909.

MINAS GERAIS, Regulamento do Ensino Primário de 1924.

MINAS GERAIS, Secretaria do Interior. Regulamento do Ensino Primário, de Minas Gerais-decreto 7970 de 15 de outubro de 1927.

MINAS GERAIS, Secretaria do Interior. Exposição de Motivos que acompanha o Regulamento do Ensino Primário. 1927

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República.** Belo Horizonte. Edição do Centro Regional de Pesquisas de Minas Gerais, 1962.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

NOSELLA, Paolo. Qual compromisso político? **Ensaio sobre a educação brasileira pós ditadura.** Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

NÓVOA, Antônio. **A imprensa de educação e ensino:** repertório analítico (sécs. XIX –XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

NUNES, Marcia Thetis. **Ensino secundário e sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: MEC, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1962, p.91.

NUNES, 1998, p. 118 apud GOUVEIA, Maria Cristina Soares de; ROSA, Walquíria Miranda. A Escola Normal em Minas Gerais. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Educação

do Estado de Minas Gerais. **Lições de Minas- 70 anos da Secretaria de Educação.** 7 v. Belo Horizonte, 2000.

OLIVEIRA, Maria. Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2007.

PAIM, Antônio. **O liberalismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos.** São Paulo: Loyola, 1973.

PEIXOTO, Anamaria Casassanta. **Educação no Brasil anos vinte.** São Paulo: Loyola, 1983.

PRATES, Maria Helena Oliveira. **A introdução do movimento da escola nova no ensino público de Minas Gerais: a Escola de Aperfeiçoamento.** Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1989. (Dissertação, Mestrado em Educação) 1989.

RESENDE, Júlio César. **Colégio Estadual 30 anos de Glória 1965-1995.** Exemplar 6.

REVEL, Jacques. **Microanálise e construção do social.** In: Jogos de escolas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, José Querino. **Ensaio de uma teoria de Administração Escolar.** São Paulo: Saraiva, 1986.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 18ª ed. Revisada e ampliada. Campinas. SP: Autores Associados, 2003 (Coleção memória da educação).

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004

\_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. **História do Brasil.** Moderna, 1983, p.199.

SILVEIRA, Anny Jackeline T. **Imagens destoantes: a moderna capital de Minas.** In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5 de outubro de 1998, Campinas. Anais... Campinas, 1998, p.1.

SCHUELLER, A.F.M. de; MAGALDI, A.F.B de M. **Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa,** 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf> Acesso 28 agos. 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004

VERÍSSIMO, José. **A Educação nacional**. 3ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 2008.

VIEIRA, Sofia Lerche. Autora e Organizadora. **Leis de reforma da educação no Brasil: Império e República**. Colaboradores: Eveline Ferreira Feitosa. et al. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araujo et al. **A pesquisa em história**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. São Paulo: Papyrus, 1990.

#### Sítios Eletrônicos:

<http://www.patosdeminas.mg.gov.br> Acesso em 15 agos. 2012.

<http://letras.mus.br/almir-sater/44082/>. Acesso em 27 agos. 2012.

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_liberalismo.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_liberalismo.htm) Acesso em 28 agos. 2012.

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/> Acesso em 28 agos. 2012.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm) Acesso em 28 agos. 2012.

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_grupo\\_%20escolar.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_grupo_%20escolar.htm) Acesso em 28 agos. 2012.

<http://www.cristianismo.org.br/his-br03.htm> Acesso em 28 agos. 2012.

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_b\\_antonio\\_carlos\\_ribeiro\\_de\\_andrada.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_antonio_carlos_ribeiro_de_andrada.htm) Acesso em 28 agos. 2012.

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_metodo\\_de\\_ensino\\_intuitivo.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_de_ensino_intuitivo.htm) Acesso em: 29 agos. 2012.

<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=279> Acesso em 29 agos. 2012.

<http://www.paragonbrasil.com.br/conteudo.php?item=349> Acesso em 10 set. 2012.

<http://historiadialetica.blogspot.com.br/2012/09/democracia-e-cidadania-veja-alguns.html>  
Acesso em 10 out. 2012.

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/4\\_1a\\_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm) Acesso em 17 out. 2012.

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_b\\_augusto\\_comte.htm#\\_ftn1](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_augusto_comte.htm#_ftn1)  
Acesso em 17 out. 2012.

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=81581> Acesso em 18 out. 2012

<http://www2.pgr.mpf.gov.br/procurador-geral/galeria/biografia-de-epitacio-da-silva-pessoa>  
Acesso em 18 out.2012.

<http://www.senado.gov.br> Acesso em 18 out. 2012.

<http://www.justica.gov.br> Acesso em 18 out. 2012.

<http://www.biblio.com.br> Acesso em 18 out. 2012.

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em 20 out. 2012.

[www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind.../educacao-imprensa.pdf](http://www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind.../educacao-imprensa.pdf) Acesso em 20 out. 2012.

[http://www.e-biografias.net/biografias/afonso\\_pena.php](http://www.e-biografias.net/biografias/afonso_pena.php) Acesso em 20 out. 2012.

[www.mg.gov.br/governomg/portal/m/...silviano...brandao/.../5241](http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/...silviano...brandao/.../5241). Acesso em 20 out. 2012.

[www.mg.gov.br/governomg/portal/m/...francisco...salles/.../5241](http://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/...francisco...salles/.../5241). Acesso em 20 out. 2012.

[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos\\_colecoes/brtacervo.php?cid=35](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=35)  
Acesso em 21 Out. 2012.

## **FONTES:**

### **Decretos e Leis**

Decreto nº 982 de 08 de novembro de 1890.

Decreto nº 1075 de 22 de novembro de 1890.

Decreto nº 1232-G, de 02 de janeiro de 1891.

Decreto nº 3890 de 01 de janeiro de 1901.

Decreto nº 3914 de 26 de janeiro de 1901.

Decreto n.1947, de 30 de setembro de 1906.

Decreto nº 8659 de 05 de abril de 1911.

Decreto nº 3191 de 09 de junho de 1911.

Decreto nº 11530 de 18 de março de 1915.

Decreto nº 6655, 19 de agosto de 1924.

Decreto nº 16782-A de 13 de janeiro de 1925.

Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892, regulamentada pelo Decreto nº 655, de 17 de outubro de 1893; Lei nº 221 de 14 de setembro de 1889, regulamentada pelo Decreto nº 1348, de 8 de janeiro de 1900 e Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906, regulamentada pelos Decretos nº 1947 e nº 1969.

## **FONTES ANEXAS**

### **Documento**

Documento encaminhado pelo Dr. Laudelino Gomes de Almeida ao Secretário do Interior em 30 de novembro de 1907.

### **Atas da Câmara Municipal – Patos de Minas/MG**

Ata da sexta (6ª) sessão ordinária de 16 de fevereiro de 1909. Patos. Presidência do Exmo. Senhor Dr. Olegário Maciel. Livro 05. Caixa 232, estante 15 prateleira 05.

Ata da oitava (8ª) sessão ordinária da Câmara, Patos, 24 de setembro de 1913, Presidente Marcolino de Barros. Livro 07. Caixa 233, estante 15 prateleira 04.

Ata da oitava (8ª) sessão extraordinária da Câmara. Patos, 16 de agosto de 1915, Presidente Marcolino de Barros. Livro 08. Estante 07, caixa 40.

Ata da terceira (3ª) sessão ordinária da Câmara. Patos, 07 de janeiro de 1916, Presidente Dr. Marcolino de Barros. Livro 08. Caixa 234, estante 16 prateleira 03.

Ata da oitava (8ª) sessão ordinária da Câmara, Patos, 08 de agosto de 1916, Presidente Dr. Marcolino de Barros. Livro 08. Caixa 234, estante 16 prateleira 03.

### **Jornais – Patos de Minas/MG**

O TRABALHO. Cidade de Patos. Anno1, nº2, 27 de agosto de 1905, p.1.

O TRABALHO. Cidade de Patos. Anno 1, nº4, 20 de setembro de 1905, p.3.

O TRABALHO. Cidade de Patos. Anno 2, nº 4, 9 de dezembro de 1906, p.1.

O TRABALHO, Cidade de Patos. Anno 2, nº 11, 27 de janeiro de 1907, p.1.

O TRABALHO, Cidade de Patos. Anno 3, nº 62, 20 de agosto de 1908, p.1-2.

O COMMERCIO, Cidade de Patos. Anno 1, nº 32, 18 de junho de 1911, p. 1.

CIDADE DE PATOS, nº. 61, Patos, 19 de março de 1916, p.1.

CIDADE DE PATOS. Anno 3 , nº 119. Patos, 10 de junho de 1917, p.1.

JORNAL DE PATOS. Cidade de Patos. Anno IV, nº 160, 8 de fevereiro de 1928, p.2.

### **Termo de instalação**

Termo de instalação, Grupo Escolar de Patos, 04 de junho de 1917. Maurício Pottier Monteiro, inspetor municipal.

### **Termos de visita – Inspectores Escolares**

Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Andalecia Gabriella Ferreira Lanas, 10 de junho de 1918.

Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Inspetor Regional Orlando Ferreira, 30 de outubro de 1918.

Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 16 de fevereiro de 1921. inspetor regional da 15ª circunscrição, Honorio Guimaraes.

Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 6 de novembro de 1921. O Regional da 15ª, Honorio Guimarães.

Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 15 de outubro de 1924. Joaquim Gasparino P. de Magalhães. Inspetor Regional do Ensino.

Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 26 de abril de 1926. Salatiel Rodrigues de Melo, Inspetor Técnico.

Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 27 de agosto de 1927. Antônio Dias Maciel. Inspetor Escolar Municipal.

# **FONTES ANEXAS**

**DOCUMENTO DO DR. LAUDELINO GOMES DE ALMEIDA ENCAMINHADO  
AO SECRETÁRIO DO INTERIOR EM 1907**

“Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior, dr. Carvalho Britto.

Consoante com o princípio pelo qual pautou V. Excia., a direção dada ao ensino no Estado de Minas, não me podia furtar ao desejo que tenho de concorrer, poucoamente embora, com o meu subsídio em prol do grandioso tentame com que V. Excia. tem procurado corrigir o ensino, tão defeituosamente ministrado no Estado, se torna forçoso que nós que sabemos apreciar as verdadeiras cousas capazes de tornar o homem apto para enfrentar as peripécias na luta pela vida, concorrendo para o desenvolvimento do País, cuja única bitola se mede pela cultura intelectual, empreguemos os meios ao nosso alcance, em auxílio direto dos que distantes e indiretamente saibam agir em benefício comum.

Conhecedor de perto do processo adotado em São Paulo e no Rio de Janeiro, do modo por que se faz a educação da criança, vim de molde lembra a V. Excia. alvitre que não deve ser desprezado em benefício da infância, que, mal cuidada perderá o precioso tempo, consumindo em simulacros de instrução, crescendo verdadeiros analfabetos. Todo o rigor, o maior zelo, encendrado amor ao cumprimento do dever garantem o resultado a que procura chegar V. Excia. Verdadeiramente bem impressionado pelo carinho e retidão com que V. Excia. vem curando dessa parte do departamento da Pasta que vem sabiamente dirigindo, sinto-me animado na presente hora em que, espontaneamente, levo ao seu conhecimento o resultado de minhas impressões, depois de ter penetrado na qualidade de examinador, convidado pelo ilustre inspetor escolar municipal, cidadão Capitão Aurélio Theodoro de Mendonça, nas três escolas aqui existentes, sendo duas do sexo masculino e uma do sexo feminino.

Na primeira cadeira a cargo do Professor Modesto de Mello Ribeiro, encontrei muita ordem e adiantamento por parte dos alunos, ensinados de acordo com o programa, sabiamente organizado por V. Excia., apresentando o Professor Modesto o resultado dos seus esforços, tendo sido seguido à risca o programa, sendo apresentados desenhos e caligrafia com o tipo de letra americana.

Há a notar-se nessas escolas a diversidade de livros, e isso teve a sua irregularidade para o professor principalmente, e não uniformista o ensino, que, como bem sabe V. Excia, exige métodos que estabeleçam um liame entre o todo, isto é, entre os alunos de modo a se gravar no cérebro dos menos inteligentes o que repitam e ouçam dos colegas, nas conversas, nos brinquedos e nas discussões, devendo-se a essa ginástica do espírito a gravação nítida das cousas aos poucos, de modo a ir enriquecendo o contingente de palavras, dos objetos, etc., o que não se dá com a multiplicidade de autores, trazendo, como consequência, via de regra confusão e ideia imperfeita pela balburdia que se estabelece no espírito.

Só é consentâneo com o ensino primário a uniformidade de livros.

Infelizmente isso foi observado por mim nos exames dos alunos das três aulas.

Limito-me a referir de passagem às duas escolas, a 2ª cadeira do sexo masculino e a 3ª do sexo feminino, pois, nada tenho a dizer de modo a abonar o que me foi dado observar, com o exame de cada aluno: o método é primitivo e o aproveitamento é nulo, aí o programa foi inteiramente posto à margem. Agir com o critério necessário e a independência que furtem às pobres crianças à ignorância e ao atraso que lhes reservam, é proceder em nome do futuro dessas crianças que têm o direito de saber, desde que se lhes forneça o professor e o ensino.

Não é bastante o professor. É necessário que saiba e saiba ensinar. Do contrário são despesas inúteis e os mais prejudicados não serão ainda nem os professores e nem os pais de famílias, mas sim essas crianças que consomem tempo preciosíssimo e inutilmente.

O nosso meio comporta um grupo escolar. Autoriza-me assim pensar o número avultado de crianças, número superior a 200 crianças de ambos os sexos.

V. Excia. encontrará em mim um campeão pronto a auxiliá-lo, na certeza em que deve ficar de que, independentemente, os meus serviços serão francos e leais e o único interesse que me move é lutar contra o analfabetismo, aproveitando-me de concurso tão extraordinário que o governo do intemerato mineiro, dr. João Pinheiro, vem oferecendo empenhadamente. Vem, a propósito, declinar a minha profissão, onde V. Excia. encontrar-me a sempre pronto. Sou médico, formado pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1903, e natural da capital de Goiás, com clínica regular nesta cidade, onde constituí minha família.

A feitura de uma exposição que o habilite a tomar providências, faço esta, desde que ainda não tivemos uma visita do inspetor técnico.

Esta é uma cidade que se vai desenvolvendo a olhos vistos e para a qual devem voltara as vistas do governo.

É oportuno que se diga, em tempo, que de modo nenhum concordamos com o processo de carteiras (classes como chamam outros) pela posição forçada em que obrigam as crianças a voltarem e ficarem com a coluna vertebral em excessiva curva de modo a, nessa idade principalmente, dos 7 aos 12 anos, provocar o desvio e escoliose da espinha. Ademais, a luz se distribui imperfeitamente com colocação, sem estudo prévio para um eclairage normal, trazendo como resultado muitas anomalias também para a visão de futuro, e mesmo nessa quadra, como tivemos ocasião de ver algumas crianças assim.

São cousas que não comportam numa resenha escrita para apanhar o correio, mas que V. Excia. dado a qualidade de emérito homem de ciência e de trabalho e que vai se dedicando com ardor a esse estudo especial. Condescender é um crime e por isso que paga deseja ser servido nessas condições: é justo que sejam escrupulosos os serventuários do governo que recebam honorários para o fim único de ensinar.

Aí está porque só há motivos para ser vitoriado o Governo do Exmo. Snr. Dr. João Pinheiro, com tão distintos auxiliares principalmente. A professora se esforça para dar uma certa comodidade às suas alunas, e, para isso, com soma de sacrifícios, tem construída uma boa casa para esse fim. Mas, infelizmente, a boa vontade só não basta e para isso se tornar completo é necessário que possua qualidades que a tornem capaz de exercer o magistério; ora, faltando essas, desaparece tudo, e como consequência resultarão os prejuízos para as crianças que não se poderão manter até 15 e 16 anos na escola e retiram-se, chamadas para outros misteres tão atrasados, lendo pessimamente mal.

Na certeza em que fico de que V. Excia. saberá desculpar o precioso tempo que lhe subtraio, aos seus enormes afazeres, aproveito a oportunidade para protestar-lhe a alta estima e consideração em que tenho a pessoa de V. Excia.

Patos, 30 de novembro de 1907.

(a) Dr. Laudelino Gomes de Almeida.

## ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS/MG

### Anexo A

Ata da sexta (6ª) sessão ordinária de 16 de fevereiro de 1909. Patos. Presidencia do Exmo. Senhor Dr. Olegário Maciel. Livro 05. Caixa 232, estante 15 prateleira 05

Aos dezesseis dias do mez de Fevereiro de mil novecentos e nove, as onze horas da manha, na sala das sessões da Camara Municipal d'esta Cidade de Patos, presentes os Senhores Vereadores Exmo. Senhor Dr. Olegário Maciel, Eduardo Ferreira de Noronha, Hermenegildo Rodrigues, Pedro Antunes Campos, Cornelio França de Oliveira, Josué Moysés Arão e Alfredo Fernandes Caixeta, deixando de comparecer com causa participada os Senhores Christiano José da Fonseca e Pedro Modesto da Silva. Havendo numero legal o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. Primeira parte da ordem do dia. Lida e aprovada a acta, foi assignada. Expediente: - Um requerimento do Senhor Dr. Laudelino Gomes de Almeida requerendo privilegio por vinte e cinco annos para um tempo opportuno fonecer lus e força electrica a esta Cidade, de accordo com as clausulas observadas em concessões similares. A Commissão de Obras Publicas. Um requerimento do Senhor Pedro Modesto da Silva, Vice Presidente da Camara, pedindo indenisação da quantia de vinte e três mil quatrocentos e trinta e três réis ( 23\$433) allegando que quando em mil novecentos e sete exercia o cargo de Agente Executivo, pagou a D. Anna Carolina, professora Municipal do districto do Areado a quantia de vinte e três mil tresentos e trinta e três réis (23\$333) não sendo esta importância lançada no livro caixa e bens assim cem réis (100) lançados a menos na importância recebida do Procurador da Camara em cinco de novembro do mesmo anno. A Commissão de Fasenda. Um requerimento do Senhor Pedro Leão pedindo que seja aliviado do imposto sobre o engenho como fabricante de doce, visto como já vendeu o referido engenho, sendo a referida venda em a data que requereu baixa sobre o lançamento do mesmo. Ao Senhor Procurador, para resolver como for de justiça. Foi lido o parecer da Commissão de Obras Publicas approvando o projecto numero dois do Senhor Eduardo Ferreira de Noronha, auctorizando o Agente Executivo a despender a quantia necessária com a metade da construcção de uma ponte de madeira que de accordo com o Agente Executivo da Cidade de Paracatu, mandará construir sobre o Rio da Prata na estrada que desta Cidade vai a Sant'Anna dos Alegres. Ficou sobre a mesa para ordem dos trabalhos. O Senhor Cornelio França de Oliveira por parte da Commissão de Legislação apresentou parecer sobre o officio do Senhor Dr. Laudelino Gomes de Almeida; aceitando a doação da quantia de tresentos mil réis (300\$000) que o mesmo Senhor faz a Camara Municipal, com condição de ser a referida importância applicada como auxilio à construcção de uma casa para o grupo escolar d'esta Cidade. Para ordem dos trabalhos. Pelo Senhor Vereador Hermenegildo Rodrigues, foi apresentado a indicação numero três auctorizando ao Agente Executivo a dispender pelos fundos disponíveis pertencentes ao districto de Sant'Anna, a quantia de quinhentos mil réis (500\$000), para auxiliar a construcção de uma linha telephonica d'esta Cidade para a sede do referido districto. A Commissão de Obras Publicas. Segunda parte da ordem do dia. Tendo de se discutir e votar o parecer da Commissão de Fasenda, sobre as contas do exercício de mil novecentos e oito, o Senhor Presidente declarou que sendo impedido de tomar parte na discussão e votação do parecer, por ter funcionado como Agente Executivo no referido exercício, convidou o Senhor Eduardo Noronha, a assumir a presidência como o Vereador mais votado. Assumindo este vereador a presidência, retirou-se da sala o Senhor Presidente. Posto em discussão e a votos o parecer que approva as contas do exercício de mil novecentos e oito, foi este unanimente approvado. Assumindo de novo a presidência o Senhor Dr. Olegario Maciel, foi submettido a discussão única o projecto numero três, que auctorisa o

Agente Executivo a dispender pelos fundos disponíveis pertencentes ao districto de Santa Rita até a quantia de oitocentos mil réis (800\$000) com a administração e concertos que precisam as ruas que vão do Arraial para Fazenda da Onça e Sant'Anna dos Alegres, pelo Senhor Vereador Noronha foi apresentada uma emenda substitutiva, approvando a indicação do Senhor Vereador José Moysés Arão, o que posto conjunctamente em discussão e a votos foi unanimente approvedo.

Foi também submettido a discussão única o projecto numero quatro, sendo pelo Senhor Vereador Noronha apresentado a seguinte emenda substitutiva. Fica approvedo o orçamento para os concertos na casa do extincto Conselho Districtal do districto de Santa Rita, na importância de um conto setecentos e oitenta e oito mil e cincoenta réis (1:788\$050) e auctorizando o Agente Executivo Municipal a dispender a referida quantia. O que posto conjunctamente em discussão e a votos, foi unanimente approvedo. Anunciado a segunda discussão do projecto numero um, que dá regulamento aos tapumes divisórios rurais, artigo por artigo foi sem debate approvedos os artigos primeiro e segundo, sendo os artigos terceiro e quarto regeitados. Foram successivamente postos em discussão e sem debate approvedos os artigos quinto, sexto e sétimo. Consultada a Camara esta resolveu que o projecto assim emendado passasse a terceira discussão. A Comissão de Agricultura e Obras Publicas. E não havendo mais nada a tratar-se o Senhor Presidente deu para o dia desesete a seguinte ordem do dia: - Primeira parte. Até ao meio dia: - Leitura e approvação da acta. Expediente. Leitura de pareceres, projectos etc. Até uma hora da tarde- apresentação de pareceres de Comissão, projectos, indicações, requerimentos, interpellações ou moções; [...].Discussão do parecer da Comissão de Legislação acceitando a doação que faz o Dr. Laudelino Gomes da quantia de tresentos mil réis (300\$000), para serem applicados na construcção de um prédio para grupo escolar nesta Cidade. E as duas horas da tarde levantou a sessão. Para constar eu, Americo José de Sant'Anna, official da Secretaria da Camara, lavrei a presente acta, que depois de lida e approveda, vai por todos assignada.

Pedro Antunes Campos, a subscrevi.

Olegario Maciel

Eduardo Ferreira e Noronha

Alfredo Fernandes Caixeta

Hermenegildo Rodrigues

Pedro Antunes Campos.

### **Anexo B**

Ata da oitava (8ª) sessão ordinária da Câmara, Patos, 24 de setembro de 1913, Presidente Marcolino de Barros. Livro 07. Caixa 233, estante 15 prateleira 04.

Aos vinte e quatro (24) dias do mez de setembro de mil novecentos e treze, às onze horas da manhã, na sala das sessões da Camara Municipal d'esta cidade de Patos, presentes os senhores vereadores – Marcolino de Barros, Arthur Tomaz de Magalhães, Agenor Dias Maciel, José Mendes de Carvalho, José Pereira Guimarães, Cornelio França de Oliveira, Miguel Dias Maciel e Noé Ferreira da Silva, deixando de comparecer sem causa participada, o senhor João Pacheco e com causa participada os senhores Christiano José da Fonseca, João José da Matta e Adelio Dias Maciel. Havendo numero legal o Senhor Presidente declarou aberta a sessão.

Primeira parte da ordem do dia.

Lida e approveda a acta da sessão anterior, vai esta assignada. Expediente: - Um requerimento do senhor Joaquim Alves da Cunha, residente n'esta cidade, pedindo a Camara allivial-o do

imposto de cincoenta mil reis, sobre pasto fechado no patrimônio d'esta cidade, no intuito de edificar allí uma casa e plantar o quintal, pelo que pede mandar dar baixa no lançamento, etc... Foi à Comissão de Legislação e Petições. Foi assignado pela Camara, o autographo do projecto numero um, do senhor Agente Executivo Municipal, que contém o orçamento da receita e despeza do Município, para o exercício de mil novecentos e quatorze (1914) e tomando outras providências.s

Foi também assignado pela mesma, um officio endereçado ao Exmo. Senhor Dr. José Gonçalves de Souza, Secretario da Agricultura, Industria, Terras, Viação e Obras Publicas do Estado de Minas, conforme a indicação do señor Presidente, em relatório apresentado e approved em sessão de dezenove (19) do corrente.

Foi lido o parecer numero dez da Comissão de Fazenda, deferindo o requerimento do senhor Antonio Basilio Braga, residente no districto da Lagoa Formosa, allegando achar-se lançado como negociante, até o anno e mil novecentos e cinco, sendo este lançamento injusto, visto como só negociou uns dias do mez de janeiro de mil novecentos e três, como prova com o documento apresentado, pedindo allivial-o como for de justiça, pois que por ignorância deixou de requerer a competente baixa, etc... opinando que, o supplicante pagando immediatamente os impostos relativos ao exercicio de mil novecentos e tres, seja alliviado dos impostos respectivos de mil novecentos e quatro à mil novecentos e cinco, dando-se lhe então a respectiva baixa no lançamento.

Posto em discussão e não havendo quem sobre o mesmo pedisse a palavra, o senhor Presidente pôs a votos sendo unanimemente approved.

O senhor Agenor Maciel, por parte da Comissão de Redacção, apresentou o parecer que recebeu o numero onze, offerecendo a redacção final do projecto numero três, do senhor Noé Ferreira da Silva, auctorizando o Agente Executivo a dispender até vinte contos de réis (20:000\$000) para auxiliar a construcção de um prédio destinado a um grupo escolar n'esta cidade, ficando-lhe aberto o necessário credito, podendo empregar as rendas accumuladas por leis anteriores, destinadas às obras publicas; revogadas as disposições em contrario.

O mesmo senhor pedio a palavra e requereu urgência para que fosse immediatamente approved a redacção final d'este projecto. Sendo pela Camara concedida a urgência requerida, o senhor presidente pôs em discussão, não havendo quem sobre a mesma pedisse a palavra, pôs-se a votos, sendo unanimemente approved. – Lavre-se o autographo.

O mesmo Senhor, por parte da referida Comissão, appresentou o parecer que recebeu o numero doze, offerecendo à redacção final do projecto numero cinco, da Comissão de Legislação e Petições, auctoirsando o Agente Executivo Municipal a mandar abrir uma rua no Arraial de Sant'Anna de Patos, a qual partindo da estrada que vem da Cidade do Patrocínio, ao entrar no arraial, perto do Cemiterio, passando pelos fundos das casas do Cap. José Pereira Guimarães, Virgilio Caixeta e outros, vá ao becco do Morro, que se dirige para as pontes sobre os rios – Espirito Santo e Paranayba; bem como abrir um becco que sahindo do Largo dos Rosais entre as casas de Virgilio Caixeta e Antonio Joaquim de Souza, vá encontrar a rua novamente aberta, ficando aberto ao Agente Executivo o necessário credito, revogadas as disposições em contrario.

O mesmo Senhor pedio a palavra e requereu urgência para que fosse imediatamente approved a redacção final d'este projecto; sendo pela Camara concedida a urgência requerida, o senhor Presidente pôs em discussão, não havendo quem sobre a mesma pedisse a palavra pôs a votos, sendo unanimemente approved. Lavre-se o autographo.

Segunda parte da ordem do dia.

Foi submettido a terceira (3ª) discussão o projecto numero quatro, da Comissão de Fazenda, auctorizando o Agente Executivo Municipal a dispender pela verba-obras publicas municipaes-até a quantia de dois contos e quinhentos mil réis (2:5000\$000), para auxiliar à construcção de uma linha telephonica d'esta cidade a sede do districto da Lagoa Formosa,

ficando a mesma depois de inaugurada pertencendo ao município, aberto ao Agente Executivo o necessário credito. Não havendo quem sobre o mesmo pedisse a palavra o senhor Presidente pôs a votos, sendo unanimente aprovado. Foi à Comissão de Redacção. E não havendo mais nada a tratar-se o senhor Presidente deu para o dia vinte e cinco (25) do corrente, a segunda ordem do dia: - Primeira parte até ao meio dia- Leitura e aprovação da acta- Expediente. Até a uma hora da tarde- apresentação de pareceres de comissões, projectos, indicações, requerimentos, interpellações ou moções. Segunda parte. Até as três horas da tarde Trabalhos de Comissões. E a meia hora da tarde levantou a sessão. Para constar eu, Americo José de Sant'Anna, Secretario do Município, lavrei a presente acta que depois de lida e aprovada vai por todos assignada. Eu, Noé Ferreira da Silva, a subscrevi.

Marcolino de Barros

Agenor Dias Maciel

Cornelio França de Oliveira

José Mendes de Carvalho

José Pereira Guimarães

Arthur Tomaz de Magalhães

Miguel Dias Maciel

Noé Ferreira Silva

### Anexo C

Ata da oitava (8ª) sessão extraordinária da Câmara. Patos, 16 de agosto de 1915, Presidente Marcolino de Barros. Livro 08. Estante 07, caixa 40.

Aos dezesseis (16) dias do mez de agosto do anno de mil novecentos e quinze (1915), ao meio dia, na sala das Sessões da Camara Municipal d'esta Cidade de Patos, presentes os Senhores Vereadores – Marcolino de Barros, Arthur Thomaz de Magalhães, Chistiano José da Fonseca, Cornelio França de Oliveira, Dr. Adelio Dias Maciel, José Pereira Guimarães, Agenor Dias Maciel e João José da Matta; deixando de comparecer sem causa participada os Senhores José Mendes de Carvalho, João Pacheco, e Noé Ferreira da Silva; e com causa participada o Senhor Miguel Dias Maciel.

- Havendo numero legal, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão.

- Foi lido um officio do Exmº Señr Dr. Secretario Carlos Soares de Albergaria, dignissimo Juis de Direito d'esta Comarca, convidando o Exmº Señr Dr. Marcolino de Barros, bem como a Camara Municipal que dignamente preside, para no dia dezeseite (17) do corrente mez, á uma hora da tarde, assistirem sob a presidencia do Exmº e Revmº. Señr Dr. Eduardo Duarte da Silva, D. D. Bispo d'esta Diocese ser collocada, na sala do Tribunal do Jury, d'este (...), no Forum d'esta Cidade, a "Imagem do Crucificado". Inteirada.

- Foi também lido um officio do Exmº Señr Dr. Delfim Moreira, dignissimo Presidente do Estado de Minas, agradecendo á Camara Municipal, pelo convite que lhe fez a mesma, afim de assistir a inauguração dos serviços de abastecimento d'agua potavel d'esta Cidade, declarando não comparecer ás solenidades, por acumulo de serviços e outros motivos independentes de sua vontade. Inteirada.

- O Senhor Presidente declarou que o motivo porque havia convocado a presente sessão extraordinaria era declarar o oficialmente inaugurado os serviços de abastecimento d'agua potavel d'esta Cidade, depois do que convidou os Vereadores presentes a acompanhá-lo até a caixa d'agua, para assistirem a benção lançada á mesma, pelo Exmº e Revmº Señr d. Eduardo Duarte da Silva, D. D. e virtuoso Bispo d'esta Diocese. E á uma e meia hora da tarde levantou

a sessão. Para constar eu, Americo José de Sant'Anna, Secretario do Municipio, lavrei a presente acta, que depois de lida vai pelos Vereadores presentes assignada.

Marcolino Barros  
 Chistiano José da Fonseca  
 Cornelio França de Oliveira  
 José Pereira Guimarães  
 Agenor Dias Maciel  
 Dr. Adelio Dias Maciel  
 Arthur Thomaz de Guimarães  
 João José da Matta

#### **Anexo D**

Ata da terceira (3ª) sessão ordinária da Câmara. Patos, 07 de janeiro de 1916, Presidente Dr. Marcolino de Barros. Livro 08. Caixa 234, estante 16 prateleira 03.

Aos sete (7) dias do mez de janeiro do anno de mil novecentos e dezeseis (1916) às onze horas da manhan na sala das sessões da Camara Municipal d'esta Cidade de Patos, presentes os Senhores Vereadores- Dr. Marcolino de Barros, Dr. Adelio Dias Maciel, Dr. Agenor Dias Maciel, Dr. Euphrasio José Rodrigues, T. Cel. Chistiano José da Fonseca, Cornelio França de Oliveira, Zama Alves Pereira e Telesphoro de Mello Ribeiro. Havendo numero legal o Senhor Presidente declarou aberta a sessão- Primeira parte da ordem do dia- Lida e aprovada a acta da sessão anterior foi esta assignada. Expediente não houve. O Senhor Vereador Dr. Adelio Maciel por parte das Commissões de Fazenda e Obras Publicas, apresentou o parecer que recebeu o numero um (1) sobre o projecto numero um (1) do Senhor Vereador Dr. Euphrasio José Rodrigues, auctorizando o Agente Executivo a auxiliar com a quantia necessária à construcção de uma linha telephonica que partindo de Lagoa Fomosa vá à sede do districto de Areado, etc. afirmando que a Camara conceda auxílios a quem se propuser a construir linhas que partindo d'esta Cidade vão aos districtos de Areado e Santa Rita, adaptando-se para isto o seguinte projecto de lei, que recebeu o numero três (3): - A Camara Municipal de Patos decreta: Art. 1º. É o Presidente da Camara auctorizado a auxiliar a construcção de linhas telephonicas d'esta Cidade às sede dos districtos de Santa Rita e Areado, podendo dispender até a importância de seis contos de réis ( 6:000\$000) pelas verbas dos mesmos districtos uma vez que as referidas linhas fiquem pertencendo a Camara. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrario.

De acordo com o artigo cento e sete (107) do Regimento Interno da Camara Municipal, sendo o referido projecto considerado objecto de deliberação, ficou sobre à mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

Segunda parte da ordem do dia.

Foi submettido à segunda (2ª) discussão o projecto numero três (3) do anno próximo passado, das Commissões de Legislação e Agricultura, auctorizando o Agente Executivo a vender a "Fazenda Modelo" de propriedade da Camara Municipal, ao Dr. Jacques Dias Maciel, pelo preço que a mesma custou à Camara, com o praso de quatro annos, pagando o comprador os juros de dez por cento ao anno, ficando assim rescendido o respectivo contracto de concessão da mencionada fazenda. Em seguida o Senhor Vereador Dr. Euphrasio Rodrigues pediu a palavra e apresentou o seguinte substitutivo: - Substitutivo do projecto numero três (3) de vinte e um (21) de setembro de mil novecentos e quinze (1915) das Commissões de Legislação e Agricultura. A Camara Municipal de Patos decreta: - Art. 1º. É o Presidente da Camara auctorizado a rescindir o contracto celebrado em tres (3) de agosto de mil novecentos

e dez (1910) com o Dr. Jacques Dias Maciel para o estabelecimento de um aprendizado agrícola na Fazenda do Limoeiro, mediante as seguintes condições:

1ª o contractante indenizará a Camara Municipal do custo da fazenda na importância de oito contos e cento e trinta e sete mil réis (8: 137\$000);

2ª o pagamento da importância estipulada dentro do prazo de quatro (4) annos contados da data da assignatura do novo accordo, ficando porem, o contractante obrigado aos juros de dez por cento (10%) ao anno, pagos annualmente até o completo reembolso da referida quantia;

3ª verificado este a dita Fazenda do Limoeiro passará a plena propriedade do contractante, correndo por conta do mesmo todas as despesas necessarias para a transmissão;

4ª para a garantia da divida, ficará a própria Fazenda hypothecada à Camara Municipal correndo igualmente, por conta do contractante todas as despesas da hypotheca;

5ª o contractante obriga-se a desistir de qualquer reclamação ou indenização a que se julgar com direito por actos da Camara anteriores ao presente accordo e referentes ao contracto de três (3) de agosto mil novecentos e dez (1910);

6ª o termo de rescisão do contracto bem como a escriptura de transmissão serão assignados dentro do prazo de noventa (90) dias a contar da data da presente lei.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario. Posto o referido substitutivo em discussão e não havendo quem sobre o mesmo pedisse a palavra o Senhor Presidente pôs a votos, sendo o mesmo approved por sete (7) votos; deixando de tomar parte na votação o Senhor Vereador Dr. Agenor Maciel por ser empedido.

- Em seguida, o Senhor Presidente annunciou que ia por em discussão e votos, cada artigo. Foram successivamente postos em discussão e sem debate approved os artigos primeiro e segundo. O Senhor Presidente pôz também a votos se este projecto deveria passar à terceira discussão, a Camara decidindo que sim, ficou sobre a mesa para entrar na ordem dos trabalhos.

Foi também submettido à discussão única, o projecto numero dois (2) do Senhor Vereador T. Cel. Crhistiano Fonseca auctorizando o Agente Executivo a dispender pela verba do districto da Lagoa Formosa, a quantia necessária com a mudança dos postes do telephone que d'esta cidade vai à sede do referido districto, etc. ficando-lhe aberto o necessário credito. O Senhor Presidente annunciou que ia por em discussão e a votos, cada artigo.

Foram successivamente postos em discussão e sem debate approved os artigos- primeiro e segundo d'este projecto. Foi à Commissão de Redacção.

-E não havendo mais nada a tratar-se o Senhor Presidente deu para o dia oito (8) do corrente, a seguinte ordem do dia: - Primeira parte. Até ao mio dia. – Leitura e approvação da acta. – Expediente, etc. Até às treze horas – Apresentação de pareceres de comissões, projectos, indicações, requerimentos, interpellações ou moções.

- Segunda parte. Até às quinze horas – Terceira (3ª) discussão do projecto numero três (3) do anno findo, auctorizando o Agente Executivo a vender a “Fazenda Modelo” de propriedade da Camara, ao Senhor Dr. Jacques Dias Maciel, etc. e, discussão única do projecto numero três (3) do corrente anno, auctorizando o Agente Executivo a auxiliar a construcção de linhas telephonicas d'esta Cidade a Santa Rita e Areado, etc.

- E as quatorze (14) horas levantou a sessão.

- Para constar eu, Americo José de Sant'Anna, Secretario do Municipio, lavrei a presente acta que depois de lida e approved vai por todos assignados. Eu Telesphoro de Mello Ribeiro a subscrevi.

Marcolino de Barros,

Christiano José da Fonseca

Dr. Euphrasio José Rodrigues

Cornelio França de Oliveira

Zama Alves Pereira

Agenor Dias Maciel  
 Dr. Adelio Dias Maciel  
 Telesphoro de Mello Ribeiro.

### Anexo E

Ata da oitava (8ª) sessão ordinária da Câmara, Patos, 08 de agosto de 1916. Presidente Dr. Marcolino de Barros. Livro 08. Caixa 234, estante 16 prateleira 03.

Aos oito (8) dias do mez de agosto do anno de mil novecentos e dezeseis (1916), às onze horas da manhã, na sala das sessões da Camara Municipal d'esta Cidade de Patos, presentes os Senhores Vereadores – Adelio Dias Maciel, Euphrasio José Rodrigues, Agenor Dias Maciel, José Pereira Guimarães, Cornelio França de Oliveira, Zama Alves Pereira e Telesphoro de Mello Ribeiro; deixando de comparecer sem causa participada os Senhores Marcolino de Barros, Christiano José da Fonseca e Heraclito do Amaral. Havendo numero legal o Senhor Presidente declarou aberta sessão. Primeira parte da ordem do dia.

-Lida e approvada acta da sessão anterior foi esta assignada. Expediente não houve. Pelo Senhor Euphrasio José Rodrigues foi apresentado uma moção, assignada também pelo Senhor Presidente e mais vereadores – Zama Alves Pereira, José Pereira Guimarães, Cornelio França, Agenor Dias Maciel e Telesphoro Ribeiro, com a seguinte redacção: - Moção. A Camara Municipal de Patos, desvanecida pelo raro brilhantismo com que o Exmo. Senhor Dr. Marcolino de Barros se houve na gestão dos negócios munipaes já concorrendo para dotar esta Cidade de grandes melhoramentos, taes como, canalização d'agua potável, luz electrica, Paço Municipal e Grupo Escolar, já impulsionando as industrias, lavoura e commercio do Municipio, congratula-se com o insigne lutador pelo advento do dia 16 de agosto data gloriosa em que foi verdadeiramente iniciado o progresso nesta terra.

- O mesmo Senhor requereu dispensa de interstício para que a referida moção fosse immediatamente discutida e votada; sendo o requerimento deferido pela Camara, o Senhor Presidente pôz a mesma em discussão e a votos, sendo sem debate unamemente approvada.

Segunda parte da ordem do dia.

Foi submettido à terceira (3ª) discussão o projecto numero quatro (4) da Comissão de Obras Publicas auctorizando o Agente Executivo a entrar em accordo com a “Companhia Força e Lus de Patos” e credores d'esta, podendo assumir compromissos passivos da mesma até a importância de setenta contos de réis (70:000\$000) mas de modo que a Camara fique garantida do capital dispendido, etc. Não havendo quem sobre o mesmo pedisse a palavra, o Senhor Presidente pôz a votos, sendo unamemente approvedo.

Foi a Comissão de Redacção. E não havendo mais nada a tratar-se, o Senhor Presidente Du para o dia nove (9) do corrente mez, a seguinte ordem do dia: Primeira parte. – Até ao meio dia. – Leitura e approvação da acta. Expediente, etc. Até às treze horas. – Apresentações de pareceres de commissões, projectos, indicações, requerimentos, interpellações ou moções.

Segunda parte. – Até às quinze horas- Trabalhos de Commissões. E às treze horas levantou a sessão. Para constar eu, Americo José de Sant'Anna, Secretario do Municipio, lavrei a presente acta que depois de lida e approvada vai por todos assignada. Eu, Telesphoro de Mello Ribeiro, a subscrevi.

Adelio Dias Maciel  
 Euphrasio José Rodrigues  
 Cornelio França de Oliveira  
 José Pereira Guimarães

Zama Alves Pereira  
 Agenor Dias Maciel  
 Telesphoro de Mello Ribeiro.

## JORNAIS – Patos de Minas/MG

### Anexo A

O TRABALHO. Cidade de Patos. Anno 1, nº2, 27 de agosto de 1905, p.1.

#### A INSTRUÇÃO NO BRAZIL

A instrução é a base do progresso; sem ella que desenvolve as faculdades pensantes de cada individuo ou cellula social; sem ella que faz o cidadão comprehender os misteres da vida e os deveres para com a sociedade; sem ella, enfim, que reveste o homem dos poderes para lucta quotidiana pelo viver, é impossível avaliar-se o benefício e prosperidade que possa trazer à nossa Pátria.

Aqui, como algures, [...] do vastíssimo [...] Minas é com [...] mesmo banal [...] a vida de que a instrução não é necessária; a educação de um povo depende da educação da sociedade deste povo; mas quando fallamos em instrução nos sentimos tristes, porque a instrução em nosso paiz é bastante deficiente, verdadeiro “polypo” sem cérebro a esgotar a pujança tropical de formosos talentos condemnados a improductividade e à esterilidade precoces ao apparato “tuxidio” das formas.

Desgraçada situação esta que não se encontra em nosso paiz um só dos departamentos scientificos que possa dizer-se que é genuinamente brasileiro, como se diz que a Chimica é uma sciencia franceza, a Psychologia uma sciencia ingleza, a Anatomia-pathologica uma sciencia allemã e a Criminologia uma sciencia italiana; a filiação historica dos phenomenos para os que possuem a clarividencia dos juizos, não se prende a circusntancia eventual de sermos ainda tenros à vista da civilisação occidental, mas no facto positivo e bem determinado da inutilidade do ensino brasileiro; continue a machina barbara do ensino official a arestar a intellengia da mocidade e, em pouco tempo, seremos a China da America enfermada de paralyisia geral em todos os centros de utilidade scientifica, politica, economica e industrial

### Anexo B

O TRABALHO. Cidade de Patos. Anno 1, nº4, 20 de setembro de 1905, p.3.

#### A INSTRUÇÃO DA MOCIDADE

Aos meus amigos Drs. Euphasio J. Rodrigues e Agenor Dias Maciel.

A civilisação é o aperfeiçoamento progressivo dos homens na sociedade.

As nações tendem naturalmente a augmentar suas luzes, seu bem estar e todas as vantagens que resultam do trabalho e dos esforços communs de seus membros.

O desenvolvimento da moral, da sciencia, da literatura, das artes, da legislação, do commercio, da industria e da agricultura, indica o gráo de civilisação ao qual pode cada povo chegar.

A epocha contemporanea nos offerece o spectaculo de um desenvolvimento extraordinario, devido ao progresso das sciencias mathematicas, phisicas ou naturaes; à feliz applicação dessas sciencias a industria, ao commercio e a agricultura; à facilidade dos transportes à extraordinaria e prodigiosa actividade dos negocios e à habilidade dos homens entregues a exploração das riquezas naturaes.

O progresso scientifico, causa principal do progresso material e economico, data do dia em que foram abandonados os velhos erros do methodo a priori, para seguir os ensinamentos da experiencia, as regras de uma restricta inducção, os processos d'analyse, de syntheze, de classificação natural q'crearam; pode-se dizer, a chimica, a physica e outras sciencias experimentaes já tão adiantadas e sempre em caminho de novas descobertas.

Si a civilisação fez o desenvolvimento da sciencia, das bellas artes e da litteratura, é porque não pode haver civilisação sem o conhecimento do justo, do agradável e do necessario. E como pode o homem pensar sobre o que lhe importa de mais necessario a conhecer? Como discernir os direitos e os deveres do individuo, da familia, da sociedade religiosa e da sociedade civil? Como observar as regras do honesto, do justo, do bem e cumprir os seus deveres para com Deus, para com os seus semelhantes e para consigo? Jamais poderá ser bom cidadão, jamais poderá amar a sua patria o homem ignorante, razão por que affirmo que sem instrucção não pode haver civilisação, não pode haver progresso. E no entanto a nossa mocidade é discuidada d'ella não se pensa! Infelizmente ainda não temos no nosso vasto e esperançoso municipio um só estabelecimento onde os jovens filhos do sertão possam receber a luz da instrucção civica e religiosa. Crescem embebidos nos vicios e na mais depravada corrupção.

Façamos justiça, sejamos civilizados e instruamos a mocidade, esperança do porvir!

#### Anexo C

O TRABALHO. Cidade de Patos. Anno 2, n.º 4, 9 de dezembro de 1906, p.1.

### INSTRUCÇÃO PUBLICA

A reforma do ensino primario, em boa hora confiada ao governo do Estado, vai sendo acolhida com justas sympathias e bem fundadas esperanças, por todos aquelles que se interessam pela educação e instrucção populares.

Nota-se mesmo um certo enthusiasmo, um novo sopro de vida, de fé, em nosso povo, que parece despertar de sua apathia culpavel, de sua indifferença criminosa.

De todos os recantos da patria mineira irrompem expontaneos, os mais francos encomios ao governo pela energia e particular attenção com que se dedica a este iportantissimo ramo da administração publica.

Diversas camaras municipaes procuram secundar a acção do governo offerecendo-lhe predios destinados á installação de grupos escolares, concorrendo assim para a diffusão do ensino.

Folgamos de consignar aqui e tambem a nossa edilidade emprega todos os esforços para dotar esta cidade com este importante melhoramento.

Acreditamos que a creação desses grupos vem operar uma verdadeira transformação no ensino, tornando-o uma realidade.

Não nos devemos deter portanto ante sacrificio algum para a consecução desse desideratum, pois que sem instrucção não pode haver felicidade: é ella a mais segura garantia de um futuro melhor e nella repousam as nossas mais gratas esperanças.

## Anexo D

O TRABALHO, Cidade de Patos. Anno 2, nº 11, 27 de janeiro de 1907, p.1.

### CONSIDERAÇÕES A CERCA DA REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO

Deante desta reforma chlorotica, anemica, e morrendo de inanição não podiamos ficar silenciosos; mesmo que ella corra risco de cahir exangae, se uma therapeutica regular não vier em seu auxilio.

Quando na Bahia foi elaborada, ha annos transactos, a reforma do ensino publico pelo Dr. Manoel Victorino, de saudosa memoria, levantou-se em massa o Professorado de então, e lavrou protesto energico; a reforma não se fez, e foi assumpto para mais de uma comedia; hoje o professorado mineiro em lugar de levantar-se com instantaneidade tragica, soffre pacatamente, sujeitos a uma remuneração pingue, dirigem-se as pressas as casas das comadres, pedindo-lhes por amor de Deus a esmola de um alumno.

Reabriram-se as escolas, exige a reforma uma matricula de 40 alumnos, e não sei quantos frequentes, fazendo o professor trabalhar nos dias sanctificados e quasi que até nos domingos; quando os legisladores elaboraram a reforma, não viram, ou estavam cegos, por que só esta cláusula é o [...] perigoso ferimento de toda Bahia.

Como pode o professor castigar o alumno com receio do que possam pensar os paes e estes retirarem o alumno da escola; expliquem-me como pode o professor manter a frequencia na escola do menino vadião?

A frequencia na escola nem sempre demonstra idoneidade de professorado, se se tratasse do ensino superior nada diria, no ensino primario porem, quanto mais exigente e rispido o mestre mais refractario se torna o alumno, conheço paes que por uma simples reprehensão tiram o alumno da escola, principalmente nos nossos sertões, em que existem muitos analphabetos que não comprehendem a sublimidade da missão do mestre.

Comparando os tempos hodiernos com os meus bellos tempos escolares, a differença logo se faz sentir, é verdade que antigamente existia o rigor dos magisters armados de jacarandesca ferula (não somos adeptos de tanto rigor) os professores eram todos idoneos e o concurso era o lugar onde mostravam suas aptidões; o professorado era largamente remunerado; foram destas escolas que sahiram os homens que formam hoje a aristocracia intellectual do paiz, foram dos Caraças e dos 7 de Setembros, que sahiram os magistrados, os medicos, os engenheiros, etc.

Hoje o professor engoda os meninos e com uma colleção de santinhos, não ha idoneidade, pois que a maior parte dos individuos sem profissão, vão ser professores primarios, unicamente porque seus compadres são influencias politicas; quanto a remuneração, esta é tão exigua, que conheci em uma cidade mineira um professor cujos ordenados por longo tempo lhe faltaram e chegou a ponto de não poder pagar a mulher que lhe lavava as camisas.

Institua-se a obrigatoriedade do ensino primario; sejam multados os paes que sem motivo, deixarem de ensinar os filhos enviando-os as escolas, obrigue-se o professor a manifestar as suas aptidões por meio de concurso, augmentem-se os seus vencimentos, seja dada ao magisterio preferencia no recebimento, construam-se casas escolares por plantas elaboradas pelos chefes da Higiene Publica e se formos assim preparados, para o futuro teremos homens pensadores e não pedantes de Academia na phrase inolvidavel do Conselheiro Saraiva.

Quando no seculo XVIII surgiu o monumental discurso de D'Allemberti no preliminar da Encyclopedia, superior no dizer de grande escriptor ao congenere de Descartes sobre o methodo e egual a tudo quanto Bacon escreveu de melhor, pareceu que uma revolução

intellectual se havia feito e dos seus marroços destacou-se o plano colossal da unidade philosophica, orientando a intelligencia na multiplicidade das sciencias estreitadas em complexos verdadeiramente extendral, si não fôra a philosophia esse rebento dos [...] ainda hoje tivéssemos a instrução monastica em improductiva estagnação, cheias de metaphisica e de esterilidade.

Saibam os reformadores, que ha sempre inevitaveis conflictos entre novas ideas com as ideas vetustas, cheias de tradição; na natureza, disse alguém, não ha genese sem eliminação correspondente; era preciso que se eliminasse todo o professorado ou se estabelecesse a seleção que devia dar ganho de causa ao mais forte, ao mais efficazmente amparado pela effectividade de seu preparo, esta selecção devia vir como meio prophylatico. Era preciso que as ideas dominadas pela reforma estivessem de accôrdo com a característica intellectual de cada professor; o publico conhece o professorado em geral, tem sciencia que os actuaes professores nada entendem de exercicios militares, e muito menos de gymnastica sueca, como ha ensinar aos meninos sem cahir no ridiculo? Semelhante tarefa pela natureza dos encargos é evidentemente superior ao dubio preparo do professorado.

A tracção desigual de reformas desarrazoadas entorpece a elasticidade mental, gasta-se a intelligencia com o esforço desprendido nos attritos com a delinquescencia do meio; áquelles que tem pretensões a Tobias e Ruys eu os conjuro a moderar o ardôr de sua mocidade, pois que achamos que é preciso meio seculo de meditação para ser feita para creanças uma reforma sem deslize.

### Anexo E

O TRABALHO, Cidade de Patos. Anno 3, nº 62, 20 de agosto de 1908, p.1-2.

#### GRUPO ESCOLAR

Há tempo que tomou a si a árdua tarefa de levantar a estatística da população infantil em idade escolar e, nesse sentido não poupando esforços deu conta de sua missão ao digno Secretario do Interior o nosso director Dr. Laudelino.

Si parecesse que a Idea não merecia por parte de S.S. o carinho devotado, por certo o seu ardor ter-se-ia arrefecido deante de qualquer estorno que lhe antothesse; as barreiras cederam ao grandioso impulso e auxiliado pelo Cel. Farnese Dias Maciel e pelo provector professor Modesto de Mello Ribeiro sahiu a compo colhendo assignaturas para a construção do Grupo Escolar na nossa cidade, encontrando o melhor acolhimento por parte de todos a que se têm dirigo em busca do auxilio que será a base para que magestoso de erga na nossa cidade o edifício que registrará o marco do nosso devotamento a causa da instrução do povo em todas as suas classes, base essencial para o nosso progresso material e intellectual, freio irresistível à corrupção dos costumes que, ao Deus dará, se vão pervertendo do berço a velhice.

Encorajados pelo brilhante resultado que vão colhendo os illustres compeões da educação infantil, dão razões para que se supponha em pleno resultado tão valioso tentamen que será o attestado mais indefectível do espírito adiantado e progressista do nosso povo, fazendo fructificar desde já as suas mais ardentes aspirações e quando amanhã o Governo e os homens grados da República vierem nos trazer as suas alviças pela inauguração da Estrada de Ferro Goyaz silvando fumarente entre nós, deante do templo de Minerva da casa onde o povo se vae habilitar para as suas grandes emprezas na vida, hão de render homenagem a esse povo que por sua iniciativa própria procura-se afastar do cahos onde a ignorância e o crime se anivelam.

O problema da instrução publica, é; na primeira plana das plataformas dos governos inteligentes a principal Idea que o deve empolgar, e a razão ahi está frisante na observação dos factos tanto maior é o desenvolvimento do povo quanto maior é o numero de suas escolas. Enquanto o leitor não comprehender o seu papel, não tendo alucidado o seu espírito, assistiremos essa situação triste de política de campanário, de esbulho do seu direito, de depredação da fortuna publica, e os governos e os representantes do povo serão na sua continuidade a matta dos espertos que promettendo tudo, dão-lhe em recompensa o desprezo e vota-lhe antipathia emquanto não chega a nova época em que necessitados de votação curvam-se tanto em melifluidades até engodar novamente as suas velhas victimas.

Instrua-se o povo, prepare-o convenientemente e vermos a situação geral do Paiz marchar a contento dos maiores heréticos contra nossa felicidade de povo magnânimo, vivendo actualmente na miséria e repousando sobre os maiores thesouros com que sabia natureza nos aprouve aquinhoar, dando-nos um clima excellente, um solo fértil, um sub-solo riquíssimo e grandes navegáveis rios inaproveitados, serpeando-se e esbatendo as suas grandes águas contra as penedias e troncos seculares em suas margens.

Emquanto o estrangeiro educado e intelligente nos visita e vem sorprehender essas expansões da Natureza admirando-se da nossa fortuna, como os nossos antepassados aborígenes não sentimos a menor emoção deante do valor de nossas riquezas e verdadeiramente sequestrados do conforto e da fidalguia uma só phrase nos escapam pela boca, denunciando a nossa tibieza, a nossa despreocupação – e ella é essa, não vale a pena tentar-se isso ou aquillo, qual entre nós, não dá resultado. É já um chavão popular e o desanimo e essa tibieza vêm do nenhum impulso generoso dos governos que eternamente preocupados com a política do seu eu se esquecem da sua missão para com o Paiz. Eduque-se o povo e esse mal desaparecerá.

#### **Anexo F**

O COMMERCIO, Cidade de Patos. Anno 1, nº 32, 18 de junho de 1911, p. 1.

Alicerce da paz, da concórdia e do progresso. Sem ella, digamos com franqueza, assemelhamo-nos aos brutos, estamos prontos a commetter toda sorte de arbitrariedades, toda sorte de crimes, mesmo os mais bárbaros, os crimes mais repugnantes. Devemos, portanto instruirmo-nos; devemos educar os nossos filhos, para que, mais tarde, eles não nos dêem desgostos, tornando-se criminosos. Devemos mandal-os à eschola, porque, ‘a eschola é a miniatura da sociedade’, como disse alguém. Nella entrando, a creança penetra o recinto em que receberá as primeiras noções dos deveres recíprocos, que constituem o trato social. Esses deveres, embora tantos e de tão varias espécies, são quase todos esboçados e exemplicados na eschola. ‘A eschola é o pequeno scenario, onde se ensaiam as exhibições da vida’. Devemos procurar para nossos filhos um professor ilustrado [...] devemos, sim, é um de nossos mais sagrados deveres o tratamos da educação de nossos filhos. O seu futuro depende da instrução que lhes dermos; si ella for bôa, eles serão bons; si for má forçosamente serão maus. [...]

#### **Anexo G**

CIDADE DE PATOS. Anno 3 , nº 119. Patos, 10 de junho de 1917, p.1.

Uma bella aquisição

O acontecimento mais palpitante da hebdomada que vem de decorrer foi para Patos a installação do seu Grupo Escolar. E realmente, deve ser assinalado entre os factos da

chronica da nascente cidade, como um dos mais promissores passos para o seu desenvolvimento intellectual e material, e como um dos melhores benefícios para a sua população[...].Um Grupo Escolar, rigorosamente constituído, preenchendo cabalmente os seus fins, não é uma aquisição secundaria e vulgar. Tem alguma cousa de mais significativamente elevado, do que os marcos de adeantamento que apenas satisfazem o goso e a commodidade. É um núcleo de trabalho, de aperfeiçoamento, em que as intelligencias se dilatam, a vontade e o character se educam, as faculdades se manifestam e aperfeiçoam, abrindo à infância um futuro até então desconhecido, e campos mais vastos e accessíveis para a applicação da actividade. A evolução dos caracteres e das intelligencias, é que succedem então os artefactos do progresso e a eclosão das necessidades e das aspirações, que vão surgindo progressivamente. Ao lado de cada escola de letras, deveria existir um aprendizado do trabalho. Mas este, surge por si mesmo, quando o menino sentindo-se capaz de aspirações, tem a ideia do dever, e comprehende que necessita do trabalho, para poder vencer na vida.

A população de Patos deve pois, rejubilar-se com o acontecimento que se concretisou na installação do Grupo Escolar, iniciado sob tão bons auspícios, e cercado das melhores garantias para fecundos e proveitosos resultados.

#### Justa homenagem

A população de Patos, deante das affirmações de operosidade do Sr. Dr. Marcolino de Barros, em prol do levantamento desta cidade, e compenetrada da efficacia dos esforços com q'este bateu o incansável amigo de Patos, pela aquisição do Grupo Escolar que vem de ser installado, vae enviar ao Governo do Estado uma representação, em que solicitará para esse Grupo a denominação de “Marcolino de Barros”, como testemunho de reconhecimento, e do alto valor em que são tidos os seus esforços pelo progresso do município.

É uma homenagem esta, em que se faz abstracção do seu valor político, e real e merecido destaque, para nelle se encarar com maior saliência o incansável benemérito desta terra, que tanto deve hoje.

É, pois, uma homenagem filha de sentimentos nobres e legítimos, e a qual todos os habitantes de Patos vão prestar o seu concurso, sincero expontaneo e justiceiro!

#### Anexo H

JORNAL DE PATOS. Cidade de Patos. Anno IV, nº 160, 8 de fevereiro de 1928, p.2.

Brinde de honra erguido ao Dr. Antonio Carlos, D.D. Presidente do Estado, pelo Dr. José Olympio Borges, na festa realizada no dia 27 do mez passado, em homenagem ao Drs. José Augusto de Carvalho e Mello e José Sandoval Babo

[...] não podemos esquecer a personalidade, por todos os títulos illustre, do grande Andrada, que, do Palacio da Liberdade, há pouco mais de um anno, vem projectando sobre o nosso Estado as luzes fecundantes de sua polyedrica intelligencia, os ensinamentos grandiosos de seu christalino character, as licções impressivas de seu grande patriotismo. Antonio Carlos, herdeiro e continuador das vigorosas virtudes Moraes de seus illustres antepassados, que illuminaram com intelligencia superior as espheras políticas e administrativas do passado regimen, exercendo a aristocracia do talento e da bravura cívica, formando a gloriosa estirpe dos Andradas [...].

Depois de servir à Nação em diversos postos de destaque, em todos imprimindo a marca inconfundível de sua honestidade e de seu acendrado patriotismo, ascendeu à

Presidencia de Minas, rodeado de applausos de todo povo mineiro que não se enganou nos prognosticos optimistas que formulou sobre a conducta do Grande Liberal, que é uma radiosa e singular excepção no scenario político do Brazil, realizador do milagre de acordar para a vida da Patria muitos homens de valor que as desillusões e as injustiças recolheram ao ostracismo, distilando em muitos enojados dos processos pequeninos com que se deleitavam os satrapas estaduaes e com que garantiam cefetes incolores, verdadeiros reguletes municipaes, um sangue novo e ardente, interessando-os no movimento governativo de nossa terá por meio de uma acção clara e efficiente, pautada pelos altos dictames de Justiça, aclarada pelos raios vivificadores da Verdade.  
[...]

Grande cidadão, experimentado estadista, honesto admnistrador, patriota convicto, político disciplinado, Antonio Carlos é hoje, incontestavelmente, o homem publico favorito das sympathias nacionaes que o conduzirão certamente ao Cattete, finalidade lógica e natural para um político de sua envergadura e seu merecimento.

Minas, entregue ao idealismo dynamico e consciente daquelle Andradaa illustre, que não se adapta a existência georgica dos contemplativos, e que se cercou de secretários portadores, todos elles, das mais garantidoras credenciaes, Minas senhores pode estar certa de sua grandeza, pela sua prosperidade em todos os ramos da actividade humana.

Iniciamos com Antonio Carlos, uma nova vida arejada de liberalismo e de independência, iniciamos uma vida mais consentânea com os verdadeiros princípios democraticos, vamos, portanto acabar com a tyrannia, com a prepotência e com a fraude cautando a palingenesia dos sagrados ideaes de Justiça e Liberdade.

Assim, meus senhores, bebamos pela prosperidade do governo e pela felicidade pessoal do Dr. Antonio Carlos, que é o vexillario insigne da Democracia o proedro illustre dos grandes princípios liberaes, o palinuro intemerato do Direito, o paladino inamolgável da Justiça.

## TERMOS DE INSTALAÇÃO GRUPO ESCOLAR – Patos de Minas/MG

### Termo de Instalação do “Grupo Escolar de Patos”

Aos quatro dias do mez de junho de 1917, presente o inspector escolar municipal Sr. Dr. Mauricio Pottier Monteiro, foi instalado o grupo escolar desta cidade de Patos, município do mesmo nome, dirigido por Modesto de Mello Ribeiro.

Às quatorze horas, achando-se presente o paracho da freguesia de Patos, Revmº Cônego Getulio Alves de Mello, procedeu o mesmo a bençam do edificio do Grupo Escolar, tendo convidado para paronymphos desse acto, os juízes de Direito e Municipal Drs. Antonio Carlos Soares de Albergaria e Mauricio Pottier Monteiro. Finda esta cerimonia, assumiu a presidencia o referido inspector, convidando para fazerem parte da mesa, os Srs. Dr. Adélio Dias Maciel, presidente da Câmara, Dr. Antonio Carlos Soares de Albergaria, juiz de direito, Orlando Ferreira, inspector regional, Coronel Farnese Dias Maciel, presidente do directorio político local, Dr. Marcolino de Barros, advogado e vice-presidente do mesmo directorio, Cônego Getulio Alves de Mello, Dr. Euphrasio José Rodrigues e Dr. Laudelino Gomes de Almeida, médicos, e o diretor do grupo escolar, Modesto de Mello Ribeiro.

Tomando a palavra o inspector municipal, expoz aos presentes o fim daquela sessão, a qual era a instalação do grupo escolar, e detendo-se em outras considerações relativas ao acto se se ia realisar, conclui-o por felicitar, em nome do governo, à população de Patos, pela aquisição

que acabava de ser effectivada, para beneficio da instrucção neste municipio. Concedida a palavra aos oradores inscriptos, della se utilisaram os Srs. Dr. Euphrasio José Rodrigues, Dr. Marcolino de Barros, Revm<sup>o</sup> Cônego Getulio Alves de Mello, Dr. Laudelino Gomes de Almeida e o academico Antonio Maciel, os quaes em termos cheios de elevação e em que se traduzia o jubilo e o reconhecimento do povo pelo melhoramento que lhe era concedido, muito concorreram para o brilhantismo do acto, no qual se acha representada a população da cidade, com o comparecimento de numerosas famílias e Calheiros.

Para maior realce da solenidade, compareceram as duas corporações musicas que executaram alternadamente, marchas festivas.

Utilizou-se por fim, mais uma vez, da palavra o inspector municipal que, por solicitação e traduzindo o pensamento de vários amigos, salientou o ardor com que se havia empenhado o Dr. Marcolino de Barros para a realização desse desejo, ha muito alimentado pelo povo e que acabava de se concretisar, e lançou a idéa de ser dirigida ao governo do Estado, uma representação em que se solicite seja dada a denominação – Marcolino de Barros- a este grupo escolar, tendo como testemunho de reconhecimento e para que fique ligada a esta instituição a benemerencia de seu nome. Foram tiradas fotografias do grupo, alumnos e corpo docente, sendo levantados entusiasticos vivas as pessoas do Srs. Presidente do Estado, Secretario do Interior e Dr. Marcolino de Barros [...]

Para constar, lavrou-se o presente termo. Eu, Modesto de Mello Ribeiro, diretor do grupo, o escrevi e assigno com o Sr. Inspector escolar.

Mauricio Pottier Monteiro, Inspector Municipal  
Modesto de Mello Ribeiro, diretor.

## **TERMOS DE VISITA DOS INSPETORES ESCOLARES – Patos de Minas/MG**

### **Anexo A**

Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Andalecia Gabriella Ferreira Lanas, 10 de junho de 1918.

Visitei hoje o Grupo Escolar da Cidade de Patos, regido pelo [ilegível] Director Modesto de Mello Ribeiro. Assisti as aulas do 1<sup>o</sup> anno regidas pelos professores, Labieno Antenor de Araujo, D. Zoraide de Mendonça Pinheiro, e uma que se acha no cargo do Director, a do 2<sup>o</sup> anno, regida por D. Feliciana Santiago de Mendonça e pelo Distincto Professor Manoel da Motta Bastos, e a do 3<sup>o</sup> que se acha ao cargo da hábil professora D. Josephina Candida Viveiros. Examinei os cadernos mensais dos alumnos, notei que todos tem bôa caligrafia e escrevem com correcção. As argüições dos professores feitas aos alumnos foram respondidas com prontidão. Todas as classes mostram geral desenvolvimento em todas as materias primarias do programma, existe no grupo muito boa ordem e disciplina.

Verifiquei com agrado, que meus insignes colegas, são esforçados no desempenho do espinhoso cargo de formar o character dos cidadãos e das futuras mães de famílias, em que lhes foi onfiada em tão bôa hora em prol da mocidade. É da harmonia que existe entre os professores é que hão de nascer a força e a prosperidade de nosso Estado, que é uma das grandes [ilegível] componentes de nosso amado e glorioso Brasil! Avante pois, mocidade!

Estudai, para serdes algum dia, a força motora de nosso paiz e ver assim coroado, os esforços de vossos pais e mestres.

Deixo apenas consignado nessas singelas linhas, os meus sinceros parabens aos meus insignes colegas pelo geral desenvolvimento de seus alumnos.

Patos, 10 de junho de 1918.

Andalecia Gabriella Ferreira Lanas.

### Anexo B

Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Inspetor Regional Orlando Ferreira, 30 de outubro de 1918.

Nesta quinzena, por cinco vezes, visitei o Grupo Escolar de Patos, dirigido competentemente pelo Sr. Modesto de Mello Ribeiro, encontrando-o no seu regular funcionamento. Terminei hoje a inspecção com a presença de 227 alunos dos 403 matriculados. A frequência devia ser maior dada a importância da cidade de Patos, incontestavelmente uma boa cidade, e o grande numero de alumnos matriculados; a culpa, porém, não é do professor deste Grupo, os quaes só merecem louvores pelo zelo e carinho com que exercem a sua espinhosa missão, e sim dos Paes dos alumnos.

Assisti ao funcionamento das aulas de todas as classes recebendo optima impressão pelo adiantamento, disciplina e asseio dos alumnos, aos quaes fiz arguições sobre as matérias do programma de ensino que é fielmente executado neste Grupo. Examinei todos os livros de escripta deste estabelecimento, os quaes se acham em perfeito estado e caprichosamente escripturados. Os cadernos mensaes e trabalhos manuaes causaram-e também boa impressão.

Patos, 30 de outubro de 1918.

O inspetor regional,

Orlando Ferreira

### Anexo C

TERMO DE VISITA, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 16 de fevereiro de 1921.  
inspetor regional da 15ª circunscrição, Honorio Guimaraes.

No dia 31 de janeiro ao dia 15 de fevereiro, inclusive, visitei o grupo escolar “Marcolino de Barros”, desta cidade de Patos, sob direção do antigo e muito competente professor Sr. Modesto de Mello Ribeiro.

**Obrigatoriedade do ensino**\_ cumprindo o seu dever o director fez matricular no estabelecimento as crianças em idade escolar. Para isso realizar, percorreu o perímetro urbano, notificando os paes e responsáveis pelos alumnos, da obrigação em que se achavam, segundo os dispositivos da lei 800. Os impressos contendo a contra-fé dos Paes notificados estão devidamente archivados. Ao relatório juntarei um exemplar do impresso usado para tal serviço.

O grupo está abarrotado de crianças, notando-se no povo uma attitude de respeito à lei, receoso da applicação de penalidades aos seus infractores.

A acção do Director de Patos, - digno por isso de todos os encômios – é um elemento probatório da exequibilidade das disposições que crearam a obrigatoriedade do ensino.

Convem assinalar que, em Janeiro de 1920 compareceram 144 alumnos à instalação das aulas, este anno compareceram 394.

Para vencer a multidão ignorante, refractaria do progresso intellectual da mocidade, o recurso decisivo é a applicação severa da lei.

Agradar o povo com medidas de tolerância, procurando erguer a frequência escolar somente por meio de conselhos aos interessados e pela propaganda do ensino, es estimular o indifferentismo colectivo e a indolência da plebe, cada vez que se cuida de golpear o monstro do analfabetismo, matador das nossas risonhas esperanças no amanhã da Pátria.

Fechando os ouvidos às chicamas do constitucionalismo, neste particular sempre o entrave da acção administrativa, devemos bradar por essa medida imperiosa de salvação publica, quando estamos para entrar na nova maioridade, em 7 de setembro de 1922, como povo consciente dos seus gloriosos destinos.

Cumpro meu dever cívico, louvando o Director do grupo pelo seu gesto de patriotismo, preparando o meio para acolher s providencias instituídas pela esperada regulamentação da lei 800.

**Divisão do trabalho-** achando-se fora a professora dona Carmem Pereira Lima e sendo excessivo o numero de alumnos, que não podiam ser dispensados de vez quando se proclama vigorar a obrigatoriedade da frequência, o Director viu-se forçado a desdobrar o trabalho escolar em dois turnos, conforme explicou-me e como ia scientificar à Secretaria.

Tal medida elle praticou em character provisório e submetteu-se ao julgamento o exmo. Dr. Secretário.

Encontrei os dois turnos funcionando com oito classes, cujo comparecimento dá-se na conformidade do quadro demonstrativo que me forneceu para documentar a informação que tenho d prestar em relatório.

O Director rege cadeira e duas professoras prestam serviço em turno differente.

Urge dar substituta à professora ausente, d. Carmem Pereira Lima, que pediu licença e ainda não obteve deferimento do pedido.

Não foi provida a cadeira recentemente creada, havendo necessidade de que a mesma seja provida ao menos por contractada, porqu é impossível supportarem por muito tempo o peso do serviço as duas professoras que desdobram presentemente.

**Servente-** tendo a servente pedido demissão, foi nomeada para o lugar dona Josephina Caixeta de Souza, que já estava contractada, visto não ter a demissionária não comparecido ao serviço este anno.

**Prédio escolar-** precisa de reparos urgentes, que foram orçados e cuja execução, devidamente auctorisada vai ter lugar por estes dias.

**Material** - de carteiras e outros objectos indispensáveis no momento o grupo está provido. É necessário, entretanto, que seja attendida a requisição do Director a qual me foi entregue para encaminhar. A falta da Primeira Leitura de Joviano (faz enorme danno) causa inmenso prejuizo à aprendizagem dos alumnos pobres.

**Pateos de recreio** - o Director pedirá auctorisação para proceder a capina do terreno escolar, informando à Secretaria a importância a dispende.

**Depositos de água** - as caixas que accumulam as reservas d'agua são insufficientes para as descargas necessárias ao bom funcionamento das instalações sanitárias. Enquanto essas caixas não forem substituídas por outras de maior capacidade, a servente deve despejar baldes de água nas bacias tantas vezes quantas necessárias, de modo que as privadas estejam sempre mais ou menos assiadas.

O cimento das casinhas devem ser lavado, cada manhã pelo menos, applicando-se na água um desinfectante qualquer.

**Asseio do prédio** - a servente deve varrer sempre as varandas e os passeios que circundam o prédio escolar, trazendo também limpo o terreno próximo onde os meninos procuram a forma.

A impressão o asseio deve dominar quem entra no grupo, à primeira vez no dia.

Ao menos uma vez cada quinzena, as salas devem ser lavadas podendo a servente aproveitar um ou dois alumnos mantidos pela caixa escolar para a auxiliarem nessa limpeza, a juízo do Director.

**Campainha** - o Dr. Adélio Maciel, digno presidente da Camara, attendeu o pedido que lhe fiz por intermédio do Director mandando installar a campainha de horário. A dita campainha fica a cargo da servente e na falta della a cargo do Director.

**Horário geral** - o Director collocara no seu gabinete o horário geral dos trabalhos diários, collocando-o no seu gabinete tão logo seja approved o desdobramento do grupo.

**Regimento interno** - desenvolvendo os dispositivos regulamentares dos arts. 261-2-3-4-5-6-7 e 268, deve o Director organizar o Regimento interno do grupo, codificando nelle as regras disciplinares que devem ser observadas, não escapando as que passo a enumerar:

1. Antes do recreio e depois do recreio, nenhum alumno do 2º ao 4º anno, salvo motivo especial, pode sahir da classe mais de uma vez.
2. Desde que entram o portão, nenhum alumno pode sahir, mesmo antes do começo das aulas, sem ordem do Director, si elle ainda não estiver na casa, sem ordem da professora da classe; em ultimo caso, sem ordem da servente.
3. Em classe, nenhum alumno abandonar a sua carteira sem permissão da mestra. Para falar a ella, o alumno erguerá o signal com o braço direito, mão aberta ara a direcção do tecto. Dois ou mais alumnos não poderão falar ao mesmo tempo.
4. Durante o horário, nenhum alumno sairá da classe sem licença da professora e do grupo sem a do Director.
5. Durate o recreio nenhum alumno penetrará na sala que serve de Directoria, sem permissão da servente ou de seu professor ou do Director, do mesmo modo não penetrará nas salas de aula.
6. Nas classes haverá o silencio indispensável, que as professoras exigirão, afim de que a ordem collabore no êxito do ensino que ministram .
7. Ouvindo o signal [ilegível] cada alumno deve fazer silencio immediatamente e ganhar o seu lugar na forma ou sahir para o recreio e ao voltar d'elle.
8. É prohibida expressamente a conversa na forma.
9. Nenhum alumno levará ao grupo objectos estranhos ao trabalho nas classes; se algum o fizer, os objectos serão apreendidos.
10. Dois alumnos não podem entrar na privada ao mesmo tempo.
11. O alumno que traçar em quaisquer paredes do prédio escolar, palavras reputadas, obscenas, será punido severamente.
12. A servente é auxiliar da disciplina, devendo portanto, ter força moral sobre os alumnos; reclamando do Director e professores auctoridade para o conseguir.
13. Para vigiar o recreio e dar aula de gymnastica, o Director designará para cada dia da semana uma professora alternando entre ellas essa incumbência.
14. Para estimulo nas classes, o Director, cada primeiro dia útil do mez, ouvirá a leitura das notas dos alumnos, fornecendo ao jornal local a menção honrosa de cada aluo que obtiver a nota 10 de procedimento e aproveitamento, afim de ser publicada.
15. Em dia instituído pelo Director, as professoras revistarão nas classes o cabello, unhas, objectos escolares, dos alumnos, prelecionando sobre moral e hygiene.
16. Director e professores não perderão ensejo de censurar, corrigir e aconselhar os alumnos, todos os dias, sobre a conducta d'elles na escola, na rua e em casa,

tendo em vista que o dever do mestre não é somente instruir, mas principalmente educar.

17. Ao debandar, os alumnos são obrigados a deixar a frente do prédio com a indispensável compostura.
18. Cada alumno, do 2º ao 4º anno, possuiria o seu caderno de hynnos para poder acompanhar o canto sem se [ilegível] da forma.
19. O alumno comparecerá com a sua roupinha de pobre, porém limpa.
20. Os uniformes fornecidos pela Caixa Escolar não podem ser usados fora do horário das aulas e são propriedade do estabelecimento, não do alumno. Etc, etc.

Vou remetter ao Director alguns regimentos internos dos grupos escolares para servirem de subsidio à organização do grupo de Patos.

**Objectos em classe** - é indispensável que os alumnos do 2º anno possuam: caderno de trabalhos mensaes, caderno de hynnos escolares, livro de leitura, lousa e lápis, lápis para papel, caderno de apontamentos, tinta e penna; no 3º e 4º anno tudo isso e mais – leituras manuscriptas de BPR lápis de cores, estojos mesmo incompletos para desenho, etc.

**Caderneta de notas diárias** – como expliquei às professoras, deve existir essa caderneta pelo menos no 3º e 4º anno, modelada pela do quarto; onde serão dadas as notas diárias de procedimento e aproveitamento dos alumnos.

**Orientação pedagógica** – expuz aos professores o meu ponto de vista na pratica do ensino das diversas disciplinas do Programma, conforme a orientação pedagógica que conheci na Escola Normal modelo principalmente no ensino de Língua Pátria, segundo a criação de Joviano, que tão bem elucidou o processo pratico do ensino da nossa língua nas escolas publicas.

Para fazer-me comprehendido melhor, lecionei durante a quinzena nos dois turnos, de tarde o 3º anno e de manhã o 4º anno, tendo prestado assistência também as classes de 1º e 2º anno.

Expliquei como se poderá harmonisar o horário do dia e o seu registro no Diario de Classe, com o preceito do art. 304 do Regulamento; justifiquei o êxito da associação das licções, si precedidas do preparo antecipado dellas pelo professor. Os exercícios prácticos deverão ser dados diariamente, como subsidio para o preparo da licção pelo alumno.

Si o ensino é resultado do trabalho do mestre e do alumno, não se comprehende que aquelle trabalhe e este não.

A reprodução, pelo alumno, da matéria ensinada, proporciona-lhe a contingencia de preparar, elle próprio os compêndios manuscriptos em que estuda e consulta.

Abolidos os compêndios que são de leitura para os estudantes, temos de substituir aquelle systema de decoração pelo emprego do methodo intuitivo e empírico, pondo as questões muito claras para os alumnos, que aprenderão a solucionar-as livremente, com os elementos de saber adquiridos progressivamente, cada um se exprimindo por suas próprias palavras.

Este systema deve ser plantado nas classes do primeiro anno adiantado, vindo a ser arvore frondosa nas do 3º e 4º anno; porque parece ter sido esse o objectivo pedagógico do reformador.

Não serão dadas regras logo de começo e até não deverão ser dadas, mas o próprio alumno formulará a sua regra, a lei segundo a qual elle praticará o saber adquirido.

**Corpo docente** - a começar pelo Director, antigo servidor do Estado, a quem o magistério primário deve incontestáveis e valiosos serviços prestados com sinceridade, com altruísmo e competência, - até os demais membros do corpo docente, na sua totalidade, estou convencido de possuírem todos os professores o preparo e a aptidão professional que felicitam o grupo de Patos. Delles a administração pode esperar muito.

**Cadernos mensaes** - dei nas classes todas as instrucções para que os mesmos sejam feitos como exige o Regulamento. Tal serviço já foi começado durante minha visita.

Horário de entrada das aulas – não se tem podido obter o começo pontual dos trabalhos às 7 horas, mas sim alguns minutos mais tarde, havendo esforço de todo o pessoal para a obediência desse dever. O segundo turno tem funcionado dentro do horário, começando às 12 em ponto.

Aplainadas as primeiras difficuldades do começo das aulas, o grupo entrará na sua vida normal.

O mais que aqui interessa ao ensino, direi no próximo relatório.

**Matricula e frequência** – foi de 430 alumnos, sendo masculinos 212 e femininos 218. A frequência durante o mez de janeiro foi de 401 alumnos.

Nos dias 31 de janeiro, 1 de fevereiro, 2, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 14 e 15, respectivamente, desse mez, compareceram nos dois turnos 381, 403, 343, 380, 338, 275, 368, 378, 356, 377 e 373 alumnos.

Caixa escolar – funciona regularmente, sob a gestão da seguinte directoria: deputado dr. Adélio Dias Maciel, presidente; major Alfredo Borges, thezoureiro; fiscal – d. Josephina Candida Viveiros, dr. João Gualberto de Amorim Junior, Cornelio França de Oliveira, secretário, professor Modesto de Mello Ribeiro. Passou para fevereiro um saldo de um conto quinhentos dezeseis mil 370 réis (1:570\$370).

Os Estatutos serão remttidos por meu intermédio para serem publicados no órgão official, procurando-se depois o seu registro em firma da lei.

**Escripta do Grupo e archivo** – os livros de escripta estão muito bem cuidados assim também o archivo que está em ordem. O Director tem collecinado os Minas Geraes desde a installação do Grupo.

Patos, 16 de fevereiro de 1921.

O inspector regional da 15ª circunscrição,  
Honorio Guimaraes.

#### Anexo D

Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 6 de novembro de 1921. O Regional da 15ª, Honorio Guimarães.

Durante a segunda quinzena do mez passado e na corrente até o dia de hoje, visitei o Grupo Escolar local, sob a competente direcção do professor normalista, Sr. Modesto de Mello Ribeiro.

É porteira servente do estabelecimento a sra. Josephina Caixeta de Souza.

São professoras effectivas: d.d. Olga de Barros, Dalca Magalhães e Alice Pereira Lima, normalistas; Zoraida de Mendonça Pinheiro, não normalista, Josphina Candida Viveiros, normalista, d. Hilda Maciel está contractada para uma cadeira até agora não provida; d. Carlinda Borges está também leccionando como contractada, bem assim d. Diva Cançado, todas estas não normalistas.

O Grupo tem funcionado em dois turnos desde o começo do anno, não podendo ser de outra forma a divisão do trabalho, pois são oito as classes e seis apenas as salas de aula.

Comparecem no primeiro turno: o segundo anno masculino de d. Hilda; o 1º masculino de d. Alice; o 1º masculino de d. Carlinda e o 4º anno mixto de d. Josephina.

No segundo turno comparecem: o 1º anno feminino de d. Zoraida; o 1º feminino de d. Diva; o 2º feminino de d. Dalca e o 2º mixto de d. Olga.

A frequência, que é avultada, consta da nota em separado que enviarei com o relatório, - referente ao tempo da minha visita.

A impressão geral que tive do trabalho, e conjuncto, foi a melhor possível, porque notei o esforço do Director e das professoras, no cumprimento das instrucções aqui deixadas na minha última visita.

Os methodos foram melhor applicados, seguindo a orientação pedagógica desta Inspectoria. Os resultados fecundos do ensino praticado segundo essa orientação não se fizeram esperar.

Em Lingua Pátria, principalmente, notei o aproveitamento animador de todas as classes, porque os exercícios de redacção, abundantes e constantes, deram aos alumnos a facilidade de expressão.

Examinei cuidadosamente os cadernos de trabalhos mensaes e por elles aferi a realidade do emprego dos methodos práticos, pois as provas diziam a espontaneidade do alumno em redigil-as elle próprio.

A disciplina, soffrendo uma modificação profunda, melhorou sensivelmente: a ordem é boa e o ambiente escolar, no seu conjuncto tornou-se mais agradável.

Este primeiro passo, andado corajosamente, gera em nós a fé de podermos melhorar, cada dia, o serviço em classe.

O Director, paciente, honesto, competente e laborioso dignamente auxiliados por professoras habilitadas e cheias da melhor vontade de bem servirem nas suas cadeiras, tem conseguida elevar o nível moral e profissional deste instituto.

Estamos aparelhados para realizar, no próximo anno, um trabalho mais efficiente do que o neste realisado, pois estão aplainadas as difficuldades mais vultuosas.

Não exaggero, dizendo aqui que o Director e professoras se impuzeram à minha toda consideração e estima pelo espírito de ordem manifestado no cumprimento das instrucções por mim deixadas.

**Instrucção militar** – como tenho praticado em varias escolas e em grupo especialmente, sugeri ao Director a conveniência de se adoptar nesta casa a instrucção militar, com o que elle concordou.

A disciplina militar, como meio de cooperar na disciplina geral, desenvolvendo nas creanças o espírito de associação, produz resultados magníficos em classe e fora della.

Constitui no Grupo uma escola de inferiores, endivisados segundo o aproveitamento e provimento em suas respectivas classes; e esses inferiores darão, sob a fiscalisação permanente do Director, instrucção aos demais alumnos.

Escrevi e deixei para os alumnos de 3º e 4º anno todas as noções rudimentares da instrucção e da disciplina que lhes explique diariamente, durante a minha visita e na hora dos exercícios phisicos.

Todos notaram os benefícios da medida, benefícios que serão cada vez mais abundantes.

Como expliquei às professoras e ao Director, é preciso uma grande vontade e uma constante energia no sentido de que possa realmente progredir na sua efficiencia a disciplina militar. Os mestres darão incentivo, estimularão, cercando da maior auctoridade, o corpo de instrutores. Se isso não se der, a instrucção degenerará em coisa nulla.

Há certas coisas que na escola, não sendo bem feitas é preferível não existirem: gynnastica, canto, instrucção militar, etc.

**Cadernos de trabalhos mensais** – nelles não devem os alumnos escrever com tinta de cor; a tinta vermelha só pode ser usada pelo professor, nas correções. Estas serão feitas com o maior cuidado, de modo a não ficar nenhum erro.

Os dois cadernos, do 1º e 2º semestre, serão reunidos em um só, para ser apresentado em exame.

Na ultima pagina a professora registrará a nota de aprovação no exame, devidamente autenticada.

Findos os exames, o Director me enviará, com o endereço que lhe dei, três cadernos do 4º anno, 3 do terceiro e 3 do 2º anno feminino. Esses cadernos eu devolverei oportunamente.

Os cadernos mensais não serão entregues aos alumnos, mas archivados no Grupo.

Para o anno, deverá ser incluída no caderno mensal prova da Instrucção Moral e Civica, com a narrativa dos dias de festa nacional e do Estado. Este caderno tem de servir de base para a aprovação do alumno.

Nada aproveitando ao alumno a correcção feita á revelia dele, o professor deve fazer o alumno ter a sua prova depois de corrigida; o que será feito no primeiro dia de provas seguinte, no começo do trabalho escolar.

Convém que o Director acompanha de perto a confecção das provas, intervindo na organização dos pontos para as mesmas.

**Leitura de notas mensais** – o Director marcará um dia nos primeiros do mez seguinte ao vencido e comparecerá em cada classe para ouvir a leitura das notas mensais dos alumnos, de procedimento e aproveitamento.

Os alumnos ouvirão essa leitura de pé, respeitosamente. Quando o Director notar que as notas dos alumnos dizem que ele não se applica e procede mal, dará as providencias necessárias, podendo mesmo, pessoalmente ou por escripto, invocar a auctoridade paterna para cessar o abuso.

É preciso que obrigemos delicada e geitosamente os paes a acompanharem com interesse a vida escolar no que se relaciona com a aprendizagem do filho.

Insisto na participação effectiva do Director na inspecção da disciplina e do ensino nas classes.

**Exposição Escolar** – os trabalhos manuais, de agulha e outros executados em classe durante o anno, deverão constituir a exposição escolar que poderá ser armada para ser vista pelos examinadores.

A acta de exames registrará a organização dessa exposição, mencionando o numero de trabalhos com que para ella concorreu cada classe feminina e mixta, sendo possível, até a natureza dos trabalhos expostos.

Para o trabalho manual peço todos os esforços do Director e especialmente das professoras. Os paes deveriam ser solicitados por ele e ellas, no caso de se negarem a fornecer material para os trabalhos.

Uma mãe de familia que seja solicitada neste sentido pela professora da sua filha que a esclarecerá sobre a utilidade de aprender trabalhos, por certo attenderá a mostra.

Quanto às meninas pobres, a Caixa, se tiver fundo pode fornecer-lhes o material e dispor das pecças com elle confeccionadas, revertendo aos cofres a renda produzida.

Trabalhos manuais é uma matéria do Programma, o exame da mesma será feito por meio da Exposição.

**Uniformes** – a adopção do uniforme deu um realce apreciável aos alumnos de cada classe. Louvo o procedimento do Director, tomando esta medida de hygiene e de disciplina.

**Regimento interno** – o Director deixou para organisal-o quando sahir o novo Regulamento e de accordo com elle. Ratifico aqui as regras de disciplinas contidas no meu termo de visita anterior, do nº 1 ao 20, insistindo pela sua mais severa obediência, obedecendo-se mais:

1. Às 7 horas os alumnos serão obrigados a estar no Grupo, para que o trabalho comece no horário, corrigindo-se o corte até agora havido nas horas de trabalho.
2. Desde agora se procurará insistir em classe sobre dito horário, aplainando-se as dificuldades que surgiriam no anno próximo, para a sua conveniente observância.

3. O menino endivido que deixar baixar as suas notas em classe, perderá o posto em beneficio dos que tenham melhores notas.
4. Acho conveniente, no anno próximo ainda, o comparecimento do 4º anno pela manhã e os do 3º pela tarde.
5. Os diplomas do curso primário serão entregues solenemente, em festa publica que o Director promoverá, convidando os alumnos um paranympo e lavrando-se uma acta especial dessa ocorrência.
6. A pompa com que se faça costume de proceder à entrega dos certificados de approvaçãõ, concita os alumnos das classes inferiores a passarem pelo 4º anno.
7. O começo do dia, quando os alumnos entrarem na sala e ao fim do dia, quando for para se retirarem do Grupo, os signaes no tympano são cinco; para que os meninos façam a continência.

**Leilão de prendas** – outro conveniente que se promova distribuição de prendas aos alumnos, por meio de leilão, com boletins-dinheiro ganhos em classe, de acordo com o seu procedimento e aproveitamento. Ou o Director fará como melhor entender festas em que, por meio de prendas, o mérito do alumno seja distinguido.

As pessoas gradas do lugar, os negociantes, etc. podiam ser solicitadas para darem essas prendas; e a Caixa Escolar adquiriria algumas, sendo a distribuição em dia solemne, como melhor achar-se de organizar o Director.

**Diarios de classe** – visei-os. Nelles o Director dará o seu visto num dos dias da semana em que elle tenha assistida a aula da classe. Fará na pagina as considerações convenientes.

**Pontos diários** – devem ser visados pelo Director dia seguinte ao mez vencido, fornecendo o attestado ao professor depois de ter visado o seu ponto.

O Director fará o possível de assistir uma aula pelo menos de cada professora; visando o diário referente a essa assistencia. Assim, o Director reforça a auctoridade da mestra, acompanhando o seu trabalho e dos alumnos.

Quando uma classe estiver indisciplinada, o Director assumirá a regência della até normalisal-a; e entregano-a depois à docente, fiscalisará o seu bom exercício.

Quando a mestra não for capaz de conter os seus alumnos dentro da disciplina, o Director poderá removel-a de classe.

Quando chegar um professor de fora, nomeado ou removido, o Director fará que elle acompanhe o trabalho em uma classe laboriosa e bem disciplinada, durante alguns dias, para se capacitar do regimem escolar em que vae colaborar sempre que possível assistirá em classe semelhante à que tem de reger.

O professor novato e a sua classe, deverão ter, no começo do exercício d'aquelle, a assistência effectiva do Director.

O primeiro dia é tudo.

**Disciplina** – no anno que vem, uma acção ainda mais enérgica – a partir do primeiro dia – será desenvolvida em favor da disciplina e especialmente do silencio em forma e na sala. O silencio é a alma da ordem. Violada esta regra disciplinar, tudo está perdido.

**Exames** – os pontos do 4º anno deverão conter matéria da classe dos três anos anteriores. Assim também os do 3º anno. As provas escriptas serão archivadas convenientemente, para serem examinadas opportunamente pelo Inspector.

**Ainda a exposição** – o Director poderá fazer convites geraes e especiaes para visita à Exposição, fazendo registrar os nomes dos visitantes. Devemos empregar todos os esforços no sentido de interessar o povo pela vido do Grupo. Com a consideração formal de que gozam o Director e as professoras, estou certo de que, si se interessarem por este assumpto, a Exposição colherá o êxito esperado.

Nos anos que se secederem, as famílias habiturar-se-ão a vir ver a Exposição, tão logo saibam de que a mesma foi franqueada às visitas.

**Comemoração dos feriados** – o Dec. 155 BB de 14 de janeiro de 1890, diz:

“O Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando:

- que o regimen republicano se basea no profundo sentimento de fraternidade universal;
- que esse sentimento não pode se desenvolver sem um systema de festas publicas destinar a comemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas;
- que cada pátria deve instituir taes festas segundo os laços especiaes que ligam os seus destinos aos de todos os povos;

Decreta: são considerados dias de festa nacional (seguem-se os dias que a gente se acostumou a chamar de feriado)

Lembro a conveniência de promover-se neste Grupo a comemoração das festas nacionais, o que podia ser feito da seguinte maneira: Os alumnos compareceriam à hora marcada pelo Director; formadas todas as classes e levadas para a frente do edificio, seriam ahí cantados hynnos próprios, ao mesmo tempo que a Bandeira Nacional seria hasteada; em seguida, cada professor recolheria a sua classe e faria aos seus alumnos a explicação da Data; os alumnos do 2º, 3º e 4º anno trariam por escripto a reprodução do ponto, como trabalho de classe, no primeiro dia útil. Essa matéria entraria no caderno de trabalhos como prova de Instrucção Moral e Civica.

Desque o Grupo realizasse taes comemorações, teria havido trabalho no “feriado”; e se houver trabalho, e tão proveitoso, não há razão para cobrar o “feriado” com a primeira quanta feira. Nestas condições, os professores seriam submettidos ao ponto no dia de festa.

Quanto ao 2 de novembro, lembro a utilidade de levar-se os alumnos em romaria, ao Cemiterio, conduzindo flores naturaes para depositar nas sepulturas. Ahi, o Director, uma professora ou uma pessoa convidada, o vigário por exemplo, poderia fazer às creanças uma prelecção sobre do dia dos Mortos.

**Dias santos** – no dia 1º, dia sanctificado, compareceram 17 alumnos que, divididas pelas 8 classes, não dão uma média de 3 para cada uma. Nos dias santos, os professores – é o costume- comparecem, fazem a chamada e dispensam os presentes, não havendo aula. Será melhor, nesse caso, que se estabeleça desde hoje não haver aula no dia santo; e o dia será cobrado na primeira quinta feira, fazendo-se nos pontos diários e no livro de entrada e sabida, a necessária observação registrando a troca dos dias.

Em relatório exporei o meu ponto de vista quanto aos feriados e dias santos, os quaes deverão passar-se neste Grupo para o anno próximo de acordo com o que se traçou neste termo, a menos que o exmo. Dr. Secretario do Interior não se manifeste ao contrario, em officio ao sr. Director ou a esta Inspectoria.

**Canto** – o canto é feito regularmente e com muito gosto, dirigido pelo Director que é musico. Nota, porém, que os meninos cantam mal ou não cantam. Para o anno recomendo que cada alumno, a partir do 2º anno (meninos e meninas) possua a sua caderneta de hynnos. Estes serão dados nas classes, onde a mestra guiará a interpretação da letra; e oficial copiados nas cadernetas. Só depois de todos os alumnos saberem um hynno deve ser dado outro. Desde que as creanças saibam o que significa a letra, contarão com mais expressão, com mais entusiasmo.

**Caixa escolar** – funciona regularmente a Caixa Escolar “Coronel Antônio Dias”, que tem proporcionado as creanças pobres os recursos indispensáveis em classe, inclusive o fornecimento de uniformes. Os seus Estatutos não foram registrados até hoje porque ainda não se conseguiu a sua publicação no Minas Geraes. O Director remeteu, o anno passado, uma copia, mediante recommendação minha; já tinha remetido copia dos Estatutos quando foi da organização da Caixa; a terceira copia dos ditos Estatutos foi enviada por mim; mandei compial-o mais uma vez, agora, para envial-o à Secretaria, afim de ter lugar a sua publicação no órgão official. Em relatório darei minuciosa noticia da Caixa.

**Material escolar** – combinei com o Director as providencias a dar-se para que duas casas de commercio possuam livros e objectos escolares à venda, nesta cidade. A essas casas elle fornecerá listas dos livros e objetos vendadeis, combinando com os negociantes, antecipadamente, o preço de venda, de modo que eles ganhem o que for razoável, não estabelecendo preços exaggerados.

Da lista deverão constar os seguintes objetos:

- primeira leitura, de Joviano, na sua falta, outro livro que esteja de accordo com o Programma do ensino.

- leitura preparatória, de Vianna, para os meninos do 1º anno que já souberem ler um pouco. Segundo livro, de Galhardo.

- segundo livro, de Vianna, ambos para alumnos do 2º anno.

- livro de Helza, de J. Lucio, para 3º e 4º anno, na falta, contos pátrios para 3º e Patria Brasileira para 4º anno.

- cadernos de cartographia.

- lápis pretos e de cor, borracha e compassos e estojos de desenho; grampos para cadernos diários e mensaes; cadernos de desenho; material para os trabalhos mensaes; fornecendo notas as professoras; papel typo almasso para os cadernos; tinta carmim, régua, etc.

- “leituras manuscriptas” de BPR, para leitura, uma vez por semana, no 3º e 4º anno.

- cadernetas para copia dos hynnos escolares.

Quando for o começo das aulas, a professora escreverá no quadro a lista dos objectos referidos, que o alumno tem obrigação de comprar; cada um copiará essa lista para comprar no lugar indicado pela professora e pelo preço convencionado, que a professora dirá ao alumno.

**Escrituração dos livros** – a escripta a cargo do Director está feita cuidadosamente.

**Matricula** – o Director anunciará a época de matricula, exigindo que os pedidos de inscripção sejam assignados pelos interessados. Esta medida força o pae a procurar o Grupo para fazer tal pedido; e o Director tem oportunidade de fazer-lhe minuciosa exposição das exigências da lei, para cujo cumprimento é indispensável o concurso da auctoridade paterna.

Insisto sempre pelo contacto da escola com os paes o que me parece salutaríssimo no sentido de melhorar-se cada dia a situação do ensino. Sem a participação directa dos paes no conhecimento da vida escolar, os professores ficam desajudados e a sua acção resultará pouco eficiente. Os pedidos de matricula deverão ficar archivados.

**Batalhão infantil** – a este dei o nome de Batalhão Infantil “Professor Modesto”, por ser isso minha justiça.

Tenho fé em que o Regional poderá, no anno próximo, quando visitar este Grupo, encontral-o em caminho mais largo de franco progresso.

Patos, 6 de novembro de 1921.

O Regional da 15ª,

Honorio Guimarães

#### Anexo E

Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 15 de outubro de 1924. Joaquim Gasparino P. de Magalhães. Inspector Regional do Ensino.

Em cumprimento aos deveres a meu cargo, e de accordo com as instrucções que me foram dadas pela Directoria do Departamento de Instrucção Publica do Estado, lavro hoje, dia 15 de outubro de 1924, o presente termo de vista.

Encetei o serviço de inspecção a este Grupo Escolar “Marcolino de Barros” dirigido pelo Professor Modesto de Mello Ribeiro, no dia 6 de outubro corrente às 7 horas da manhã.

Ao revistar as condições do prédio, acomodações, instalações sanitárias e todo o mobiliário escolar, constatei que tudo se acha em bom estado de conservação, verificando também que o prédio e todas as suas dependências offerecem a segurança de hygiene e conforto exigida pelo regulamento de instrucção publica do Estado.

As minhas visitas de inspecção repetiram-se, no dia 6 às 7 horas até o dia 15 às 16 horas, dia em que foi concluído o trabalho.

Nos dias intermediários as visitas foram feitas das 7 às 11 e das 12 às 16 horas, obedecendo sempre aos horários das fiversas classes, a fim de não perturbar encadeiamento do programma a seguir.

Foram feitas 3 aulas de assistência versando: 2 sobre geometria pratica ou desenho linear graphico e 1 sobre língua pátria, as duas primeiras, aos terceiro e quarto anos e a ultima ao quarto anno.

No correr da minha inspecção julguei de utilidade fazer as seguintes recomendações: insistir com os alumnos afim de emitirem as palavras em voz alta e clara; corrigir-lhes os defeitos de prosódia que vêm das rr, gutturaes e das ss apagadas que não confirmam os plurais das palavras pronunciadas; alternar, com frequência a posição dos minuendos nas operações de subtração, pois a creança, habituada a tomar sempre como minuendo o numero que esta por cima não se dá ao trabalho de indagar qual o numero maior, corrigir com exigência a maneira de pegar a pena não consentir que deitem a cabeça sobre o braço ou sobre o papel; exigir que a creança faça, em voz alta e clara, as suas operações no quadro negro. Estas observações são extensivas a todas as classes do Grupo.

Nas classes de **Arithmetica** redigir os problemas de modo a provocar o raciocínio em grau proporcional de cada alumno.

Nas classes de **Lingua Pátria** especializar, o quanto possível, os exercícios de redacção, deixando a creança escrever livremente o trecho original de sua invenção para depois corrigir-lhe os erros; vibrar, com insistência, as pausas e colocação dos signaes orthographicos.

Faço estas recomendações que aqui ficam registradas, esperando que sejam seguidas com o máximo escrúpulo, tornando assim o mais efficaz possível o nosso esforço na luta contra o analfabetismo.

Quanto à ordem, disciplina e hygiene que encontrei postas em pratica neste estabelecimento são mais que satisfatórias, e deveis continuar na cultura desses preceitos, encarando-os como base essencial de uma casa de ensino.

Em obediência à regra 5 das instrucções de fevereiro de 1923, registro aqui o seguinte.

#### **Resumo**

Dia e hora do inicio do trabalho	6 de outubro às 7 horas
Dias de inspecção	6 a 15 de outubro às 16 horas
Duração das visitas	8 horas cada dia (2 turnos)
Numero de alumnos presentes – dia 6 – 262, dia 7 – 284, dia 8 – 276, dia 10- 272, dia 11- 245, dia 13 – 276, dia 14- 272, dia 15- 273.	
Numero de aulas modello	3 sendo 1 de língua pátria ao 4º anno e 2 de desenho geométrico aos 3º e 4º annos.
Instrucções especiaes – as que foram supra capituladas.	

Concluindo aqui o meu termo de visita me confesso bem impressionado pela acção do Director e corpo docente d’este estabelecimento, contando certo que ella será intensificada o mais possível, a fim de que saiamos victoriosos na grande obra patriótica da alphabetização dos nossos patricios.

Joaquim Gasparino P. de Magalhães  
 Inspector Regional do Ensino  
 Patos, 15 de outubro de 1924.

### **Anexo F**

Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 26 de abril de 1926. Salatiel Rodrigues de Melo, Inspetor técnico.

#### **Termo de visita de inspecção technica**

Em todos os dias uteis consecutivos – de 5 a 26 de abril corrente, durante as horas regimentares- visitei este grupo escolar, que está sob a direcção do professor Modesto de Mello Ribeiro.

Constituii objecto de minhas visitas a inspecção dos trabalhos escolares, que se desdobram em nove cadeiras, divididas em dois horários – um das 7 horas às 11 (com 5 classes) e outro das 12 às 16 (com 4 classes).

O prédio tem um salão central, onde está installado o gabinete do diretor, e seis salas de aulas uma dellas cedida para o funcionamento de uma escola nocturna; há também um pequeno commodo destinado a toilette das professoras, actualmente occupado com moveis estragados e caixotes com parte do archivo do grupo. Não está bem conservado: paredes exteriores denegridas pela acção do tempo, e as interiores necessitadas de limpeza, assim como o soalho tem alguns defeitos. Os alpenderes também precisam de reparo.

Há agua em abundancia que abastecem as sanitárias – três para cada sexo. Há dois pateos amplos para exercícos phisicos e recreio dos alumnos, sendo lastimável o estado dos muros, que estão ainda em alvenaria de tijollos – sem rebouco e caiação.

Possue o grupo uma bibliotheca com 160 volums. Uma Liga de Bondade e uma caixa escolar, que tem actualmente um fundo de 2:245\$570 constituido do saldo anno passado, na importância de 2: 275\$270, da arrecadação de 350\$000 nestes primeiros mezes, deduzida a quantia de 829\$700 com a aquisição de objectos escolares para alumnos pobres. Os seus estatutos estão legalmente registrados.

Não foi ainda organizado o Museu nem creada a Associação das Mães de Familia.

Assisti ao trabalho integral em cada uma das salas - em repetidas visitas às classes; fiz arguições, dei aulas-modellos, examinei o archivo, a escripturação e os diversos trabalhos escriptos dos alumnos; acompanhei os exercícos phisicos, o canto e tomei conhecimento do movimento geral do instituto.

Para regularidade completa dos trabalhos e consequente efficiencia do ensino, expuz ao sr. Diretor e a cada uma das suas professoras o meu ponto de vista sobre o interesse que todos devem ter pelo desenvolvimento do instituto e aconselhei esforço persistente pela frequência, exigindo o comparecimento pontual dos alumnos; adopção integral do horário que organizei; intensificação das lições de língua pátria ao 1º anno, cuidado com a maneira de alguns alumnos pegarem na penna ; uniformização do ensino, evitando subdivisões de classes; observância do programma de escripta do 4º anno; enérgico e rigoroso esforço no sentido se ser melhorada a disciplina entre os alumnos, completa e methodica organização da escripturação escolar; esforço persistente de todos pela organização do Museu, da Associação das Mães de Familia e pelo desenvolvimento das demais instituições já creadas, taes como: caixa escolar, Liga de Bondade, Bibliotheca, etc. adaptando-se o fornecimento de merenda e uniformização dos alumnos. Consigno ainda a circumstancia muito especial da pratica da educação ao lado da instrucção literária das creanças. Não se alvidem os menores detalhes,

observe-se a projecção de luz, a hyggiene em todos os sentidos – em particular, o asseio rigoroso do prédio e suas dependências.

A matricula geral do estabelecimento é de 553 alumnos dos quaes estiveram presentes nos dias 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 21(feriado), 23, 24 e 26, respectivamente, 341, 366, 355, 352, 362, 388, 395, 386, 357, 358, 371, 379, 346, 338, 317, e 351.

Observe-se o disposto do nº 27 do art. 76 do regulamento vigente.

Patos, 26 de abril de 1926  
Salatiel Rodrigues de Mello,  
Insp. Tech. Regional.

### **Anexo G**

Termo de visita, Grupo Escolar Marcolino de Barros, Patos, 27 de agosto de 1927. Antônio Dias Maciel. Inspetor Escolar Municipal.

Visitei, hoje, pela primeira vez, na qualidade de Inspector Escolar do Municipio o Grupo “Marcolino de Barros”, actualmente sob a direção do esforçado prof. Sebastião Cyrne. Cumpre-me, como um dever indeclinável, registra a boa impressão, que me causou esta visita, pois, não me é dado ocultar a satisfação de que me acho possuído ao ver que o corpo docente do Grupo procura cumprir rigorosamente o seu dever. Notei, desde logo, a insuficiencia do material escolar, já todo em mau estado, reclamando augmento e reforma urgentes.

Há, também, excesso de frequência nas salas do 2º anno masculino e do 1º, o que representa manifesto prejuizo para o ensino nas classes acima aludidas. Baldados, portanto, os urgentes esforços do diretor e das professoras nas referidas aulas enquanto permanecem este estado. Deixo exarado o meu contentamento neste termo de visita e o meu appelo aos poderes competentes para que sejam sanadas as faltas, que se me deparam. O prédio em que funciona o grupo necessita de uma limpeza geral e concertos inadiáveis.

Patos, 27 de agosto de 1927.  
Antônio Dias Maciel,  
Inspetor Escolar Municipal